



**PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA 4ª EMISSÃO  
PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE  
COM GARANTIA REAL, DA KLABIN S.A.**

Pelo presente instrumento particular,

**KLABIN S.A.**, sociedade por ações com sede na Rua Formosa, 367 - 12º andar, Centro, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 89.637.490/0001-45, neste ato representada na forma de seu estatuto social (doravante simplesmente denominada "Emissora");

**PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.**, sociedade por ações com sede na Avenida Paulista, nº 2.439, 11º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 00.806.535/0001-54, representando a comunhão de debenturistas (os "Debenturistas") adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (individualmente, a "Debênture" e coletivamente as "Debêntures"), neste ato representada na forma de seu estatuto social (o "Agente Fiduciário");

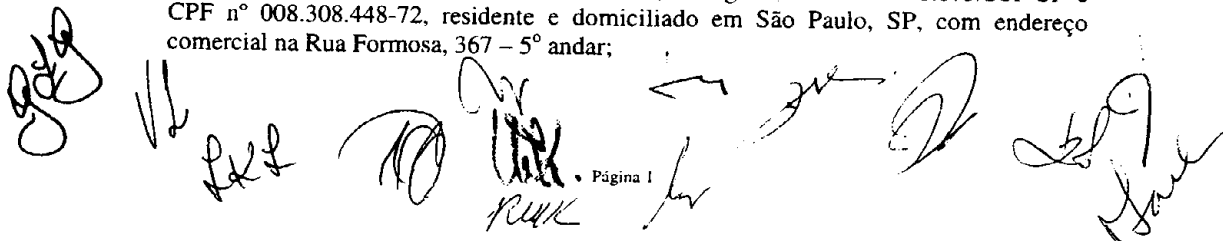
na qualidade de intervenientes prestadores de garantia fidejussória ("os Intervenientes Fiadores"),

**JACOB KLABIN LAFER ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com sede na Rua Formosa, 367 - 5º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 51.559.573/0001-90, neste ato representada nos termos do seu estatuto social por seu Presidente **MIGUEL LAFER**, brasileiro, solteiro, maior, industrial, residente e domiciliado em São Paulo, SP, com endereço comercial na Rua Formosa, 367 - 5º andar, RG nº 1.877.291/SSP-SP e CPF nº 027.760.308-00;

**MIGUEL LAFER PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com sede na Rua Formosa, 367 - 5º andar, sala J-2, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 72.872.120/0001-90, neste ato representada nos termos do seu estatuto social por seu Presidente **MIGUEL LAFER**, acima qualificado;

**VFV PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com sede na Rua Formosa, 367 - 5º andar, sala K-3, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 72.872.146/0001-38, neste ato representada nos termos do seu estatuto social por sua Presidente **VERA LAFER**, brasileira, viúva, industrial, residente e domiciliada em São Paulo, SP, com endereço comercial na Rua Formosa, 367 - 5º andar, RG nº 1.877.292/SSP-SP e CPF nº 380.289.138-49;

**PRESH S.A.**, sociedade por ações com sede na Rua Formosa, 367 - 5º andar, sala I, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo inscrita no CNPJ sob o nº 53.728.903/0001-50, neste ato representada nos termos do seu estatuto social por seu Diretor Presidente **PEDRO FRANCO PIVA**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 1.478.173/SSP-SP e CPF nº 008.308.448-72, residente e domiciliado em São Paulo, SP, com endereço comercial na Rua Formosa, 367 - 5º andar;



Página 1





**GL S.A. PARTICIPAÇÕES**, sociedade por ações com sede na Rua Formosa, 367 - 5º andar, sala H, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 53.728.895/0001-41, neste ato representada nos termos do seu estatuto social por sua Diretora Presidente **GRAZIELA LAFER GALVÃO**, brasileira, viúva, industrial, residente e domiciliada em São Paulo, SP, com endereço comercial na Rua Formosa, 367 - 5º andar, RG nº 2.294.270/SSP-SP e CPF nº 012.072.688-28;

**GLIMDAS PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com sede na Praia do Flamengo no. 154 - 3º andar - parte, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 30.526.602/0001-48, neste ato representada nos termos do seu estatuto social por seu Presidente **ISRAEL KLABIN**, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado no Rio de Janeiro, RJ, com endereço comercial na Praia do Flamengo no. 154 - 3º andar, RG nº 555.997/IFP-RJ e CPF nº 008.143.857-53;

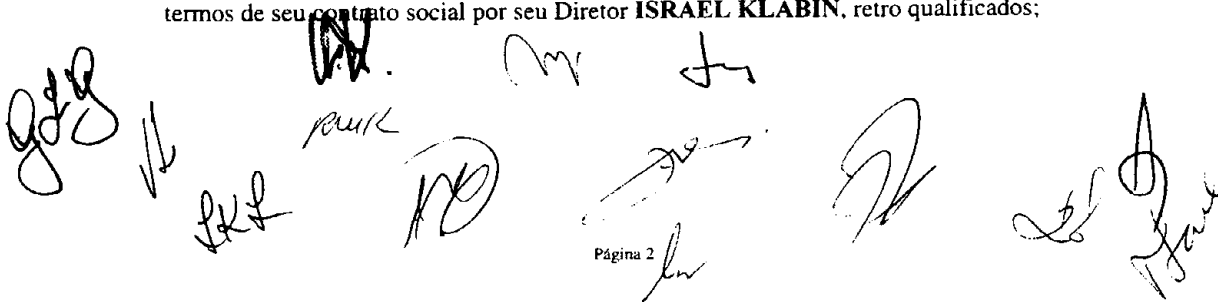
**DARO PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com sede na Praia do Flamengo no. 154 - 3º andar - parte, a Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 30.304.992/0001-01, neste ato representada nos termos do seu estatuto social por seu Presidente **DANIEL MIGUEL KLABIN**, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado no Rio de Janeiro, RJ, com endereço comercial na Praia do Flamengo no. 154 - 3º andar, RG nº 00756306-7/IFP-RJ e CPF nº 008.143.777-34;

**DAWOJOBE PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com sede na Praia do Flamengo no. 154 - 3º andar - parte, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 30.280.465/0001-04, neste ato representada nos termos do seu estatuto social por seu Presidente **ARMANDO KLABIN**, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado no Rio de Janeiro, RJ, com endereço comercial na Praia do Flamengo no. 154 - 3º andar, RG nº 00971718-2/IFP-RJ e CPF nº 008.144.407-97;

**LKL PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com sede na Rua Formosa, 367 - 5º andar, sala G-5, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo inscrita no CNPJ sob o nº 00.288.075/0001-10, neste ato representada nos termos do seu estatuto social por sua Diretora **LILIA KLABIN LEVINE**, brasileira, judicialmente separada, empresária, residente e domiciliada em São Paulo, SP, com endereço comercial na Rua Formosa, 367 - 5º andar, RG nº 1.877.291/SSP-SP e CPF nº 380.289.138-49;

**KL PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com sede na Rua Formosa, 367 - 5º andar, sala D-2, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 56.145.634/0001-97, neste ato representada nos termos de seu contrato social por seu Diretor **MIGUEL LAFER**, retro qualificado;

**KL-RO PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade civil por cotas de responsabilidade limitada, com sede na Av. Rio Branco, 81 - 14º andar-parte, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 56.145.709/0001-30, neste ato representada nos termos de seu contrato social por seu Diretor **ISRAEL KLABIN**, retro qualificados;



Página 2





**KLA-PI PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade civil por cotas de responsabilidade limitada, com sede na Av. Rio Branco, 81 - 14º andar-parte, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 56.145.741/0001-15, neste ato representada nos termos de seu contrato social por seu Diretor **DANIEL MIGUEL KLABIN**, retro qualificado;

**KLA-ZETA PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade civil por cotas de responsabilidade limitada, com sede na Av. Rio Branco, 81 - 14º andar-parte, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 56.137.995/0001-91, neste ato representada nos termos de seu contrato social por seu Diretor **ARMANDO KLABIN**, retro qualificado;

**KLABIN IRMÃOS & CIA.**, sociedade em nome coletivo, com sede na Rua Formosa nº 367, 5º andar, Centro, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 60.485.034/0001-45, neste ato representada nos termos do seu estatuto social por suas sócias gerentes **PRESH S.A.**, retro qualificada, **MIGUEL LAFER PARTICIPAÇÕES S.A.**, retro qualificada e **DAWOJOBE PARTICIPAÇÕES S.A.**, também retro qualificada;

**NIBLAK PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com sede na Rua Formosa nº 367, 5º andar, sala C-4, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 04.047.019/0001-44, neste ato representada nos termos de seu estatuto social por seus Diretores **PEDRO FRANCO PIVA**, retro qualificado, **MIGUEL LAFER**, retro qualificado, e **ARMANDO KLABIN**, também retro qualificado;

**SYLVIA LAFER PIVA** brasileira, casada, industrial, residente e domiciliada na Rua Portugal nº 372, São Paulo, SP, RG nº 2.023.421/SSP-SP e CPF nº 045.528.048-71, representada neste ato por seu procurador Pedro Franco Piva, já qualificado;

**ARMANDO KLABIN**, conforme qualificado acima;

**DANIEL MIGUEL KLABIN**, conforme qualificado acima;

**GRAZIELA LAFER GALVÃO**, conforme qualificada acima;

**ISRAEL KLABIN**, conforme qualificado acima;

**LILIA KLABIN LEVINE**, conforme qualificada acima;

**MIGUEL LAFER**, conforme qualificado acima;

**VERA LAFER**, conforme qualificada acima;

e, na qualidade de intervenientes prestadores de garantia real (juntamente com os Intervenientes Fiadores, os "Intervenientes Garantidores"),

**KLABIN S.A.**, conforme qualificada acima, na qualidade de acionista da Riocell S.A. e como proprietária de bens imóveis sobre os quais serão constituídas hipotecas;

11 gfg UN  
LKL  
Página 3





**KLABIN DO PARANÁ PRODUTOS FLORESTAIS LTDA.**, sociedade por quotas de responsabilidade limitada com sede na Av. Araucária, nº 2-A, Bairro Lagoa, Município de Telêmaco Borba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 76.171.479/0001-90, na qualidade de acionista da Riocell S.A., neste ato representada nos termos de seu contrato social por seus Diretores **Ronald Seckelmann**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, SP, com endereço comercial na Rua Formosa, 367 - 12º andar, São Paulo, SP, portador do RG nº 7.526.694/SSP-SP e CPF nº 894.486.428-49, e **Miguel Sampol Pou**, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, SP, com endereço comercial na Rua Formosa, 367 - 12º andar, São Paulo, SP, portador do RG nº 3.085.968.182/SJS-SR e CPF nº 009.302.107-00;

**KLABIN IRMÃOS & CIA.**, conforme qualificada acima, na qualidade de acionista da Klabin S.A.;

**NIBLAK PARTICIPAÇÕES S.A.**, conforme qualificada acima, na qualidade de acionista da Klabin S.A.;

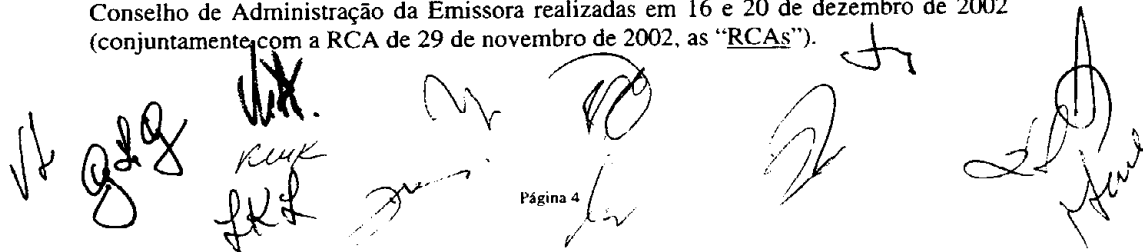
**RIOCELL S.A.**, sociedade por ações com sede na Rua Formosa nº 367, 12º andar, Sala A, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 05.148.712/0001-76, como proprietária de bens imóveis sobre os quais serão constituídas hipotecas, neste ato representada nos termos de seu estatuto social por seu Diretor Financeiro **Ronald Seckelmann**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, SP, com endereço comercial na Rua Formosa, 367 - 12º andar, São Paulo, SP, portador do RG nº 7.526.694/SSP-SP e CPF nº 894.486.428-49 e por seu procurador, **Antonio Sergio Alfano**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado em São Paulo, SP, com endereço comercial na Rua Formosa no. 367 - 12º andar, portador do RG no. 5.282.030/SSP-SP e CPF no. 875.349.248-04,

vêm, por este instrumento (o "Aditamento"), e na melhor forma de direito, aditar a Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, da KLABIN S.A., firmada entre as partes em 16 de dezembro de 2002 (a "Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. As partes resolvem re-ratificar os termos da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### **"CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO**

1.1. A presente Escritura é celebrada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas ("AGE") e da Reunião do Conselho de Administração ("RCA") da Emissora, ambas realizadas em 29 de novembro de 2002 e das Reuniões do Conselho de Administração da Emissora realizadas em 16 e 20 de dezembro de 2002 (conjuntamente com a RCA de 29 de novembro de 2002, as "RCAs").



Página 4







1.2. Nos termos do parágrafo primeiro do Artigo 59 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a "Lei das Sociedades por Ações"), os acionistas, conforme deliberação da AGE, delegaram ao Conselho de Administração da Emissora, poderes para:

- (i) deliberar sobre as condições relativas às Debêntures de que tratam os incisos VI a VIII do referido Artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações;
- (ii) propor à Assembléia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), em nome da Emissora, alterações que julgar necessárias com relação às características das Debêntures, constantes desta Escritura, observadas as disposições legais aplicáveis; e
- (iii) aprovar o cancelamento, se e quando necessário, das Debêntures que não forem subscritas ou que se encontrem em tesouraria.

## CLÁUSULA II REQUISITOS

Esta 4ª emissão pública das Debêntures (a "Emissão") será realizada com observância dos seguintes requisitos:

### 2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Emissão será registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários (doravante simplesmente denominada "CVM") na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Lei das Sociedades por Ações e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

### 2.2. Arquivamento e Publicação das Atas da AGE e RCAs

As atas da AGE e RCA que deliberaram sobre a Emissão foram arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo, em 03 e 05 de dezembro de 2002, respectivamente, e publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional. As atas das RCAs de 16 e 20 de dezembro de 2002 também serão publicadas nos jornais aqui referidos.

### 2.3. Arquivamento da Escritura na Junta Comercial do Estado de São Paulo

Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo, conforme disposto no Artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

### 2.4. Constituição e Registro das Cauções de Ações e das Debêntures

2.4.1. A caução das ações de emissão da Klabin S.A. descrita no item 5.7, abaixo deverá ter sido constituída e registrada (i) no livro de registro de ações da Klabin S.A. e (ii) nos cartórios de registro de títulos e documentos das Comarcas de São Paulo, Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.





2.4.2. A caução das ações e de debêntures conversíveis da 1ª emissão particular de debêntures de emissão da Riocell S.A. descrita no item 6.6.1. abaixo deverá ter sido constituída e registrada (i) nos livros de registro de ações e de debêntures da Riocell S.A. e (ii) nos cartórios de registro de títulos e documentos das Comarcas de São Paulo, Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

#### 2.5. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (a "ANBID")

A oferta pública das Debêntures será registrada na ANBID no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do Artigo 22 do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários, de 16 de janeiro de 2002.

#### 2.6. Registro da Negociação

As Debêntures terão registro para negociação no mercado secundário junto ao SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto ("ANDIMA") e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP").

### CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

#### 3.1. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto: (a) a exploração industrial e comercial, inclusive importação e exportação de celulose, pasta de madeira, papel, cartão e congêneres, seus subprodutos e derivados, embalagens para quaisquer fins, produtos de madeira em todas as suas formas, produtos florestais e agropecuários, inclusive sementes, máquinas e matérias-primas; (b) a silvicultura, agricultura e pecuária, inclusive florestamento e reflorestamento por quaisquer das modalidades incentivadas por disposição legal, abrangida a captação de recursos de terceiros; (c) a mineração, incluindo pesquisas e lavra de minérios, sua industrialização e comércio; (d) a tecnologia e serviços relacionados com o objeto social; (e) o transporte, postos de fornecimento de combustível e lubrificantes e outras atividades acessórias que sua natureza de indústria integrada tornem necessárias; e (f) a participação em outras sociedades.

#### 3.2. Número da Emissão

Esta Escritura constitui a 4ª emissão pública de Debêntures da Emissora.

#### 3.3. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$1.036.000.000,00 (um bilhão e trinta e seis milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

Página 6





### 3.4. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão aplicados para amortização de suas dívidas que vencerão em dezembro de 2002 e durante 2003, e para formação de capital de giro da Emissora, conforme a tabela abaixo:

Fontes	Valor (R\$)	%
4ª Emissão Pública de Debêntures da Klabin S.A.	1.036.000.000,00	100%
<b>Total</b>	<b>1.036.000.000,00</b>	<b>100%</b>

Usos	Valor (R\$)	%
Cédula de Crédito Industrial nº BNDES 02.2.741.4.1, emitida em 8 de novembro de 2002.	575.000.000,00	55,5
Notas ( <i>eurobônus</i> ) emitidas em 29 de dezembro de 1994, por Klabin Fabricadora de Papel e Celulose S.A., com vencimento em dezembro de 2002.	200.000.000,00	19,3
Capital de Giro	3.000.000,00	0,3
Outros Financiamentos:		24,9
• Contrato de Empréstimo, firmado com o Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. em março de 2001, com vencimento previsto para março de 2003;	47.000.000,00	
• Adiantamento a Contrato de Câmbio – ACC, firmado com o Banco Bradesco S.A. em dezembro de 2001, com vencimentos previstos entre dezembro de 2002 e maio de 2003;	47.000.000,00	
• Nota de Crédito Industrial nº 288.520, emitida em 09 de maio de 2002 pela Emissora em favor do Banco Bradesco S.A.	3.000.000,00	
• Adiantamento a Contrato de Câmbio – ACC, firmado com o Banco ABN AMRO Real S.A. em novembro de 2001, com vencimento previsto para maio de 2003;	15.000.000,00	
• Contratos de Capital de Giro, firmados com o Banco BBA Creditanstalt S.A. em novembro de 2002, com vencimento em janeiro de 2003;	3.000.000,00	
• Instrumento Particular de Contrato para Prestação de Garantias e Outras Avenças - "Aval em Nota Promissória no Exterior" firmado com o Banco Itaú S.A. em julho de 2000 e Contrato de Pré Pagamento a Exportação, firmado com o Banco Itaú S.A. em janeiro de 2001, com vencimentos previstos entre julho e dezembro de 2002;	35.000.000,00	
Contrato de Empréstimo para Capital de Giro, firmado em 12 de julho de 2002 com o Banco HSBC Bank Brasil S.A. Banco Múltiplo, com vencimento previsto para 07 de julho de 2003; e	50.000.000,00	
Contrato de Empréstimo para Capital de Giro, firmado em 26 de setembro de 2002 com o Banco HSBC Bank Brasil S.A. Banco Múltiplo, com vencimento previsto para 24 de janeiro de 2003;	32.000.000,00	
Contratos de Pré Pagamento à Exportação, firmados com o BankBoston NA – Filial de Nassau em janeiro de 2001, com vencimento previsto para janeiro de 2003;	26.000.000,00	
Total parcial:	258.000.000,00	
<b>Total</b>	<b>1.036.000.000,00</b>	<b>100%</b>

*[Handwritten signatures and initials are present over the bottom of the table and the page number.]*





### 3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de subscrição, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no Artigo 33 da Instrução CVM nº 13 de 30 de setembro de 1980. Serão atendidos, preferencialmente, os clientes dos respectivos coordenadores da Emissão e de eventuais instituições financeiras subcontratadas por esses coordenadores, não havendo reservas antecipadas nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica. Não haverá preferência para a subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

A colocação pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro de emissão pela CVM, da publicação do anúncio de início de distribuição e da disponibilização do respectivo Prospecto (conforme abaixo definido) aos investidores.

### 3.6. Certificados de Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, definida no item 4.1.5, abaixo. Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade das Debêntures, o "Relatório de Posição de Ativos", expedido pelo SND, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no SND.

### 3.7. Limite da Emissão:

A presente Emissão atende aos limites previstos no Artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme demonstrado a seguir:

#### *a) Com relação às Debêntures da 1ª Série*

<b>Garantia</b>	<b>(R\$)</b>	<b>Passivo Pro Forma</b>	<b>(R\$)</b>
Caução de Ações da Klabin S.A.(1)	749.846.632,90	Debêntures da 1ª Série	472.000.000,00

80% do valor das garantias reais (valor máximo de endividamento com garantia real) 599.877.306,32

**Passivo/Garantia** **62,9%**

(1) Valor de avaliação econômico-financeira das ações de emissão da Klabin S.A. de propriedade de Klabin Irmãos & Cia. e Niblak Participações S.A. em 30 de setembro de 2002, representativas do controle da Klabin S.A.

*[Handwritten signatures and initials are present over the text and table area.]*

Página 8





b) Com relação às Debêntures da 2ª Série

Garantia	(R\$)	Passivo Pro Forma	(R\$)
Caução de Ações da Riocell S.A.(1)	1.828.926.000,00	Debêntures da 2ª Série	564.000.000,00
		Contratos de Repasse	100.000.000,00
		Contrato de Pré-Pagamento(2)	447.653.150,00
<b>Total da Garantia</b>	<b>1.828.926.000,00</b>	<b>Total da Dívida Garantida</b>	<b>1.111.653.150,00</b>
80% do valor das garantias reais (valor máximo de endividamento com garantia real)			1.463.140.800,00
<b>Passivo/Garantia</b>			<b>60,8%</b>

(1) Valor de avaliação econômico-financeira da Riocell em 30 de setembro de 2002.

(2) O saldo devedor apurado em 30 de novembro de 2002 era de US\$123.100.000,00, utilizando-se para conversão a taxa de câmbio de R\$3,6365 por US\$1,00.

**CLÁUSULA IV**  
**CARACTERÍSTICAS COMUNS**  
**A TODAS AS SÉRIES DAS DEBÊNTURES**

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$100.000,00 (cem mil reais) (o "Valor Nominal Unitário"), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

4.1.2. Quantidade de Debêntures Emitidas: Serão emitidas 10.360 (dez mil trezentas e sessenta) Debêntures.

4.1.3. Número de Séries: A Emissão será realizada em 2 (duas) Séries, com as características descritas nas Cláusulas V e VI abaixo, sendo a 1ª Série no valor de R\$472.000.000,00 (quatrocentos e setenta e dois milhões de reais) e a 2ª Série no valor de R\$564.000.000,00 (quinhentos e sessenta e quatro milhões de reais).

4.1.4. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos, a data da Emissão das Debêntures será o dia 15 de dezembro de 2002 (a "Data de Emissão").

4.1.5. Tipo, Forma e Conversibilidade: As Debêntures serão escriturais e nominativas, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. O Banco Itaú S.A. prestará os serviços de escrituração das Debêntures e também de banco mandatário (o "Banco Mandatário e Escriturador").

4.1.6. Espécie: As Debêntures serão da espécie com garantia real, garantidas conforme os termos do Contrato de Caução da 1ª Série e do Contrato de Caução da 2ª Série (os "Documentos de Garantia") descritos nos itens 5.7. e 6.6.1 desta Escritura.



4.1.7. Além das garantias mencionadas no item 4.1.6. acima, as Debêntures de ambas as Séries contarão com garantia fidejussória, conforme estabelecido no item 4.5. abaixo.

#### 4.2. Remuneração

4.2.1. A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração equivalente a 100% (cem por cento) do Fator Diário dos financiamentos apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, calculados com base em um ano de 252 dias úteis, calculado e divulgado pelo Banco Central do Brasil, doravante denominados individualmente, "Fator SELIC" e, coletivamente "Fatores SELIC", capitalizados de uma taxa de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) ao ano (a título de *spread*), calculada com base em um ano de 252 dias úteis (os "Juros Remuneratórios"). Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão, ou data de vencimento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, inclusive, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, exclusive, de acordo com a seguinte fórmula:

$$JR = VN \times \left\{ \text{Produtório SELIC} \times \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{du}{252}} \right] - 1 \right\}$$

onde:

JR = valor dos Juros Remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo);

VN = Valor Nominal Unitário;

Produtório SELIC = produtório dos Fatores SELIC, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a Data de Cálculo (conforme definido abaixo), exclusive, sendo:

$$\text{Produtório SELIC} = \prod_{k=1}^{n_s} (\text{Fator SELIC}_k)$$

onde:

$n_s$  = número total de Fatores SELIC do respectivo Período de Capitalização;

Fator SELIC<sub>k</sub> = Fator SELIC do dia "k", onde: k = 1, 2, ...,  $n_s$

Fator SELIC = 100% (cem por cento) do Fator Diário dos financiamentos apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, divulgado pelo Banco Central do Brasil ("Bacen"), na transação PTAX 880, opção 1, do Sistema de Informações Banco Central - SISBACEN. O Fator SELIC



deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;

*Spread* = 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, calculado com base em um ano de 252 dias úteis;

*du* = número de dias úteis apurados entre a data de início do respectivo Período de Capitalização, inclusive, até a Data de Cálculo, exclusive;

4.2.2. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação do Fator SELIC pelo Bacen, na transação PTAX 880, opção 1, do Sistema de Informações Banco Central - SISBACEN, será aplicado o último Fator SELIC divulgado até 10 (dez) dias anteriores ao do vencimento da obrigação, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do Fator SELIC que seria aplicável.

4.2.3. Caso o Fator SELIC deixe de ser divulgado por meio da transação PTAX 880, opção 1, do Sistema de Informações Banco Central - SISBACEN, por prazo superior a 10 (dez) dias, ou caso seja extinto ou haja a impossibilidade legal de aplicação do Fator SELIC às Debêntures, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Caso não haja substituto legal, o Agente Fiduciário deverá, no menor prazo legal permitido a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas (na forma e prazos estipulados no Artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 07/99 e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures. Esse novo parâmetro de remuneração das Debêntures será aplicável inclusive no período compreendido entre a data da última divulgação do Fator SELIC e a data da aludida Assembléia.

4.2.4. Caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre Debenturistas representando, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) do total das Debêntures em circulação e a Emissora, as Debêntures deverão ser resgatadas na sua totalidade, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data da realização da Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios (aplicando-se o último Fator SELIC divulgado), calculados *pro rata temporis*, a partir da data da última divulgação do Fator SELIC (inclusive) até a data do efetivo resgate (exclusive). O resgate ao qual se refere este item não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.

4.2.5. Para fins do disposto nesta Escritura:

"Período de Capitalização" significa o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Cálculo do Período de Capitalização encerrado (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Cálculo correspondente ao período iniciado (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

Handwritten signatures and initials are present below the text, including "gkg", "9/12", "LKL", "PAGINA 11", "W.K.", "RUK", and others.











#### 4.4. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures de ambas as Séries em circulação, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios calculado *pro rata temporis*, observado o disposto no parágrafo 2º do Artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. O Conselho da Administração da Emissora terá poderes para aprovar o cancelamento, a qualquer momento, das Debêntures que se encontrem em tesouraria.

#### 4.5. Garantia Fidejussória

4.5.1. Além das garantias previstas nos itens 5.7. e 6.6. desta Escritura, as Debêntures de ambas as Séries da presente Emissão são garantidas por fiança, constituída neste ato, prestada pelos Intervenientes Fiadores Jacob Klabin Lafer Administração e Participações S.A., Miguel Lafer Participações S.A., VFV Participações S.A., Presh S.A., GL S.A. Participações, Glimdas Participações S.A., Daro Participações S.A., Dawojobe Participações S.A., LKL Participações S.A., KL Participações Ltda., KLA-RO Participações Ltda., KLA-PI Participações Ltda., KLA-ZETA Participações Ltda., Klabin Irmãos & Cia., Niblak Participações S.A., Sylvia Lafer Piva, Armando Klabin, Daniel Miguel Klabin, Graziela Lafer Galvão, Israel Klabin, Lilia Klabin Levine, Miguel Lafer e Vera Lafer (a “Fiança”), todos qualificadas no preâmbulo desta Escritura que, por este instrumento e na melhor forma de direito, se obrigam, na qualidade de devedores solidários e principais pagadores de todas as obrigações decorrentes desta Escritura, até sua final liquidação, com renúncia expressa dos Intervenientes Fiadores aos Artigos 1.006, 1.485, 1.491, 1.498, 1.499, 1.500, 1.502, 1.503 e 1.504 do Código Civil Brasileiro, Artigos 261 e 262 do Código Comercial Brasileiro e Artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil pelas obrigações assumidas na presente Escritura. Os Intervenientes Fiadores pessoas jurídicas declaram e garantem que (i) a prestação desta fiança foi devidamente autorizada por seus respectivos órgãos societários competentes; e (ii) todas as autorizações necessárias para prestação desta fiança foram obtidas e se encontram em pleno vigor.

4.5.2. A Fiança aqui referida é prestada pelos Intervenientes Fiadores em caráter irrevogável e irretratável, e vigorará até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura (incluindo as eventuais despesas decorrentes da venda amigável das ações caucionadas).

4.5.3. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

#### 4.6. Vencimento Antecipado

O Agente Fiduciário deverá, observados os itens 4.6.1., 4.6.1.1. e 4.6.2. abaixo, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir o imediato pagamento pela Emissora do montante equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture em circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios e encargos, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data

Handwritten signatures and initials are present below the text, including names like Jacob Klabin Lafer, Miguel Lafer, VFV, Presh, GL, Glimdas, Daro, Dawojobe, LKL, KL, KLA-RO, KLA-PI, KLA-ZETA, Klabin Irmãos & Cia., Niblak, Sylvia Lafer Piva, Armando Klabin, Daniel Miguel Klabin, Graziela Lafer Galvão, Israel Klabin, Lilia Klabin Levine, Miguel Lafer, and Vera Lafer. A stamp "Página 14" is visible in the center.





de vencimento dos Juros Remuneratórios até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos (cada um deles um “Evento de Inadimplemento”):

- a) não pagamento do principal ou juros devidos em razão das Debêntures nas respectivas datas de vencimento;
- b) pedido de concordata preventiva ou de auto-falência formulado pela Emissora ou por qualquer uma de suas controladoras, controladas (diretas ou indiretas) ou coligadas;
- c) liquidação ou decretação de falência da Emissora ou de qualquer uma de suas controladoras, controladas (diretas ou indiretas) ou coligadas;
- d) extinção ou dissolução da Emissora;
- e) não realização da aquisição obrigatória e do resgate antecipado obrigatório das Debêntures conforme previsto nos itens 5.5. e 6.5. abaixo, bem como a alienação de ativos sem observância do disposto no item 10.4.4. abaixo;
- f) declaração de vencimento antecipado de qualquer um dos Contratos de Repasse ou do Contrato de Pré-Pagamento (conforme definidos abaixo);
- g) modificações de quaisquer termos ou condições constantes (i) da Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações Ordinárias de Riocell S.A. (as “Debêntures Conversíveis em Ações”), firmada em 01 de dezembro de 2002 ou (ii) do Contrato de Arrendamento e de Exploração de Uma Universalidade de Coisas que Compõe Estabelecimento Industrial e Outros Pactos, firmado entre a Riocell S.A. e a Emissora em 01 de dezembro de 2002 (o “Contrato de Arrendamento”), bem como sua continuidade após o prazo de vigência determinado nesse instrumento;
- h) não manutenção, pela Emissora, durante toda a vigência desta Emissão, da titularidade direta da totalidade das Debêntures Conversíveis em Ações e das ações de emissão da Riocell S.A.;
- i) não constituição das hipotecas sobre os bens imóveis identificados no Anexo III – A e Anexo III – B desta Escritura na forma prevista no item 8.2.5. abaixo, observado o prazo de até 75 (setenta e cinco) dias com relação às unidades industriais (Anexo III-A) e 150 (cento e cinquenta) dias com relação aos imóveis rurais (florestas) (Anexo III-B), observado o disposto no item 8.2.5.2. abaixo, contados da data em que as Debêntures forem totalmente subscritas e integralizadas;
- j) penhora das ações de emissão da Klabin S.A. e/ou das ações ou Debêntures Conversíveis de emissão da Riocell S.A., entregues em caução nos termos dos itens 5.7. e 6.6.1. abaixo;

9/1  
[Handwritten signatures and initials]

Página 15





- k) penhora de qualquer um dos bens imóveis identificados nos Anexos III – A ou III – B desta Escritura;
- l) alienação ou oneração de qualquer um dos bens constantes dos Anexos III – A e III – B desta Escritura sem o prévio consentimento por escrito de todos os Debenturistas detentores de Debêntures da 2ª Série e dos credores decorrentes dos Contratos de Repasse;
- m) não manutenção dos bens constantes dos Anexos III – A e III – B desta Escritura em perfeito estado de conservação, funcionamento e produtividade;
- n) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, cujo valor individual ou total seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado ou ainda se prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis de sua ocorrência;
- o) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, não sanada em 05 (cinco) dias úteis, contados da ocorrência do respectivo evento, desde que não esteja previsto nesta Escritura prazo específico para a correção do inadimplemento;
- p) inadimplemento de qualquer obrigação prevista nos Documentos de Garantia ou no respectivo Contrato de Colocação das Debêntures, pela Emissora ou por qualquer dos Intervenientes Garantidores que sejam parte daqueles instrumentos, não sanada no prazo específico determinado em referidos documentos;
- q) vencimento antecipado, ou a ocorrência de qualquer fato ou evento que, mediante a entrega de notificação ou lapso temporal, possa ensejar o vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora e/ou de suas controladas (diretas ou indiretas), de valor individual ou total igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- r) não pagamento, na data do respectivo vencimento, pela Emissora ou por qualquer de suas controladas, de qualquer obrigação da Emissora e/ou de suas controladas, diretas ou indiretas (conforme o caso), no valor individual ou total igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- s) início de execução de quaisquer garantias prestadas pela Emissora e/ou por qualquer uma de suas controladas (diretas ou indiretas), de valor igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se a execução tiver sido proposta por comprovado erro ou má fé, ou se for suspensa ou extinta em até 10 (dez) dias úteis contados da citação da Emissora e/ou de suas controladas (diretas ou indiretas), conforme o caso;
- t) trânsito em julgado de uma ou mais sentenças ou laudos arbitrais definitivos contra a Emissora e/ou contra qualquer de suas controladas (diretas ou indiretas) que resulte(m) ou possa(m) resultar, em conjunto, em obrigação de



pagamento para a Emissora de valor igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), exceto se essa obrigação for paga nos termos e prazos estabelecidos na(s) sentença(s) ou no(s) laudo(s) arbitral(is);

- u) ocorrência de qualquer incorporação, fusão, cisão, transformação ou qualquer outra reorganização societária da Emissora ou de suas controladas (diretas ou indiretas), seja esta reorganização estritamente societária ou realizada mediante disposição de ativos, exceto com relação às operações destinadas ao atendimento do item 8.2.2., subitem (ii) abaixo, conforme autorizado pelos Debenturistas nos termos do item 10.4.4. abaixo;
- v) se as garantias referidas nesta Escritura, inclusive a garantia fidejussória aqui constituída, a qualquer tempo ou por qualquer motivo, perderem sua eficácia ou deixarem de estar em pleno vigor ou forem declaradas nulas ou sua validade ou exequibilidade forem impugnadas;
- w) se houver a deterioração ou depreciação de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas da 1ª ou 2ª Séries abaixo do Limite Mínimo de Garantia (conforme abaixo definido) previsto no item 4.8.1. sem seu devido reforço nos prazos previstos nesta Escritura;
- x) falta de cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas nas Cláusulas VII e/ou VIII abaixo, inclusive com relação ao exercício da opção de venda, cessão ou transferência das ações de emissão da Klabin Kimberly S.A.;
- y) quaisquer mudanças no objeto social da Emissora ou da Riocell S.A. ou quaisquer alterações nos atuais direitos e vantagens das ações preferenciais e ordinárias de emissão da Emissora ou das ações ordinárias de emissão da Riocell S.A.;
- z) concessão de opção de compra, cessão, oneração, gravame, cessão de direitos de subscrição ou qualquer outra forma de alienação, direta ou indireta, gratuita ou onerosa, que acarrete a transferência ou compartilhamento do controle acionário direto ou indireto da Emissora, conforme definido no Artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, sem prévia autorização de todos os Debenturistas;
- aa) não publicação das condições propostas para repactuação das Debêntures em até 10 (dez) dias úteis antes do encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração (conforme definido abaixo), conforme estipulado no item 6.4. e seguintes desta Escritura;
- bb) não realização, nos respectivos prazos devidos, pela Emissora ou pela Riocell S.A., do pagamento de todos os tributos federais, estaduais ou municipais, e encargos trabalhistas, previdenciários ou assistenciais a que estejam ou venha a estar sujeitas, bem como dos tributos incidentes sobre os bens hipotecados constantes dos Anexos III – A e III – B desta Escritura; e
- cc) demais casos previstos em lei.



4.6.1. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (a) até (j) do item 4.6. acima, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures de ambas as Séries.

4.6.1.1. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens (k) até (cc) do item 4.6. acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X abaixo e o quorum específico estabelecido no item 4.6.2. abaixo.

4.6.2. Após a realização da Assembléia Geral de Debenturistas (cuas deliberações deverão ser tomadas por Debenturistas de ambas as Séries em conjunto) mencionada no item 4.6.1.1. acima, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures de ambas as Séries e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios e encargos até a data de seu efetivo pagamento, nos termos do item 4.6. acima, a menos que Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures de ambas as Séries em circulação optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

#### 4.7. Autorização para Assinatura dos Documentos de Garantia

4.7.1. Exceto com relação aos Debenturistas que possam ser qualificados como Banco Oficial (conforme definido abaixo), fica desde já acordado que os Debenturistas da 1ª e da 2ª Séries, ao subscreverem as Debêntures, concordam que o Agente Fiduciário os represente na assinatura dos Documentos de Garantia e do Contrato de Compartilhamento de Garantias (conforme definido abaixo). Os Debenturistas da 1ª e da 2ª Séries concordam ainda que o Agente da Garantia (conforme definido no Contrato de Caução da 1ª Série e no Contrato de Caução da 2ª Série) os represente, se for o caso, na assinatura do Contrato de Caução da 1ª Série e no Contrato de Caução da 2ª Série e no Contrato de Compartilhamento de Garantias. Esses Debenturistas também autorizam o Agente Fiduciário e o Agente da Garantia (se for o caso) a assinarem eventuais aditamentos a serem firmados com relação aos Documentos de Garantia dos quais sejam parte e/ou ao Contrato de Compartilhamento de Garantias.

4.7.2. Não obstante o disposto acima, fica desde já estabelecido que qualquer modificação aos termos e/ou condições dos Documentos de Garantia, das hipotecas a serem constituídas nos termos do item 8.2.5. abaixo e/ou do Contrato de Compartilhamento de Garantias que direta ou indiretamente afete os direitos dos Debenturistas deverá ser previamente aprovados por Debenturistas representando, no mínimo, o equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação da Série afetada, exceto com relação à liberação de garantias, que deverá ser aprovada por Debenturistas representando a totalidade das Debêntures em circulação da Série afetada.







extrajudicial das cauções se dará conforme disposto no Contrato de Caução da 1ª Série e no Contrato de Caução da 2ª Série, conforme o caso.

## CLÁUSULA V CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA 1ª SÉRIE

5.1. Quantidade: A 1ª Série será composta por 4.720 (quatro mil, setecentas e vinte) Debêntures.

5.2. Prazo e Data de Vencimento: O prazo de vigência das Debêntures da 1ª Série será de 22 (vinte e dois) meses a contar da Data de Emissão, com vencimento previsto para 15 de outubro de 2004.

5.3. Pagamento do Principal: O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série deverá ser pago na data de vencimento final dos títulos, ou seja, 15 de outubro de 2004.

5.4. Repactuação: As Debêntures da 1ª Série não estarão sujeitas à repactuação programada.

### 5.5. Aquisição Obrigatória

5.5.1. Caso a Emissora aliene, ceda ou transfira, direta ou indiretamente, até 15 de outubro de 2003, suas ações representativas do capital social da Klabin Kimberly S.A., por meio do exercício do direito de opção de venda dessas ações, ou de qualquer outra forma, a Emissora deverá promover a aquisição das Debêntures da 1ª Série observado o previsto no item 5.5.2. e seguintes abaixo.

5.5.1.1. A Emissora também será obrigada a proceder à aquisição obrigatória prevista neste item 5.5., aplicando-se o aqui disposto, caso ocorra qualquer uma das hipóteses previstas no item 8.2.2., subitem (ii) e nos itens 8.2.2.3. e 8.2.2.4., ambos desta Escritura.

5.5.2. Caso ocorra o disposto no item 5.5.1. acima, a Emissora deverá publicar, nos termos do item 12.1. abaixo, até o 2º (segundo) dia útil após o recebimento dos respectivos recursos, aviso aos Debenturistas da 1ª Série realizando uma oferta de compra de Debêntures da 1ª Série em valor equivalente ao produto total da venda das ações representativas do capital social da Klabin Kimberly S.A., observado o disposto no item 5.5.4. abaixo.

5.5.2.1. O valor a ser pago pela Emissora para aquisição das Debêntures da 1ª Série será o Valor Nominal Unitário dessas Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, que deverá constar do aviso referido no item 5.5.2. supra. A liquidação da compra das Debêntures deverá ser realizada até o 3º (terceiro) dia útil após o prazo de manifestação dos Debenturistas previsto no item 5.5.3. abaixo.

5.5.3. Os Debenturistas detentores de Debêntures da 1ª Série que desejarem alienar suas Debêntures deverão, em até 5 (cinco) dias úteis da data de publicação do aviso mencionado no item 5.5.2. acima, manifestar por escrito, à Emissora, sua intenção de

Página 20

RLK









## CLÁUSULA VI CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA 2ª SÉRIE

6.1. Quantidade: A 2ª Série será composta por 5.640 (cinco mil, seiscentas e quarenta) Debêntures.

6.2. Prazo e Data de Vencimento: O prazo de vigência das Debêntures da 2ª Série será de 36 (trinta e seis) meses a contar da Data de Emissão, com vencimento previsto para 15 de dezembro de 2005.

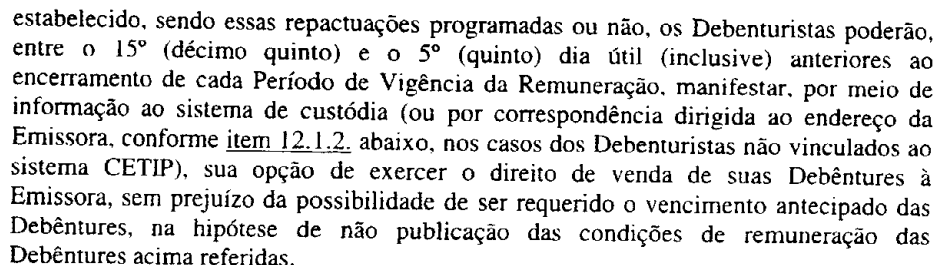
6.3. Pagamento do Principal: O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série deverá ser pago na data de vencimento final dos títulos, ou seja, 15 de dezembro de 2005.

6.4. Repactuação: As Debêntures da 2ª Série estarão sujeitas a duas repactuações programadas, a primeira prevista para 15 de dezembro de 2003 e a segunda para 15 de dezembro de 2004.

6.4.1. Em até 20 (vinte) dias úteis antes da data da 1ª repactuação programada aplicável a 2ª Série desta Emissão, o Conselho de Administração da Emissora deliberará, observados os limites legais aplicáveis à sua competência, sobre as matérias a seguir mencionadas, que deverão vigorar nos demais Períodos de Vigência da Remuneração: (i) as novas condições de remuneração das Debêntures da 2ª Série; (ii) as condições necessárias para que ocorram outras repactuações com relação às Debêntures da 2ª Série durante a vigência da Emissão (inclusive com relação à repactuação programada para 15 de dezembro de 2004); (iii) modificações nas obrigações financeiras da Emissora constantes dos itens 8.2.1. e 8.2.1.1. desta Escritura; e (iv) a necessidade de modificação ou complementação das garantias decorrentes desta Emissão, previstas no item 6.6. abaixo, com relação às Debêntures da 2ª Série. As deliberações da Emissora sobre as condições de repactuação serão comunicadas por intermédio de publicação, conforme especificado nesta Escritura, até 15 (quinze) dias úteis antes do encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração, informando:

- (a) as condições de remuneração das Debêntures da 2ª Série a vigor durante o próximo Período de Vigência da Remuneração;
- (b) as condições para a ocorrência de repactuações programadas aplicáveis às Debêntures da 2ª Série;
- (c) as obrigações financeiras da Emissora previstas nos itens 8.2.1. e 8.2.1.1. desta Escritura, que poderão diferir daquelas inicialmente pactuadas; e
- (d) as alterações ou complementações referentes às garantias oferecidas pela Emissora aos Debenturistas detentores de Debêntures da 2ª Série.

6.4.2. Caso os Debenturistas detentores de Debêntures da 2ª Série não concordem com as condições propostas pela Emissora para o próximo Período de Vigência da Remuneração ou caso tais condições não sejam publicadas pela Emissora no prazo ora



6.4.3. A Emissora obriga-se a adquirir a totalidade das Debêntures da 2ª Série, nas datas de encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração, dos Debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pela Emissora para o período subsequente ou se manifestarem pela venda em função da não publicação pela Emissora das condições do próximo Período de Vigência da Remuneração.

6.4.4. As Debêntures da 2ª Série serão adquiridas pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, definido para o período vencido. As Debêntures adquiridas pela Emissora nos termos deste item poderão ser canceladas, permanecer em Tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado.

6.4.5. Para fins do disposto nesta Escritura, “Período de Vigência da Remuneração” significa o intervalo de tempo durante o qual as condições das Debêntures permanecem as mesmas, ficando desde já estabelecido que o primeiro Período de Vigência da Remuneração das Debêntures da 2ª Série terá início na Data de Emissão e vencimento em 15 de dezembro de 2003.

6.5. Resgate Antecipado Obrigatório: A Emissora será obrigada, observado o disposto no item 6.5.1. abaixo, a resgatar antecipadamente, até 15 de dezembro de 2003, todas as Debêntures da 2ª Série, na hipótese de (i) não aceitação, pela Kimberly Clark, até 30 de junho de 2003, do exercício da opção de venda de ações de sua titularidade, representativas do capital social da Klabin Kimberly S.A., na data e condições inicialmente apresentadas pela Emissora e constantes do Acordo de Acionistas, em razão de ocorrência de um Evento de Força Maior (conforme definido no Acordo de Acionistas) ou por qualquer outro motivo, não sendo realizada a respectiva liquidação financeira em até 90 (noventa) dias contados da data em que a Emissora requereu o exercício da opção de venda dessas ações à Kimberly Clark; ou (ii) descumprimento da obrigação prevista no item 8.2.1. abaixo. O resgate antecipado das Debêntures da 2ª Série ao qual se refere este item não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.

6.5.1. O resgate antecipado obrigatório aqui mencionado ocorrerá no prazo previsto no item 6.5. acima, após publicação, pela Emissora, de aviso aos Debenturistas detentores de Debêntures da 2ª Série, com antecedência de 2 (dois) dias da data do efetivo resgate.

**6.5.2. Resgate Antecipado Facultativo:** Não haverá resgate antecipado facultativo das Debêntures da 2ª Série.

entures da 2ª Série.



## 6.6. Garantias Reais

6.6.1. Caução: As Debêntures da 2ª Série são garantidas por: (i) caução de ações de emissão da Riocell S.A., de propriedade da Klabin S.A. e Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda., representativas, a todo tempo de vigência da presente Escritura, de 100% (cem por cento) de seu capital total, bem como as ações que vierem a deter no futuro, além de todas as bonificações e demais direitos relativos às ações caucionadas (exceto o direito ao recebimento de dividendos); a Riocell foi avaliada, conforme relatório de avaliação econômico-financeira elaborado pela Deloitte Touche Tohmatsu, com data-base de 30 de setembro de 2002, considerando-se a unidade de negócios interna da Emissora, existente à época, cujos ativos foram posteriormente conferidos à Riocell. O valor de tal avaliação foi de R\$1.828.926.000,00 (um bilhão, oitocentos e vinte e oito milhões, novecentos e vinte e seis mil reais); e (ii) caução de 61.905 (sessenta e uma mil, novecentas e cinco) Debêntures Conversíveis em Ações emitidas pela Riocell S.A., no valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), bem como o produto obtido por meio do resgate das Debêntures Conversíveis em Ações. A caução das ações e das Debêntures Conversíveis em Ações de emissão da Riocell S.A. é constituída por meio da celebração do contrato de caução de ações e debêntures conversíveis firmado em 23 de dezembro de 2002 (o “Contrato de Caução da 2ª Série”), cuja cópia é parte integrante desta Escritura como Anexo II. O direito de voto permanecerá com os acionistas da Riocell S.A., podendo, entretanto, o Contrato de Caução da 2ª Série prever que, nos termos do Artigo 113 da Lei das Sociedades por Ações, esses acionistas somente poderão exercer tal direito de voto nos termos daquele instrumento.

6.6.2. Garantias Adicionais: As Debêntures da 2ª Série também serão garantidas por hipotecas (as “Hipotecas”) que recairão sobre as unidades industriais de propriedade da Emissora e da Riocell S.A., identificadas no Anexo III - A desta Escritura, bem como sobre imóveis rurais (florestas) e respectivas acessões, identificados no Anexo III - B, a serem constituídas e registradas no prazo indicado no item 8.2.5, abaixo. Os documentos por meio dos quais as hipotecas serão formalizadas deverão ser aprovados por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

6.6.2.1. Observado o acima mencionado, com relação à constituição das hipotecas aplicar-se-á o disposto no item 8.2.5, desta Escritura.

6.6.3. Compartilhamento das Garantias Reais das Debêntures da 2ª Série: Todas as garantias reais referentes às Debêntures da 2ª Série serão compartilhadas com os credores dos seguintes contratos financeiros de que a Emissora é parte: (i) Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito junto ao Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., na modalidade Pré Embarque Especial, pelo qual obteve um crédito em moeda nacional, no montante de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), com vencimento previsto para 15 de dezembro de 2004; (ii) Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito junto ao Banco Bradesco S.A., na modalidade Pré Embarque Especial, pelo qual obteve um crédito em moeda nacional, no montante de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), com vencimento previsto para 15 de dezembro de 2004; (iii) Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito junto ao Banco BBA Creditanstalt S.A., na modalidade Pré Embarque Especial, pelo qual





obteve um crédito em moeda nacional, no montante de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), com vencimento previsto para 15 de dezembro de 2004; (iv) Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito junto ao Banco Itaú S.A., na modalidade Pré Embarque Especial, pelo qual obteve um crédito em moeda nacional, no montante de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), com vencimento previsto para 15 de dezembro de 2004 (os “Contratos de Repasse”); e (v) Contrato de Pré-Pagamento.

6.6.3.1. As condições aplicáveis ao compartilhamento das garantias acima descritas constam do Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças (o “Contrato de Compartilhamento de Garantias”) que é parte integrante desta Escritura como Anexo IV.

## CLÁUSULA VII NÃO CONSTITUIÇÃO DE ÔNUS SOBRE OS ATIVOS DA EMISSORA

7.1 Enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora também se compromete, sob pena de vencimento antecipado das obrigações constantes desta Escritura, observado o disposto nos itens 4.6.1.1. e 4.6.2. acima, a:

- (i) não constituir qualquer Garantia Real, exceto Garantias Reais Permitidas, sobre seus ativos, receitas presentes ou futuras, em garantia de qualquer Dívida e a fazer com que suas controladas ou coligadas não constituam qualquer Garantia Real sobre seus ativos, receitas, presentes ou futuras, em garantia de qualquer Dívida da Emissora, a menos que, anterior ou concomitantemente a criação de qualquer Garantia Real, as obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura: (a) sejam igualmente garantidas de modo considerado satisfatório pelos Debenturistas, e desde que tal garantia seja aprovada por Debenturistas que representem, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em circulação, ou (b) tenham o benefício de qualquer outra garantia que seja aprovada em Assembléia Geral de Debenturistas, observado o quorum mencionado no subitem (a) acima; e
- (ii) não constituir qualquer Garantia Real sobre Ações de sua titularidade, exceto a caução sobre as ações de emissão de sua controlada Riocell S.A., constituída na forma desta Escritura, nos termos do item 6.6.1. supra.

7.2. Para os efeitos da presente Escritura, inclusive desta Cláusula VII. aplicar-se-ão as seguintes definições:

“Ações” significa qualquer ação de uma sociedade anônima ou quotas de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, conforme o caso, de titularidade direta ou indireta da Emissora na data de celebração desta Escritura, ou ações ou quotas de qualquer sociedade resultante da fusão ou incorporação dessas sociedades.

“Ativo Fixo” significa qualquer ativo da Emissora que esteja ou venha a ser incluído e classificado no balanço consolidado da Emissora como ativo imobilizado, de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos no Brasil.

10

Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.





“Ativo Fixo Relevante” significa qualquer Ativo Fixo usado para (i) reflorestamento, cultivo, extração, serraria ou transporte de madeira e seus derivados, (ii) produção de celulose e seus derivados (incluindo papel e produtos de papel) ou (iii) qualquer processo de produção, distribuição ou venda relacionado com os subitens (i) ou (ii) aqui relacionados e que participe no processo produtivo, de distribuição ou venda da Emissora, de forma direta ou indireta, sendo responsável por, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da proporção das vendas atuais da Emissora ou de suas controladas ou coligadas.

“Banco Oficial” significa (i) qualquer instituição financeira, órgão ou banco de desenvolvimento pertencente ao governo brasileiro ou qualquer outro banco brasileiro ou instituição financeira que represente ou atue como agente de um órgão governamental (incluindo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”) e empresas integrantes do sistema BNDES) e (ii) qualquer instituição financeira, agência ou banco de desenvolvimento multilateral ou de governo estrangeiro, incluindo o Banco Mundial, o *International Finance Corporation – IFC* e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

“Capital de Giro” significa Dívidas com vencimento original de 45 (quarenta e cinco) dias ou menos utilizadas no financiamento das operações da Emissora.

“Demonstrações Financeiras Requeridas” significa informações trimestrais (ITRs) e demonstrações financeiras padronizadas (DFPs).

“Dívida” significa (i) qualquer obrigação da Emissora e de suas controladas, contingente ou de qualquer forma exigível (a) por empréstimos contraídos (independentemente de garantia do credor contra todos os ativos da Emissora e de suas controladas ou somente parte dos mesmos), seja na forma de antecipação de recursos, conta corrente a descoberto ou linhas de crédito ou (b) evidenciada por notas promissórias (emitidas no Brasil ou no Exterior), debêntures ou instrumento de natureza similar, cartas de crédito (incluindo a obrigação de compra de moeda) ou (c) para o pagamento de aluguel ou outros valores relacionados à compra de bens do ativo que devam ser classificados como leasing financeiro de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, incluindo a compra diferida de bens imóveis, (d) decorrente de contratos de proteção contra variação das taxas de juros, contratos de câmbio, contratos de proteção contra variações cambiais ou quaisquer outros contratos de natureza similar; (ii) qualquer obrigação de terceiros de natureza similar às obrigações descritas no item (i) acima, no qual a Emissora e suas controladas tenham prestado garantia ou que de outra forma venham a ser obrigação legal da Emissora e de suas controladas; e (iii) outra obrigação garantida por ônus ou gravame sobre os bens ou ativos da Emissora e de suas controladas, independentemente de ditas obrigações garantidas terem sido assumidas pela Emissora e/ou de suas controladas, excluídas de (i), (ii) e (iii) as disponibilidades financeiras, entendidas conforme o estabelecido no Artigo 179, inciso I (parte) da Lei das Sociedades por Ações.

“EBITDA” significa a soma dos seguintes valores extraídos das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora: (i) lucro (prejuízo) depois da provisão para o imposto de renda e contribuição social, (ii) despesa financeira líquida, (iii) provisão para imposto de renda e contribuição social, (iv) depreciações, amortizações e exaustões, (v) outras despesas líquidas não operacionais, (vi) prejuízos decorrentes de participações

Página 26





minoritárias nos resultados de empresas com demonstrações consolidadas, e (vii) prejuízo nos resultados de Afiliadas (para este fim, “Afiliadas” significa sociedades nas quais a Emissora detenha participação acionária entre 20% e 50%), sempre determinados de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil.

“Garantia Real” significa qualquer hipoteca, penhor, caução, garantia flutuante ou qualquer outro ônus ou gravame de qualquer natureza ou espécie.

“Garantia Real Permitida” significa qualquer Garantia Real:

- (i) constituída sobre um Ativo Fixo ou Ações adquiridas após esta data pela Emissora ou constituída sobre um Ativo Fixo ou Ações relacionados à aquisição de qualquer Ativo Fixo ou Ações adquiridas após esta data pela Emissora, em cada caso para garantir a aquisição de tais Ativos Fixos ou Ações ou para garantir a Dívida contraída com a finalidade de adquirir tal Ativo Fixo ou Ações, incluindo qualquer Garantia Real existente à época de aquisição de tal Ativo Fixo ou Ações, contanto que o valor máximo do principal e juros garantidos por tal Garantia Real não exceda 90% (noventa por cento) do valor de tal Ativo Fixo ou Ações (conforme determinado pelo credor dessa Dívida e notificado ao Agente Fiduciário, quando o valor for superior a R\$50.000.000,00);
- (ii) constituída em relação a qualquer Dívida contraída pela Emissora junto a um Banco Oficial para financiar a aquisição, desenvolvimento, construção ou expansão de qualquer Ativo Fixo Relevante ou qualquer prorrogação, renovação ou renegociação dessa Dívida, desde que essa Dívida ou qualquer prorrogação, renovação ou renegociação (a) (1) tenha um vencimento original mínimo de cinco anos ou (2) seja uma cédula/note de crédito industrial emitida em favor de um Banco Oficial em antecipação ao desembolso de uma Dívida com vencimento original mínimo de cinco anos e (b) o valor total do principal de qualquer prorrogação, renovação ou renegociação não exceda o valor (incluindo juros, comissões e correção monetária, se houver) a ser prorrogado, renovado ou renegociado;
- (iii) que garanta Dívida tomada para o financiamento de projeto da Emissora ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, desde que (a) esta Dívida não seja garantida por instalações ou projetos já existentes na data desta Escritura; (b) esta Garantia Real somente se aplique a (x) propriedades objeto do financiamento do projeto ou (y) receitas ou recebíveis decorrentes do projeto a ser financiado; e (z) qualquer Garantia Real dada para garantir qualquer Dívida resultante da prorrogação, renovação ou renegociação de qualquer Dívida anteriormente garantida de acordo com este subitem, desde que não exceda o valor da Dívida originalmente garantida (incluindo juros, comissões e correção monetária, se houver) e que os ativos objeto da garantia sejam decorrentes do financiamento do projeto;
- (iv) existente na data de celebração desta Escritura ou que garanta qualquer prorrogação, renovação ou renegociação da Dívida originalmente garantida por Garantia Real; desde que o valor total do principal desta Dívida

Página 27





prorrogada, renovada ou renegociada não exceda o valor garantido (incluindo juros, comissões e correção monetária, se houver) na data desta Escritura;

- (v) decorrente do curso normal dos negócios para garantir Dívidas da Emissora resultantes de financiamentos de exportação, pré-pagamentos de exportação, importação ou operações de vendas domésticas ou financiamento de fornecedores em relação a ativos que não sejam Ativos Fixos ou crédito rural;
- (vi) decorrentes do curso normal dos negócios para garantir Dívidas da Emissora na forma de Capital de Giro, desde que o valor máximo garantido por esta Garantia Real não exceda 20% (vinte por cento) do valor total consolidado dos Ativos Fixos da Emissora na data da última publicação do balanço da Emissora na época em que esta Dívida foi contraída; e/ou
- (vii) constituída em favor dos Debenturistas (representados pelo Agente Fiduciário), dos credores dos Contratos de Repasse e do Contrato de Pré-Pagamento, em conjunto, e dos detentores das notas (eurobônus) de emissão da Klabin Fabricadora de Papel e Celulose S.A., tendo a IKPC - Indústrias Klabin de Papel e Celulose como garantidora (ambas as sociedades já incorporadas pela Klabin S.A.) e o Chase Manhattan Trustees Ltd. como agente das Notas, em 12 de agosto de 1996, no valor de US\$70.000.000,00 (setenta milhões de dólares norte-americanos) e com vencimento previsto para 12 de agosto de 2004 (os "Eurobônus").

#### CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

8.1. Obrigações de Fazer: Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora obriga-se a:

- (i) Fornecer ao Agente Fiduciário:
  - (a) após o término de cada exercício social, dentro do prazo legalmente permitido, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas a esse exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora;
  - (b) cópias das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202/93, nos prazos ali previstos, inclusive cópia de suas Informações Trimestrais (ITRs);
  - (c) no mesmo dia de sua publicação, o respectivo Edital de Convocação de qualquer Assembléia Geral, e prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas as Assembléias Gerais;

Página 28







- (d) imediatamente, qualquer informação relacionada com a presente emissão que lhe venha a ser solicitada; e
- (e) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 4.6. acima, imediatamente após a sua ocorrência.
- (ii) Proceder à adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação de suas demonstrações financeiras anuais;
- (iii) Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, às expensas da Emissora) tenham acesso irrestrito aos livros e demais registros contábeis da Emissora;
- (iv) Convocar, nos termos do item 10.1. desta Escritura, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer matéria que direta ou indiretamente se relacione com a presente emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (v) Cumprir todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;
- (vi) Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada junto à CVM;
- (vii) Manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202, de 06 de dezembro de 1993 ou do normativo que vier a substituí-la, e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no Artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado;
- (viii) Manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;
- (ix) Notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial, ou qualquer indício de alteração substancial, nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Emissora que: (a) possa impossibilitar ou dificultar de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures ou (b) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- (x) Pagar quaisquer valores devidos aos Debenturistas relativos às Debêntures objeto desta emissão, prioritariamente à distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório;
- (xi) Exceto conforme disposto na Seção "Negócios da Emissora", item "Seguros" do Prospecto, manter seus bens operacionais relevantes adequadamente segurados;





- (xii) Manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (xiii) Durante o prazo de vigência das Debêntures, não efetuar qualquer alteração material na natureza de seus negócios, conforme conduzidos nesta data, e não efetuar qualquer alteração na forma legal de seus negócios, conforme existam nesta data;
- (xiv) Fornecer, até 01 de novembro de 2003, todas as informações necessárias para que o Agente Fiduciário possa verificar se a Emissora está cumprindo suas obrigações, previstas nesta Escritura, especialmente nos itens 8.2.1. e 8.2.1.1. abaixo;
- (xv) Cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua bens;
- (xvi) (x) Notificar ao Agente Fiduciário, imediatamente após a ocorrência de qualquer evento, fato ou ato, que possa resultar (i) em uma violação pela Emissora, por qualquer de suas controladas (diretas ou indiretas) e/ou pelos Intervenientes Garantidores de qualquer lei, decreto ou regulamento e que possa, direta ou indiretamente, afetar seus negócios, seus resultados ou sua condição financeira ou operacional; (ii) em uma violação de qualquer contrato ou acordo que vincule a Emissora, qualquer de suas controladas (diretas ou indiretas), e/ou os Intervenientes Garantidores e que possa afetar, direta ou indiretamente, seus negócios, seus resultados ou sua condição financeira ou operacional; (y) informar imediatamente ao Agente Fiduciário acerca da ocorrência de qualquer inadimplemento;
- (xvii) Manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário e Escriturador, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário (SND);
- (xviii) Comunicar aos Debenturistas, na forma e prazo estabelecidos nesta Escritura, as condições de remuneração das Debêntures da 2ª Série a vigorar nos demais Períodos de Vigência da Remuneração;
- (xix) Proceder ao registro dos Documentos de Garantia nos competentes cartórios de registro, nos prazos estabelecidos nesta Escritura ou nos próprios Documentos de Garantia ou determinados pela legislação aplicável;
- (xx) Aderir aos regulamentos de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo-BOVESPA, observando o seguinte cronograma e requisitos: (a) até dezembro de 2002 aderir ao Nível I; (b) até março de 2003 promover alteração estatutária no sentido de submeter à aprovação dos detentores de ações preferenciais do capital da Emissora a celebração de contratos entre a Emissora e seus controladores ou com empresas nas quais os seus controladores tenham interesse; e (c) as demonstrações financeiras da Emissora a serem publicadas em março de 2004 deverão, também, atender aos princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (USGAAP).
- (xxi) Liquidar, na data de integralização das Debêntures, eventuais valores devidos pela Emissora decorrentes da Cédula de Crédito Industrial;



(xxii) Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, durante o prazo de vigência desta Escritura;

(xxiii) No prazo de até 6 (seis) meses após a Data de Emissão, contratar e obter uma ou mais classificações de risco para a Emissão, a ser(em) mantida(s) durante todo o prazo de vigência das Debêntures, por agência(s) de classificação de risco (*rating*) renomada(s), bem como divulgar ou permitir que essa(s) agência(s) de classificação de risco (*rating*) divulgue(m) relatório(s) com a(s) súmula(s) de classificação de risco;

(xxiv) Comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos originários desta Emissão, indicando as providências que julgue devam ser adotadas;

(xxv) Conforme solicitado pelos Debenturistas da 2ª Série, aditar o item IV.16.1. da Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações Ordinárias de Riocell S.A. para que as debêntures possam ser convertidas em ações ordinárias de emissão da Riocell S.A. a qualquer tempo, a partir de 30 (trinta) dias contados da data de emissão daquelas debêntures; e

(xxvi) Conforme solicitado pelos Debenturistas da 2ª Série, modificar o prazo de vencimento das Debêntures Conversíveis em Ações para data posterior ao vencimento final previsto para as Debêntures da 2ª Série desta Emissão.

#### 8.2. Obrigações Especiais de Fazer e Compromissos Financeiros da Emissora:

8.2.1. Enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se a manter a relação Dívida (conforme definido no item 7.2. acima)/EBITDA (conforme definido no item 7.2. acima) (últimos 12 meses) apurados com base nas Informações Trimestrais – ITR da Emissora de 30 de setembro de 2003, menor ou igual a 2 (dois), ou menor ou igual a 2,3 (dois vírgula três) caso a dívida de curto prazo consolidada da Emissora corresponda a, no máximo, 40% (quarenta por cento) de sua dívida total.

8.2.1.1. Não obstante o acima disposto, caso a relação Dívida (conforme definido no item 7.2. acima)/EBITDA (conforme definido no item 7.2. acima) apurada for maior que 2,3 (dois vírgula três) e menor ou igual a 2,5 (dois vírgula cinco) e a dívida consolidada de curto prazo da Emissora corresponda a, no máximo, 50% (cinquenta por cento) de sua dívida total, a Emissora poderá solicitar aos Debenturistas a dispensa de cumprimento da obrigação de resgate antecipado das Debêntures mencionada no item 8.2.1.2. abaixo. Esse pedido de dispensa somente será concedido mediante anuência de Debenturistas representando, no mínimo, o equivalente a 60% (sessenta por cento) das Debêntures em circulação.

8.2.1.2. A não observância ao disposto no item 8.2.1. ou caso a relação Dívida (conforme definido no item 7.2. acima)/EBITDA (conforme definido no item 7.2. acima) apurada seja maior que 2,5 (dois vírgula cinco), ocorrerá automaticamente (i) o aumento do *spread* utilizado para cálculo dos Juros Remuneratórios de ambas as Séries em 3% (três por cento), a partir de 1º de novembro de 2003, passando a vigorar com a taxa total equivalente a 100% (cem por cento) do Fator SELIC, capitalizada por um



*spread* de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis; e  
(ii) o resgate antecipado de todas as Debêntures da 2ª Série, em 15 de dezembro de 2003, conforme previsto no item 6.5. acima.

8.2.1.3. A Emissora deverá, ademais, divulgar as Informações Trimestrais – ITR, de 30 de setembro de 2003, até 1º de novembro de 2003, sob pena de não o fazendo, perder, automaticamente, o benefício do pedido de dispensa de resgate antecipado a ela concedido nos termos do item 8.2.1.1. acima.

8.2.2. Emissora se obriga, também, ao seguinte:

(i) exercer, até 30 (trinta) de junho de 2003, a opção de venda de ações conforme estabelecido no Acordo de Acionistas firmado com a Kimberly Clark, no tocante à sua participação no capital social da Klabin Kimberly S.A.; ou

(ii) alienar e realizar a conseqüente liquidação financeira integral, até 15 de outubro de 2003, quaisquer ativos em valor suficiente para realização da aquisição obrigatória das Debêntures da 1ª Série, prevista no item 5.5. acima, inclusive de sua participação mencionada no subitem (i) acima, independentemente do exercício do direito de opção de venda das respectivas ações.

8.2.2.1. O descumprimento da obrigação referida no subitem (i) do item 8.2.2. acima determinará, automaticamente, o aumento do *spread* utilizado para cálculo dos Juros Remuneratórios de ambas as Séries em 3% (três por cento), a partir de 30 de junho de 2003 e até a integral liquidação das Debêntures de ambas as Séries, passando a vigorar com a taxa total equivalente a 100% (cem por cento) do Fator SELIC, capitalizada por um *spread* de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis.

8.2.2.2. O descumprimento conjunto das obrigações referidas nos subitens (i) e (ii) do item 8.2.2. acima acarretará o vencimento antecipado das Debêntures, aplicando-se o disposto nos itens 4.6.1.1. e 4.6.2. supra.

8.2.2.3. Caso a Emissora aliene, para fins da aquisição obrigatória das Debêntures da 1ª Série, conforme previsto no item 5.5. acima (i) até 30 de junho de 2003, quaisquer ativos em valor individual ou total inferior a R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais); ou (ii) após 30 de junho de 2003 e até 15 de outubro de 2003, bens de quaisquer valores, haverá o aumento do *spread* para cálculo dos Juros remuneratórios das Debêntures da 1ª Série da Emissão em 3% (três por cento), a partir de 30 de junho de 2003 e até a integral liquidação das Debêntures de ambas as Séries, passando a vigorar com a taxa total equivalente a 100% (cem por cento) do Fator SELIC, capitalizada por um *spread* de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis.

8.2.2.4. Fica desde já estabelecido que não haverá o aumento do *spread* no caso de alienação, pela Emissora, até 30 de junho de 2003, de quaisquer ativos em valor individual ou total igual ou superior a R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), inclusive das ações de sua titularidade, representativas do capital social da Klabin Kimberly S.A. por outro meio que não o exercício da opção de venda dessas ações.





8.2.2.5. Caso ocorra qualquer das hipóteses previstas no item 8.2.2., subitem (ii) ou nos itens 8.2.2.3. e 8.2.2.4., todos desta Escritura, os recursos recebidos pela Emissora deverão ser utilizados para aquisição obrigatória das Debêntures da 1ª Série, conforme previsto no item 5.5. acima, observada ainda a obrigação de proceder o resgate antecipado de todas as Debêntures em circulação da 1ª Série até 15 de outubro de 2003, nos termos do item 5.5.6. acima.

8.2.2.6. Não obstante as hipóteses referentes à alienação de ativos previstas neste item 8.2.2., fica desde já estabelecido que a Emissora deverá observar o disposto no item 10.4.4. abaixo com relação à autorização para alienação de ativos.

8.2.3. A Emissora e a Riocell S.A. se obrigam a: (i) obter, em nome da Riocell S.A., todas as licenças, permissões e demais autorizações necessárias à condução das atividades descritas no objeto social da Riocell S.A. (principalmente a comercialização de celulose, papel, seus artefatos, subprodutos, derivados, matérias-primas, produtos químicos, bem como madeira sob qualquer forma) de forma independente pela própria companhia, em até 6 (seis) meses contados da data de assinatura desta Escritura, sob pena de não o fazendo acarretar o vencimento antecipado automático das Debêntures em circulação de ambas as Séries, nos termos do item 4.6. acima, sendo que a Emissora se compromete a fazer com que a Riocell S.A. conduza, e a Riocell S.A. se compromete a conduzir, suas atividades de forma independente após o término do Contrato de Arrendamento; e (ii) a Emissora e a Riocell S.A. também se obrigam a obter todos os registros e averbações necessários à devida formalização das transferências dos bens, móveis, imóveis e outros conferidos em aumento de capital da Riocell S.A. por meio da deliberação da Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas da Riocell S.A. de 01 de dezembro de 2002, bem como utilizados para a integralização das Debêntures Conversíveis em Ações, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data desta Escritura.

8.2.4. A Emissora deverá submeter à prévia aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação da 2ª Série, qualquer contrato ou acordo a ser firmado entre a Riocell S.A. e a Emissora ou qualquer empresa coligada ou controlada pela Emissora, cujo prazo de vigência seja superior a 12 (doze) meses e cujo valor seja superior, individualmente ou em conjunto, a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), sob pena de vencimento antecipado das Debêntures em circulação de ambas as Séries.

8.2.5. A Emissora e a Riocell S.A., neste ato e por esta Escritura, se obrigam ao disposto abaixo, no sentido de garantir as obrigações decorrentes da 2ª Série desta Emissão e as obrigações decorrentes dos Contratos de Repasse e do Contrato de Pré-Pagamento:

(i) em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data em que as Debêntures forem totalmente subscritas e integralizadas, a constituir hipoteca em primeiro grau sobre as unidades industriais identificadas no Anexo III - A desta Escritura, abrangendo, além do terreno, as construções, instalações, máquinas, equipamentos e quaisquer acessões presentes e futuras, e registrar essa hipoteca nos Cartórios de Registro de Imóveis competentes; e

(ii) em até 90 (noventa) dias contados da data em que as Debêntures forem totalmente subscritas e integralizadas, a constituir hipoteca em primeiro grau sobre os

Página 33





imóveis rurais (florestas) identificados no Anexo III – B desta Escritura, abrangendo, além do terreno, as construções, instalações, máquinas, equipamentos e quaisquer acessões presentes e futuras, e registrar essa hipoteca nos Cartórios de Registro de Imóveis competentes.

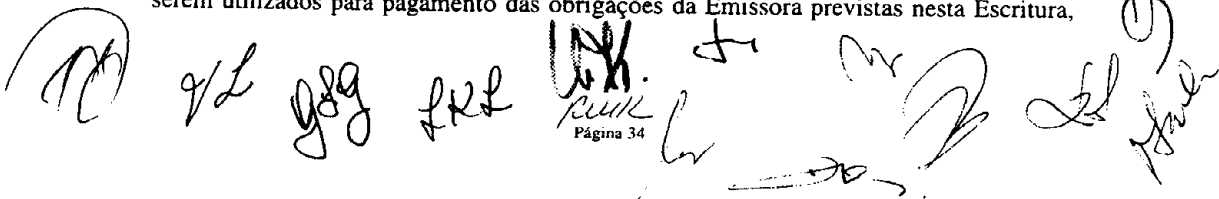
8.2.5.1. As hipotecas acima referidas compreenderão também o valor de eventual desapropriação, para rateio entre os Debenturistas e os credores dos Contratos de Repasse e do Contrato de Pré-Pagamento, na proporção dos seus créditos.

8.2.5.2. O não cumprimento do previsto o item 8.2.5. supra, acarretará o disposto nos itens 4.2.6.1. e 4.2.6.2. ou 4.6. alínea “i” (exceto se a Emissora deixar de constituir hipotecas no valor equivalente a até 5% (cinco por cento) do valor total dos bens imóveis constantes do Anexo III – B) desta Escritura, conforme o caso.

8.2.5.3. Deverá constar das escrituras de hipoteca, dentre outras, as seguintes obrigações a serem assumidas pela Emissora e/ou pela Riocell S.A., conforme o caso:

- a) reembolso aos Debenturistas (ou, se for o caso, ao Agente Fiduciário) e aos credores dos Contratos de Repasse e do Contrato de Pré-Pagamento de todas as despesas por eles incorridas na realização, regularização, segurança ou conservação de seus créditos ou para cumprimento das obrigações da Emissora ou da Riocell S.A. como devedoras hipotecantes;
- b) comunicação, por escrito, aos Debenturistas e aos credores dos Contratos de Repasse e do Contrato de Pré-Pagamento, caso se verifique a diminuição ou depreciação da garantia constituída, a fim de que estes possam determinar as providências necessárias e a Emissora e/ou a Riocell S.A. possam reforçar a garantia no prazo de até 15 (quinze) dias úteis da comunicação aqui referida;
- c) manutenção de todos os bens descritos nas escrituras de hipoteca devidamente segurados, exceto aos bens identificados no Anexo III – B desta Escritura, que não estão segurados; e
- d) providenciar, para efeito do disposto no subitem (c) acima, que as apólices de seguro sejam emitidas em favor dos Debenturistas detentores de Debêntures da 2ª Série e dos credores dos Contratos de Repasse e do Contrato de Pré-Pagamento, em 02 (duas) vias, a serem entregues pela Emissora imediatamente após sua emissão ou renovação, sendo uma via entregue ao Agente Fiduciário e outra aos credores dos Contratos de Repasse e do Contrato de Pré-Pagamento, devendo constar das condições das apólices que, na hipótese de sinistro, sem necessidade de anuência ou de autorização um do outro, qualquer dos beneficiários dos seguros poderão receber diretamente das seguradoras a importância total das indenizações.

8.2.5.3.1. Observado o referido no subitem (d) do item 8.2.5.3. supra, na hipótese de sinistro dos bens objeto das hipotecas, o beneficiário do seguro que tiver recebido a importância de qualquer indenização deverá depositar a totalidade desses valores em conta corrente a ser indicada, por escrito, pelo Agente Fiduciário, devendo tais recursos serem utilizados para pagamento das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura,

  
Página 34





nos Contratos de Repasse e no Contrato de Pré-Pagamento, de forma *pro rata*, conforme seus vencimentos.

8.3. Obrigações de Não Fazer: Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora obriga-se, ainda, a:

- (i) Não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (ii) Não praticar quaisquer atos em desacordo com seu estatuto social e esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante a comunhão de Debenturistas;
- (iii) Não efetuar a distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, bem como o pagamento de juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de distribuição de lucro, durante o prazo de vigência desta Escritura;
- (iv) Não celebrar contratos de mútuo com suas controladoras, diretas e/ou indiretas, bem como com suas coligadas e/ou controladas, exceto (i) na qualidade de mutuária de empréstimo cuja finalidade seja quitar a dívida decorrente das Debêntures; (ii) seja na qualidade de mutuante ou mutuária, com suas controladas, referentes a operações realizadas no curso normal dos negócios observando as práticas usualmente adotadas pela Emissora, em valor, individual ou total, não superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), sendo vedado, neste caso o repasse dos valores emprestados ou a realização de qualquer mútuo ativo pelas respectivas coligadas e/ou controladas, cujo resultado prático seja o repasse dos valores tomados da Emissora para quaisquer terceiros; e (iii) os empréstimos a serem realizados pela Emissora à MIRCA LIMITED, em valor de até US\$40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares norte-americanos) ou seu contra-valor em outras moedas e à KLABIN BACELL S.A., em valor de até US\$10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos) ou seu contra-valor em outras moedas;
- (v) Não realizar, ser parte envolvida, ou permitir que qualquer de suas controladas (diretas ou indiretas) realize, qualquer incorporação (inclusive de ações), fusão, cisão, transformação ou qualquer outra reorganização societária ou de seus ativos, exceto mediante prévia e expressa autorização de todos os Debenturistas;
- (vi) Não realizar qualquer operação de amortização, resgate ou recompra de ações, ou permitir que qualquer uma de suas controladas (diretas ou indiretas) realize tais operações;
- (vii) Não pagar antecipadamente qualquer dívida, exceto: (i) a dívida decorrente da presente Emissão na forma prevista nesta Escritura; ou (ii) dívidas cujo pagamento antecipado tenha sido prévia e expressamente autorizado por todos os Debenturistas; e
- (viii) Não alienar qualquer bem móvel ou imóvel que tenha valor individual ou total superior ou igual a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões reais), exceto conforme disposto no item 10.4.4. abaixo.

Página 35

2011





## CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

### 9.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da emissão objeto desta Escritura, Planner Corretora de Valores S.A., qualificada no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

### 9.2. Declaração

O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- a) não ter qualquer impedimento legal, conforme Artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o Artigo 10 da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil.;
- f) que teve acesso, analisou e verificou todos os documentos relacionados a esta Emissão, inclusive a Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações Ordinárias da Riocell S.A., firmada em 01 de dezembro de 2002, da qual é parte na qualidade de interveniente-anuente;
- g) que verificou a regularidade da constituição das garantias reais e da garantia fidejussória relativas a esta Emissão, o valor dos bens dados em garantia (com relação às garantias reais) e a manutenção de sua suficiência e exequibilidade; e
- h) que verificou a exequibilidade da garantia fidejussória concedida por meio desta Escritura.

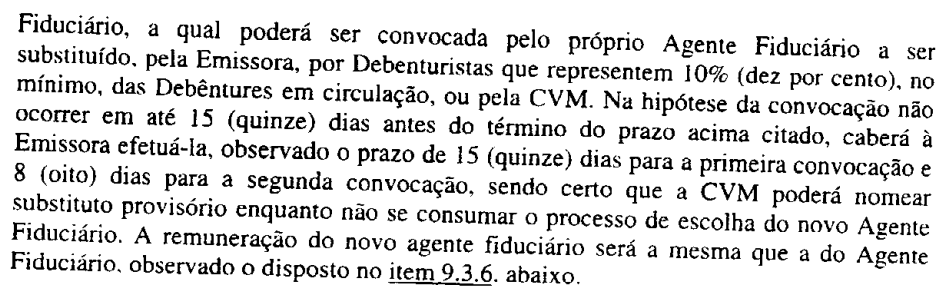
### 9.3. Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente

Página 36







9.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário ou do Agente da Garantia (conforme definido no Contrato de Caução da 1ª Série e no Contrato de Caução da 2ª Série), observado o quorum previsto no item 10.4.5, abaixo com relação a este último, e à indicação de seus substitutos, em Assembléia especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no Artigo 8º da Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores.

9.3.4 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo a mesma ser arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo junto com a presente Escritura e a substituição do Agente da Garantia deverá ser objeto de aditamento do(s) respectivo(s) Contrato(s) de Caução.

9.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

9.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia Geral de Debenturistas.

9.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato da CVM.

#### 9.4. Deveres

Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

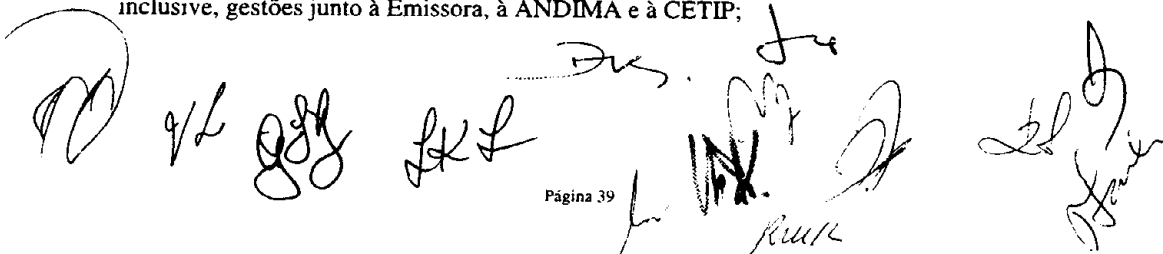
531



- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e dos Documentos de Garantia e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- j) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos veículos de comunicação referidos no item 12.1.1. desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- k) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do Artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - l.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;



- 1.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
- 1.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
- 1.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- 1.5) resgate, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- 1.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- 1.7) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- 1.8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento;
- 1.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
- 1.10) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias reais constituídas em favor dos Debenturistas da presente Emissão, bem como com relação à exequibilidade da garantia fidejussória aqui constituída;
- m) disponibilizar o relatório de que trata o inciso "l" aos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- m.1) na sede da Emissora;
- m.2) no seu escritório, localizado na Av. Paulista nº 2.439, 11º andar, São Paulo/SP;
- m.3) na CVM;
- m.4) nas Bolsas de Valores e/ou na CETIP, quando e se for o caso; e
- m.5) na sede da instituição financeira que liderou a colocação das Debêntures.
- n) publicar, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso "m";
- o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à ANDIMA e à CETIP;







- p) verificar a observância, pela Emissora, dos limites relacionados à Emissão, previstos no Artigo 60 da Lei das Sociedades Anônimas, em função das garantias reais oferecidas;
- q) ter verificado a regularidade da constituição das garantias reais e da garantia fidejussória relativas a esta Emissão ou outras que vierem a ser constituídas, bem como o valor dos bens dados em garantia (com relação às garantias reais), observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- r) examinar proposta de substituição de bens dados em garantia, quando esta estiver autorizada conforme previsto nesta Escritura, manifestando a sua expressa e justificada concordância;
- s) intimar a Emissora a reforçar as garantias constituídas em favor dos Debenturistas, na hipótese de sua deterioração ou depreciação, observados o prazo e limite constantes desta Escritura, independentemente do disposto na alínea "v" do item 4.6 acima;
- t) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer e daquelas constantes das Cláusulas VII e VIII acima, em periodicidade trimestral;
- u) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
- v.1) à CVM; e
- v.2) às Bolsas de Valores e/ou à CETIP, quando e se for o caso;
- w) ter analisado e verificado todos os documentos relacionados a esta Emissão, inclusive a Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações Ordinárias da Riocell S.A., firmada em 01 de dezembro de 2002, da qual é parte na qualidade de interveniente-anuente, devendo informar aos Debenturistas qualquer modificação realizada em referido documento.

#### 9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;

Página 40





- c) requerer a falência da Emissora, se não existirem garantias reais;
- d) representar os Debenturistas em processo de excussão judicial ou extrajudicial das garantias constituídas por meio dos Documentos de Garantia, observadas as disposições do Contrato de Caução da 1ª Série e no Contrato de Caução da 2ª Série quanto à realização da venda amigável;
- e) observado o disposto nesta Escritura, no Contrato de Caução da 1ª Série, no Contrato de Caução da 2ª Série e no Contrato de Compartilhamento de Garantias, proceder à execução judicial da caução, à execução da Fiança e à execução das hipotecas constituídas em benefício dos Debenturistas detentores de Debêntures da 2ª Série, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional dos Debenturistas;
- f) enviar notificação à Emissora informando sobre a violação do Limite Mínimo da Garantia, se for o caso;
- g) firmar os Documentos de Garantia e do Contrato de Compartilhamento de Garantias, bem como eventuais aditamentos relativos a esses documentos, observado o disposto no item 4.7.2. acima, exceto no caso de debenturistas pessoas jurídicas de direito público; e
- h) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (e) do caput do item 9.5.1. se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (h) do caput do item 9.5.1.

#### 9.6. Remuneração

9.6.1. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- a) parcelas anuais no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), sendo a primeira parcela devida 360 (trezentos e sessenta) dias após a obtenção do registro desta Emissão junto à CVM, e assim consecutivamente, nos demais anos, durante o prazo de vigência das Debêntures;
- b) não obstante o disposto na alínea "a" supra, a remuneração do Agente Fiduciário aqui prevista será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja realizando a cobrança de valores devidos pela Emissora em razão da presente Emissão e das Debêntures;
- c) as parcelas referidas na alínea "a" acima serão atualizadas anualmente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP/M, divulgado pela

Página 41





Fundação Getúlio Vargas, ou na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela, calculada *pro rata temporis* se necessário;

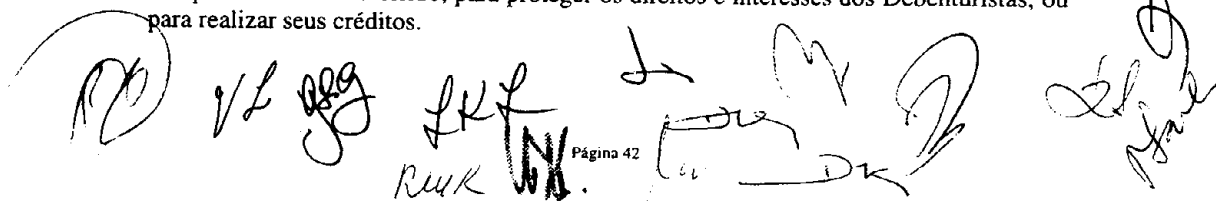
- d) a remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes impostos: Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre referida remuneração, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, excetuando-se o Imposto de Renda;
- e) a remuneração do Agente Fiduciário aqui prevista não inclui despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante a realização dos respectivos serviços, sendo tais despesas de responsabilidade da Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação, respeitado o previsto no item 9.7. abaixo; e
- f) em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.6.2. Não estão incluídas na remuneração do Agente Fiduciário despesas com especialistas, caso sejam necessárias, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

9.6.3. Caso algum Debenturista seja Banco Oficial, conforme definição contida nesta Escritura, este não estará obrigado a arcar com os honorários do Agente Fiduciário, nem com quaisquer despesas incorridas pelo Agente Fiduciário, conforme estipulado para os demais Debenturistas no item 9.6.1., subitem (f) acima.

#### 9.7. Despesas

A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que ele tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, ou para realizar seus créditos.

 Página 42





9.7.1. O ressarcimento, a que se refere este item, será efetuado imediatamente após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

9.7.2. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, as seguintes:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções, respeitando o limite acordado com a Emissora; e
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.7.3. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do item 9.7.1. acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

9.7.4. Se qualquer quantia devida aos Debenturistas em virtude desta Escritura for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a Emissora deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura e nas Debêntures, honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido à tal cobrança.

## CLÁUSULA X ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

### 10.1. Convocação

10.1.1. Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (a "Assembléia Geral de Debenturistas"). As deliberações da Assembléia Geral de Debenturistas serão tomadas em conjunto por ambas as Séries desta Emissão, por Debenturistas representando, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) de ambas as Séries das Debêntures desta Emissão presentes à respectiva Assembléia, salvo nos casos em que for estabelecido quorum especial, nos termos da presente Escritura ou da legislação em vigor.

10.1.2. As Assembléias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A Assembléia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembléia em primeira convocação.

Página 43





10.1.3. A Assembléia Geral dos Debenturistas poderá ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário, (ii) pela Emissora, (iii) por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou (iv) pela CVM.

10.1.4. Sem prejuízo do disposto no item 10.4.1, desta Cláusula, a Emissora, o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas poderão convocar representantes do Banco Mandatário e Escriturador, da Emissora e/ou da empresa de auditoria da Emissora ou quaisquer terceiros, para participar das Assembléias Gerais de Debenturistas, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

10.1.5. Independentemente de quem tenha convocado a Assembléia Geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as assembléias e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10.1.6. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, será considerada regular a Assembléia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em circulação.

10.1.7. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à Assembléia ou do voto proferido na respectiva Assembléia Geral de Debenturistas.

#### 10.2. Quorum de Instalação

10.2.1. As Assembléias Gerais de Debenturistas se instalarão, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

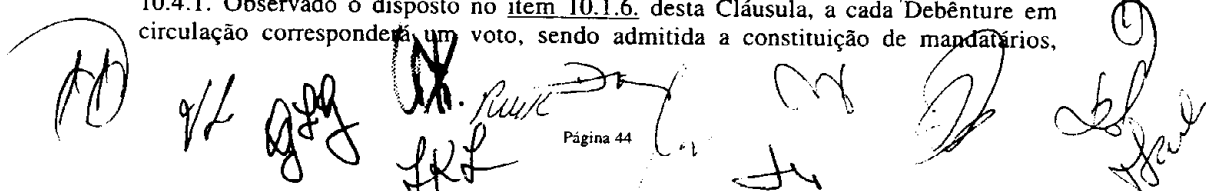
10.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura serão excluídas as Debêntures que se encontrarem na tesouraria da Emissora, que forem de titularidade de empresas coligadas, controladas, controladoras (ou grupo de controle) ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

#### 10.3. Mesa Diretora

10.3.1. A presidência da Assembléia Geral de Debenturistas caberá, de acordo com quem a tenha convocado, respectivamente, (i) ao Agente Fiduciário; (ii) ao Presidente do Conselho de Administração da Emissora; ou (iii) ao debenturista eleito pelos Debenturistas presentes.

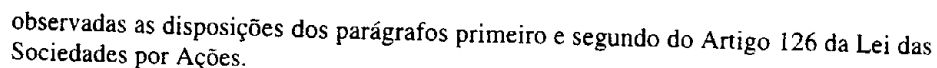
#### 10.4. Quorum de Deliberação

10.4.1. Observado o disposto no item 10.1.6, desta Cláusula, a cada Debênture em circulação corresponderá um voto, sendo admitida a constituição de mandatários,









10.4.2. Alterações nas Cláusulas III, IV, VII, VIII e X desta Escritura dependerão dos votos favoráveis de Debenturistas representando, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures de ambas as Séries em circulação. Alterações na Cláusula V desta Escritura dependerão dos votos favoráveis de Debenturistas representando, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures da 1ª Série em circulação. Alterações na Cláusula VI desta Escritura dependerão dos votos favoráveis de Debenturistas representando, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures da 2ª Série em circulação.

10.4.2.1. Nas hipóteses desta Escritura em que for exigido quorum de 75% (setenta e cinco por cento) ou 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, será necessário este mesmo quorum para sua modificação.

10.4.3. As deliberações que impliquem alterações de remuneração, de prazo de vencimento das Debêntures ou das garantias das Debêntures, somente serão aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação da respectiva Série atingida.

10.4.4. Além do disposto acima, dependerá da prévia aprovação dos Debenturistas representando, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures de ambas as Séries em circulação, reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas a ser realizada para esse fim, a alienação de qualquer bem ou bens imóveis ou de bem ou bens móveis (inclusive participações societárias em outras sociedades) que fizerem parte do ativo fixo da Emissora ou da Riocell S.A. que tenham valor individual ou total superior ou igual a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões reais). Para fins de cálculo do valor aqui especificado, será utilizado o valor contábil ou de mercado dos bens a serem alienados, dentre esses o maior. Fica desde já estabelecido que a vedação constante deste item permanecerá vigente até a liquidação integral de todas as Debênture de ambas as Séries.

10.4.4.1. Caso a Emissora ou a Riocell S.A. descumpram com o disposto no item 10.4.4. acima, deverá ocorrer o disposto nos itens 4.6.1.1. e 4.6.2. acima.

10.4.5. Dependerá ainda da prévia aprovação dos Debenturistas da Série afetada, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas a ser realizada para esse fim, a substituição do Agente da Garantia (conforme definido no Contrato de Caução da 1ª Série e no Contrato de Caução da 2ª Série). Esta substituição dependerá de Debenturistas representando, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em circulação da Série em questão.

10.4.6. A aprovação do exercício direito de voto das matérias previstas na Cláusula III do Contrato de Caução da 1ª Série e na Cláusula III do Contrato de Caução da 2ª Série dependerão dos votos favoráveis de Debenturistas representando, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em circulação da respectiva Série garantida.

Página 45





## CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS

11.1. O Agente Fiduciário declara à Emissora que:

- (a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme Artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações e Artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (d) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- (e) está ciente da Circular nº 1.832 de 31.10.90 do Banco Central do Brasil.

11.2. A Emissora declara ao Agente Fiduciário que:

- (a) é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e os Documentos de Garantia de que é parte e a cumprir com suas obrigações previstas nesses instrumentos, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) a celebração desta Escritura e dos Documentos de Garantia, a emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora ou qualquer uma de suas controladas e coligadas sejam partes, nem poderá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, exceto pelas obrigações constantes do Contrato de Pré-Pagamento e dos Eurobônus, que estão sendo objeto de negociação com os respectivos credores para que não seja declarado o vencimento antecipado das obrigações da Emissora com base: (x) na constituição das garantias reais das Debêntures da 2ª Série para os credores do Pré-Pagamento; e (y) na constituição de outras garantias reais para os credores do Eurobônus, sendo certo que tal negociação não afetará ou prejudicará, de qualquer forma, a garantia constituída de acordo com os Documentos de Garantia; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou de suas controladas e coligadas, exceto pelos ônus e gravames descritos nesta Escritura; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (d) a presente Escritura e os Documentos de Garantia de que é parte foram devidamente celebrados pela Emissora, constituindo obrigações lícitas e válidas, exequíveis contra ela em conformidade com seus termos, observadas as leis de falência,



insolvência, concordata e leis similares aplicáveis que afetem direitos de credores de modo geral, com força de título executivo extrajudicial nos termos do Artigo 585 do Código de Processo Civil;

(e) o prospecto (o "Prospecto") conterà, na data de início da distribuição das Debêntures: (i) todas as informações relevantes em relação à Emissora ou suas controladas e coligadas, no contexto da presente Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora e de suas controladas e coligadas, de suas condições financeiras, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas; (ii) as declarações contidas no Prospecto em relação à Emissora ou suas controladas e coligadas são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas; (iii) as opiniões e análises expressas no Prospecto em relação à Emissora ou suas controladas e coligadas foram dadas de boa-fé, sendo expressas após terem sido consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis, (iv) não há fatos relativos à Emissora, às suas controladas e coligadas ou às Debêntures não divulgados no Prospecto cuja omissão, no contexto da colocação pública das Debêntures, faça com que alguma declaração relevante constante do Prospecto seja enganosa, incorreta ou inverídica e (v) todos os esforços foram feitos pela Emissora e por suas controladas e coligadas para assegurar que as declarações, informações e fatos descritos no Prospecto em relação à Emissora e suas controladas e coligadas são verdadeiros;

(f) exceto conforme descrito no Prospecto, a Emissora possui todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;

(g) as Demonstrações Financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 1999, 2000 e 2001 e de 30 de setembro de 2001 e 2002, representam corretamente a posição financeira da Emissora e de suas controladas e coligadas naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(h) tanto a Emissora quanto suas controladas estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

(i) exceto pelas contingências informadas no Prospecto de Distribuição de Debêntures, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora ou nas suas controladas e coligadas, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades;

(j) é titular e detentora de 50% (cinquenta por cento) das ações ordinárias e de 50% das ações preferenciais Classe A representativas do capital social da Klabin Kimberly S.A., correspondentes a 50% (cinquenta por cento) do capital social total dessa companhia;





(k) o Acordo de Acionistas encontra-se em pleno vigor e não sofreu qualquer alteração desde a data de sua assinatura; e

(l) todas as ações representativas de seu capital social aqui entregues em garantia foram totalmente integralizadas e encontram-se livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, exceto a caução referida nesta Escritura.

11.2.1. A Emissora e a Riocell S.A. declaram ao Agente Fiduciário que os bens descritos na Ata de Assembléia Geral Extraordinária da Riocell S.A. de 01 de dezembro de 2002 foram conferidos à Riocell S.A. por meio de integralização de aumento de capital da Riocell S.A. e integralização das Debêntures Conversíveis em Ações.

11.2.2. A Riocell S.A. declara ao Agente Fiduciário que todas as ações representativas de seu capital social, bem como as Debêntures Conversíveis em Ações, foram totalmente integralizadas e encontram-se livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, exceto a caução referida nesta Escritura.

11.3. Cada um dos Intervenientes Garantidores pessoa jurídica declara ao Agente Fiduciário que:

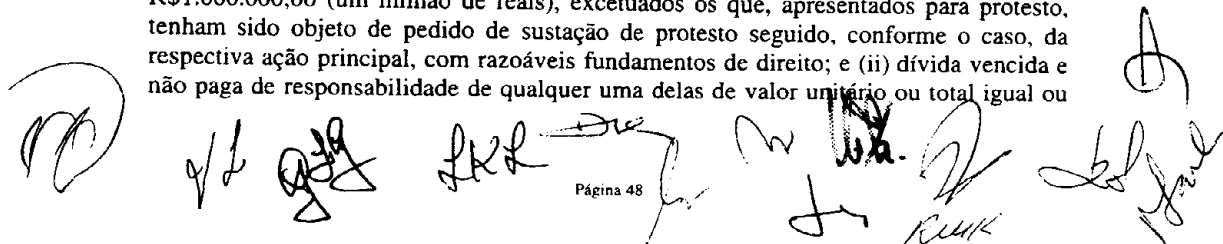
(a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;

(b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e assumir as obrigações decorrentes da Fiança e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, inclusive com relação à Fiança, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários ou contratuais necessários para tanto;

(c) a celebração desta Escritura e dos Documentos de Garantia, a prestação da Fiança e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Interveniente Garantidora seja parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(d) a presente Escritura, incluindo as obrigações relativas à Fiança, e os Documentos de Garantia foram devidamente celebrados, constituindo obrigações lícitas e válidas, exequíveis contra os Intervenientes Garantidores em conformidade com seus termos, observadas as leis de falência, insolvência, concordata e leis similares aplicáveis que afetem direitos de credores de modo geral, com força de título executivo extrajudicial nos termos do Artigo 585 do Código de Processo Civil; e

(e) não há, nesta data, (i) quaisquer títulos de emissão dos Intervenientes Garantidores ou sacados contra qualquer uma delas que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados, de valor unitário e/ou total igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), excetuados os que, apresentados para protesto, tenham sido objeto de pedido de sustação de protesto seguido, conforme o caso, da respectiva ação principal, com razoáveis fundamentos de direito; e (ii) dívida vencida e não paga de responsabilidade de qualquer uma delas de valor unitário ou total igual ou



Página 48

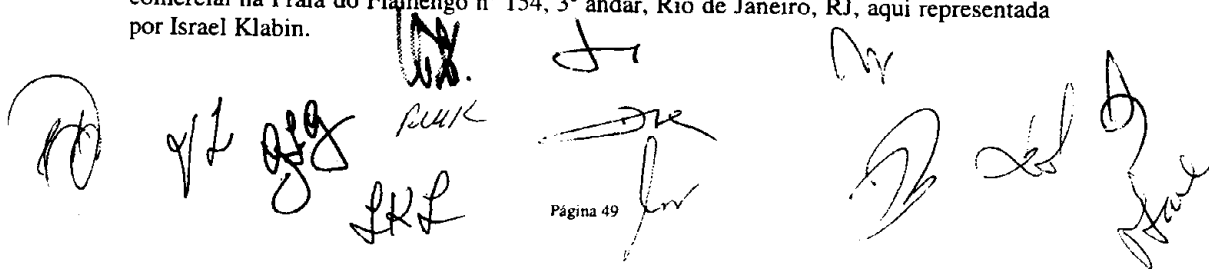




superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou a sua constituição em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das suas obrigações decorrentes desta Escritura.

11.4. Cada um dos Intervenientes Fiadores pessoa física neste ato declara ao Agente Fiduciário que:

- (a) tem plena capacidade para assumir todas as obrigações previstas nesta Escritura, inclusive para honrar a Fiança prestada, seja no todo ou em parte;
- (b) a celebração desta Escritura e a prestação da Fiança não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Interveniente Fiadora seja parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (c) esta Escritura e a Fiança constituem obrigações exequíveis, válidas e eficazes de cada uma das Intervenientes Fiadoras;
- (d) não há, nesta data, (i) quaisquer títulos de sua emissão ou sacados contra qualquer uma das Intervenientes Fiadoras que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados, de valor unitário e/ou total igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), excetuados os que, apresentados para protesto, tenham sido objeto de pedido de sustação de protesto seguido, conforme o caso, da respectiva ação principal, com razoáveis fundamentos de direito; e (ii) dívida vencida e não paga de responsabilidade de qualquer uma das Intervenientes Fiadoras de valor unitário ou total igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou a sua constituição em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das suas obrigações decorrentes desta Escritura; e
- (e) conforme necessário, os respectivos cônjuges dos acionistas pessoas físicas da Emissora, a seguir identificados e qualificados, também assinam a presente Escritura, para fins do cumprimento ao disposto no artigo 235, inciso III do Código Civil brasileiro: (i) **Pedro Franco Piva**, já qualificado no preâmbulo desta Escritura, casado com Sylvia Lafer Piva; (ii) **Rosa Maria Lisboa Klabin**, brasileira, casada com Armando Klabin, empresária, portadora do RG nº 2.073.529/IFP-RJ e do CPF nº 023.474.747-15, residente e domiciliada no Rio de Janeiro, RJ, com endereço comercial na Praia do Flamengo nº 154, 3º andar, Rio de Janeiro, RJ; (iii) **Maria Izabel Catão Klabin**, brasileira, casado com Daniel Miguel Klabin, empresária, portadora do RG 2.617.419/IFP-RJ e do CPF nº 409.939.907-97, residente e domiciliada no Rio de Janeiro, RJ, com endereço comercial na Praia do Flamengo nº 154, 3º andar, Rio de Janeiro, RJ, aqui representada por Daniel Miguel Klabin; e (iv) **Lea Manela Klabin**, brasileira, casada com Israel Klabin, empresária, portadora do RG nº 2.414.949-IFP e do CPF nº 442.281.477-04, residente e domiciliada no Rio de Janeiro, RJ, com endereço comercial na Praia do Flamengo nº 154, 3º andar, Rio de Janeiro, RJ, aqui representada por Israel Klabin.









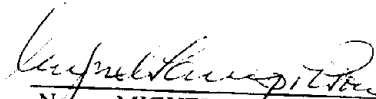


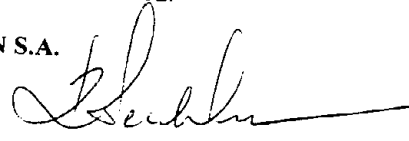
[Esta página é parte integrante do "Primeiro Aditamento à Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, da Klabin S.A.", firmado em 23 de dezembro de 2002.]

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

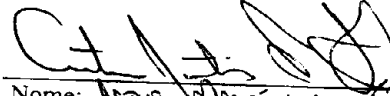
São Paulo, 23 de dezembro de 2002.

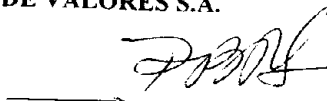
**KLABIN S.A.**

  
Nome: MIGUEL SAMPOL POU  
Cargo: Diretor Geral

  
Nome: RONALD SECKELMANN  
Cargo: Diretor Financeiro

**PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.**

  
Nome: PAULO MARTINS DE FIGUEIREDO  
Cargo: Diretor

  
Nome: RICARDO R. AMARAL  
Cargo: PROCURADOR

**JACOB KLABIN LAFER ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.**

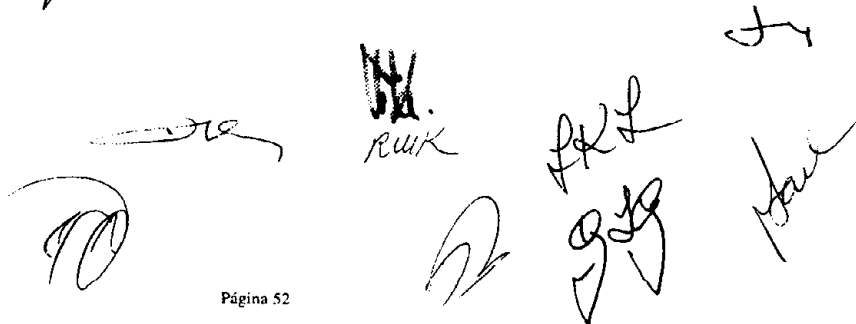
  
Nome: MIGUEL LAFER  
Cargo: Presidente

**MIGUEL LAFER PARTICIPAÇÕES S.A.**

  
Nome: MIGUEL LAFER  
Cargo: Presidente

**VFV PARTICIPAÇÕES S.A.**

  
Nome: VERA LAFER  
Cargo: Presidente









[Esta Página é parte integrante do "Primeiro Aditamento à Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, da Klabin S.A.", firmado em 23 de dezembro de 2002.]

**PRESH S.A.**

Nome: PEDRO FRANCO PIVA  
Cargo: Diretora Presidente

**GL S.A. PARTICIPAÇÕES**

  
Nome: GRAZIELA LAFETE GALVÃO  
Cargo: Diretora Presidente

**GLIMDAS PARTICIPAÇÕES S.A.**

  
Nome: ISRAEL KLABIN  
Cargo: Diretor Presidente

**DARO PARTICIPAÇÕES S.A.**

  
Nome: DANIEL MIGUEL KLABIN  
Cargo: Presidente

**DAWOJOBE PARTICIPAÇÕES S.A.**

  
Nome: ARMANDO KLABIN  
Cargo: Presidente

**LKL PARTICIPAÇÕES S.A.**

  
Nome: LILIA KLABIN LEVINE  
Cargo: Diretora

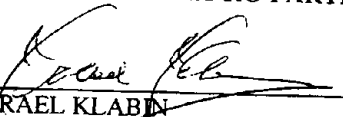


[Esta Página é parte integrante do "Primeiro Aditamento à Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, da Klabin S.A.", firmado em 23 de dezembro de 2002.]

**KL PARTICIPAÇÕES LTDA.**

  
Nome: MIGUEL LAFER  
Cargo: Diretor

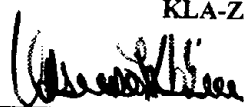
**KLA-RO PARTICIPAÇÕES LTDA.**

  
Nome: ISRAEL KLABIN  
Cargo: Diretor Presidente

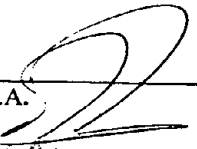
**KLA-PI PARTICIPAÇÕES LTDA.**

  
Nome: DANIEL MIGUEL KLABIN  
Cargo: Diretor

**KLA-ZETA PARTICIPAÇÕES LTDA.**

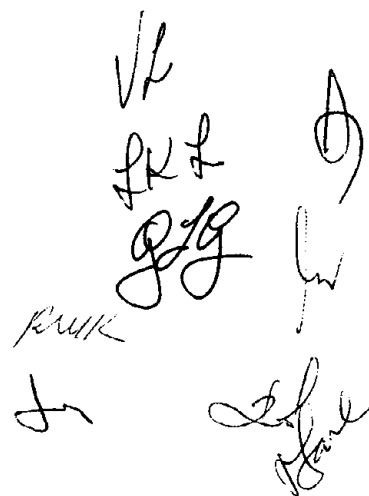
  
Nome: ARMANDO KLABIN  
Cargo: Diretor

**KLABIN IRMÃOS & CIA.**

  
Nome: PRESH S.A.

  
Nome: MIGUEL LAFER  
PARTICIPAÇÕES S.A.

  
Nome: DAWOJOBE PARTICIPAÇÕES  
S.A.

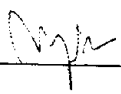







[Esta Página é parte integrante do "Primeiro Aditamento à Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, da Klabin S.A.", firmado em 23 de dezembro de 2002.]

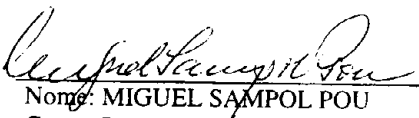
**NIBLAK PARTICIPAÇÕES S.A.**

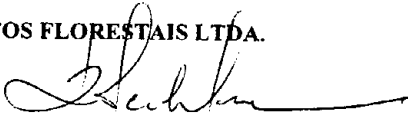
  
Nome: MIGUEL LAFER  
Cargo: Diretor

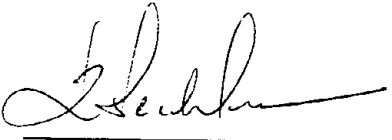
  
Nome: ARMANDO KLABIN  
Cargo: Diretor


  
Nome: PEDRO FRANCO PIVA  
Cargo: Diretor

**KLABIN DO PARANÁ PRODUTOS FLORESTAIS LTDA.**

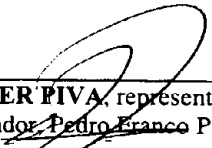
  
Nome: MIGUEL SAMPOL POU  
Cargo: Diretor

  
Nome: RONALD SECKELMANN  
Cargo: Diretor

  
Nome: RONALD SECKELMANN  
Cargo: Diretor

  
Nome: ANTONIO SERGIO ALFANO  
Cargo: Procurador

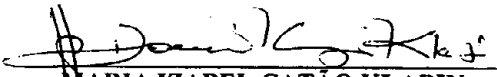
  
PEDRO FRANCO PIVA

  
SYLVIA LAFER PIVA, representada  
por seu procurador Pedro Franco Piva

  
ARMANDO KLABIN

  
ROSA MARIA LISBOA KLABIN

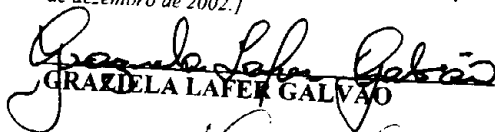
  
DANIEL MIGUEL KLABIN

  
MARIA IZABEL CATÃO KLABIN,  
representada por seu procurador Daniel  
Miguel Klabin






[Esta Página é parte integrante do "Primeiro Aditamento à Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, da Klabin S.A.", firmado em 23 de dezembro de 2002.]

  
GRAZIELA LAFER GALVÃO

  
ISRAEL KLABIN

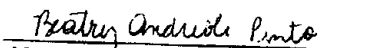
  
LEA MANELA KLABIN, representada  
por seu procurador Israel Klabin


  
LILIA KLABIN LEVINE

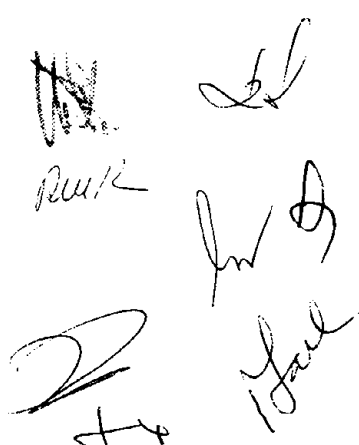
  
MIGUEL LAFER

  
VERA LAFER

Testemunhas:

  
Nome: BEATRIZ ANDREOLI PINTO  
R.G.: 33.738.210-4 SSP/SP  
CPF: 302.213.488-67

  
Nome: NICOLE SCHULER-BECKER  
R.G.: 26.241.414-4  
CPF: 298.762.533-20







ANEXO I

Contrato de Caução de Ações de Emissão da Klabin S.A.

Página 57





## ANEXO II

### Contrato de Caução de Ações a Debêntures Conversíveis de Emissão da Riocell S.A.

Página 58





**ANEXO III - A**  
**Lista de Imóveis**

**Unidades Industriais**

1) Promessa de hipoteca, em 1º grau, dos imóveis de propriedade da KLABIN S.A., onde se encontra instalado o seu conjunto industrial, localizado no município de **Guaíba**, Estado do Rio Grande do Sul, composto de 3 (três) unidades, conforme abaixo, abrangendo o gravame, além do terreno, construções, instalações, máquinas, equipamentos e quaisquer acessões presentes e futuras, excetuadas as máquinas e equipamentos adquiridos com recursos do "Sistema FINAME" e do BNDES, enquanto alienados fiduciariamente aos Agentes (conforme definidos naqueles instrumentos) nas correspondentes operações, se for o caso:

a) Fábrica de Celulose:

- a.1) imóvel com área 615.167,50 m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 1.447, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba - RS;
- a.2) imóvel com área de 300m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 9.182, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba - RS,
- a.3) imóvel com área de 300m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 9.334, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba - RS,
- a.4) imóvel com área de 378m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 2.247, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba - RS,
- a.5) imóvel com área de 300m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 24.996, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba - RS,
- a.6) imóvel com área de 300m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 9.064, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba - RS,
- a.7) imóvel com área de 300m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 437, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba - RS,
- a.8) imóvel com área de 300m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 23.272, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba - RS,
- a.9) imóvel com área de 300m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 14.287, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba - RS,
- a.10) imóvel com área de 300m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 9.864, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba - RS,
- a.11) imóvel com área de 300m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 13.213, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba - RS,

Renata B. Marchetti Vietri  
Gerente Substituto

Página 59





b) Terminal de madeira:

b.1) imóvel com área de 1.100m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 30.479, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS;

b.2) imóvel com área de 4.840m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 30.461, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS;

b.3) imóvel com área de 29.040m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 30.467, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS;

b.4) imóvel com área de 29.040m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 30.465, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS;

b.5) imóvel com área de 2.925m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 30.471, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS;

b.6) imóvel com área de 3.121,80m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 30.468, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS;

b.7) imóvel com área de 286m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 28.092, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS;

b.8) imóvel com área de 522m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 2.316, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS;

b.9) imóvel com área de 8.580m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 30.472, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS;

b.10) imóvel com área de 4.939,50m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 30.473, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS;

b.11) imóvel com área de 1.188m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 30.474, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS;

b.12) imóvel com área de 3.630m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 30.462, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS;

b.13) imóvel com área de m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 2.075, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS;

b.14) imóvel com área de 494m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 26.335, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS;

b.15) imóvel com área de 304m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 28.011, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS;

Renata B. Maccazzola da Silva  
Gerente Subordinada

Página 66







b.16) imóvel com área de 19.360m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 30.460, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS;

b.17) imóvel com área de 304m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 28.010, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS;

c) Fábrica de Papel:

c.1) imóvel com área de 430m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 32.262, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS;

c.2) imóvel com área de 156.170m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 9.307, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS;

c.3) imóvel com área de m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 720, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS;

2) Promessa de hipoteca, em 1º grau, do imóvel de propriedade da KLABIN S.A., onde se encontra instalado o seu conjunto industrial, localizado no município de **Otacílio Costa**, Estado de Santa Catarina, composto de uma unidade, conforme abaixo, abrangendo o gravame, além do terreno, construções, instalações, máquinas, equipamentos e quaisquer acessões presentes e futuras, excetuadas as máquinas e equipamentos adquiridos com recursos do “Sistema FINAME” e do BNDES, enquanto alienados fiduciariamente aos Agentes (conforme definidos naqueles instrumentos) nas correspondentes operações, se for o caso:

a) imóvel com área de 767.389,54m<sup>2</sup>, objeto das matrículas nº 14.908 e 14.909, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Lages – SC;

3) Promessa de hipoteca, em 1º grau, do imóvel de propriedade da KLABIN S.A., onde se encontra instalado o seu conjunto industrial, localizado no município de **Correia Pinto**, Estado de Santa Catarina, composto de uma unidade, conforme abaixo, abrangendo o gravame, além do terreno, construções, instalações, máquinas, equipamentos e quaisquer acessões presentes e futuras, excetuadas as máquinas e equipamentos adquiridos com recursos do “Sistema FINAME” e do BNDES, enquanto alienados fiduciariamente aos Agentes (conforme definidos naqueles instrumentos) nas correspondentes operações, se for o caso:

a) imóvel com área de 3.585.000,00m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 12.890, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Lages – SC.

Renata B. Maccacchero Victor  
Gerente Substituto Gjur6

Página 61





**ANEXO III - B**  
**Lista de Imóveis**

**Imóveis Rurais e respectivas Acessões**

Notas	HORTO FLORESTAL	ESCRITURA		ÁREA Ha	MATRÍCULA	OFÍCIO
		NÚMERO	DATA	DOMÍNIO		
Nota 1	ARAUCÁRIA I	20371	15/03/88	494 ha 4326,00	10348	S. JERÔNIMO
					19372	S. JERÔNIMO
					4732	S. JERÔNIMO
	ARAUCÁRIA II	20371	15/03/88	35 ha 0000,00	10347	S. JERÔNIMO
	AZAMBIA II	20824	28/07/88	12 ha 89000,00	8978	BUTIA
Nota 1	AGUA BOA	19722	29/07/87	987 ha 0873,00	5686	BUTIA
		19944	07/10/87		1599	BUTIA
Nota 1	BARÃO DO TRIUNFO	10839	13/03/85	98 ha 0900,00	10643	S. JERÔNIMO
		6499	09/02/72		638	B. RIBEIRO
		8998	15/07/76		828	B. RIBEIRO
		8998	15/07/76	61 ha 8500,00	2069	TAPES
		8988	15/07/76	538 ha 5300,00	2070	TAPES
		8988	15/07/76		2071	TAPES
		17018	24/04/85		5902	TAPES
		8998	15/07/76	173 ha 4000,00	2072	TAPES
		5478	14/01/70	44 ha 7000,00	560	GUAIBA
		5454	22/12/69	354 ha 8221,57	4802	GUAIBA
Nota 1	BOM RETIRO I	5454	22/12/69		4801	GUAIBA
		8596	05/12/69		4799	GUAIBA
		11364	10/08/79		10473	GUAIBA
		11364	10/08/79		10474	GUAIBA
		7099	30/04/68		4800	GUAIBA
	BRESSAN	5682	10/10/89	75 ha 42000,00	150	BUTIA
Nota 1	CALDERON	7052	16/09/68	376 ha 6500	2066	TAPES
		5821	02/06/67		2067	TAPES
		30182	37475		12627	TAPES
		7052	16/09/68		3665	B. RIBEIRO
		7052	16/09/68		3666	B. RIBEIRO
Nota 1	CAMBARÁ	19794	14/08/87		5687	BUTIA

Renata B. Macencinho Viçtor  
Gerente Subordinada



Notas	HORTO FLORESTAL	ESCRITURA		ÁREA Ha	MATRÍCULA	OFÍCIO
		NÚMERO	DATA	DOMÍNIO		
	CAMELIA	7079	25/09/68	1162 ha		1674 TAPES
				0000,00		
		7299	02/12/68			180 TAPES
		5925	24/11/70			181 TAPES
		5467	02/06/67			2068 TAPES
Nota I	CAPIVARITA	20885	12/08/88	242 ha 4900,00		12988 RIO PARDO
		20885	12/08/88			12989 RIO PARDO
		20885	12/08/88			12990 RIO PARDO
		20885	12/08/88			12991 RIO PARDO
		20885	12/08/88			12992 RIO PARDO
	CASCATA			197 ha 4412,00		31591 GUAIBA
Nota I	CERRO VERMELHO	25554	30/04/94	281 ha 5922,50		5355 BUTIA
		25554	30/04/94			5885 BUTIA
		25554	30/04/94			4886 BUTIA
Nota I	CHIMARRITA	19909	25/09/87	144 ha 2000,00		31895 GUAIBA
	COLORADO	5428	21/11/69			466 BUTIA
		5427	21/11/69			1755 BUTIA
		8599	05/12/69			1250 BUTIA
		5498	27/01/70			465 BUTIA
		15452	01/02/84			4363 BUTIA
Nota I	CORREA DA SILVA	8669	29/12/69	405 ha 4316,73		151 BUTIA
		6306	23/09/71			147 BUTIA
Nota I	DOMAGALSKI I	973	07/07/70	38 ha 2974,10		1572 B. RIBEIRO
		22233	31/07/89			1571 B. RIBEIRO
	DOMAGALSKI II	973	07/07/70	8 ha 5000,00		1570 B. RIBEIRO
	DOURADILHO I	5426	21/11/69	285 ha 1419,21		826 B. RIBEIRO
		5426	21/11/69			827 B. RIBEIRO
		5453	22/12/69			842 B. RIBEIRO
		5453	22/12/69			841 B. RIBEIRO
		7144	15/10/68			874 B. RIBEIRO
		7144	15/10/68			3655 B. RIBEIRO
	DOURADILHO II	5426	21/11/69	156 ha 9898,05		829 B. RIBEIRO
		5426	21/11/69			828 B. RIBEIRO
		5925	25/11/70			856 B. RIBEIRO

Renata B. Maccacchero Vietti  
Gerente Substituto 14-9

Página 63





Notas	HORTO FLORESTAL	ESCRITURA		ÁREA ha	MATRICULA	OFÍCIO
		NÚMERO	DATA	DOMÍNIO		
Nota 1	LUGER	5818	15/09/70	476 ha 3683,60	956	B. RIBEIRO
		6426	15/12/71		873	B. RIBEIRO
		22143	06/07/89		367	B. RIBEIRO
		22143	06/07/89		335	B. RIBEIRO
		22760	24/01/90		650	B. RIBEIRO
	MANGUEIRA				3618	B. RIBEIRO
		17704	25/09/85		42626	A. RATOS
		21046	15/09/88		738	A. RATOS
		21046	15/09/88		2620	A. RATOS
		21046	15/09/88		2123	A. RATOS
		25552	31/01/94		502	A. RATOS
		25552	31/01/94		501	A. RATOS
		25552	31/01/94		452	A. RATOS
Nota 1	MATHIAS	16004	31/07/84	67 ha 4700,00	27260	GUAÍBA
		22140	06/07/89		32965	GUAÍBA
Nota 1	MINAS DO LÉAO	7739	07/11/73	264 ha 0000,00	1257	BUTIA
Nota 1	MINUANO	22028	06/06/89	317 ha 6889,00	6077	BUTIA
Nota 1	MONTE CASTELO	22685	26/12/89	1486 ha 7402,40	14082	RIO PARDO
		7186	06/07/73		175	TAPES
		17018	24/04/85		5904	
	PETIM	5743	03/08/70	145 ha 0000,00	552	GUAÍBA
Nota 1	PILAR	21544	26/01/89	360 ha 0000,00	6136	BUTIA
		22780	31/01/90		6401	BUTIA
	PIRAPÓ	19718	29/07/87	55 ha 8828,00	1574	B. RIBEIRO

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

Renata B. Maccaccharo Victor  
Gerente Substituto Cju.0

*[Handwritten signatures and initials]*





Notas	HORTO FLORESTAL	ESCRITURA		ÁREA Ha DOMINIO	MATRÍCULA	OFÍCIO
		NÚMERO	DATA			
Nota 1 QUITERIA		17146	27/05/85		10028	S. JERÔNIMO
		17146	27/05/85		10029	S. JERÔNIMO
		17146	27/05/85		10030	S. JERÔNIMO
		17146	27/05/85		10031	S. JERÔNIMO
		17616	03/09/85		6185	S. JERÔNIMO
		17616	03/09/85		7282	S. JERÔNIMO
		17786	21/06/85		7282	S. JERÔNIMO
		25553	31/01/94			S. JERÔNIMO
		25553	31/01/94			S. JERÔNIMO
		25553	31/01/94		66	S. JERÔNIMO
		25553	31/01/94			S. JERÔNIMO
Nota 1 RAMOS		18107	06/01/86	184 ha 1800,00	11028	S. JERÔNIMO
		18107	06/01/86		11026	S. JERÔNIMO
		20824	28/07/88		5926	BU TIA
		20644	13/11/87		290	S. JERÔNIMO
Nota 1 RENNER		12664	18/06/71	507 ha 6500,00	5720	TRIUNFO
Nota 1 RIBEIRAO I		21048	15/09/88	308 ha 3892,86	10760	RIO PARDO
		21048	15/09/88		1091	RIO PARDO
		21048	15/09/88		3258	RIO PARDO
		21048	15/09/88		3015	RIO PARDO
		21048	15/09/88		3504	RIO PARDO
		21048	15/09/88		5362	RIO PARDO
		21048	15/09/88		6678	RIO PARDO
		21048	15/09/88		6679	RIO PARDO
		21048	15/09/88		6614	RIO PARDO

*[Handwritten signature]*  
PUNK

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

Renata B. Maciel  
Gerente Subordinada





Notas	HORTO FLORESTAL	ESCRITURA		AREA Ha	MATRICULA	OFICIO
		NUMERO	DATA	DOMINIO		
Nota 1	RODEIO ALTO	16722	06/02/85		1575 B	RIBEIRO
		16722	06/02/85		1576 B	RIBEIRO
		16722	06/02/85		1577 B	RIBEIRO
		16722	06/02/85		1578 B	RIBEIRO
		16722	06/02/85		1579 B	RIBEIRO
		16722	06/02/85		1580 B	RIBEIRO
		16722	06/02/85		1581 B	RIBEIRO
		16722	06/02/85		1582 B	RIBEIRO
		16722	06/02/85		1583 B	RIBEIRO
		16722	06/02/85		1584 B	RIBEIRO
		13796	23/02/82		1585 B	RIBEIRO
		15892	19-06/84		1586 B	RIBEIRO
		15892	19-06/84		2608 B	RIBEIRO
		16055	15-08/84		1587 B	RIBEIRO
		16055	15-08/84		1588 B	RIBEIRO
		16055	15-08/84		1589 B	RIBEIRO
		16922	29/03/85		1590 B	RIBEIRO
		17344	04/07/85		1593 B	RIBEIRO
		20617	30/05/88		1593 B	RIBEIRO
		19254	18-11/86		1591 B	RIBEIRO
Nota 1	ROCHA	19725	29/07/87		1591 B	RIBEIRO
		19946	08/10/87		1591 B	RIBEIRO
Nota 1	SANTANA I	21641	28/02/89		1592 B	RIBEIRO
		8707	30/12/69	103 ha 0000.00	179	TAPES
Nota 1	SANTA RITA	18596	26/05/86	21 ha 8750.00	1569 B	RIBEIRO
		25015	20/04/93	190 ha 0000.00	30	BUTIA
Nota 1	SANTA TEREZA	25015	20/04/93		79	BUTIA
		25015	20/04/93		178	BUTIA
Nota 1	SANTA TEREZA	25015	20/04/93		3708	BUTIA
		25015	20/04/93		4121	BUTIA
Nota 1	SANTA TEREZA	25015	20/04/93		4154	BUTIA
		765	02/10/68	966 ha 8600.00	148	BUTIA
Nota 1	SANTA TEREZA	4204	26/02/71		5527	BUTIA

Renata B. Maccacchero Vietor  
Gerente Substituto





Notas	HORTO FLORESTAL	ESCRITURA		ÁREA Ha	MATRÍCULA	OFÍCIO
		NÚMERO	DATA	DOMÍNIO		
Nota 1	SANTO AMARO	5929	30/11/70	1336 ha 1100		63 G CÂMARA
		6120	07/05/71			64 G CÂMARA
		6186	24/06/71			65 G CÂMARA
	SÃO CAETANO	16899	25/03/85	91 ha 0000,00		1141 A RATOS
Nota 1	SÃO VICENTE	5960	21/12/70	929 ha 7463,90		139 BUTIÁ
Nota 1	SÃO MARTINHO	14668	07/04/83	432 ha 5457,00		612 A RATOS
		16960	11/04/85			678 A RATOS
		16964	11/04/85			1110 A RATOS
Nota 1	SERTÃO	16211	25/09/84	50 ha 0000,00		1568 B RIBEIRO
		16211	25/09/84			1573 B RIBEIRO
		18870	01/08/86	69 ha 5000,00		1422 A RATOS
Nota 1	SÃO FRANCISCO	5459	26/12/69	650 ha 4683,00		31602 GUAÍBA
Nota 1	SOUZA	5481	16/01/70	65 ha 0512,24		178 TAPES
	TAQUARI	29793	37533	61 ha 0000,00		750 G CÂMARA
Nota 1	TERRA DURA	6891	24/04/72			549 GUAÍBA
		6848	24/10/72			450 GUAÍBA
		14306	10/11/82			8634 GUAÍBA
		16626	07/01/84			1591 B RIBEIRO
		4977	17/04/86			29581 GUAÍBA

NOTA

Nota 1 - Imóveis onde existem florestas vendidas para UBS Timber Investors Brasil Ltda e cedidas para Boise Cascade do Brasil Ltda.

UX  
RUK

Renata B. Macedo, 1974, 40  
Gerente Substituto UBS







**ANEXO IV**  
**Contrato de Compartilhamento de Garantias**

Renata B. Maccacchio Vietor  
Gerente Substituto - 1000

Página 09



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

COLEGIADA



JUCESP PROTOCOLO  
578239/02-4



ESCRITURA PARTICULAR DA 4ª EMISSÃO PÚBLICA  
SIMPLES, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE COM G.A.  
KLABIN S.A.

30 12 02

Pelo presente instrumento particular,

**KLABIN S.A.**, sociedade por ações com sede na Rua Formosa, 367 - 12º andar, Centro, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 89.637.490/0001-45, neste ato representada na forma de seu estatuto social (doravante simplesmente denominada "Emissora");

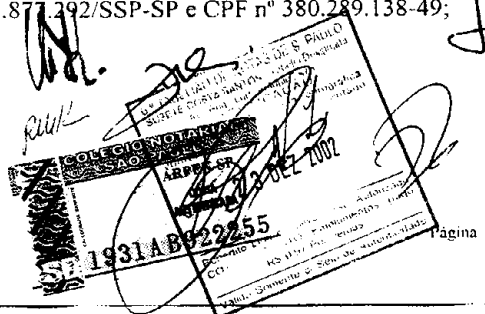
**PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.**, sociedade por ações com sede na Avenida Paulista, nº 2.439, 11º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 00.806.535/0001-54, representando a comunhão de debenturistas (os "Debenturistas") adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (individualmente, a "Debênture" e coletivamente as "Debêntures"), neste ato representada na forma de seu estatuto social (o "Agente Fiduciário");

na qualidade de intervenientes prestadores de garantia fidejussória ("os Intervenientes Fiadores"),

**JACOB KLABIN LAFER ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com sede na Rua Formosa, 367 - 5º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 51.559.573/0001-90, neste ato representada nos termos do seu estatuto social por seu Presidente **MIGUEL LAFER**, brasileiro, solteiro, maior, industrial, residente e domiciliado em São Paulo, SP, com endereço comercial na Rua Formosa, 367 - 5º andar, RG nº 1.877.291/SSP-SP e CPF nº 027.760.308-00;

**MIGUEL LAFER PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com sede na Rua Formosa, 367 - 5º andar, sala J-2, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 72.872.120/0001-90, neste ato representada nos termos do seu estatuto social por seu Presidente **MIGUEL LAFER**, acima qualificado;

**VFV PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com sede na Rua Formosa, 367 - 5º andar, sala K-3, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 72.872.146/0001-38, neste ato representada nos termos do seu estatuto social por sua Presidente **VERA LAFER**, brasileira, viúva, industrial, residente e domiciliada em São Paulo, SP, com endereço comercial na Rua Formosa, 367 - 5º andar, RG nº 1.877.292/SSP-SP e CPF nº 380.289.138-49;





**PRESH S.A.**, sociedade por ações com sede na Rua Formosa, 367 - 5º andar, sala I, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 53.728.903/0001-50, neste ato representada nos termos do seu estatuto social por seu Diretor Presidente **PEDRO FRANCO PIVA**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 1.478.173/SSP-SP e CPF nº 008.308.448-72, residente e domiciliado em São Paulo, SP, com endereço comercial na Rua Formosa, 367 - 5º andar;

.....

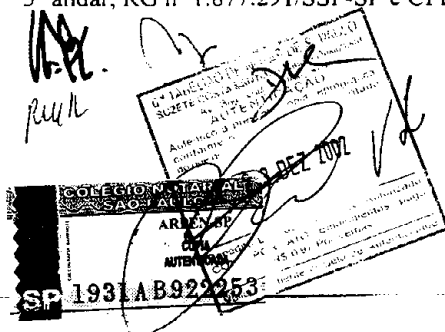
**GL S.A. PARTICIPAÇÕES**, sociedade por ações com sede na Rua Formosa, 367 - 5º andar, sala H, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 53.728.895/0001-41, neste ato representada nos termos do seu estatuto social por sua Diretora Presidente **GRAZIELA LAFER GALVÃO**, brasileira, viúva, industrial, residente e domiciliada em São Paulo, SP, com endereço comercial na Rua Formosa, 367 - 5º andar, RG nº 2.294.270/SSP-SP e CPF nº 012.072.688-28;

**GLIMDAS PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com sede na Praia do Flamengo no. 154 - 3º andar - parte, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 30.526.602/0001-48, neste ato representada nos termos do seu estatuto social por seu Presidente **ISRAEL KLABIN**, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado no Rio de Janeiro, RJ, com endereço comercial na Praia do Flamengo no. 154 - 3º andar, RG nº 555.997/IFP-RJ e CPF nº 008.143.857-53;

**DARO PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com sede na Praia do Flamengo no. 154 - 3º andar - parte, a Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 30.304.992/0001-01, neste ato representada nos termos do seu estatuto social por seu Presidente **DANIEL MIGUEL KLABIN**, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado no Rio de Janeiro, RJ, com endereço comercial na Praia do Flamengo no. 154 - 3º andar, RG nº 00756306-7/IFP-RJ e CPF nº 008.143.777-34;

**DAWOJOBE PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com sede na Praia do Flamengo no. 154 - 3º andar - parte, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 30.280.465/0001-04, neste ato representada nos termos do seu estatuto social por seu Presidente **ARMANDO KLABIN**, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado no Rio de Janeiro, RJ, com endereço comercial na Praia do Flamengo no. 154 - 3º andar, RG nº 00971718-2/IFP-RJ e CPF nº 008.144.407-97;

**LKL PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com sede na Rua Formosa, 367 - 5º andar, sala G-5, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo inscrita no CNPJ sob o nº 00.288.075/0001-10, neste ato representada nos termos do seu estatuto social por sua Diretora **LILIA KLABIN LEVINE**, brasileira, judicialmente separada, empresária, residente e domiciliada em São Paulo, SP, com endereço comercial na Rua Formosa, 367 - 5º andar, RG nº 1.877.291/SSP-SP e CPF nº 380.289.138-49;



Página 2





**KL PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com sede na Rua Formosa, 367 - 5º andar, sala D-2, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 56.145.634/0001-97, neste ato representada nos termos de seu contrato social por seu Diretor **MIGUEL LAFER**, retro qualificado;

**KL-RO PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade civil por cotas de responsabilidade limitada, com sede na Av. Rio Branco, 81 - 14º andar-parte, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 56.145.709/0001-30, neste ato representada nos termos de seu contrato social por seu Diretor **ISRAEL KLABIN**, retro qualificados;

**KL-PI PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade civil por cotas de responsabilidade limitada, com sede na Av. Rio Branco, 81 - 14º andar-parte, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 56.145.741/0001-15, neste ato representada nos termos de seu contrato social por seu Diretor **DANIEL MIGUEL KLABIN**, retro qualificado;

**KL-ZETA PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade civil por cotas de responsabilidade limitada, com sede na Av. Rio Branco, 81 - 14º andar-parte, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 56.137.995/0001-91, neste ato representada nos termos de seu contrato social por seu Diretor **ARMANDO KLABIN**, retro qualificado;

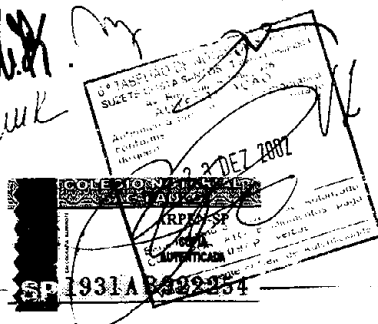
**KLABIN IRMÃOS & CIA.**, sociedade em nome coletivo, com sede na Rua Formosa nº 367, 5º andar, Centro, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 60.485.034/0001-45, neste ato representada nos termos do seu estatuto social por suas sócias gerentes **PRESH S.A.**, retro qualificada, **MIGUEL LAFER PARTICIPAÇÕES S.A.**, retro qualificada e **DAWOJOBE PARTICIPAÇÕES S.A.**, também retro qualificada;

**NIBLAK PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com sede na Rua Formosa nº 367, 5º andar, sala C-4, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 04.047.019/0001-44, neste ato representada nos termos de seu estatuto social por seus Diretores **PEDRO FRANCO PIVA**, retro qualificado, **MIGUEL LAFER**, retro qualificado, e **ARMANDO KLABIN**, também retro qualificado;

**SYLVIA LAFER PIVA** brasileira, casada, industrial, residente e domiciliada na Rua Portugal nº 372, São Paulo, SP, RG nº 2.023.421/SSP-SP e CPF nº 045.528.048-71, representada neste ato por seu procurador Pedro Franco Piva, já qualificado;

**ARMANDO KLABIN**, conforme qualificado acima;

**DANIEL MIGUEL KLABIN**, conforme qualificado acima;



Página 3





**GRAZIELA LAFER GALVÃO**, conforme qualificada acima;

**ISRAEL KLABIN**, conforme qualificado acima;

**LILIA KLABIN LEVINE**, conforme qualificada acima;

**MIGUEL LAFER**, conforme qualificado acima;

**VERA LAFER**, conforme qualificada acima;

e, na qualidade de intervenientes prestadores de garantia real (juntamente com os Intervenientes Fiadores, os "Intervenientes Garantidores"),

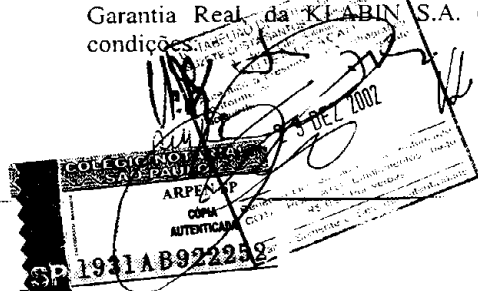
**KLABIN DO PARANÁ PRODUTOS FLORESTAIS LTDA.**, sociedade por quotas de responsabilidade limitada com sede na Av. Araucária, nº 2-A, Bairro Lagoa, Município de Telêmaco Borba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 76.171.479/0001-90, na qualidade de acionista da Riocell S.A., neste ato representada nos termos de seu contrato social por seus Diretores **Ronald Seckelmann**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, SP, com endereço comercial na Rua Formosa, 367 - 12º andar, São Paulo, SP, portador do RG nº 7.526.694/SSP-SP e CPF nº 894.486.428-49, e **Miguel Sampol Pou**, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, SP, com endereço comercial na Rua Formosa, 367 - 12º andar, São Paulo, SP, portador do RG nº 3.085.968.182/SJS-SR e CPF nº 009.302.107-00;

**KLABIN IRMÃOS & CIA.**, conforme qualificada acima, na qualidade de acionista da Klabin S.A.;

**NIBLAK PARTICIPAÇÕES S.A.**, conforme qualificada acima, na qualidade de acionista da Klabin S.A.;

**RIOCELL S.A.**, sociedade por ações com sede na Rua Formosa nº 367, 12º andar, Sala A, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 05.148.712/0001-76, como proprietária de bens imóveis sobre os quais serão constituídas hipotecas, neste ato representada nos termos de seu estatuto social por seu Diretor Financeiro **Ronald Seckelmann**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, SP, com endereço comercial na Rua Formosa, 367 - 12º andar, São Paulo, SP, portador do RG nº 7.526.694/SSP-SP e CPF nº 894.486.428-49 e por seu procurador, **Antonio Sergio Alfano**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado em São Paulo, SP, com endereço comercial na Rua Formosa no. 367 - 12º andar, portador do RG no. 5.282.030/SSP-SP e CPF no. 875.349.248-04,

vêm, por este instrumento, e na melhor forma de direito, firmar a presente Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real da KLABIN S.A. (a "Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:



Página 4



## CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é celebrada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas ("AGE") e da Reunião do Conselho de Administração ("RCA") da Emissora, ambas realizadas em 19 de novembro de 2002 e da Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de dezembro de 2002 (conjuntamente com a RCA de 29 de novembro de 2002, as "RCAs").

1.2. Nos termos do parágrafo primeiro do Artigo 59 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a "Lei das Sociedades por Ações"), os acionistas, conforme deliberação da AGE, delegaram ao Conselho de Administração da Emissora, poderes para:

- (i) deliberar sobre as condições relativas às Debêntures de que tratam os incisos VI a VIII do referido Artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações;
- (ii) propor à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), em nome da Emissora, alterações que julgar necessárias com relação às características das Debêntures, constantes desta Escritura, observadas as disposições legais aplicáveis; e
- (iii) aprovar o cancelamento, se e quando necessário, das Debêntures que não forem subscritas ou que se encontrem em tesouraria.

## CLÁUSULA II REQUISITOS

Esta 4ª emissão pública das Debêntures (a "Emissão") será realizada com observância dos seguintes requisitos:

### 2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Emissão será registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários (doravante simplesmente denominada "CVM") na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Lei das Sociedades por Ações e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

### 2.2. Arquivamento e Publicação das Atas da AGE e RCAs

As atas da AGE e RCA que deliberaram sobre a Emissão foram arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo, em 03 e 05 de dezembro de 2002, respectivamente, e publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional. A ata da RCA de 16 de dezembro de 2002 também será publicada nos jornais aqui referidos.



Página 5.



### 2.3. Arquivamento da Escritura na Junta Comercial do Estado de São Paulo

Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo, conforme disposto no Artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

### 2.4. Constituição e Registro das Cauções de Ações e das Debêntures

2.4.1. A caução das ações de emissão da Klabin S.A. descrita no item 5.7. abaixo deverá ter sido constituída e registrada (i) no livro de registro de ações da Klabin S.A. previamente ao início da distribuição das Debêntures e (ii) nos cartórios de registro de títulos e documentos das Comarcas de São Paulo, Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2.4.2. A caução das ações e de debêntures conversíveis da 1ª emissão particular de debêntures de emissão da Riocell S.A. descrita no item 6.6.1. abaixo deverá ter sido constituída e registrada (i) nos livros de registro de ações e de debêntures da Riocell S.A. e (ii) nos cartórios de registro de títulos e documentos das Comarcas de São Paulo, Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

### 2.5. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (a "ANBID")

A oferta pública das Debêntures será registrada na ANBID no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do Artigo 22 do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários, de 16 de janeiro de 2002.

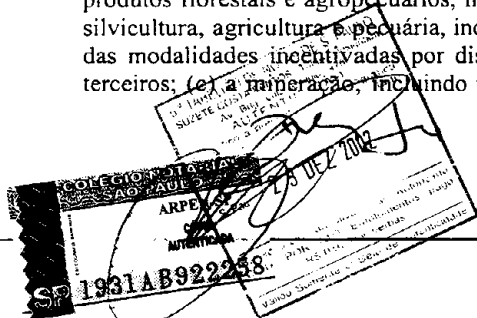
### 2.6. Registro da Negociação

As Debêntures terão registro para negociação no mercado secundário junto ao SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto ("ANDIMA") e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP").

## CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

### 3.1. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto: (a) a exploração industrial e comercial, inclusive importação e exportação de celulose, pasta de madeira, papel, cartão e congêneres, seus subprodutos e derivados, embalagens para quaisquer fins, produtos de madeira em todas as suas formas, produtos florestais e agropecuários, inclusive sementes, máquinas e matérias-primas; (b) a silvicultura, agricultura e pecuária, inclusive florestamento e reflorestamento por quaisquer das modalidades incentivadas por disposição legal, abrangida a captação de recursos de terceiros; (c) a mineração, incluindo pesquisas e lavra de minérios, sua industrialização e



Página 6





comércio; (d) a tecnologia e serviços relacionados com o objeto social; (e) o transporte, postos de fornecimento de combustível e lubrificantes e outras atividades acessórias que sua natureza de indústria integrada tornem necessárias; e, (f) a participação em outras sociedades.

### 3.2. Número da Emissão

201200

Esta Escritura constitui a 4ª emissão pública de Debêntures da Emissora.

### 3.3. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$1.036.000.000,00 (um bilhão e trinta e seis milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

### 3.4. Destinação dos Recursos

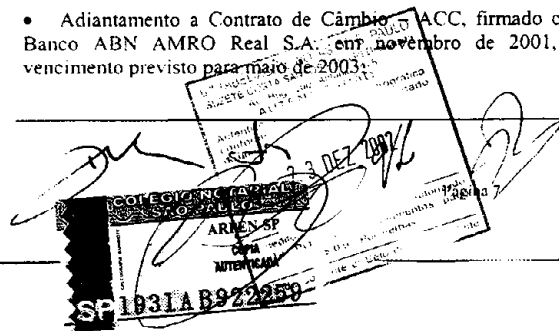
Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão aplicados para amortização de suas dívidas que vencerão em dezembro de 2002 e durante 2003, e para formação de capital de giro da Emissora, conforme a tabela abaixo:

Fontes	Valor (R\$)	%
4ª Emissão Pública de Debêntures da Klabin S.A.	1.036.000.000,00	100%
<b>Total</b>	<b>1.036.000.000,00</b>	<b>100%</b>

Usos	Valor (R\$)	%
Cédula de Crédito Industrial nº BNDES 02.2.741.4.1, emitida em 8 de novembro de 2002.	575.000.000,00	55
Notas (eurobônus) emitidas em 29 de dezembro de 1994, por Klabin Fabricadora de Papel e Celulose S.A., com vencimento em dezembro de 2002.	200.000.000,00	19
Capital de Giro	3.000.000,00	2
		24

Outros Financiamentos:

- Contrato de Empréstimo, firmado com o Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. em março de 2001, com vencimento previsto para março de 2003; 47.000.000,00
- Adiantamento a Contrato de Câmbio – ACC, firmado com o Banco Bradesco S.A. em dezembro de 2001, com vencimentos previstos entre dezembro de 2002 e maio de 2003; 47.000.000,00
- Nota de Crédito Industrial nº 288.520, emitida em 09 de maio de 2002 pela Emissora em favor do Banco Bradesco S.A. 3.000.000,00
- Adiantamento a Contrato de Câmbio – ACC, firmado com o Banco ABN AMRO Real S.A. em novembro de 2001, com vencimento previsto para maio de 2003; 15.000.000,00





• Contratos de Capital de Giro, firmados com o Banco BBA Creditanstalt S.A. em novembro de 2002; 3.000.000,00

• Instrumento Particular de Contrato para Prestação de Garantias e Outras Avenças - "Aval em Nota Promissória no Exterior" firmado com o Banco Itaú S.A. em julho de 2000 e Contrato de Pré Pagamento a Exportação, firmado com o Banco Itaú S.A. em janeiro de 2001, com vencimentos previstos entre julho e dezembro de 2002; 35.000.000,00

Contrato de Empréstimo para Capital de Giro, firmado em 12 de julho de 2002 com o Banco HSBC Bank Brasil S.A. Banco Múltiplo, com vencimento previsto para 07 de julho de 2003; e 50.000.000,00

Contrato de Empréstimo para Capital de Giro, firmado em 26 de setembro de 2002 com o Banco HSBC Bank Brasil S.A. Banco Múltiplo, com vencimento previsto para 24 de janeiro de 2003; 32.000.000,00

Contratos de Pré Pagamento à Exportação, firmados com o BankBoston NA - Filial de Nassau em janeiro de 2001, com vencimento previsto para janeiro de 2003; 26.000.000,00

Total parcial:	258.000.000,00
<b>Total</b>	<b>1.036.000.000,00 100%</b>

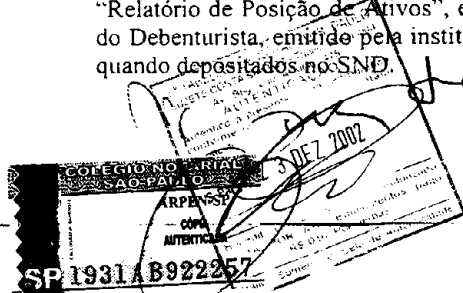
### 3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de subscrição, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no Artigo 33 da Instrução CVM nº 13 de 30 de setembro de 1980. Serão atendidos, preferencialmente, os clientes dos respectivos coordenadores da Emissão e de eventuais instituições financeiras subcontratadas por esses coordenadores, não havendo reservas antecipadas nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica. Não haverá preferência para a subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

A colocação pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro de emissão pela CVM, da publicação do anúncio de início de distribuição e da disponibilização do respectivo Prospecto (conforme abaixo definido) aos investidores.

### 3.6. Certificados de Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, definida no item 4.1.5. abaixo. Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade das Debêntures, o "Relatório de Posição de Ativos", expedido pelo SND, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no SND.



Página 8





### 3.7. Limite da Emissão:

JUCESP

A presente Emissão atende aos limites previstos no Artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme demonstrado a seguir:

201202

#### a) Com relação às Debêntures da 1ª Série

Garantia	(R\$)	Passivo Pro Forma	(R\$)
Caução de Ações da Klabin S.A.(1)	749.846.632,90	Debêntures da 1ª Série	472.000.000,00

80% do valor das garantias reais (valor máximo de endividamento com garantia real) 599.877.306,32

**Passivo/Garantia** **62,9%**

(1) Valor de avaliação econômico-financeira das ações de emissão da Klabin S.A. de propriedade de Klabin Irmãos & Cia. e Niblak Participações S.A. em 30 de setembro de 2002, representativas do controle da Klabin S.A.

#### b) Com relação às Debêntures da 2ª Série

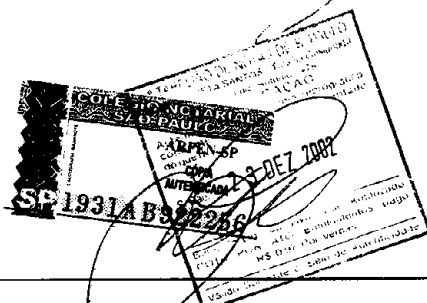
Garantia	(R\$)	Passivo Pro Forma	(R\$)
Caução de Ações da Riocell S.A.(1)	1.828.926.000,00	Debêntures da 2ª Série	564.000.000,00
		Contratos de Repasse	100.000.000,00
		Contrato de Pré-Pagamento(2)	447.653.150,00
<b>Total da Garantia</b>	<b>1.828.926.000,00</b>	<b>Total da Dívida Garantida</b>	<b>1.111.653.150,00</b>

80% do valor das garantias reais (valor máximo de endividamento com garantia real) 1.463.140.800,00

**Passivo/Garantia** **60,8%**

(1) Valor de avaliação econômico-financeira da Riocell em 30 de setembro de 2002.

(2) O saldo devedor apurado em 30 de novembro de 2002 era de US\$123.100.000,00, utilizando-se para conversão a taxa de câmbio de R\$3,6365 por US\$1,00.



Página 9





CLÁUSULA IV  
CARACTERÍSTICAS COMUNS  
A TODAS AS SÉRIES DAS DEBÊNTURES

201202

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$100.000,00 (cem mil reais) (o "Valor Nominal Unitário"), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

4.1.2. Quantidade de Debêntures Emitidas: Serão emitidas 10.360 (dez mil trezentas e sessenta) Debêntures.

4.1.3. Número de Séries: A Emissão será realizada em 2 (duas) Séries, com as características descritas nas Cláusulas V e VI abaixo, sendo a 1ª Série no valor de R\$472.000.000,00 (quatrocentos e setenta e dois milhões de reais) e a 2ª Série no valor de R\$564.000.000,00 (quinhentos e sessenta e quatro milhões de reais).

4.1.4. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos, a data da Emissão das Debêntures será o dia 15 de dezembro de 2002 (a "Data de Emissão").

4.1.5. Tipo, Forma e Conversibilidade: As Debêntures serão escriturais e nominativas, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. O Banco Itaú S.A. prestará os serviços de escrituração das Debêntures e também de banco mandatário (o "Banco Mandatário e Escriturador").

4.1.6. Espécie: As Debêntures serão da espécie com garantia real, garantidas conforme os termos do Contrato de Caução da 1ª Série e do Contrato de Caução da 2ª Série (os "Documentos de Garantia") descritos nos itens 5.7. e 6.6.1 desta Escritura.

4.1.7. Além das garantias mencionadas no item 4.1.6. acima, as Debêntures de ambas as Séries contarão com garantia fidejussória, conforme estabelecido no item 4.5. abaixo.

4.2. Remuneração

4.2.1. A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração equivalente a 100% (cem por cento) do Fator Diário dos financiamentos apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, calculados com base em um ano de 252 dias úteis, calculado e divulgado pelo Banco Central do Brasil, doravante denominados individualmente, "Fator SELIC" e, coletivamente "Fatores SELIC", capitalizados de uma taxa de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) ao ano (a título de *spread*), calculada com base em um ano de 252 dias úteis (os "Juros Remuneratórios"). Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão, ou data de vencimento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior,



Página 10





inclusive, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, exclusive, de acordo com a seguinte fórmula:

$$JR = VN \times \left\{ \text{Produtório SELIC} \times \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{du}{252}} \right] - 1 \right\}$$

onde:

- JR = valor dos Juros Remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo);
- VN = Valor Nominal Unitário;
- Produtório SELIC = produtório dos Fatores SELIC, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a Data de Cálculo (conforme definido abaixo), exclusive, sendo:

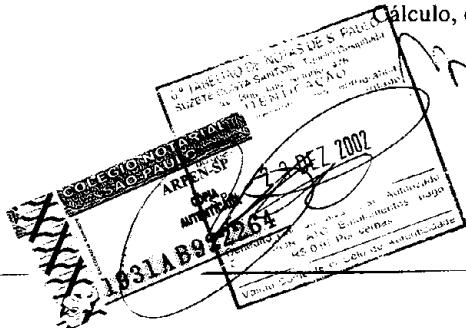
$$\text{Produtório SELIC} = \prod_{k=1}^n (\text{Fator SELIC}_k)$$

onde:

- $n_s$  = número total de Fatores SELIC do respectivo Período de Capitalização;
- Fator SELIC<sub>k</sub> = Fator SELIC do dia "k", onde:  $k = 1, 2, \dots, n_s$
- Fator SELIC = 100% (cem por cento) do Fator Diário dos financiamentos apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, divulgado pelo Banco Central do Brasil ("Bacen"), na transação PTAX 880, opção 1, do Sistema de Informações Banco Central - SISBACEN. O Fator SELIC deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;
- Spread = 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, calculado com base em um ano de 252 dias úteis;
- du = número de dias úteis apurados entre a data de início do respectivo Período de Capitalização, inclusive, até a Data de Cálculo, exclusive;

*Handwritten signature and initials.*

*Handwritten signature and initials.*



*Handwritten signatures and initials.*

*Handwritten signature and initials.*

Página 11





4.2.2. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação do Fator SELIC pelo Bacen na transação PTAX 880, opção 1, do Sistema de Informações Banco Central - SISBACEN, será aplicado o último Fator SELIC divulgado até 10 (dez) dias anteriores ao do vencimento da obrigação, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do Fator SELIC que seria aplicável.

4.2.3. Caso o Fator SELIC deixe de ser divulgado por meio da transação PTAX 880, opção 1, do Sistema de Informações Banco Central - SISBACEN, por prazo superior a 10 (dez) dias, ou caso seja extinto ou haja a impossibilidade legal de aplicação do Fator SELIC às Debêntures, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Caso não haja substituto legal, o Agente Fiduciário deverá, no menor prazo legal permitido a contar do evento, realizar a Assembleia Geral de Debenturistas (na forma e prazos estipulados no Artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 07/99 e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures. Esse novo parâmetro de remuneração das Debêntures será aplicável inclusive no período compreendido entre a data da última divulgação do Fator SELIC e a data da aludida Assembleia.

4.2.4. Caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre Debenturistas representando, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) do total das Debêntures em circulação e a Emissora, as Debêntures deverão ser resgatadas na sua totalidade, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios (aplicando-se o último Fator SELIC divulgado), calculados *pro rata temporis*, a partir da data da última divulgação do Fator SELIC (inclusive) até a data do efetivo resgate (exclusive). O resgate ao qual se refere este item não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.

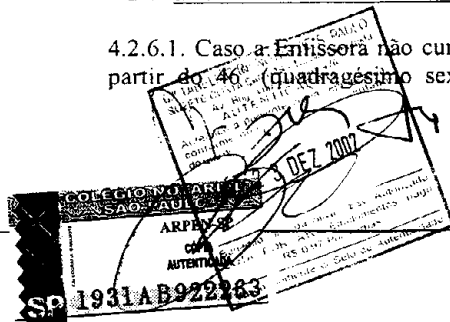
4.2.5. Para fins do disposto nesta Escritura:

“Período de Capitalização” significa o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Cálculo do Período de Capitalização encerrado (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Cálculo correspondente ao período iniciado (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

“Data de Cálculo” significa qualquer data de pagamento de juros e/ou qualquer data em que a Emissora efetue o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures (seja pelo vencimento, vencimento antecipado, resgate antecipado obrigatório ou aquisição obrigatória).

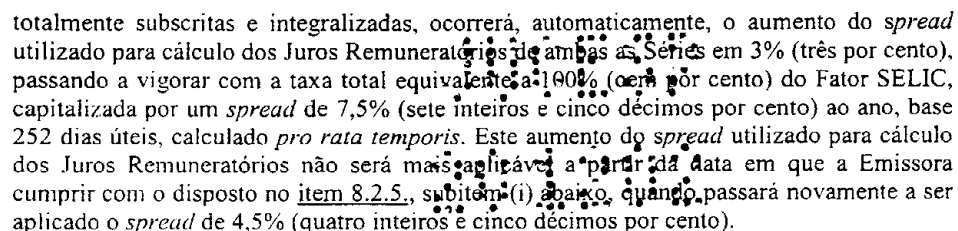
4.2.6. Incremento dos Juros Remuneratórios.

4.2.6.1. Caso a Emissora não cumpra com o disposto no item 8.2.5, subitem (i) abaixo, a partir do 46º (quadragésimo sexto) dia contado da data em que as Debêntures forem



Página 12





4.2.6.2. Caso a Emissora não cumpra com o disposto no item 8.2.5., subitem (ii) abaixo, a partir do 91º (nonagésimo primeiro) dia contado da data em que as Debêntures forem totalmente subscritas e integralizadas, ocorrerá, automaticamente, o aumento do *spread* utilizado para cálculo dos Juros Remuneratórios de ambas as Séries, nas mesmas condições previstas no item 4.2.6.1. acima.

4.2.6.3. Também ocorrerá o incremento dos Juros Remuneratórios nas hipóteses previstas nos itens 8.2.1.2. e 8.2.2.1. desta Escritura.

#### 4.3. Das Condições de Pagamento

4.3.1. Amortização Programada: Não haverá amortização programada das Debêntures de ambas as Séries.

4.3.2. Preço de Subscrição e Forma de Integralização: As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto nesta Escritura. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, (i) em moeda corrente nacional; (ii) com os créditos representados pela Cédula de Crédito Industrial nº BNDES 02.2.741.4.1, firmada em 08 de novembro de 2002, entre a Emissora (na qualidade de devedora), Klabin Irmãos & Cia., Niblak Participações S.A. e outros (na qualidade de intervenientes garantidores), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Itaú S.A., Banco BBA Creditanstalt S.A., Banco ABN AMRO Real S.A. e Banco JP Morgan S.A. (todos na qualidade de credores); (iii) com parte dos créditos representados pelo Contrato de Capital de Giro nº DK2 12/01, firmado entre o Banco BBA Creditanstalt S.A. e a Emissora, bem como seus eventuais aditamentos; (iv) com os créditos representados pela Nota de Crédito Industrial nº 288.520, emitida em 09 de maio de 2002 pela Emissora em favor do Banco Bradesco S.A.; (v) com os créditos representados pelo Contrato de Capital de Giro nº 04545271197, firmado entre o HSBC Bank Brasil S.A. Banco Múltiplo e a Emissora; ou (vi) com os créditos representados pelo Contrato de Capital de Giro nº 04545238602, firmado entre o HSBC Bank Brasil S.A. Banco Múltiplo e a Emissora.

**4.3.3. Local de Pagamento:** Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; ou (ii) para os titulares de Debêntures da Emissão que não estejam vinculados a esse sistema, por meio do Banco Mandatário e Escriturador.





4.3.4. Pagamento dos Juros Remuneratórios: Os valores relativos aos Juros Remuneratórios deverão ser pagos trimestralmente, sempre no dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, bem como na data em que ocorrer, conforme o caso, resgate antecipado, aquisição obrigatória, vencimento antecipado ou vencimento final das Debêntures de ambas as Séries.

4.3.5. Pagamentos em Razão de Resgate das Debêntures: O valor a ser pago pela Emissora por Debênture, nas hipóteses de resgate antecipado obrigatório previstas nesta Escritura será o equivalente ao Valor Nominal Unitário da Debênture na data do efetivo resgate, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de vencimento dos Juros Remuneratórios até a data de efetivo resgate.

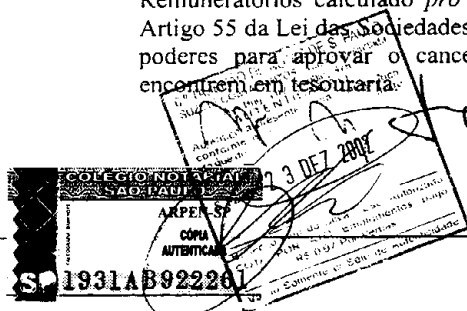
4.3.6. Prorrogação dos Prazos: Todos os pagamentos de quaisquer obrigações que ocorram em sábados, domingos ou feriados nacionais, inclusive os bancários, serão, para os fins e efeitos desta Escritura, prorrogados para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, sendo as obrigações calculadas até essa data e se iniciando também, a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração e cálculo das obrigações previstas nesta Escritura.

4.3.7. Encargos Moratórios e Multa em Caso de Ajuizamento: Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso serão acrescidos dos Juros Remuneratórios aplicáveis às Debêntures, bem como de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e de multa moratória não compensatória de 1% (um por cento) por dia de atraso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial. Além do aqui disposto, na hipótese de cobrança judicial da dívida decorrente desta Escritura, a Emissora incorrerá em multa de 10% (dez por cento), incidente sobre o principal e encargos da dívida, devida pela Emissora a partir do primeiro despacho da autoridade competente na petição de cobrança, além de despesas extrajudiciais, judiciais e honorários advocatícios.

4.3.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo do disposto no item 4.3.7. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado por ela publicado, não lhe dará direito ao recebimento de Juros Remuneratórios pelo período relativo ao atraso, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### 4.4. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures de ambas as Séries em circulação, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios calculado *pro rata temporis*, observado o disposto no parágrafo 2º do Artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. O Conselho de Administração da Emissora terá poderes para aprovar o cancelamento, a qualquer momento, das Debêntures que se encontrarem em tesouraria.



Página 14








#### 4.5. Garantia Fidejussória


4.5.1. Além das garantias previstas nos itens 5.7. e 6.6. desta Escritura, as Debêntures de ambas as Séries da presente Emissão são garantidas por fiança, constituída neste ato, prestada pelos Intervenientes Fiadores Jacob Klabin Lafer Administração e Participações S.A., Miguel Lafer Participações S.A., VFV Participações S.A., Presi S.A., GL S.A. Participações, Glimdas Participações S.A., Daro Participações S.A., Dawojobe Participações S.A., LKL Participações S.A., KL Participações Ltda., KLA-RO Participações Ltda., KLA-PI Participações Ltda., KLA-ZETA Participações Ltda., Klabin Irmãos & Cia., Niblak Participações S.A., Sylvia Lafer Piva, Armando Klabin, Daniel Miguel Klabin, Graziela Lafer Galvão, Israel Klabin, Lilia Klabin Levine, Miguel Lafer e Vera Lafer (a "Fiança"), todos qualificadas no preâmbulo desta Escritura que, por este instrumento e na melhor forma de direito, se obrigam, na qualidade de devedores solidários e principais pagadores de todas as obrigações decorrentes desta Escritura, até sua final liquidação, com renúncia expressa dos Intervenientes Fiadores aos Artigos 1.006, 1.485, 1.491, 1.498, 1.499, 1.500, 1.502, 1.503 e 1.504 do Código Civil Brasileiro. Artigos 261 e 262 do Código Comercial Brasileiro e Artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil pelas obrigações assumidas na presente Escritura.

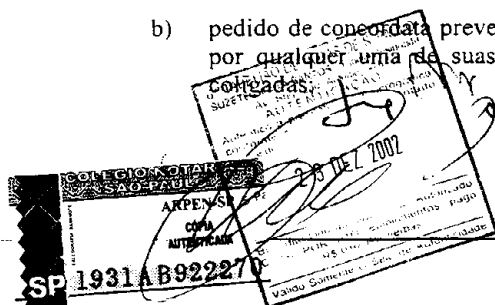
4.5.2. A Fiança aqui referida é prestada pelos Intervenientes Fiadores em caráter irrevogável e irretratável, e vigorará até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura (incluindo as eventuais despesas decorrentes da venda amigável das ações caucionadas).

4.5.3. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

#### 4.6. Vencimento Antecipado

O Agente Fiduciário deverá, observados os itens 4.6.1., 4.6.1.1. e 4.6.2. abaixo, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir o imediato pagamento pela Emissora do montante equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture em circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios e encargos, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de vencimento dos Juros Remuneratórios até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos (cada um deles um "Evento de Inadimplemento"): 

- a) não pagamento do principal ou juros devidos em razão das Debêntures nas respectivas datas de vencimento;
- b) pedido de concordata preventiva ou de auto-falência formulado pela Emissora ou por qualquer uma de suas controladoras, controladas (diretas ou indiretas) ou 



Página 15





- c) liquidação ou decretação de falência da Emissora ou de qualquer uma de suas controladoras, controladas (diretas ou indiretas) ou filiais;
- d) extinção ou dissolução da Emissora;
- e) não realização da aquisição obrigatória e do resgate antecipado obrigatório das Debêntures conforme previsto nos itens 5.5. e 6.5. abaixo, bem como a alienação de ativos sem observância do disposto no item 10.4.4. abaixo;
- f) declaração de vencimento antecipado de qualquer um dos Contratos de Repasse ou do Contrato de Pré-Pagamento (conforme definidos abaixo);
- g) modificações de quaisquer termos ou condições constantes (i) da Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações Ordinárias de Riocell S.A. (as "Debêntures Conversíveis em Ações"), firmada em 01 de dezembro de 2002 ou (ii) do Contrato de Arrendamento e de Exploração de Uma Universalidade de Coisas que Compõe Estabelecimento Industrial e Outros Pactos, firmado entre a Riocell S.A. e a Emissora em 01 de dezembro de 2002 (o "Contrato de Arrendamento"), bem como sua continuidade após o prazo de vigência determinado nesse instrumento;
- h) não manutenção, pela Emissora, durante toda a vigência desta Emissão, da titularidade direta da totalidade das Debêntures Conversíveis em Ações e das ações de emissão da Riocell S.A. de que é titular;
- i) não constituição das hipotecas sobre os bens imóveis identificados no Anexo III – A e Anexo III – B desta Escritura na forma prevista no item 8.2.5. abaixo, observado o prazo de até 75 (setenta e cinco) dias com relação às unidades industriais (Anexo III-A) e 150 (cento e cinquenta) dias com relação aos imóveis rurais (florestas) (Anexo III-B), observado o disposto no item 8.2.5.2. abaixo, contados da data em que as Debêntures forem totalmente subscritas e integralizadas;
- j) penhora das ações de emissão da Klabin S.A. e/ou das ações ou Debêntures Conversíveis de emissão da Riocell S.A., entregues em caução nos termos dos itens 5.7. e 6.6.1. abaixo;
- k) penhora, a partir da data de assinatura desta Escritura, de qualquer um dos bens imóveis identificados nos Anexos III – A ou III – B desta Escritura;
- l) alienação ou oneração de qualquer um dos bens constantes dos Anexos III – A e III – B desta Escritura sem o prévio consentimento por escrito de todos os Debenturistas detentores de Debêntures da 2ª Série e dos credores decorrentes dos Contratos de Repasse;

*[Handwritten signatures and initials]*



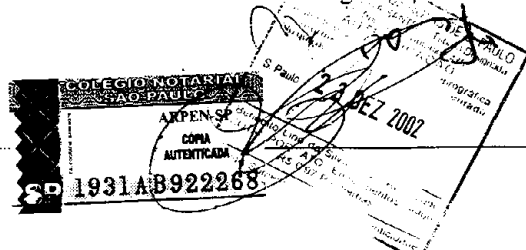
Página 16

*[Handwritten signatures and initials]*





- m) não manutenção dos bens constantes dos Anexos III – A e III – B desta Escritura em perfeito estado de conservação, funcionamento e produtividade;
- n) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, cujo valor individual ou total seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado ou ainda se prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis de sua ocorrência;
- o) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, não sanada em 05 (cinco) dias úteis, contados da ocorrência do respectivo evento, desde que não esteja previsto nesta Escritura prazo específico para a correção do inadimplemento;
- p) inadimplemento de qualquer obrigação prevista nos Documentos de Garantia ou no respectivo Contrato de Colocação das Debêntures, pela Emissora ou por qualquer dos Intervinentes Garantidores que sejam parte daqueles instrumentos, não sanada no prazo específico determinado em referidos documentos;
- q) vencimento antecipado, ou a ocorrência de qualquer fato ou evento que, mediante a entrega de notificação ou lapso temporal, possa ensejar o vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora e/ou de suas controladas (diretas ou indiretas), de valor individual ou total igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- r) não pagamento, na data do respectivo vencimento, pela Emissora ou por qualquer de suas controladas, de qualquer obrigação da Emissora e/ou de suas controladas, diretas ou indiretas (conforme o caso), no valor individual ou total igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- s) início de execução de quaisquer garantias prestadas pela Emissora e/ou por qualquer uma de suas controladas (diretas ou indiretas), de valor igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se a execução tiver sido proposta por comprovado erro ou má-fé, ou se for suspensa ou extinta em até 10 (dez) dias úteis contados da citação da Emissora e/ou de suas controladas (diretas ou indiretas), conforme o caso;
- t) trânsito em julgado de uma ou mais sentenças ou laudos arbitrais definitivos contra a Emissora e/ou contra qualquer de suas controladas (diretas ou indiretas) que resulte(m) ou possa(m) resultar, em conjunto, em obrigação de pagamento para a Emissora de valor igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), exceto se essa obrigação for paga nos termos e prazos estabelecidos na(s) sentença(s) ou no(s) laudo(s) arbitral(is);
- u) ocorrência de qualquer incorporação, fusão, cisão, transformação ou qualquer outra reorganização societária da Emissora ou de suas controladas (diretas ou



Página 17



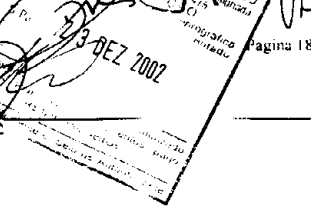


indiretas), seja esta reorganização estritamente societária ou realizada mediante disposição de ativos, exceto com relação às operações destinadas ao atendimento do item 8.2.2., subitem (ii) abaixo;

- v) se as garantias referidas nesta Escritura, inclusive a garantia fidejussória aqui constituída, a qualquer tempo ou por qualquer motivo, perderem sua eficácia ou deixarem de estar em pleno vigor ou forem declaradas nulas ou sua validade ou exequibilidade forem impugnadas;
- w) se houver a deterioração ou depreciação de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas da 1ª ou 2ª Séries abaixo do Limite Mínimo de Garantia (conforme abaixo definido) previsto no item 4.8.1., sem seu devido reforço nos prazos previstos nesta Escritura;
- x) falta de cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas nas Cláusulas VII e/ou VIII abaixo, inclusive com relação ao exercício da opção de venda, cessão ou transferência das ações de emissão da Klabin Kimberly S.A.;
- y) quaisquer mudanças no objeto social da Emissora ou da Riocell S.A. ou quaisquer alterações nos atuais direitos e vantagens das ações preferenciais e ordinárias de emissão da Emissora ou das ações ordinárias de emissão da Riocell S.A.;
- z) concessão de opção de compra, cessão, oneração, gravame, cessão de direitos de subscrição ou qualquer outra forma de alienação, direta ou indireta, gratuita ou onerosa, que acarrete a transferência ou compartilhamento do controle acionário direto ou indireto da Emissora, conforme definido no Artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, sem prévia autorização de todos os Debenturistas;
- aa) não publicação das condições propostas para repactuação das Debêntures em até 10 (dez) dias úteis antes do encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração (conforme definido abaixo), conforme estipulado no item 6.4. e seguintes desta Escritura;
- bb) não realização, nos respectivos prazos devidos, pela Emissora ou pela Riocell S.A., do pagamento de todos os tributos federais, estaduais ou municipais, e encargos trabalhistas, previdenciários ou assistenciais a que estejam ou venha a estar sujeitas, bem como dos tributos incidentes sobre os bens hipotecados constantes dos Anexos III – A e III – B desta Escritura; e
- cc) demais casos previstos em lei.

4.6.1. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (a) até (j) do item 4.6. acima, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures de ambas as Séries.

4.6.1.1. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens (k) até (cc) do item 4.6. acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos,





Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X abaixo e o quorum específico estabelecido no item 4.6.2 abaixo.

4.6.2. Após a realização da Assembleia Geral de Debenturistas (cujas deliberações deverão ser tomadas por Debenturistas de ambas as Séries em conjunto) mencionada no item 4.6.1.1. acima, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente, vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures de ambas as Séries e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios e encargos até a data de seu efetivo pagamento, nos termos do item 4.6. acima, a menos que Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures de ambas as Séries em circulação optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

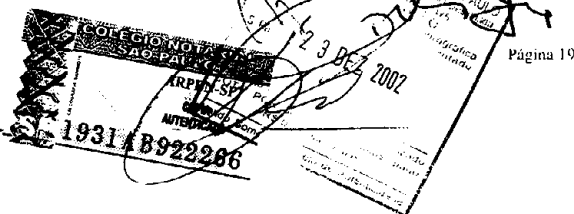
#### 4.7. Autorização para Assinatura dos Documentos de Garantia

4.7.1. Exceto com relação aos Debenturistas que possam ser qualificados como Banco Oficial (conforme definido abaixo), fica desde já acordado que os Debenturistas da 1ª e da 2ª Séries, ao subscreverem as Debêntures, concordam que o Agente Fiduciário os represente na assinatura dos Documentos de Garantia e do Contrato de Compartilhamento de Garantias (conforme definido abaixo), bem como que o Agente da Garantia (conforme definido no Contrato de Caução da 1ª Série e no Contrato de Caução da 2ª Série) os represente na assinatura do Contrato de Caução da 1ª Série e no Contrato de Caução da 2ª Série e no Contrato de Compartilhamento de Garantias. Esses Debenturistas também autorizam o Agente Fiduciário e o Agente da Garantia a assinarem eventuais aditamentos a serem firmados com relação aos Documentos de Garantia dos quais forem parte e/ou ao Contrato de Compartilhamento de Garantias.

4.7.2. Não obstante o disposto acima, fica desde já estabelecido que qualquer modificação aos termos e/ou condições dos Documentos de Garantia, das hipotecas a serem constituídas nos termos do item 8.2.5. abaixo e/ou do Contrato de Compartilhamento de Garantias que direta ou indiretamente afete os direitos dos Debenturistas deverá ser previamente aprovados por Debenturistas representando, no mínimo, o equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação da Série afetada, exceto com relação à liberação de garantias, que deverá ser aprovada por Debenturistas representando a totalidade das Debêntures em circulação da Série afetada.

#### 4.8. Disposições Gerais Aplicáveis às Garantias Reais desta Emissão

4.8.1. A Emissora se compromete a manter garantias reais, durante toda a vigência da presente Escritura e até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações decorrentes da Emissão, bens cujo valor seja equivalente a, no mínimo, 130% (cento e trinta por cento) da soma (o "Limite Mínimo de Garantia"): (i) do valor total de cada Série desta Emissão considerada individualmente, (ii) das dívidas decorrentes dos Contratos de Repasse e (iii) do valor devido em razão do Contrato de Pré-Pagamento de Exportação (*Amended and Restated Export Prepayment Finance Agreement*) firmado em 02 de abril de 2002, entre a Klabin S.A., como devedora (seller), Klabin Baccell S.A., como garantidora



(*subsidiary guarantor*), os diversos bancos credores ali qualificados, o JPMorgan Chase Bank, como agente de garantia e de administração (*administrative and collateral agent*), e o J.P. Morgan Securities Inc., como coordenador líder e único gerente de livro (*lead arranger and sole book manager*), no valor de até US\$225.000.000,00 (duzentos e vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos) (o "Contrato de Pré-Pagamento"), na data do efetivo desembolso desses recursos à Emissora.

4.8.1.1. Caso, a qualquer tempo durante a vigência das Debêntures, o Limite Mínimo da Garantia não seja respeitado, a Emissora deverá, em até 15 (quinze) dias contados da data da notificação pelo Agente Fiduciário nesse sentido, apresentar garantias adicionais aos Debenturistas da 1ª e/ou da 2ª Séries e/ou aos credores dos Contratos de Repasse ou aos credores do Contrato de Pré-Pagamento, conforme o caso, de forma a restabelecer o Limite Mínimo de Garantia, sob pena de vencimento antecipado de todas as suas obrigações constantes nesta Escritura, nos Contratos de Repasse e no Contrato de Pré-Pagamento, aplicando-se o disposto no item 4.6. acima. Os Debenturistas detentores de Debêntures da 1ª Série ou de Debêntures da 2ª Série (conforme a garantia cujo Limite Mínimo de Garantia seja diminuído), decidirão, a seu exclusivo critério, e observado o quorum de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da 1ª Série ou da 2ª Série em circulação, se aceitam ou não as novas garantias apresentadas pela Emissora.

4.8.1.2. A qualquer momento durante a presente Emissão, qualquer dos Debenturistas, representado pelo Agente Fiduciário, poderá solicitar uma avaliação dos bens entregues em garantia por meio dos Documentos de Garantia, ficando desde já acordado que todos e quaisquer custos com relação a essa avaliação serão incorridos pela Emissora.

4.8.2. Ocorrendo a declaração de vencimento antecipado a que se refere o item 4.6. acima, e sem prejuízo do direito de executar a Fiança, mesmo que simultaneamente à excussão das garantias reais da presente Emissão, fica desde já ajustado que a excussão extrajudicial das cauções se dará conforme disposto no Contrato de Caução da 1ª Série e no Contrato de Caução da 2ª Série, conforme o caso.

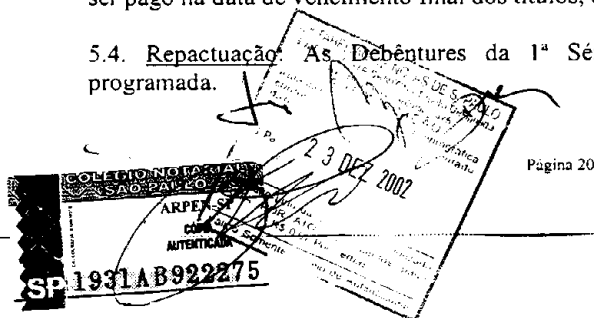
#### CLÁUSULA V CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA 1ª SÉRIE

5.1. Quantidade: A 1ª Série será composta por 5.000 (cinco mil) Debêntures.

5.2. Prazo e Data de Vencimento: O prazo de vigência das Debêntures da 1ª Série será de 22 (vinte e dois) meses a contar da Data de Emissão, com vencimento previsto para 15 de outubro de 2004.

5.3. Pagamento do Principal: O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série deverá ser pago na data de vencimento final dos títulos, ou seja, 15 de outubro de 2004.

5.4. Repactuação: As Debêntures da 1ª Série não estarão sujeitas à repactuação programada.





#### 5.5. Aquisição Obrigatória

JUL 03

5.5.1. Caso a Emissora aliene, ceda ou transfira, direta ou indiretamente, até 15 de outubro de 2003, suas ações representativas do capital social da Klabin Kimberly S.A., por meio do exercício do direito de opção de venda das ações representativas do capital social da Klabin Kimberly S.A., ou de qualquer outra forma, a Emissora deverá promover a aquisição das Debêntures da 1ª Série observado o previsto no item 5.5.2. e seguintes abaixo.

5.5.2. Caso ocorra o disposto no item 5.5.1. acima, a Emissora deverá publicar, nos termos do item 12.1. abaixo, até o 2º (segundo) dia útil após o recebimento dos respectivos recursos, aviso aos Debenturistas da 1ª Série realizando uma oferta de compra de Debêntures da 1ª Série em valor equivalente ao produto total da venda das ações representativas do capital social da Klabin Kimberly S.A., observado o disposto no item 5.5.4. abaixo.

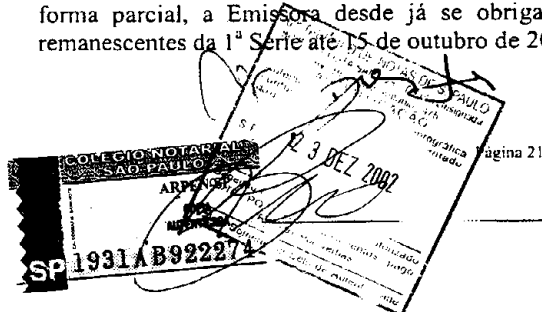
5.5.2.1. O valor a ser pago pela Emissora para aquisição das Debêntures da 1ª Série será o Valor Nominal Unitário dessas Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, que deverá constar do aviso referido no item 5.5.2. supra. A liquidação da compra das Debêntures deverá ser realizada até o 3º (terceiro) dia útil após o prazo de manifestação dos Debenturistas previsto no item 5.5.3. abaixo.

5.5.3. Os Debenturistas detentores de Debêntures da 1ª Série que desejarem alienar suas Debêntures deverão, em até 5 (cinco) dias úteis da data de publicação do aviso mencionado no item 5.5.2. acima, manifestar por escrito, à Emissora, sua intenção de alienar as respectivas Debêntures da 1ª Série de que são titulares, informando inclusive a quantidade de Debêntures que detêm e a quantidade de Debêntures que pretendem alienar.

5.5.4. A obrigação de aquisição das Debêntures da 1ª Série pela Emissora será limitada ao valor do produto da venda das ações representativas do capital social da Klabin Kimberly S.A., sendo que, na hipótese desse valor não ser suficiente para aquisição de todas as Debêntures da 1ª Série, a Emissora deverá proceder à aquisição de Debêntures dos Debenturistas que se manifestarem favoravelmente à venda, de forma *pro rata*, com base no resultado obtido por meio da divisão do preço de venda das ações representativas do capital social da Klabin Kimberly S.A. e a quantidade de Debêntures que cada Debenturista manifestou o interesse de alienar.

5.5.5. Caso tal divisão resulte em fração de Debênture, a Emissora deverá sempre complementar o valor faltante para que seja adquirido um número inteiro de Debêntures, ainda que o valor total ultrapasse o valor recebido pela Emissora em razão da alienação das ações de sua titularidade, representativas do capital social da Klabin Kimberly S.A., realizada nos termos do item 5.5.1. acima.

5.5.6. Resgate Antecipado Obrigatório. Caso a aquisição obrigatória aqui prevista ocorra de forma parcial, a Emissora desde já se obriga a resgatar a totalidade das Debêntures remanescentes da 1ª Série até 15 de outubro de 2003.





5.6. Resgate Antecipado Facultativo: Não haverá resgate antecipado facultativo das Debêntures da 1ª Série.

5.7. Garantia Real: As Debêntures da 1ª Série são garantidas por caução de ações de emissão da Klabin S.A., de propriedade da Niblak Participações S.A. e da Klabin Irmãos & Cia., representativas, a todo tempo de vigência da presente Escritura, de, no mínimo, 59,45% (cinquenta e nove inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) do capital votante da Emissora e de 20,52% (vinte inteiros e cinquenta e dois centésimos por cento) de seu capital total, bem como as ações que vierem a deter no futuro, além de todas as bonificações e demais direitos relativos às ações caucionadas (exceto o direito ao recebimento de dividendos). As referidas ações de emissão da Klabin S.A. foram avaliadas, em 30 de setembro de 2002, em R\$749.846.632,90 (setecentos e quarenta e nove milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, seiscentos e trinta e dois reais e noventa centavos), tendo sido essa avaliação efetuada pela Deloitte Touche Tohmatsu com base na projeção do fluxo de caixa descontado a valor presente da Klabin S.A. A caução é constituída por meio da celebração do Contrato de Caução de Ações firmado nesta data (o "Contrato de Caução da 1ª Série"), cuja cópia é parte integrante desta Escritura como Anexo I. O direito de voto permanecerá com os acionistas da Klabin S.A., podendo, entretanto, o Contrato de Caução da 1ª Série prever que, nos termos do Artigo 113 da Lei das Sociedades por Ações, esses acionistas somente poderão exercer tal direito de voto nos termos daquele instrumento.

#### CLÁUSULA VI CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA 2ª SÉRIE

6.1. Quantidade: A 2ª Série será composta por 4.530 (quatro mil, quinhentas e trinta) Debêntures.

6.2. Prazo e Data de Vencimento: O prazo de vigência das Debêntures da 2ª Série será de 36 (trinta e seis) meses a contar da Data de Emissão, com vencimento previsto para 15 de dezembro de 2005.

6.3. Pagamento do Principal: O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série deverá ser pago na data de vencimento final dos títulos, ou seja, 15 de dezembro de 2005.

6.4. Repactuação: As Debêntures da 2ª Série estarão sujeitas a duas repactuações programadas, a primeira prevista para 15 de dezembro de 2003 e a segunda para 15 de dezembro de 2004.

6.4.1. Em até 15 (quinze) dias úteis antes da data da 1ª repactuação programada aplicável a 2ª Série desta Emissão, o Conselho de Administração da Emissora deliberará, observados os limites legais aplicáveis à sua competência, sobre as matérias a seguir mencionadas, que deverão vigorar nos demais Períodos de Vigência da Remuneração: (i) as novas condições de remuneração e/ou amortização das Debêntures da 2ª Série; (ii) as condições necessárias para que ocorram outras repactuações com relação às Debêntures da 2ª Série durante a vigência da Emissão (inclusive com relação à repactuação programada para 15 de



Página 22





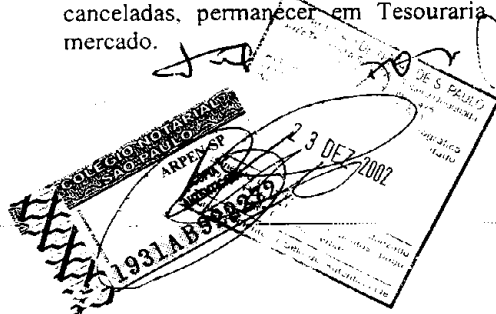
dezembro de 2004); (iii) modificações nas obrigações financeiras da Emissora constantes dos itens 8.2.1. e 8.2.1.1. desta Escritura; e (iv) a ~~necessidade de modificação~~ ou complementação das garantias decorrentes desta Emissão, ~~previstas no item 6.6.~~ abaixo, com relação às Debêntures da 2ª Série. As deliberações da Emissora sobre as condições de repactuação serão comunicadas por intermédio de publicação, conforme especificado nesta Escritura, até 10 (dez) dias úteis antes do encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração, informando:

- (a) as condições de remuneração das Debêntures da 2ª Série a vigor durante o próximo Período de Vigência da Remuneração;
- (b) as novas condições de amortização que eventualmente poderão ser aplicáveis às debêntures da 2ª Série durante o novo Período de Vigência da Remuneração;
- (c) as condições para a ocorrência de repactuações programadas aplicáveis às Debêntures da 2ª Série;
- (d) as obrigações financeiras da Emissora previstas nos itens 8.2.1. e 8.2.1.1. desta Escritura, que poderão diferir daquelas inicialmente pactuadas; e
- (e) as alterações ou complementações referentes às garantias oferecidas pela Emissora aos Debenturistas detentores de Debêntures da 2ª Série.

6.4.2. Caso os Debenturistas detentores de Debêntures da 2ª Série não concordem com as condições propostas pela Emissora para o próximo Período de Vigência da Remuneração ou caso tais condições não sejam publicadas pela Emissora no prazo ora estabelecido, sendo essas repactuações programadas ou não, os Debenturistas poderão, entre o 10º (décimo) e o 5º (quinto) dia útil (inclusive) anteriores ao encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração, manifestar, por meio de informação ao sistema de custódia (ou por correspondência dirigida ao endereço da Emissora, conforme item 12.1.2. abaixo, nos casos dos Debenturistas não vinculados ao sistema CETIP), sua opção de exercer o direito de venda de suas Debêntures à Emissora, sem prejuízo da possibilidade de ser requerido o vencimento antecipado das Debêntures, na hipótese de não publicação das condições de remuneração das Debêntures acima referidas.

6.4.3. A Emissora obriga-se a adquirir a totalidade das Debêntures da 2ª Série, nas datas de encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração, dos Debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pela Emissora para o período subsequente ou se manifestarem pela venda em função da não publicação pela Emissora das condições do próximo Período de Vigência da Remuneração.

6.4.4. As Debêntures da 2ª Série serão adquiridas pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, definido para o período vencido. As Debêntures adquiridas pela Emissora nos termos deste item poderão ser canceladas, permanecer em Tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado.



Página 23





6.4.5. Para fins do disposto nesta Escritura, "Período de Vigência da Remuneração" significa o intervalo de tempo durante o qual as condições das Debêntures permanecem as mesmas, ficando desde já estabelecido que o primeiro Período de Vigência da Remuneração das Debêntures da 2ª Série terá início na Data de Emissão e vencimento em 14 de dezembro de 2003.

6.5. Resgate Antecipado Obrigatório: A Emissora será obrigada, observado o disposto no item 6.5.1. abaixo, a resgatar antecipadamente, até 15 de dezembro de 2003, todas as Debêntures da 2ª Série, na hipótese de (i) não aceitação, pela Kimberly Clark, até 30 de junho de 2003, do exercício da opção de venda de ações de sua titularidade, representativas do capital social da Klabin Kimberly S.A., na data e condições inicialmente apresentadas pela Emissora e constantes do Acordo de Acionistas, em razão de ocorrência de um Evento de Força Maior (conforme definido no Acordo de Acionistas) ou por qualquer outro motivo, não sendo realizada a respectiva liquidação financeira em até 90 (noventa) dias contados da data em que a Emissora requereu o exercício da opção de venda dessas ações à Kimberly Clark; ou (ii) descumprimento da obrigação prevista no item 8.2.1. abaixo. O resgate antecipado das Debêntures da 2ª Série ao qual se refere este item não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.

6.5.1. O resgate antecipado obrigatório aqui mencionado ocorrerá no prazo previsto no item 6.5. acima, após publicação, pela Emissora, de aviso aos Debenturistas detentores de Debêntures da 2ª Série, com antecedência de 2 (dois) dias da data do efetivo resgate.

6.5.2. Resgate Antecipado Facultativo: Não haverá resgate antecipado facultativo das Debêntures da 2ª Série.

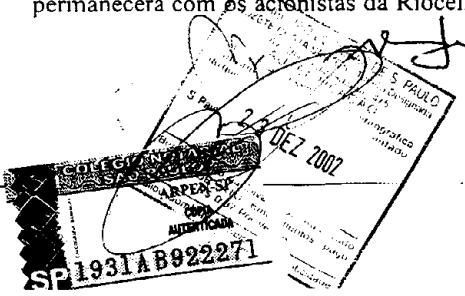
#### 6.6. Garantias Reais

6.6.1. Caução: As Debêntures da 2ª Série são garantidas por: (i) caução de ações de emissão da Riocell S.A., de propriedade da Klabin S.A. e Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda., representativas, a todo tempo de vigência da presente Escritura, de 100% (cem por cento) de seu capital total, bem como as ações que vierem a deter no futuro, além de todas as bonificações e demais direitos relativos às ações caucionadas (exceto o direito ao recebimento de dividendos); a Riocell foi avaliada, conforme relatório de avaliação econômico-financeira elaborado pela Deloitte Touche Tohmatsu, com data-base de 30 de setembro de 2002, considerando-se a unidade de negócios interna da Emissora, existente à época, cujos ativos foram posteriormente conferidos à Riocell. O valor de tal avaliação foi de R\$1.828.926.000,00 (um bilhão, oitocentos e vinte e oito milhões, novecentos e vinte e seis mil reais); e (ii) caução de 61.905 (sessenta e uma mil, novecentas e cinco) Debêntures Conversíveis em Ações emitidas pela Riocell S.A., no valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), bem como o produto obtido por meio do resgate das Debêntures Conversíveis em Ações. A caução das ações e das Debêntures Conversíveis em Ações de emissão da Riocell S.A. é constituída por meio da celebração do contrato de caução de ações e debêntures conversíveis firmado nesta data (o "Contrato de Caução da 2ª Série"), cuja cópia é parte integrante desta Escritura como Anexo II. O direito de voto permanecerá com os acionistas da Riocell S.A., podendo, entretanto, o Contrato de Caução

LAH.  
Ruck

Handwritten signature and initials.

Handwritten signature and initials.



Página 24

Handwritten signatures and initials.





da 2ª Série prever que, nos termos do Artigo 113 da Lei das Sociedades por Ações, esses acionistas somente poderão exercer tal direito de voto nos termos daquele instrumento.

6.6.2. Garantias Adicionais: As Debêntures da 2ª Série também serão garantidas por hipotecas (as “Hipotecas”) que recairão sobre as unidades industriais de propriedade da Emissora e da Riocell S.A., identificadas no Anexo III. A esta Escritura, bem como sobre imóveis rurais (florestas) e respectivas acessões, identificadas no Anexo III. B, a serem constituídas e registradas no prazo indicado no item 8.2.5. abaixo. Os documentos por meio dos quais as hipotecas serão formalizadas deverão ser aprovados por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

6.6.2.1. Observado o acima mencionado, com relação à constituição das hipotecas aplicar-se-á o disposto no item 8.2.5. desta Escritura.

6.6.3. Compartilhamento das Garantias Reais das Debêntures da 2ª Série: Todas as garantias reais referentes às Debêntures da 2ª Série serão compartilhadas com os credores dos seguintes contratos financeiros de que a Emissora é parte: (i) Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito junto ao Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., na modalidade Pré Embarque Especial, pelo qual obteve um crédito em moeda nacional, no montante de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), com vencimento previsto para 15 de dezembro de 2004; (ii) Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito junto ao Banco Bradesco S.A., na modalidade Pré Embarque Especial, pelo qual obteve um crédito em moeda nacional, no montante de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), com vencimento previsto para 15 de dezembro de 2004; (iii) Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito junto ao Banco BBA Creditanstalt S.A., na modalidade Pré Embarque Especial, pelo qual obteve um crédito em moeda nacional, no montante de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), com vencimento previsto para 15 de dezembro de 2004; (iv) Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito junto ao Banco Itaú S.A., na modalidade Pré Embarque Especial, pelo qual obteve um crédito em moeda nacional, no montante de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), com vencimento previsto para 15 de dezembro de 2004 (os “Contratos de Repasse”); e (v) Contrato de Pré-Pagamento.

6.6.3.1. As condições aplicáveis ao compartilhamento das garantias acima descritas constam do Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças (o “Contrato de Compartilhamento de Garantias”) que é parte integrante desta Escritura como Anexo IV.

*Handwritten signature: RUIK*

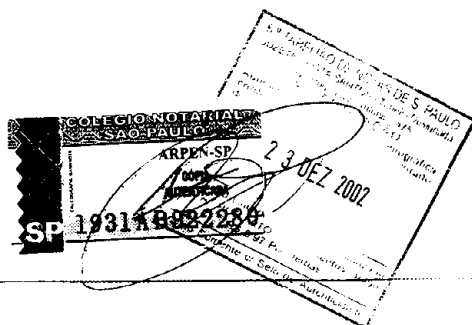
*Handwritten signature: R*

*Handwritten signature: J*

*Handwritten signatures: B, DR, LK, LK, LK, LK, LK*

*Handwritten signature: J*

*Handwritten signature: J*





**CLÁUSULA VII**  
**NÃO CONSTITUIÇÃO DE ÔNUS SOBRE OS ATIVOS DA EMISSORA**

7.1 Enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora também se compromete, sob pena de vencimento antecipado das obrigações constantes desta Escritura, observado o disposto nos itens 4.6.1.1 e 4.6.2, acima, a:

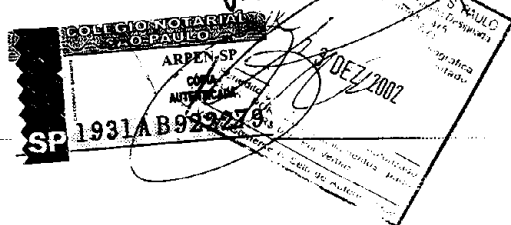
- (i) não constituir qualquer Garantia Real, exceto Garantias Reais Permitidas, sobre seus ativos, receitas presentes ou futuras, em garantia de qualquer Dívida e a fazer com que suas controladas ou coligadas não constituam qualquer Garantia Real sobre seus ativos, receitas, presentes ou futuras, em garantia de qualquer Dívida da Emissora, a menos que, anterior ou concomitantemente a criação de qualquer Garantia Real, as obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura: (a) sejam igualmente garantidas de modo considerado satisfatório pelos Debenturistas, e desde que tal garantia seja aprovada por Debenturistas que representem, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em circulação, ou (b) tenham o benefício de qualquer outra garantia que seja aprovada em Assembléia Geral de Debenturistas, observado o quorum mencionado no subitem (a) acima; e
- (ii) não constituir qualquer Garantia Real sobre Ações de sua titularidade, exceto a caução sobre as ações de emissão de sua controlada Riocell S.A., constituída na forma desta Escritura, nos termos do item 6.6.1, supra.

7.2. Para os efeitos da presente Escritura, inclusive desta Cláusula VII, aplicar-se-ão as seguintes definições:

“Ações” significa qualquer ação de uma sociedade anônima ou quotas de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, conforme o caso, de titularidade direta ou indireta da Emissora na data de celebração desta Escritura, ou ações ou quotas de qualquer sociedade resultante da fusão ou incorporação dessas sociedades.

“Ativo Fixo” significa qualquer ativo da Emissora que esteja ou venha a ser incluído e classificado no balanço consolidado da Emissora como ativo imobilizado, de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos no Brasil.

“Ativo Fixo Relevante” significa qualquer Ativo Fixo usado para (i) reflorestamento, cultivo, extração, serraria ou transporte de madeira e seus derivados, (ii) produção de celulose e seus derivados (incluindo papel e produtos de papel) ou (iii) qualquer processo de produção, distribuição ou venda relacionado com os subitens (i) ou (ii) aqui relacionados e que participe no processo produtivo, de distribuição ou venda da Emissora, de forma direta ou indireta, sendo responsável por, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da proporção das vendas atuais da Emissora ou de suas controladas ou coligadas.



Página 26





“Banco Oficial” significa (i) qualquer instituição financeira, órgão ou banco de desenvolvimento pertencente ao governo brasileiro ou qualquer outro banco brasileiro ou instituição financeira que represente ou atue como agente de um órgão governamental (incluindo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”) e empresas integrantes do sistema BNDES) e (ii) qualquer instituição financeira, agência ou banco de desenvolvimento multilateral ou de governo estrangeiro, incluindo o Banco Mundial, o International Finance Corporation – IFC e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

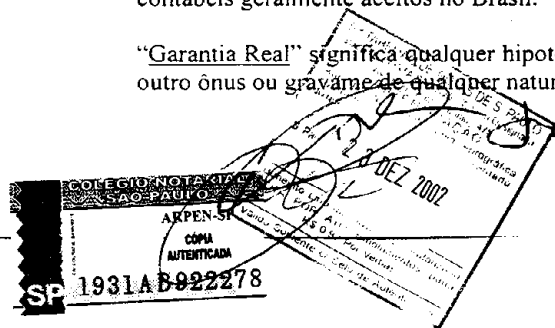
“Capital de Giro” significa Dívidas com vencimento original de 45 (quarenta e cinco) dias ou menos utilizadas no financiamento das operações da Emissora.

“Demonstrações Financeiras Requeridas” significa informações trimestrais (ITRs) e demonstrações financeiras padronizadas (DFPs).

“Dívida” significa (i) qualquer obrigação da Emissora e de suas controladas, contingente ou de qualquer forma exigível (a) por empréstimos contraidos (independentemente de garantia do credor contra todos os ativos da Emissora e de suas controladas ou somente parte dos mesmos), seja na forma de antecipação de recursos, conta corrente a descoberto ou linhas de crédito ou (b) evidenciada por notas promissórias (emitidas no Brasil ou no Exterior), debêntures ou instrumento de natureza similar, cartas de crédito (incluindo a obrigação de compra de moeda) ou (c) para o pagamento de aluguel ou outros valores relacionados à compra de bens do ativo que devam ser classificados como leasing financeiro de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, incluindo a compra diferida de bens imóveis, (d) decorrente de contratos de proteção contra variação das taxas de juros, contratos de câmbio, contratos de proteção contra variações cambiais ou quaisquer outros contratos de natureza similar; (ii) qualquer obrigação de terceiros de natureza similar às obrigações descritas no item (i) acima, no qual a Emissora e suas controladas tenham prestado garantia ou que de outra forma venham a ser obrigação legal da Emissora e de suas controladas; e (iii) outra obrigação garantida por ônus ou gravame sobre os bens ou ativos da Emissora e de suas controladas, independentemente de ditas obrigações garantidas terem sido assumidas pela Emissora e/ou de suas controladas, excluídas de (i), (ii) e (iii) as disponibilidades financeiras, entendidas conforme o estabelecido no Artigo 179, inciso I (parte) da Lei das Sociedades por Ações.

“EBITDA” significa a soma dos seguintes valores extraídos das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora: (i) lucro (prejuízo) depois da provisão para o imposto de renda e contribuição social, (ii) despesa financeira líquida, (iii) provisão para imposto de renda e contribuição social, (iv) depreciações, amortizações e exaustões, (v) outras despesas líquidas não operacionais, (vi) prejuízos decorrentes de participações minoritárias nos resultados de empresas com demonstrações consolidadas, e (vii) prejuízo nos resultados de Afiliadas (para este fim, “Afiliadas” significa sociedades nas quais a Emissora detenha participação acionária entre 20% e 50%), sempre determinados de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil.

“Garantia Real” significa qualquer hipoteca, penhor, caução, garantia flutuante ou qualquer outro ônus ou gravame de qualquer natureza ou espécie.



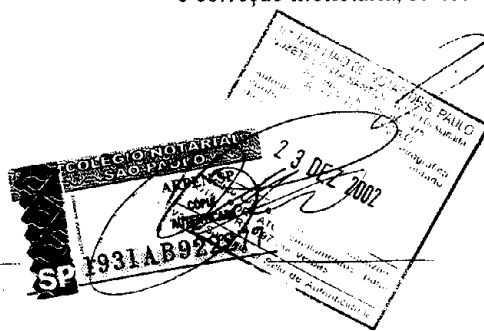
Página 27





“Garantia Real Permitida” significa qualquer Garantia Real:

- (i) constituída sobre um Ativo Fixo ou Ações adquiridas após esta data pela Emissora ou constituída sobre um Ativo Fixo ou Ações relacionados à aquisição de qualquer Ativo Fixo ou Ações adquiridas após esta data pela Emissora, em cada caso para garantir a aquisição de tais Ativos Fixos ou Ações ou para garantir a Dívida contraída com a finalidade de adquirir tal Ativo Fixo ou Ações, incluindo qualquer Garantia Real existente à época de aquisição de tal Ativo Fixo ou Ações, contanto que o valor máximo do principal e juros garantidos por tal Garantia Real não exceda 90% (noventa por cento) do valor de tal Ativo Fixo ou Ações (conforme determinado pelo credor dessa Dívida e notificado ao Agente Fiduciário, quando o valor for superior a R\$50.000.000,00);
- (ii) constituída em relação a qualquer Dívida contraída pela Emissora junto a um Banco Oficial para financiar a aquisição, desenvolvimento, construção ou expansão de qualquer Ativo Fixo Relevante ou qualquer prorrogação, renovação ou renegociação dessa Dívida, desde que essa Dívida ou qualquer prorrogação, renovação ou renegociação (a) (1) tenha um vencimento original mínimo de cinco anos ou (2) seja uma cédula/nota de crédito industrial emitida em favor de um Banco Oficial em antecipação ao desembolso de uma Dívida com vencimento original mínimo de cinco anos e (b) o valor total do principal de qualquer prorrogação, renovação ou renegociação não exceda o valor (incluindo juros, comissões e correção monetária, se houver) a ser prorrogado, renovado ou renegociado;
- (iii) que garanta Dívida tomada para o financiamento de projeto da Emissora ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, desde que (a) esta Dívida não seja garantida por instalações ou projetos já existentes na data desta Escritura; (b) esta Garantia Real somente se aplique a (x) propriedades objeto do financiamento do projeto ou (y) receitas ou recebíveis decorrentes do projeto a ser financiado; e (z) qualquer Garantia Real dada para garantir qualquer Dívida resultante da prorrogação, renovação ou renegociação de qualquer Dívida anteriormente garantida de acordo com este subitem, desde que não exceda o valor da Dívida originalmente garantida (incluindo juros, comissões e correção monetária, se houver) e que os ativos objeto da garantia sejam decorrentes do financiamento do projeto;
- (iv) existente na data de celebração desta Escritura ou que garanta qualquer prorrogação, renovação ou renegociação da Dívida originalmente garantida por Garantia Real; desde que o valor total do principal desta Dívida prorrogada, renovada ou renegociada não exceda o valor garantido (incluindo juros, comissões e correção monetária, se houver) na data desta Escritura;



Página 28



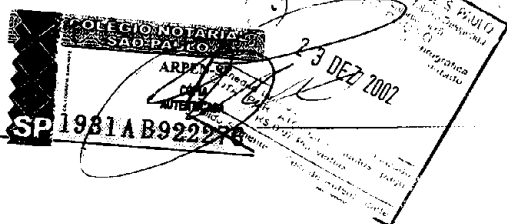


- (v) decorrente do curso normal dos negócios para garantir Dívidas da Emissora resultantes de financiamentos de exportação, pré-pagamentos de exportação, importação ou operações de vendas domésticas ou financiamento de fornecedores em relação a ativos que não sejam Ativos Fixos ou crédito rural;
- (vi) decorrentes do curso normal dos negócios para garantir Dívidas da Emissora na forma de Capital de Giro, desde que o valor máximo garantido por esta Garantia Real não exceda 20% (vinte por cento) do valor total consolidado dos Ativos Fixos da Emissora na data da última publicação do balanço da Emissora na época em que esta Dívida foi contraída; e/ou
- (vii) constituída em favor dos Debenturistas (representados pelo Agente Fiduciário), dos credores dos Contratos de Repasse e do Contrato de Pré-Pagamento, em conjunto, e dos detentores das notas (eurobônus) de emissão da Klabin Fabricadora de Papel e Celulose S.A., tendo a IKPC - Indústrias Klabin de Papel e Celulose como garantidora (ambas as sociedades já incorporadas pela Klabin S.A.) e o Chase Manhattan Trustees Ltd. como agente das Notas, em 12 de agosto de 1996, no valor de US\$70.000.000,00 (setenta milhões de dólares norte-americanos) e com vencimento previsto para 12 de agosto de 2004 (os "Eurobônus").

#### CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

8.1. Obrigações de Fazer: Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora obriga-se a:

- (i) Fornecer ao Agente Fiduciário:
  - (a) após o término de cada exercício social, dentro do prazo legalmente permitido, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas a esse exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora;
  - (b) cópias das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202/93, nos prazos ali previstos, inclusive cópia de suas Informações Trimestrais (ITRs);
  - (c) no mesmo dia de sua publicação, o respectivo Edital de Convocação de qualquer Assembleia Geral, e prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas as Assembleias Gerais;

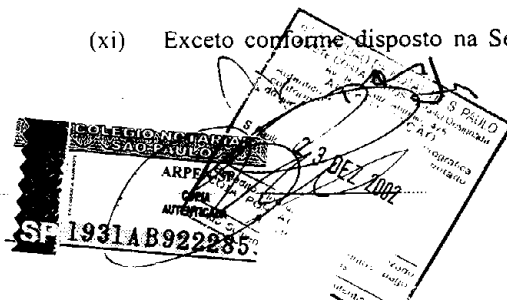


Página 29





- (d) imediatamente, qualquer informação relacionada com a presente emissão que lhe venha a ser solicitada; e
- (e) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 4.6, acima, imediatamente após a sua ocorrência.
- (ii) Proceder à adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação de suas demonstrações financeiras anuais;
- (iii) Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, às expensas da Emissora) tenham acesso irrestrito aos livros e demais registros contábeis da Emissora;
- (iv) Convocar, nos termos do item 10.1, desta Escritura, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer matéria que direta ou indiretamente se relacione com a presente emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (v) Cumprir todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;
- (vi) Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada junto à CVM;
- (vii) Manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202, de 06 de dezembro de 1993 ou do normativo que vier a substituí-la, e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no Artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado;
- (viii) Manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;
- (ix) Notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial, ou qualquer indicio de alteração substancial, nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Emissora que: (a) possa impossibilitar ou dificultar de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures ou (b) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- (x) Pagar quaisquer valores devidos aos Debenturistas relativos às Debêntures objeto desta emissão, prioritariamente à distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório;
- (xi) Exceto conforme disposto na Seção "Negócios da Emissora", item "Seguros" do



Página 30







Prospecto, manter seus bens operacionais relevantes adequadamente segurados;

(xii) Manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;

(xiii) Durante o prazo de vigência das Debêntures, não efetuar qualquer alteração material na natureza de seus negócios, conforme conduzidos nesta data, e não efetuar qualquer alteração na forma legal de seus negócios, conforme existam nesta data;

(xiv) Fornecer, até 01 de novembro de 2003, todas as informações necessárias para que o Agente Fiduciário possa verificar se a Emissora está cumprindo suas obrigações, previstas nesta Escritura, especialmente nos itens 8.2.1. e 8.2.1.1. abaixo;

(xv) Cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua bens;

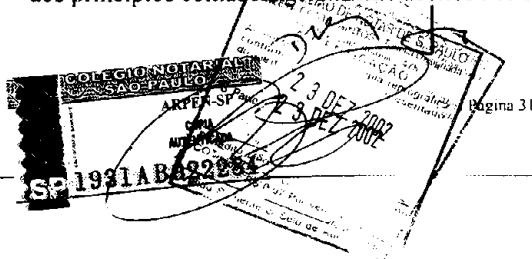
(xvi) (x) Notificar ao Agente Fiduciário, imediatamente após a ocorrência de qualquer evento, fato ou ato, que possa resultar (i) em uma violação pela Emissora, por qualquer de suas controladas (diretas ou indiretas) e/ou pelos Intervenientes Garantidores de qualquer lei, decreto ou regulamento e que possa, direta ou indiretamente, afetar seus negócios, seus resultados ou sua condição financeira ou operacional; (ii) em uma violação de qualquer contrato ou acordo que vincule a Emissora, qualquer de suas controladas (diretas ou indiretas), e/ou os Intervenientes Garantidores e que possa afetar, direta ou indiretamente, seus negócios, seus resultados ou sua condição financeira ou operacional; (v) informar imediatamente ao Agente Fiduciário acerca da ocorrência de qualquer inadimplemento;

(xvii) Manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário e Escriturador, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário (SND);

(xviii) Comunicar aos Debenturistas, na forma e prazo estabelecidos nesta Escritura, as condições de remuneração das Debêntures da 2ª Série a vigorar nos demais Períodos de Vigência da Remuneração;

(xix) Proceder ao registro dos Documentos de Garantia nos competentes cartórios de registro, nos prazos estabelecidos nesta Escritura ou nos próprios Documentos de Garantia ou determinados pela legislação aplicável;

(xx) Adir aos regulamentos de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo-BOVESPA, observando o seguinte cronograma e requisitos: (a) até dezembro de 2002 aderir ao Nível I; (b) até março de 2003 promover alteração estatutária no sentido de submeter à aprovação dos detentores de ações preferenciais do capital da Emissora a celebração de contratos entre a Emissora e seus controladores ou com empresas nas quais os seus controladores tenham interesse; e (c) as demonstrações financeiras da Emissora a serem publicadas em março de 2004 deverão, também, atender aos princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (USGAAP).



Handwritten signatures and initials, including 'JRK' and 'L'.





(xxi) Liquidar, na data de integralização das Debêntures, eventuais valores devidos pela Emissora decorrentes da Cédula de Crédito Industrial;

(xxii) Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, durante o prazo de vigência desta Escritura; e

(xxiii) No prazo de até 6 (seis) meses após a Data de Emissão, contratar e obter uma ou mais classificações de risco para a Emissão, a ser(em) mantida(s) durante todo o prazo de vigência das Debêntures, por agência(s) de classificação de risco (*rating*) renomada(s), bem como divulgar ou permitir que essa(s) agência(s) de classificação de risco (*rating*) divulgue(m) relatório(s) com a(s) súmula(s) de classificação de risco.

#### 8.2. Obrigações Especiais de Fazer e Compromissos Financeiros da Emissora:

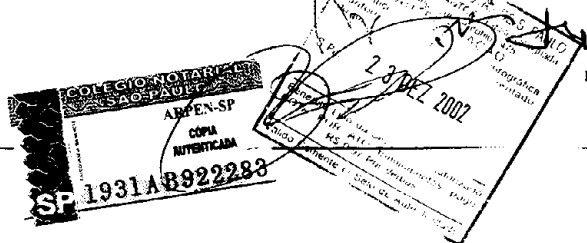
8.2.1. Enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se a manter a relação Dívida (conforme definido no item 7.2. acima)/EBITDA (conforme definido no item 7.2. acima) (últimos 12 meses) apurados com base nas Informações Trimestrais – ITR da Emissora de 30 de setembro de 2003, menor ou igual a 2 (dois), ou menor ou igual a 2,3 (dois vírgula três) caso a dívida de curto prazo consolidada da Emissora corresponda a, no máximo, 40% (quarenta por cento) de sua dívida total.

8.2.1.1. Não obstante o acima disposto, caso a relação Dívida (conforme definido no item 7.2. acima)/EBITDA (conforme definido no item 7.2. acima) apurada seja maior que 2,3 (dois vírgula três) e menor ou igual a 2,5 (dois vírgula cinco) e a dívida consolidada de curto prazo da Emissora corresponda a, no máximo, 50% (cinquenta por cento) de sua dívida total, a Emissora poderá solicitar aos Debenturistas a dispensa de cumprimento da obrigação de resgate antecipado das Debêntures mencionada no item 8.2.1.2. abaixo. Esse pedido de dispensa somente será concedido mediante anuência de Debenturistas representando, no mínimo, o equivalente a 60% (sessenta por cento) das Debêntures em circulação.

8.2.1.2. A não observância ao disposto no item 8.2.1. ou caso a relação Dívida (conforme definido no item 7.2. acima)/EBITDA (conforme definido no item 7.2. acima) apurada seja maior que 2,5 (dois vírgula cinco), ocorrerá automaticamente (i) o aumento do *spread* utilizado para cálculo dos Juros Remuneratórios de ambas as Séries em 3% (três por cento), a partir de 1º de novembro de 2003, passando a vigorar com a taxa total equivalente a 100% (cem por cento) do Fator SELIC, capitalizada por um *spread* de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis; e (ii) o resgate antecipado de todas as Debêntures da 2ª Série, em 15 de dezembro de 2003, conforme previsto no item 6.5. acima.

8.2.2. Emissora se obriga, também, ao seguinte:

- (i) exercer, até 30 (trinta) de junho de 2003, a opção de venda de ações conforme estabelecido no Acordo de Acionistas firmado com a Kimberly Clark, no tocante à sua participação no capital social da Klabin Kimberly S.A., observadas as condições aplicáveis à aquisição obrigatória e ao resgate antecipado das Debêntures conforme previstos nos itens 5.5. e 6.5. acima;



Página 32





- (ii) alienar, até 15 (quinze) de outubro de 2003, quaisquer ativos em valor igual ou superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), para realização da aquisição obrigatória, observadas as condições previstas no item 5.5. acima, inclusive de sua participação mencionada no subitem (i) acima, independentemente do exercício do direito de opção de venda das respectivas ações; e
- (iii) divulgar as Informações Trimestrais – ITR, de 30 de setembro de 2003, até 1º de novembro de 2003.

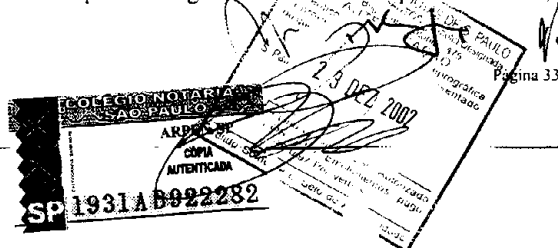
8.2.2.1. O descumprimento da obrigação referida no subitem (i) do item 8.2.2. acima determinará, automaticamente, o aumento do *spread* utilizado para cálculo dos Juros Remuneratórios de ambas as Séries em 3% (três por cento), a partir de 30 de junho de 2003, passando a vigorar com a taxa total equivalente a 100% (cem por cento) do Fator SELIC, capitalizada por um *spread* de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis.

8.2.2.2. O descumprimento conjunto das obrigações referidas nos subitens (i) e (ii) do item 8.2.2. acima acarretará o vencimento antecipado das Debêntures, aplicando-se o disposto nos itens 4.6.1.1. e 4.6.2. supra.

8.2.2.3. O descumprimento das obrigações referidas no subitem (iii) do item 8.2.2. acima acarretará, automaticamente, na perda, pela Emissora, do benefício a ela concedido nos termos do item 8.2.1.1. acima.

8.2.3. A Emissora e a Riocell S.A. se obrigam a: (i) obter, em nome da Riocell S.A., todas as licenças, permissões e demais autorizações necessárias à condução das atividades descritas no objeto social da Riocell S.A. (principalmente a comercialização de celulose, papel, seus artefatos, subprodutos, derivados, matérias-primas, produtos químicos, bem como madeira sob qualquer forma) de forma independente pela própria companhia, em até 6 (seis) meses contados da data de assinatura desta Escritura, sob pena de não o fazendo acarretar o vencimento antecipado automático das Debêntures em circulação de ambas as Séries, nos termos do item 4.6. acima, sendo que a Emissora se compromete a fazer com que a Riocell S.A. e a Riocell S.A. se compromete a conduzir suas atividades de forma independente após o término do Contrato de Arrendamento; e (ii) a Emissora e a Riocell S.A. também se obrigam a obter todos os registros e averbações necessários à devida formalização das transferências dos bens, móveis, imóveis e outros conferidos em aumento de capital da Riocell S.A. por meio da deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Riocell S.A. de 01 de dezembro de 2002, bem como utilizados para a integralização das Debêntures Conversíveis em Ações, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data desta Escritura.

8.2.4. A Emissora deverá submeter à prévia aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação da 2ª Série, qualquer contrato ou acordo a ser firmado entre a Riocell S.A. e a Emissora ou qualquer empresa coligada ou controlada pela Emissora, cujo prazo de vigência seja superior a 12





(doze) meses e cujo valor seja superior, individualmente ou em conjunto, a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), sob pena de vencimento antecipado das Debêntures em circulação de ambas as Séries.

8.2.5. A Emissora e a Riocell S.A., neste ato e por esta Escritura, se obrigam ao disposto abaixo, no sentido de garantir as obrigações decorrentes da 2ª Série desta Emissão e das obrigações decorrentes dos Contratos de Repasse e do Contrato de Pré-Pagamento:

(i) em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data em que as Debêntures forem totalmente subscritas e integralizadas, a constituir hipoteca em primeiro grau sobre as unidades industriais identificadas no Anexo III - A desta Escritura, abrangendo, além do terreno, as construções, instalações, máquinas, equipamentos e quaisquer acessões presentes e futuras, e registrar essa hipoteca nos Cartórios de Registro de Imóveis competentes; e

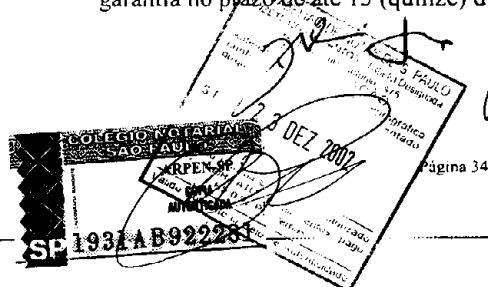
(ii) em até 90 (noventa) dias contados da data em que as Debêntures forem totalmente subscritas e integralizadas, a constituir hipoteca em primeiro grau sobre os imóveis rurais (florestas) identificados no Anexo III - B desta Escritura, abrangendo, além do terreno, as construções, instalações, máquinas, equipamentos e quaisquer acessões presentes e futuras, e registrar essa hipoteca nos Cartórios de Registro de Imóveis competentes.

8.2.5.1. As hipotecas acima referidas compreenderão também o valor de eventual desapropriação, para rateio entre os Debenturistas e os credores dos Contratos de Repasse e do Contrato de Pré-Pagamento, na proporção dos seus créditos.

8.2.5.2. O não cumprimento do previsto no item 8.2.5. supra, acarretará o disposto nos itens 4.2.6.1. e 4.2.6.2. ou 4.6. alínea "i" (exceto se a Emissora deixar de constituir hipotecas no valor equivalente a até 5% (cinco por cento) do valor total dos bens imóveis constantes do Anexo III - B) desta Escritura, conforme o caso.

8.2.5.3. Deverá constar das escrituras de hipoteca, dentre outras, as seguintes obrigações a serem assumidas pela Emissora e/ou pela Riocell S.A., conforme o caso:

- a) reembolso aos Debenturistas (ou, se for o caso, ao Agente Fiduciário) e aos credores dos Contratos de Repasse e do Contrato de Pré-Pagamento de todas as despesas por eles incorridas na realização, regularização, segurança ou conservação de seus créditos ou para cumprimento das obrigações da Emissora ou da Riocell S.A. como devedoras hipotecantes;
- b) comunicação, por escrito, aos Debenturistas e aos credores dos Contratos de Repasse e do Contrato de Pré-Pagamento, caso se verifique a diminuição ou depreciação da garantia constituída, a fim de que estes possam determinar as providências necessárias e a Emissora e/ou a Riocell S.A. possam reforçar a garantia no prazo de até 15 (quinze) dias úteis da comunicação aqui referida;



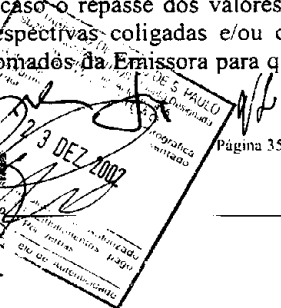


- c) manutenção de todos os bens descritos nas escrituras de hipoteca devidamente segurados, exceto aos bens identificados no Anexo III – B desta Escritura, que não estão segurados; e
- d) providenciar, para efeito do disposto no subitem (c) acima, que as apólices de seguro sejam emitidas em favor dos Debenturistas e dos credores dos Contratos de Repasse e do Contrato de Pré-Pagamento, em 02 (duas) vias, e serem entregues pela Emissora imediatamente após sua emissão ou renovação, sendo uma via entregue ao Agente Fiduciário e outra aos credores dos Contratos de Repasse e do Contrato de Pré-Pagamento, devendo constar das condições das apólices que, na hipótese de sinistro, sem necessidade de anuência ou de autorização um do outro, qualquer dos beneficiários dos seguros poderão receber diretamente das seguradoras a importância total das indenizações.

8.2.5.3.1. Observado o referido no subitem (d) do item 8.2.5.3. supra, na hipótese de sinistro dos bens objeto das hipotecas, o beneficiário do seguro que tiver recebido a importância de qualquer indenização deverá depositar a totalidade desses valores em conta corrente a ser indicada, por escrito, pelo Agente Fiduciário, devendo tais recursos serem utilizados para pagamento das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura, nos Contratos de Repasse e no Contrato de Pré-Pagamento, de forma *pro rata*, conforme seus vencimentos.

8.3. Obrigações de Não Fazer: Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora obriga-se, ainda, a:

- (i) Não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (ii) Não praticar quaisquer atos em desacordo com seu estatuto social e esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante a comunhão de Debenturistas;
- (iii) Não efetuar a distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, bem como o pagamento de juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de distribuição de lucro, durante o prazo de vigência desta Escritura;
- (iv) Não celebrar contratos de mútuo com suas controladoras, diretas e/ou indiretas, bem como com suas coligadas e/ou controladas, exceto (i) na qualidade de mutuária de empréstimo cuja finalidade seja quitar a dívida decorrente das Debêntures; (ii) seja na qualidade de mutuante ou mutuária, com suas controladas, referentes a operações realizadas no curso normal dos negócios observando as práticas usualmente adotadas pela Emissora, em valor, individual ou total, não superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), sendo vedado, neste caso o repasse dos valores emprestados ou a realização de qualquer mútuo ativo pelas respectivas coligadas e/ou controladas, cujo resultado prático seja o repasse dos valores tomados da Emissora para quaisquer terceiros; e (iii) os empréstimos a





serem realizados pela Emissora à MIRCA LIMITED, em valor de até US\$40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares norte-americanos) ou seu contra-valor em outras moedas e à KLABIN BACELL S.A., em valor de até US\$10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos) ou seu contra-valor em outras moedas;

(v) Não realizar, ser parte envolvida, ou permitir que qualquer de suas controladas (diretas ou indiretas) realize, qualquer incorporação (inclusive de ações), fusão, cisão, transformação ou qualquer outra reorganização societária ou de seus ativos, exceto mediante prévia e expressa autorização de todos os Debenturistas;

(vi) Não realizar qualquer operação de amortização, resgate ou recompra de ações, ou permitir que qualquer uma de suas controladas (diretas ou indiretas) realize tais operações;

(vii) Não pagar antecipadamente qualquer dívida, exceto: (i) a dívida decorrente da presente Emissão na forma prevista nesta Escritura; ou (ii) dívidas cujo pagamento antecipado tenha sido prévia e expressamente autorizado por todos os Debenturistas; e

(viii) Não alienar qualquer bem móvel ou imóvel que tenha valor individual ou total superior ou igual a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões reais), exceto conforme disposto no item 10.4.4. abaixo.

#### CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

##### 9.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da emissão objeto desta Escritura, Planner Corretora de Valores S.A., qualificada no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

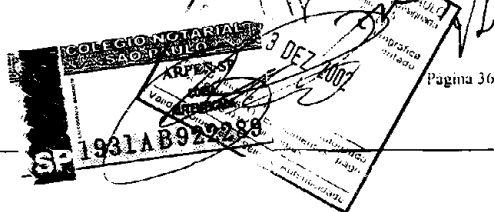
##### 9.2. Declaração

O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

a) não ter qualquer impedimento legal, conforme Artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o Artigo 10 da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;

b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;





9.3.4 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo a mesma ser arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, junto com a presente Escritura e a substituição do Agente da Garantia deverá ser objeto de aditamento do(s) respectivo(s) Contrato(s) de Caução.

9.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

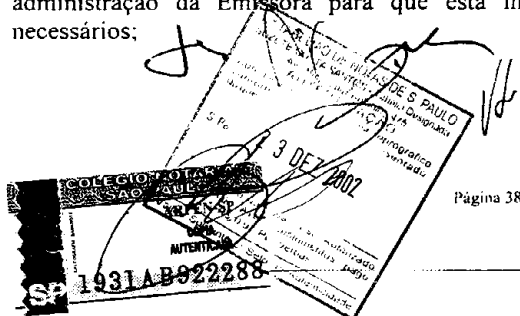
9.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia Geral de Debenturistas.

9.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato da CVM.

#### 9.4. Deveres

Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e dos Documentos de Garantia e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;



Página 38





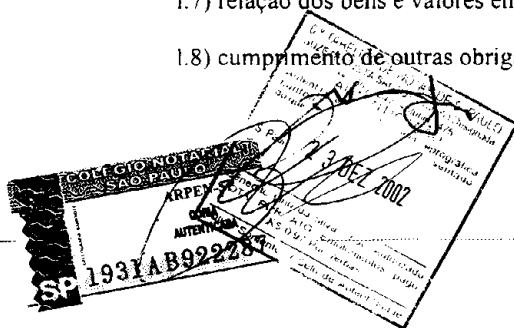
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- j) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos veículos de comunicação referidos no item 12.1.1, desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- k) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do Artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- 1.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - 1.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - 1.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - 1.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - 1.5) resgate, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - 1.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - 1.7) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - 1.8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento;

UX.  
Ruk

1.2

1.5

1.7



Página 39

12 1.2 1.5 1.7







l.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e

l.10) declaração acerca da suficiência e exeqüibilidade das garantias reais constituídas em favor dos Debenturistas da presente Emissão, bem como com relação à exeqüibilidade da garantia fidejussória aqui constituída;

m) disponibilizar o relatório de que trata o inciso "l" aos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

m.1) na sede da Emissora;

m.2) no seu escritório, localizado na Av. Paulista nº 2.439, 11º andar, São Paulo/SP, ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

m.3) na CVM;

m.4) nas Bolsas de Valores e/ou na CETIP, quando e se for o caso; e

m.5) na sede da instituição financeira que liderou a colocação das Debêntures.

n) publicar, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso "m";

o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à ANDIMA e à CETIP;

p) verificar a observância, pela Emissora, dos limites relacionados à Emissão, previstos no Artigo 60 da Lei das Sociedades Anônimas, em função das garantias reais oferecidas;

q) ter verificado a regularidade da constituição das garantias reais e da garantia fidejussória relativas a esta Emissão ou outras que vierem a ser constituídas, bem como o valor dos bens dados em garantia (com relação às garantias reais), observando a manutenção de sua suficiência e exeqüibilidade;

r) examinar proposta de substituição de bens dados em garantia, quando esta estiver autorizada conforme previsto nesta Escritura, manifestando a sua expressa e justificada concordância;

s) intimar a Emissora a reforçar as garantias constituídas em favor dos Debenturistas, na hipótese de sua deterioração ou depreciação, observados o prazo e limite constantes desta Escritura, independentemente do disposto na alínea "v" do item 4.6. acima;





g) firmar os Documentos de Garantia e do Contrato de Compartilhamento de Garantias, bem como eventuais aditamentos relativos a esses documentos, observado o disposto no item 4.7.2, acima, exceto no caso de debenturistas pessoas jurídicas de direito público; e

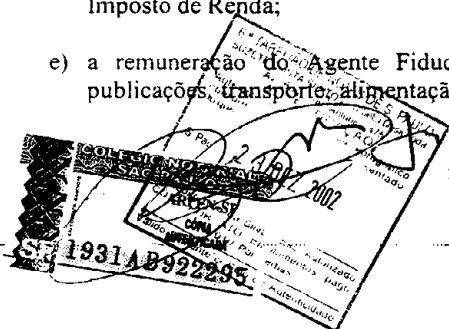
h) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (e) do caput do item 9.5.1, se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (h) do caput do item 9.5.1.

#### 9.6. Remuneração

9.6.1. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- a) parcelas anuais no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), sendo a primeira parcela devida 360 (trezentos e sessenta) dias após a obtenção do registro desta Emissão junto à CVM, e assim consecutivamente, nos demais anos, durante o prazo de vigência das Debêntures;
- b) não obstante o disposto na alínea "a" supra, a remuneração do Agente Fiduciário aqui prevista será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja realizando a cobrança de valores devidos pela Emissora em razão da presente Emissão e das Debêntures;
- c) as parcelas referidas na alínea "a" acima serão atualizadas anualmente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP/M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela, calculada *pro rata temporis* se necessário;
- d) a remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes impostos: Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre referida remuneração, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, excetuando-se o Imposto de Renda;
- e) a remuneração do Agente Fiduciário aqui prevista não inclui despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da



Página 42

Handwritten signatures and initials.





função de Agente Fiduciário, durante a realização dos respectivos serviços, sendo tais despesas de responsabilidade da Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação, respeitado o previsto no item 9.7. abaixo; e

- f) em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer, para resguardar os interesses dos Debenturistas, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

WZ.  
RICK

9.6.2. Não estão incluídas na remuneração do Agente Fiduciário despesas com especialistas, caso sejam necessárias, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

9.6.3. Caso algum Debenturista seja Banco Oficial, conforme definição contida nesta Escritura, este não estará obrigado a arcar com os honorários do Agente Fiduciário, nem com quaisquer despesas incorridas pelo Agente Fiduciário, conforme estipulado para os demais Debenturistas no item 9.6.1., subitem (f) acima.

WZ.

#### 9.7. Despesas

A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que ele tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, ou para realizar seus créditos.

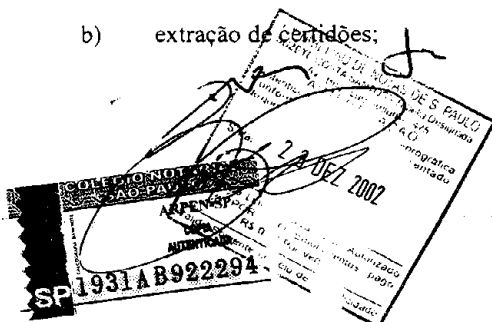
9.7.1. O ressarcimento, a que se refere este item, será efetuado imediatamente após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

WZ.

9.7.2. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, as seguintes:

a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

b) extração de certidões;



Página 43

WZ.  
RICK  
WZ.  
RICK  
WZ.  
RICK  
WZ.  
RICK



c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções, respeitando o limite acordado com a Emissora; e

d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.7.3. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do item 9.7.1, acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

9.7.4. Se qualquer quantia devida aos Debenturistas em virtude desta Escritura for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a Emissora deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura e nas Debêntures, honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido à tal cobrança.

#### CLÁUSULA X ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

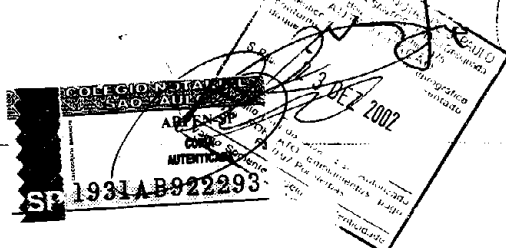
##### 10.1. Convocação

10.1.1. Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (a "Assembleia Geral de Debenturistas"). As deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas serão tomadas em conjunto por ambas as Séries desta Emissão, por Debenturistas representando, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) de ambas as Séries das Debêntures desta Emissão presentes à respectiva Assembleia, salvo nos casos em que for estabelecido quorum especial, nos termos da presente Escritura ou da legislação em vigor.

10.1.2. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

10.1.3. A Assembleia Geral dos Debenturistas poderá ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário, (ii) pela Emissora, (iii) por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou (iv) pela CVM.

10.1.4. Sem prejuízo do disposto no item 10.4.1, desta Cláusula, a Emissora, o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas poderão convocar representantes do Banco Mandatário e Escriturador, da Emissora e/ou da empresa de auditoria da Emissora ou quaisquer



Página 44



terceiros, para participar das Assembléias Gerais de Debenturistas, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

10.1.5. Independentemente de quem tenha convocado a Assembléia Geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as assembleias, e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10.1.6. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, será considerada regular a Assembléia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em circulação.

10.1.7. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à Assembléia ou do voto proferido na respectiva Assembléia Geral de Debenturistas.

#### 10.2. Quorum de Instalação

10.2.1. As Assembléias Gerais de Debenturistas se instalarão, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

10.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura serão excluídas as Debêntures que se encontrarem na tesouraria da Emissora, que forem de titularidade de empresas coligadas, controladas, controladoras (ou grupo de controle) ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

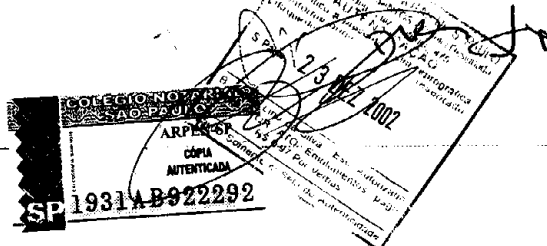
#### 10.3. Mesa Diretora

10.3.1. A presidência da Assembléia Geral de Debenturistas caberá, de acordo com quem a tenha convocado, respectivamente, (i) ao Agente Fiduciário; (ii) ao Presidente do Conselho de Administração da Emissora; ou (iii) ao debenturista eleito pelos Debenturistas presentes.

#### 10.4. Quorum de Deliberação

10.4.1. Observado o disposto no item 10.1.6. desta Cláusula, a cada Debênture em circulação corresponderá um voto, sendo admitida a constituição de mandatários, observadas as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do Artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

10.4.2. Alterações nas Cláusulas III, IV, VII, VIII e X desta Escritura dependerão dos votos favoráveis de Debenturistas representando, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures de ambas as Séries em circulação. Alterações na Cláusula V desta Escritura dependerão dos votos favoráveis de Debenturistas representando, no mínimo,



Página 45





**CLÁUSULA XI  
DECLARAÇÕES E GARANTIAS**

0005

11.1. O Agente Fiduciário declara à Emissora que:

201200

- (a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme Artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações e Artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (d) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- (e) está ciente da Circular nº 1.832 de 31.10.90 do Banco Central do Brasil.

11.2. A Emissora declara ao Agente Fiduciário que:

- (a) é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e os Documentos de Garantia de que é parte e a cumprir com suas obrigações previstas nesses instrumentos, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) a celebração desta Escritura e dos Documentos de Garantia, a emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora ou qualquer uma de suas controladas e coligadas sejam partes, nem poderá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, exceto pelas obrigações constantes do Contrato de Pré-Pagamento e dos Eurobônus, que estão sendo objeto de negociação com os respectivos credores para que não seja declarado o vencimento antecipado das obrigações da Emissora com base: (x) na extensão das garantias reais das Debêntures da 2ª Série para os credores do Pré-Pagamento; e (y) na constituição de outras garantias reais para os credores do Eurobônus, sendo certo que tal negociação não afetará ou prejudicará, de qualquer forma, a garantia constituída de acordo com os Documentos de Garantia; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou de suas controladas e coligadas, exceto pelos ônus e gravames descritos nesta Escritura; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos.



Página 47



(j) é titular e detentora de 50% (cinquenta por cento) das ações ordinárias e de 50% das ações preferenciais Classe A representativas do capital social da Klabin Kimberly S.A., correspondentes a 50% (cinquenta por cento) do capital social total dessa companhia;

(k) o Acordo de Acionistas encontra-se em pleno vigor e não sofreu qualquer alteração desde a data de sua assinatura; e

(l) todas as ações representativas de seu capital social aqui entregues em garantia foram totalmente integralizadas e encontram-se livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, exceto a caução referida nesta Escritura.

11.2.1. A Emissora e a Riocell S.A. declaram ao Agente Fiduciário que os bens descritos na Ata de Assembléia Geral Extraordinária da Riocell S.A. de 01 de dezembro de 2002 foram conferidos à Riocell S.A. por meio de integralização de aumento de capital da Riocell S.A. e integralização das Debêntures Conversíveis em Ações.

11.2.2. A Riocell S.A. declara ao Agente Fiduciário que todas as ações representativas de seu capital social, bem como as Debêntures Conversíveis em Ações, foram totalmente integralizadas e encontram-se livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, exceto a caução referida nesta Escritura.

11.3. Cada um dos Intervenientes Garantidores pessoa jurídica declara ao Agente Fiduciário que:

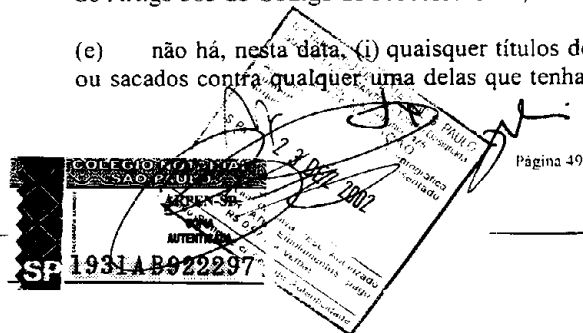
(a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;

(b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e assumir as obrigações decorrentes da Fiança e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, inclusive com relação à Fiança, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários ou contratuais necessários para tanto;

(c) a celebração desta Escritura e dos Documentos de Garantia, a prestação da Fiança e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Interveniente Garantidora seja parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(d) a presente Escritura, incluindo as obrigações relativas à Fiança, e os Documentos de Garantia foram devidamente celebrados, constituindo obrigações lícitas e válidas, exequíveis contra os Intervenientes Garantidores em conformidade com seus termos, observadas as leis de falência, insolvência, concordata e leis similares aplicáveis que afetem direitos de credores de modo geral, com força de título executivo extrajudicial nos termos do Artigo 585 do Código de Processo Civil; e

(e) não há, nesta data, (i) quaisquer títulos de emissão dos Intervenientes Garantidores ou sacados contra qualquer uma delas que tenham sido apresentados para protesto ou que







tenham sido protestados, de valor unitário e/ou total igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), excetuados os que, apresentados para protesto, tenham sido objeto de pedido de sustação de protesto seguido, conforme o caso, da respectiva ação principal, com razoáveis fundamentos de direito; e (ii) dívida vencida e não paga de responsabilidade de qualquer uma delas de valor unitário ou total igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou a sua constituição em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das suas obrigações decorrentes desta Escritura.

11.4. Cada um dos Intervenientes Fiadores pessoa física neste ato declara ao Agente Fiduciário que:

(a) tem plena capacidade para assumir todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive para honrar a Fiança prestada, seja no todo ou em parte;

(b) a celebração desta Escritura e a prestação da Fiança não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Interveniente Fiadora seja parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(c) esta Escritura de Emissão e a Fiança constituem obrigações exequíveis, válidas e eficazes de cada uma das Intervenientes Fiadoras;

(d) não há, nesta data, (i) quaisquer títulos de sua emissão ou sacados contra qualquer uma das Intervenientes Fiadoras que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados, de valor unitário e/ou total igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), excetuados os que, apresentados para protesto, tenham sido objeto de pedido de sustação de protesto seguido, conforme o caso, da respectiva ação principal, com razoáveis fundamentos de direito; e (ii) dívida vencida e não paga de responsabilidade de qualquer uma das Intervenientes Fiadoras de valor unitário ou total igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou a sua constituição em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das suas obrigações decorrentes desta Escritura; e

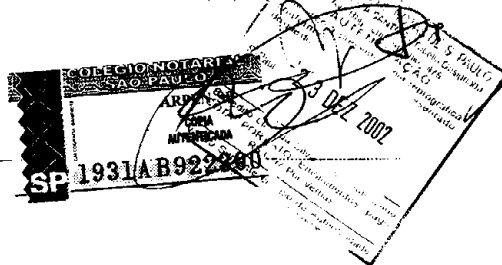
(e) conforme necessário, os respectivos cônjuges dos acionistas pessoas físicas da Emissora, a seguir identificados e qualificados, também assinam a presente Escritura, para fins do cumprimento ao disposto no artigo 235, inciso III do Código Civil brasileiro: (i) **Pedro Franco Piva**, já qualificado no preâmbulo desta Escritura, casado com Sylvia Lafer Piva; (ii) **Rosa Maria Lisboa Klabin**, brasileira, casada com Armando Klabin, empresária, portadora do RG nº 2.073.529/IFP-RJ e do CPF nº 023.474.747-15, residente e domiciliada no Rio de Janeiro, RJ, com endereço comercial na Praia do Flamengo nº 154, 3º andar, Rio de Janeiro, RJ; (iii) **Maria Izabel Catão Klabin**, brasileira, casado com Daniel Miguel Klabin, empresária, portadora do RG 2.617.419/IFP-RJ e do CPF nº 409.939.907-97, residente e domiciliada no Rio de Janeiro, RJ, com endereço comercial na Praia do Flamengo nº 154, 3º andar, Rio de Janeiro, RJ, aqui representada por Daniel Miguel Klabin; e (iv) **Lea Mânica**, brasileira, casada com Israel Klabin, empresária, portadora do

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*



Página 50





RG nº 2.414.949-IFP e do CPF nº 442.281.477-04, residente e domiciliada no Rio de Janeiro, RJ, com endereço comercial na Praia do Flamengo nº 154, 3º andar, Rio de Janeiro, RJ, aqui representada por Israel Klabin.

2012002

**CLÁUSULA XII**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

2012002

**12.1. Das Comunicações**

**12.1.1. Publicidade:** Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e "Gazeta Mercantil", edição nacional, exceção feita aos anúncios de início e de encerramento de distribuição, que serão publicados apenas no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional.

**12.1.2. Notificações:** As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

**EMISSORA:**

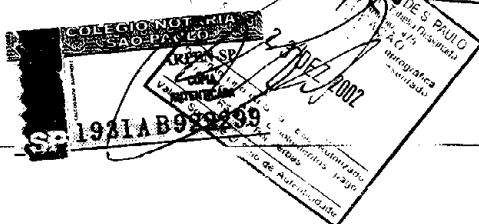
Nome: Klabin S.A.  
Endereço: Rua Formosa, 367 – 12º andar  
São Paulo, SP  
Atenção/Cargo: Ronald Seckelmann – Diretor Financeiro  
Telefone: (11) 3225-4019  
Fac-símile: (11) 3225-4241

**AGENTE FIDUCIÁRIO:**

Nome: Planner Corretora de Valores S.A.  
Endereço: Avenida Paulista, nº 2.439, 11º andar  
São Paulo, SP  
Atenção: Artur Martins de Figueiredo  
Telefone: (11) 3061-9444  
Fac-símile: (11) 3060-9575

**BANCO MANDATÁRIO E ESCRITURADOR:**

Nome: Banco Itaú S.A.  
Endereço: Rua Boa Vista, 185, 4º andar  
São Paulo, SP  
Atenção/Cargo: Sr. José Idelfonso Nieri  
Telefone: (11) 3247-1905/3247-1906  
Fac-símile: (11) 3247-1917



Página 51





As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

20.12.02

#### 12.2. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

#### 12.3. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

[Esta Página é parte integrante da "Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, da Klabin S.A.", firmada em 16 de dezembro de 2002.]

#### 12.4. Revogação e Substituição

Esta Escritura revoga e substitui integralmente as disposições constantes da "Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Série Única, da Espécie sem Garantia, da KLABIN S.A.", firmada entre as partes em 10 de junho de 2002, bem como a "Escritura da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, da KLABIN S.A.", firmada em 29 de novembro de 2002.

#### 12.5. Intervenientes Garantidores

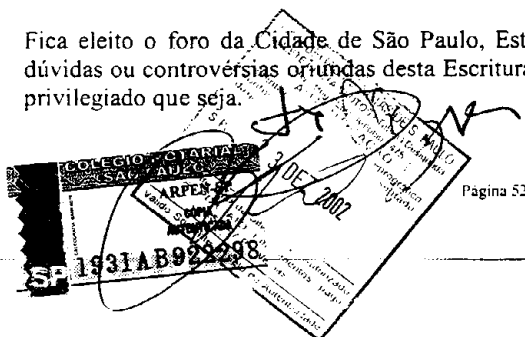
Cada um dos Intervenientes Garantidores declara conhecer todos os termos e condições desta Escritura, inclusive com relação aos seus Anexos.

#### 12.6. Modificações Durante o Prazo de Distribuição das Debêntures

Não poderá ser realizada qualquer modificação nas condições ou características das Debêntures de ambas as Séries durante o prazo de colocação desses títulos.

#### 12.7. Foro

Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.





[Esta página é parte integrante da "Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, da Klabin S.A.", firmada em 16 de dezembro de 2002.]

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

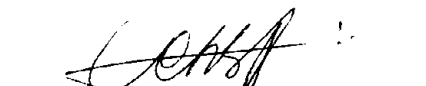
São Paulo, 16 de dezembro de 2002.

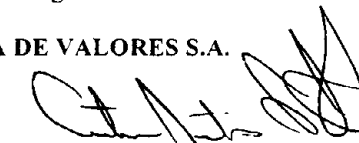
**KLABIN S.A.**

  
Nome: MIGUEL SAMPOL POU  
Cargo: Diretor Geral

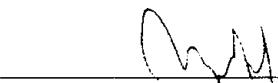
  
Nome: RONALD SECKELMANN  
Cargo: Diretor Financeiro

**PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.**


  
Nome: Carlos Arnaldo Borges de Souza  
Cargo: Diretor


  
Nome: Artur M. de Figueiredo  
Cargo: Diretor

**JACOB KLABIN LAFER ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.**

  
Nome: MIGUEL LAFER  
Cargo: Presidente

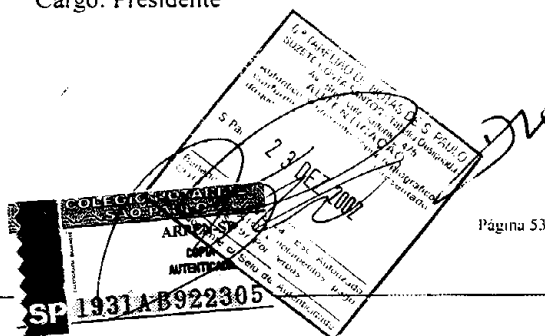
**MIGUEL LAFER PARTICIPAÇÕES S.A.**

  
Nome: MIGUEL LAFER  
Cargo: Presidente

  
Ruth

**VFV PARTICIPAÇÕES S.A.**

  
Nome: VERA LAFER  
Cargo: Presidente



Página 53







[Esta Página é parte integrante da "Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, da Klabin S.A.", firmada em 16 de dezembro de 2002.]

PRESH S.A.

Nome: PEDRO FRANCO PIVA  
Cargo: Diretora Presidente

00000000  
201202

GL S.A. PARTICIPAÇÕES

Nome: GRAZIELA LAFER GALVÃO  
Cargo: Diretora Presidente

GLIMDAS PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome: ISRAEL KLABIN  
Cargo: Diretor Presidente

DARO PARTICIPAÇÕES S.A.

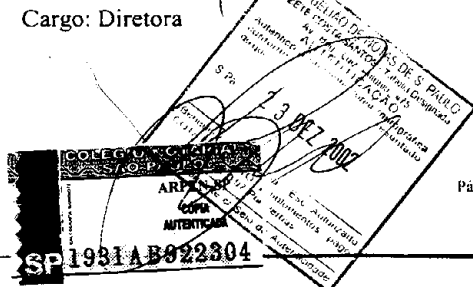
Nome: DANIEL MIGUEL KLABIN  
Cargo: Presidente

DAWOJOBE PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome: ARMANDO KLABIN  
Cargo: Presidente

LKL PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome: LILIA KLABIN LEVINE  
Cargo: Diretora



Página 54

Handwritten notes and signatures, including 'REML' and 'Jr'.





[Esta Página é parte integrante da "Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, da Klabin S.A.", firmada em 16 de dezembro de 2002.]

**KL PARTICIPAÇÕES LTDA.**

0059  
201202

Nome: MIGUEL LAFER  
Cargo: Diretor

**KLA-RO PARTICIPAÇÕES LTDA.**

Nome: ISRAEL KLABIN  
Cargo: Diretor Presidente

**KLA-PI PARTICIPAÇÕES LTDA.**

Nome: DANIEL MIGUEL KLABIN  
Cargo: Diretor

**KLA-ZETA PARTICIPAÇÕES LTDA.**

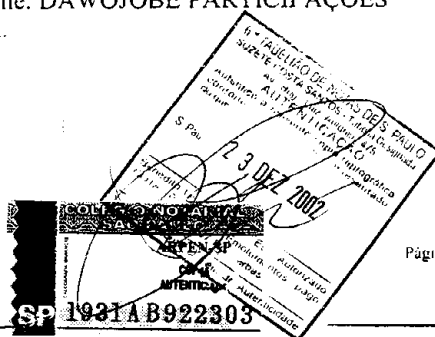
Nome: ARMANDO KLABIN  
Cargo: Diretor

**KLABIN IRMÃOS & CIA.**

Nome: PRESH S.A.

Nome: MIGUEL LAFER  
PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome: DAWOJOBE PARTICIPAÇÕES  
S.A.




Página 55

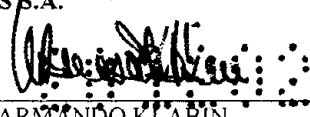





[Esta Página é parte integrante da "Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, da Klabin S.A.", firmada em 16 de dezembro de 2002.]

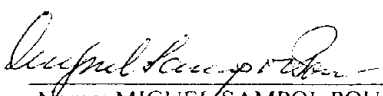
**NIBLAK PARTICIPAÇÕES S.A.**

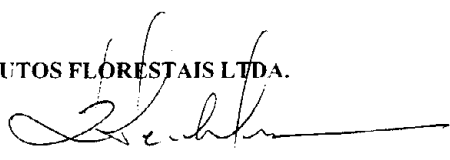
  
Nome: MIGUEL LAFERT  
Cargo: Diretor

  
Nome: ARMANDO KLABIN  
Cargo: Diretor

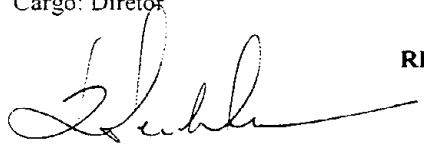
  
Nome: PEDRO FRANCO PIVA  
Cargo: Diretor

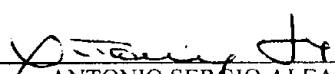
**KLABIN DO PARANÁ PRODUTOS FLORESTAIS LTDA.**

  
Nome: MIGUEL SAMPOL POU  
Cargo: Diretor

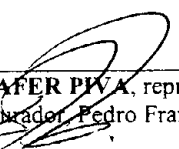
  
Nome: RONALD SECKELMANN  
Cargo: Diretor

**RIOCELL S.A.**

  
Nome: RONALD SECKELMANN  
Cargo: Diretor

  
Nome: ANTONIO SERGIO ALFANO  
Cargo: Procurador


  
PEDRO FRANCO PIVA

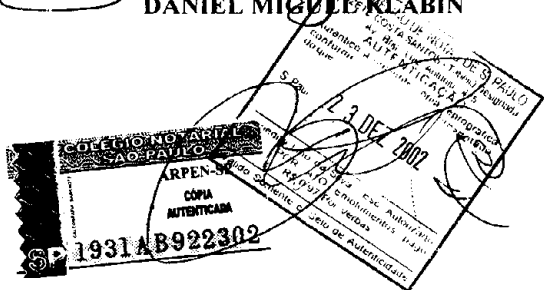
  
SYLVIA LAFERT PIVA, representada  
por seu procurador, Pedro Franco Piva

  
ARMANDO KLABIN

  
ROSA MARIA LISBOA KLABIN

  
DANIEL MIGUEL KLABIN

  
MARIA IZABEL CATÃO KLABIN,  
representada por seu procurador Daniel  
Miguel Klabin



Página 56



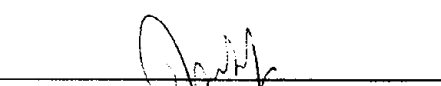


[Esta Página é parte integrante da "Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, da Klabin S.A.", firmada em 16 de dezembro de 2002.]

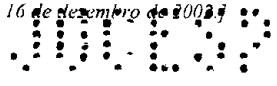
  
GRAZIELA LAFER GALVÃO

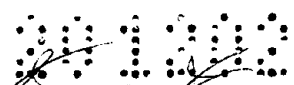
  
ISRAEL KLABIN

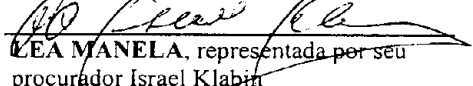
  
LILIA KLABIN LEVINE

  
MIGUEL LAFER

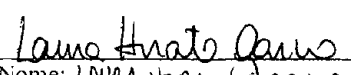
  
VERA LAFER

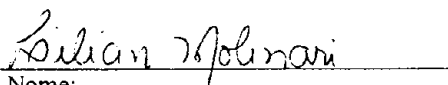




  
LEA MANELA, representada por seu  
procurador Israel Klabin

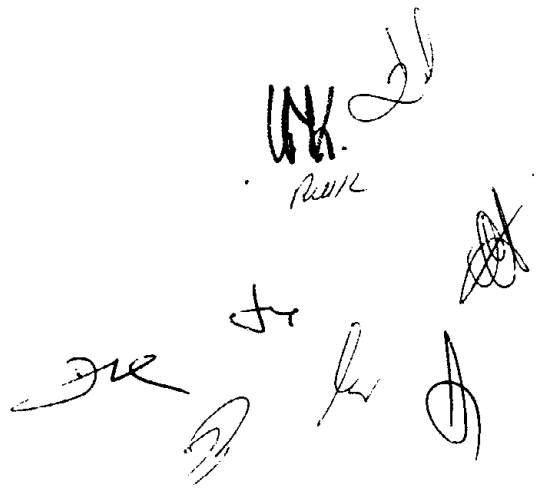
Testemunhas:

  
Nome: LAURA HINATA GANIN  
R.G.: 29671035-0  
CPF: 220 295 028-12

  
Nome:  
R.G: Lilian Molinari  
CPF: RG 11.550.852

COLEÇÃO NOTARIAL  
SÃO PAULO  
ARPEN-SP  
CÓDIGO DE INTERVENÇÃO  
19314 B92280  
3 DEZ 2002  
SECRETARIA DE JUSTIÇA E DEFESA  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO  
DE SÃO PAULO  
DEBÊNTURE  
CERTIFICO O REGISTRO  
SOB O NÚMERO 1. ROBERTO ALMEIDA RIBEIRO  
SECRETÁRIO GERAL  
ED000027-9/000  
JUCESP

Página 57









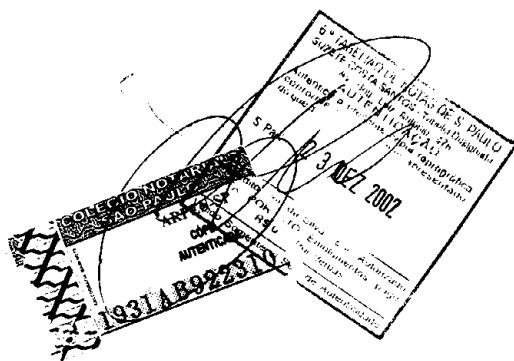
ANEXO I

Contrato de Caução de Ações de Emissão da Klabin S.A.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

10000  
201000



*[Handwritten signatures and initials: RRK, JK, 20, RRK, 2, and others]*





ANEXO III - A  
Lista de Imóveis

JUL 09

Unidades Industriais

201200

1) Promessa de hipoteca, em 1º grau, dos imóveis de propriedade da KLABIN S.A., onde se encontra instalado o seu conjunto industrial, localizado no município de **Guaíba**, Estado do Rio Grande do Sul, composto de 3 (três) unidades, conforme abaixo, abrangendo o gravame, além do terreno, construções, instalações, máquinas, equipamentos e quaisquer acessões presentes e futuras.

a) Fábrica de Celulose:

a.1) imóvel com área 615.167,50 m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 1.447, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba, RS;

a.2) imóvel com área de 300m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 9.182, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS,

a.3) imóvel com área de 300m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 9.334, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS,

a.4) imóvel com área de 378m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 2.247, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS,

a.5) imóvel com área de 300m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 24.996, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS,

a.6) imóvel com área de 300m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 9.064, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS,

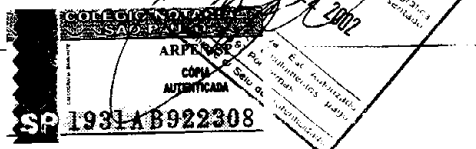
a.7) imóvel com área de 300m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 437, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS,

a.8) imóvel com área de 300m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 23.272, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS,

a.9) imóvel com área de 300m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 14.287, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS,

a.10) imóvel com área de 300m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 9.864, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS,

a.11) imóvel com área de 300m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 13.213, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS,





JUCESP

201202

b) Terminal de madeira:

b.1) imóvel com área de 1.100m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 30.479, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS;

b.2) imóvel com área de 4.840m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 30.461, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS;

b.3) imóvel com área de 29.040m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 30.467, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS;

b.4) imóvel com área de 29.040m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 30.465, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS;

b.5) imóvel com área de 2.925m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 30.471, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS;

b.6) imóvel com área de 3.121,80m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 30.468, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS;

b.7) imóvel com área de 286m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 28.092, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS;

b.8) imóvel com área de 522m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 2.316, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS;

b.9) imóvel com área de 8.580m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 30.472, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS;

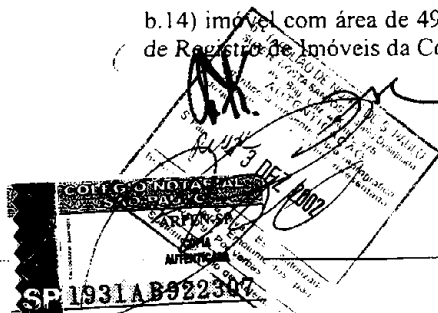
b.10) imóvel com área de 4.939,50m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 30.473, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS;

b.11) imóvel com área de 1.188m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 30.474, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS;

b.12) imóvel com área de 3.630m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 30.462, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS;

b.13) imóvel com área de m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 2.075, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS;

b.14) imóvel com área de 494m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 26.335, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS;



Handwritten signatures and initials, including '2', 'HK', 'gsg', 'fr', and 'D'.





b.15) imóvel com área de 304m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 28.011, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS;

b.16) imóvel com área de 19.360m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 30.460, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS;

b.17) imóvel com área de 304m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 28.010, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS;

c) Fábrica de Papel:

c.1) imóvel com área de 430m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 32.262, livro nº 2, de Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS;

c.2) imóvel com área de 156.170m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 9.307, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS;

c.3) imóvel com área de m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 720, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba – RS;

2) Promessa de hipoteca, em 1º grau, do imóvel de propriedade da KLABIN S.A., onde se encontra instalado o seu conjunto industrial, localizado no município de **Otacílio Costa**, Estado de Santa Catarina, composto de uma unidade, conforme abaixo, abrangendo o gravame, além do terreno, construções, instalações, máquinas, equipamentos e quaisquer acessões presentes e futuras, excetuadas as máquinas e equipamentos adquiridos com recursos do “Sistema FINAME” e do BNDES, enquanto alienados fiduciariamente aos Agentes nas correspondentes operações:

a) imóvel com área de 767.389,54m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 14.908, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Lages – SC;

3) Promessa de hipoteca, em 1º grau, do imóvel de propriedade da KLABIN S.A., onde se encontra instalado o seu conjunto industrial, localizado no município de **Correia Pinto**, Estado de Santa Catarina, composto de uma unidade, conforme abaixo, abrangendo o gravame, além do terreno, construções, instalações, máquinas, equipamentos e quaisquer acessões presentes e futuras, excetuadas as máquinas e equipamentos adquiridos com recursos do “Sistema FINAME” e do BNDES, enquanto alienados fiduciariamente aos Agentes nas correspondentes operações:

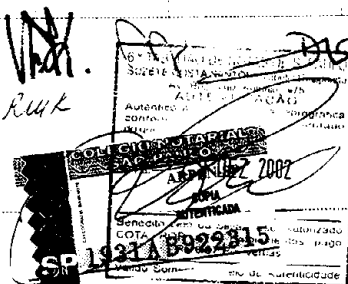
a) imóvel com área de 3.585.000,00m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 12.890, livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Lages – SC.



ANEXO III - B  
Lista de Imóveis

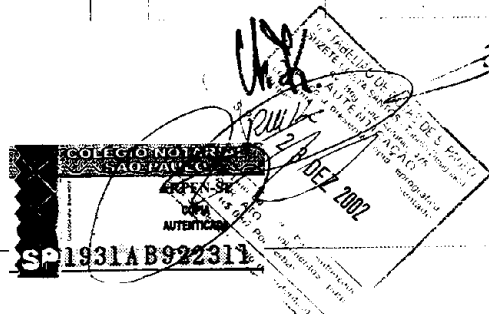
Imóveis Rurais e respectivas Acessões

Notas	HORTO FLORESTAL	ESCRITURA		AREA Ha			MATRICULA	AREA Ha	OFÍCIO
		NÚMERO	DATA	TOTAL	DOMÍNIO	POSSE			
Nota I	ARAUCARIA I	20371	15/03/88	566 ha 3000,00	494 ha 4326,00	71 ha 8674,00	10348	36 ha 0000,00	S. JERÔNIMO
							19372	321 ha 9844,00	S. JERÔNIMO
							4732	136 ha 4482,00	S. JERÔNIMO
	ARAUCARIA II	20371	15/03/88	35 ha 0000,00	35 ha 0000,00		10347	35 ha 0000,00	S. JERÔNIMO
	AZAMBUIA II	20824	28/07/88	12 ha 89000,00	12 ha 89000,00		5975	12 ha 89000,00	BUTIA
Nota I	AGUA BOA	19722	29/07/87	1000 ha 3200,00	987 ha 0873,00	9 ha 1200,00	5686	608 ha 300,00	BUTIA
							1599	378 ha 7873,00	BUTIA
Nota I	BARAO DO TRIUNFO	16839	13/03/85	98 ha 0900,00	98 ha 0900,00		10643	98 ha 0900,00	S. JERÔNIMO
							638	9681 ha 7700,00	B. RIBEIRO
							825	471 ha 9600,00	B. RIBEIRO
	BELA VISTA I	8998	15/07/76	61 ha 8500,00	61 ha 8500,00		2069	61 ha 8500,00	TAPES
	BELA VISTA II	8988	15/07/76	538 ha 3300,00	538 ha 3300,00		2070	104 ha 7200,00	TAPES
		8988	15/07/76				2071	419 ha 0300,00	TAPES
		17018	24/04/85				5902	14 ha 5800,00	TAPES
	BELA VISTA III	8998	15/07/76	173 ha 4000,00	173 ha 4000,00		2072	173 ha 4000,00	TAPES
	BOM RETIRO II	5478	14/01/70	44 ha 7000,00	44 ha 7000,00	1 ha 4000,00	560	43 ha 3000,00	GUAIBA
Nota I	BOM RETIRO I	5454	22/12/69	354 ha 8221,57	354 ha 8221,57		4802	40 ha 1813,06	GUAIBA
		5454	22/12/69				4801	38 ha 3605,22	GUAIBA
		8596	05/12/69				4799	115 ha 3817,54	GUAIBA
		11364	10/08/79				10473	66 ha 9200,00	GUAIBA
		11364	10/08/79				10474	11 ha 7500,00	GUAIBA
		7099	30/04/68				4800	82 ha 2285,75	GUAIBA
	BRESSAN	5682	10/10/89	75 ha 42000,00	75 ha 42000,00		150	75 ha 4200,00	BUTIA
Nota I	CALDERON	7052	16/09/68	376 ha 6500	376 ha 6500		2066	161 ha 7400,00	TAPES
		5821	02/06/67				2067	28 ha 0000,00	TAPES
		30182	37475				12627	137 ha 1600,00	TAPES
		7052	16/09/68				3665	45 ha 4400	B. RIBEIRO
Nota I	CAMBARA	19794	14/08/87	1000 ha 0000,00	1000 ha 0000,00		5687	1000 ha 0000,00	BUTIA



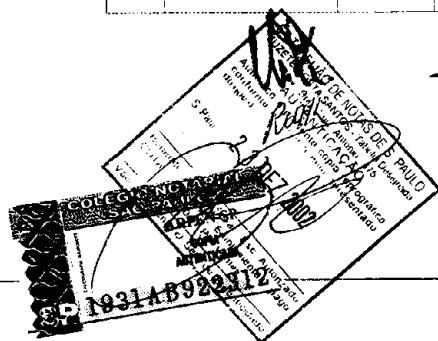


Notas	HORTO FLORESTAL	ESCRITURA		ÁREA Ha			MATRÍCULA	ÁREA Ha	OFÍCIO
		NÚMERO	DATA	TOTAL	DOMÍNIO	POSSE			
	CAMELIA	7079	25/09/68	1166 ha 2500,00	1162 ha 0000,00	4 ha 2500,00	1674	206 ha 7000,00	TAPES
		7299	02/12/68				180	619 ha 3000,00	TAPES
		5922	24/11/70				81	44 ha 0000,00	TAPES
		5467	02/06/67				318	44 ha 0000,00	TAPES
Nota 1	CAPIVARIÁ	20885	12/08/88	242 ha 4900,00	242 ha 4900,00		12988	44 ha 0000,00	RIO PARDO
		20885	12/08/88				12989	89 ha 0240,00	RIO PARDO
		20885	12/08/88				12990	88 ha 0000,00	RIO PARDO
		20885	12/08/88				12991	17 ha 2788,00	RIO PARDO
		20885	12/08/88				12992	4 ha 1872,00	RIO PARDO
	CASCATA			197 ha 4412,00	197 ha 4412,00		41591	197 ha 4412,00	GUAIBA
Nota 1	CERRO VERMELHO	25554	30/04/94	292 ha 52000,00	281 ha 5922,50	10 ha 9277,50	5352	1925,00	BUTIA
		25554	30/04/94				4885	242 ha 3997,50	BUTIA
		25554	30/04/94				4886	39 ha 0000,00	BUTIA
Nota 1	CHIMARRITA	19909	25/09/87	144 ha 2000,00	144 ha 2000,00		31895	144 ha 2000,00	GUAIBA
	COLORADO	5428	21/11/69	2924 ha 0653,31	2924 ha 0653,31		466	1943 ha 0153,61	BUTIA
		5427	21/11/69				1255	284 ha 3100,00	BUTIA
		8590	05/12/69				1256	187 ha 8200,00	BUTIA
		5498	27/01/70				465	497 ha 2897,10	BUTIA
		15452	01/02/84				4363	11 ha 6302,60	BUTIA
Nota 1	CORREA DA SILVA	8669	29/12/69	405 ha 4316,73	405 ha 4316,73		151	399 ha 9516,73	BUTIA
		6306	23/09/71				147	5 ha 4800,00	BUTIA
Nota 1	DOMAGALSKI I	973	07/07/70	38 ha 2974,10	38 ha 2974,10		1572	18 ha 8074,10	B. RIBEIRO
		22233	31/07/89				1571	19 ha 4900,00	B. RIBEIRO
	DOMAGALSKI II	973	07/07/70	8 ha 5000,00	8 ha 5000,00		1570	8 ha 5000,00	B. RIBEIRO
	DOURADILHO I	5426	21/11/69	285 ha 1419,21	285 ha 1419,21		826	11 ha 2791,28	B. RIBEIRO
		5426	21/11/69				827	24 ha 6479,12	B. RIBEIRO
		5453	22/12/69				842	9 ha 1393,25	B. RIBEIRO
		5453	22/12/69				844	34 ha 0899,36	B. RIBEIRO
		7144	15/10/68				874	52 ha 3986,20	B. RIBEIRO
		7144	15/10/68				3655	153 ha 5870,00	B. RIBEIRO
	DOURADILHO II	5426	21/11/69	156 ha 9898,05	156 ha 9898,05		829	30 ha 0000,42	B. RIBEIRO
		5426	21/11/69				828	6 ha 2197,63	B. RIBEIRO
		5925	25/11/70				856	120 ha 7700,00	B. RIBEIRO





Notas	HORTO FLORESTAL	ESCRITURA		ÁREA Ha		POSSE	MATRÍCULA	ÁREA Ha	OFÍCIO
		NÚMERO	DATA	TOTAL	DOMÍNIO				
Nota 1	ESCUDO	28430		262 ha 6000,00	260 ha 0000,00	24 ha 6000,00	7000	100 ha 0000,00	S. JERÔNIMO
		28430					9572	160 ha 0000,00	S. JERÔNIMO
Nota 1	EXPERIMENTAÇÃO FAXINAL	5895	27/10/70	84 ha 1949	84 ha 1949		776	84 ha 1949	GUAIBA
		2358	12/03/82	403 ha 6274,93	364 ha 9041,93		307	58 ha 772,00	B. RIBEIRO
		2359	12/03/82				1608	7 ha 4128,00	B. RIBEIRO
		2360	12/03/82				8594	13 ha 0000,00	S. JERÔNIMO
		13517	22/12/81			11 ha 8833,00	8458	9 ha 3333,00	S. JERÔNIMO
		13517	22/12/81			13 ha 0000,00	3095	19 ha 7500,00	S. JERÔNIMO
		13517	22/12/81				8279	5 ha 3333,33	S. JERÔNIMO
		2300	13/04/82				3095	6 ha 2500,00	S. JERÔNIMO
		19743	04/08/87				1528	20 ha 0000,00	B. RIBEIRO
		2432	19/05/82				8109	13 ha 1400,00	S. JERÔNIMO
		2432	19/05/82				8668	13 ha 0000,00	S. JERÔNIMO
		19331	23/12/86				1610	20 ha 7606,00	B. RIBEIRO
	FEIJÓ	19331	23/12/86				1611	91 ha 2969,60	B. RIBEIRO
		19331	23/12/86				1612	30 ha 6000,00	B. RIBEIRO
		6052	23/07/90				1607	27 ha 3886,00	B. RIBEIRO
		6052	23/07/90				1613	20 ha 9614,00	B. RIBEIRO
	FRANCISQUINHO GUTIERRES	6400	23/04/88	264 ha 4375,95	229 ha 7875,95	31 ha 6500,00	957	209 ha 9273,00	
		5819	15/09/70				3570	10 ha 4014,95	B. RIBEIRO
		17619	04/09/85				3571	9 ha 4588,00	B. RIBEIRO
		19004	02/09/86	963 ha 6450,00	963 ha 6450,00		5685	963 ha 6450,00	BUÍTA
		5466	30/12/69	50 ha 7076,75			2871	36 ha 4421,76	GUAIBA
		5466	30/12/69				2872	14 ha 2654,99	GUAIBA
		22866	09/03/90	630 ha 2400,00	625 ha 0000,00	5 ha 2400,00	699	530 ha 8011,00	D. FELICIANO
Nota 1	INGÁ	22866	09/03/90				1059	94 ha 1989,00	D. FELICIANO
		5500	28/01/70	245 ha 1305,50	233 ha 7855,00		177	55 ha 5994,20	TAPES
Nota 1	JOÃO DE DEUS	5610	08/05/70				176	101 ha 4500,00	TAPES
		19738	31/07/87			11 ha 3450,00	4423	18 ha 5000,00	TAPES
		19738	31/07/87				5866	7 ha 5000,00	TAPES
		19738	31/07/87				4422	50 ha 9250,00	TAPES
		18049	20/12/85	180 ha 0000,00	122 ha 0000,00	58 ha 0000,00	760	122 ha 0000,00	S. JERÔNIMO



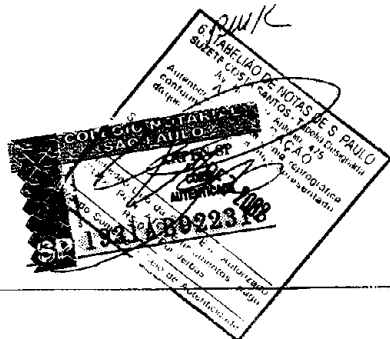
Handwritten signatures and notes in the right margin, including a large '9' and various initials.







Notas	HORTO FLORESTAL	ESCRITURA		AREA Ha			MATRICULA	AREA (Ha)	OFICIO
		NUMERO	DATA	TOTAL	DOMINIO	POSSE			
Nota 1	LUGER	5818	15/09/70	476 ha 3683.60	476 ha 3683.60		956	295 ha 0673.00	B. RIBEIRO
		6426	15/12/71				873	47 ha 4600.00	B. RIBEIRO
		22143	06/07/89				907	15 ha 9402.48	B. RIBEIRO
		22143	06/07/89				335	2 ha 5097.52	B. RIBEIRO
		22760	24/01/90				650	26 ha 9900.00	B. RIBEIRO
							3616	30 ha 0310.60	B. RIBEIRO
	MACHADO	5700	07/07/70	31 ha 0702.90	31 ha 0702.90		555	31 ha 0702.90	GUAIBA
	MANGUEIRA I	17704	25/09/85	1620 ha 9800.00	1598 ha 3401.00		42626	404 ha 2200.00	A. RATOS
		21046	15/09/88				738	45 ha 9206.00	A. RATOS
		21046	15/09/88			14 ha 4894.00	2620	716 ha 7500.00	A. RATOS
		21046	15/09/88				2123	4 ha 6000.00	A. RATOS
		25552	31/01/94			8 ha 1505.00	502	315 ha 4000.00	A. RATOS
		25552	31/01/94				501	57 ha 0000.00	A. RATOS
		25552	31/01/94				452	39 ha 4495.00	A. RATOS
		25552	31/01/94				1291	15 ha 0000.00	A. RATOS
Nota 1	MATIAS	16004	31/07/84	67 ha 4700.00	67 ha 4700.00		27260	50 ha 0000.00	GUAIBA
		22140	06/07/89				32965	17 ha 4700.00	GUAIBA
Nota 1	MINAS DO LEÃO	7739	07/11/73	264 ha 0000.00	264 ha 0000.00		1257	264 ha 0000.00	BUTIA
Nota 1	MINJANO	22028	06/06/89	526 ha 8589.00	317 ha 6889.00	209 ha 1700.00	6077	317 ha 6889.00	BUTIA
Nota 1	MONTE CASTELO	22685	26/12/89	1724 ha 1100.00	1486 ha 7302.40	237 ha 3797.60	14082	1486 ha 7302.40	RIO PARDO
	PEIXOTO	7186	06/07/73	121 ha 6700.00	121 ha 6700.00		175	106 ha 2500.00	
		17018	24/04/85				5903	15 ha 4200.00	TAPES
	PETIM	5743	03/08/70	160 ha 5876.00	145 ha 0000.00	15 ha 5876.00	552	145 ha 0000.00	GUAIBA
Nota 1	PILAR	21544	26/01/89	360 ha 0000.00	360 ha 0000.00		6136	230 ha 0000.00	BUTIA
		22780	31/01/90				6401	130 ha 0000.00	BUTIA
	PIRAPÓ	19718	29/07/87	59 ha 2600.00	55 ha 8828.00	3 ha 3772.00	1574	55 ha 8828.00	B. RIBEIRO
	QUERÊNCIA BADAIO	19740	03/08/87	97 ha 0900.00	97 ha 0900.00		2146	97 ha 0900.00	A. RATOS





Notas	HORTO FLORESTAL	ESCRITURA		AREA Ha			MATRICULA	AREA (ha)	OFICIO
		NÚMERO	DATA	TOTAL	DOMÍNIO	POSSE			
Nota 1	QUITERIA	17146	27/05/85	2399 ha 3681,00	2234 ha 9884,00	28 ha 9600,00	10028	231 ha	2500,00
		17146	27/05/85				46029	231 ha	2500,00
		17146	27/05/85				10030	231 ha	2500,00
		17146	27/05/85				10031	234 ha	2500,00
		17616	03/09/85			82 ha 0797,00	6157	462 ha	8000,00
		17616	03/09/85				7782	85 ha	S.JERÔNIMO 4602,00
		17786	21/06/85				7782	6 ha	4095,00 S.JERÔNIMO
		25553	31/04/94			42 ha 900,00	9095	349 ha	0187,00
		25553	31/01/94			10 ha 4400,00	4938	381 ha	3000,00
		25553	31/01/94				66	25 ha	S.JERÔNIMO 0000,00
Nota 1	RAMOS	18107	06/01/86	1927 ha 9300,00	1847 ha 1800,00	80 ha 7500,00	11025	2 ha	5000,00 S.JERÔNIMO
		18107	06/01/86				11026	266 ha	S.JERÔNIMO 7500,00
		20824	28/07/88				5976	474 ha	BUTIA 3900,00
		20644	13/11/87				290	1103 ha	5400,00
Nota 1	RENNER	12604	18/06/71	507 ha 6500,00	507 ha 6500,00		5720	507 ha	TRIUNFO 6500,00
Nota 1	RIBEIRÃO I	21048	15/09/88	310 ha 9609,50	308 ha 3892,86	2 ha 5716,64	10760	76 ha	RIO PARDO 6188,00
		21048	15/09/88				1091	80 ha	RIO PARDO 3500,00
		21048	15/09/88				3258	14 ha	RIO PARDO 1984,00
		21048	15/09/88				3015	16 ha	RIO PARDO 0328,00
		21048	15/09/88				3594	82 ha	RIO PARDO 1800,00
		21048	15/09/88				5362	11 ha	RIO PARDO 4044,00
		21048	15/09/88				6678	24 ha	RIO PARDO 6666,66
		21048	15/09/88				6679	30 ha	RIO PARDO 8312,20
		21048	15/09/88				6614	2 ha	1070,00 RIO PARDO

VER.  
PUNK

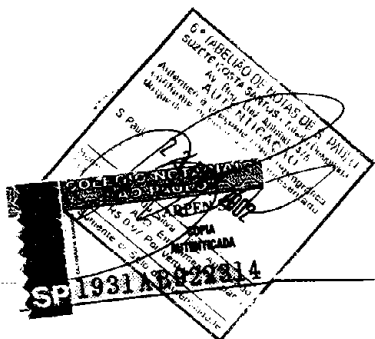
VER.

VER.

VER.

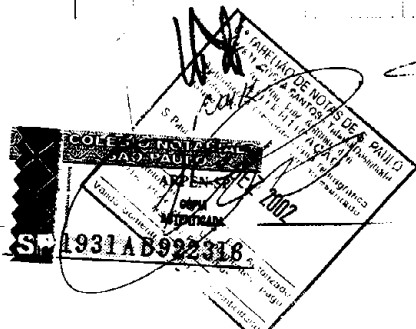
VER.

VER.





Notas	HORTO FLORESTAL	ESCRITURA		AREA Ha			MATRICULA	AREA Ha	OFICIO
		NÚMERO	DATA	TOTAL	DOMÍNIO	POSSE			
Nota 1	RODÉIO ALTO	16722	06/02/85	1660 ha 5690,43	1660 ha	5690,43	1575	52 ha	B. RIBEIRO
		16722	06/02/85				1576	118 ha	B. RIBEIRO
		16722	06/02/85				1577	17 ha	5828,28
		16722	06/02/85				1578	52 ha	B. RIBEIRO
		16722	06/02/85				1579	19 ha	B. RIBEIRO
		16722	06/02/85				1580	52 ha	B. RIBEIRO
		16722	06/02/85				1581	100 ha	B. RIBEIRO
		16722	06/02/85				1582	47 ha	B. RIBEIRO
		16722	06/02/85				1593	124 ha	2320,50
		16722	06/02/85				1583	252 ha	B. RIBEIRO
		16722	06/02/85				1584	77 ha	B. RIBEIRO
		13796	23/04/82				1585	28 ha	B. RIBEIRO
		15892	19/06/84				1586	10 ha	B. RIBEIRO
		15892	19/06/84				2608	19 ha	B. RIBEIRO
		16055	15/08/84				1587	150 ha	4600,00
		16055	15/08/84				1588	160 ha	B. RIBEIRO
		16055	15/08/84				1589	4 ha	6300,00
		16922	29/03/85				1590	29 ha	B. RIBEIRO
		17344	04/07/85				1593	42 ha	B. RIBEIRO
		20617	30/05/88				1593	39 ha	B. RIBEIRO
		19254	18/11/86				1591	6 ha	3127,49
		19725	29/07/87				1591	29 ha	B. RIBEIRO
		19946	08/10/87				1591	3 ha	1600,00
		21641	28/02/89				1592	15 ha	B. RIBEIRO
	ROCHA	8707	30/12/69	103 ha 0000,00	103 ha 0000,00		179	103 ha	TAPES
	SANTANA I	18596	26/05/86	25 ha 0000,00	21 ha 8750,00	3,1250	1569	21 ha	B. RIBEIRO
Nota 1	SANTA RITA	25015	20/04/93	190 ha 0000,00	190 ha 0000,00		30	85 ha	BUTIA
		25015	20/04/93				79	8 ha	4734,50
		25015	20/04/93				178	10 ha	BUTIA
		25015	20/04/93				3708	12 ha	BUTIA
		25015	20/04/93				4121	31 ha	BUTIA
		25015	20/04/93				4154	21 ha	BUTIA
Nota 1	SANTA TEREZA	765	02/10/68	1160 ha 2900,00	966 ha 8600,00		148	270 ha	BUTIA
		4204	26/02/71			193 ha 4300,00	5527	696 ha	BUTIA





Notas	HORTO FLORESTAL	ESCRITURA		ÁREA Ha		MATRÍCULA	ÁREA Ha	OFÍCIO
		NÚMERO	DATA	TOTAL	DOMÍNIO			
Nota 1	SANTO AMARO	5929	30/11/70	1395 ha 1400,00	1336 ha 1100	45 ha 6700,00	53 ha 7000,00	G. CAMARA
		6120	07/05/71				64 ha 4100,00	G. CAMARA
		6186	24/06/71			13 ha 3600,00	65 ha 1000,00	G. CAMARA
	SÃO CAETANO	16899	25/03/85	104 ha 4500,00	91 ha 0000,00	13 ha 4500,00	07 ha 0000,00	A. RATOS
Nota 1	SÃO VICENTE	5960	21/12/70	929 ha 7463,90	929 ha 7463,90		149 ha 7463,90	BUTIA
Nota 1	SÃO MARTINHO	14668	07/04/83	436 ha 5457,00	432 ha 5457,00		614 ha 7377,00	A. RATOS
		16960	11/04/85				678 ha 3000,00	A. RATOS
		16964	11/04/85			4 ha 0000,00	1110 ha 5080,00	A. RATOS
Nota 1	SERTÃO	16211	25/09/84	50 ha 0000,00	50 ha 0000,00		1568 ha 7500,00	B. RIBEIRO
		16211	25/09/84				1573 ha 2500,00	B. RIBEIRO
	SÃO JOAQUIM	18870	01/08/86	69 ha 5000,00	69 ha 5000,00		1427 ha 5000,00	A. RATOS
Nota 1	SÃO FRANCISCO	5459	26/12/69	745 ha 7912,00	650 ha 4683,00	95 ha 3229,00	31602 ha 4683,00	GUAIBA
Nota 1	SOUZA	5481	16/01/70	65 ha 0512,24	65 ha 0512,24		178 ha 0512,24	TAPES
		6229	03/08/71	208 ha 8000,00	208 ha 8000,00		174 ha 8000,00	TAPES
	TAQUARI	29793	37533	61 ha 0000,00	61 ha 0000,00		759 ha 0000,00	G. CAMARA
Nota 1	TERRA DURA	6591	24/04/72		1954 ha 5177,04		549 ha 845 ha 1140,00	GUAIBA
		6848	24/10/72				550 ha 167 ha 0200,00	GUAIBA
		14306	10/11/82				3634 ha 28 ha 2800,00	GUAIBA
		16626	07/01/84				1594 ha 319 ha 2000,00	B. RIBEIRO
		4977	17/04/86				29581 ha 594 ha 9037,04	GUAIBA
	UMBI	25554	31/01/94	233 ha 8345,00	230 ha 8345,00	3 ha 3700,00	5430 ha 111 ha 5588,00	
	ZELMANOWITZ	9061	30/01/70	247 ha 7000,00	235 ha 9000,00	11 ha 8000,00	5655 ha 118 ha 9047,00	
							4744 ha 235 ha 9000,00	GUAIBA

#### NOTAS

Nota 1 - Imóveis onde existem florestas vendidas para UBS Timber Investors Brasil Ltda e cedidas para Boise Cascade do Brasil Ltda.

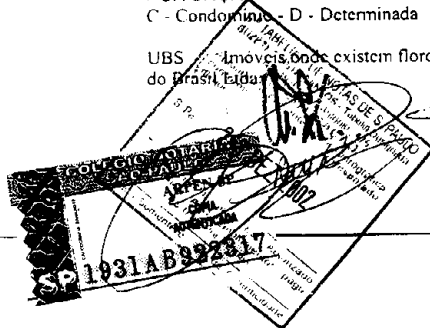
#### OBS:

- \* Imóveis arrolados no REFIS.
- \*\* Imóveis que estão sendo substituídos por outros em processos judiciais e/ou administrativos.
- \*\*\* Imóvel objeto de contrato de promessa de permuta, que será permutado com outro de terceiro, cuja respectiva escritura ainda não foi lavrada. (excluído)
- \*\*\*\* Do imóvel matriculado sob o nº 873, Klabin celebrou contrato de promessa de compra e venda de 58,38 ha, cuja respectiva escritura ainda não foi lavrada. (valor já descontado)

#### # SITUAÇÃO

C - Condomínio - D - Determinada

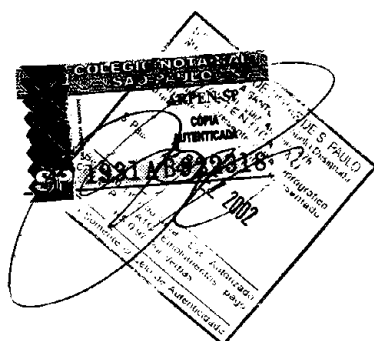
UBS - Imóveis onde existem florestas vendidas para UBS Timber Investors Brasil Ltda e cedidas para Boise Cascade do Brasil Ltda.





ANEXO IV  
Contrato de Compartilhamento de Garantias

*[Handwritten signatures]*



*[Handwritten signatures and initials]*



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



---

## **ANEXO VII**

Contrato de Caução de Ações de Emissão da Klabin S.A.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)





7º Oficial de Reg. de TR. e Documentos  
e Civil da Pessoa Jurídica da Capital  
DR. JOSÉ A. MICHAELUT - OFICIAL

23 DEZ. 2002

MICROFILMAGEM

1105181

CONTRATO DE CAUÇÃO DE AÇÕES  
DE EMISSÃO DA KLABIN S.A.

As partes abaixo relacionadas:

**KLABIN IRMÃOS & CIA.**, sociedade em nome coletivo, com sede na Rua Formosa nº 367, 5º andar, Centro, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 60.485.034/0001-45, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**KIC**");

**NIBLAK PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com sede na Rua Formosa nº 367, 5º andar, sala C-4, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 04.047.019/0001-44, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**NIBLAK**") e, quando designada em conjunto com a KIC, "Acionistas");

**PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.**, instituição financeira com sede na Avenida Paulista, nº 2.439, 11º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 00.806.535/0001-54, representando a comunhão de Debenturistas adquirentes das debêntures objeto da 4ª emissão da Klabin S.A. (os "**Debenturistas**") na forma estabelecida na Escritura de Emissão (conforme definido abaixo) ("**Agente Fiduciário**");

**UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Eusébio Matoso 891, inscrita no CNPJ sob o nº 33.700.394/0001-40, na qualidade de agente de excussão da garantia ("**Unibanco**" ou "**Agente da Garantia**");

**BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES**, empresa pública federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile nº 100, inscrito no CNPJ sob o nº 33.657.248/0001-89, na qualidade de adquirente das Debêntures (conforme definido abaixo), nos termos do Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição, Sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, de Debêntures Simples, em Duas Séries, da Espécie Com Garantia Real, da 4ª Emissão Pública da Klabin S.A., celebrado em 23 de dezembro de 2002 ("**BNDES**");

e, na qualidade de intervenientes,

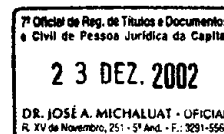
**KLABIN S.A.**, sociedade por ações com sede na Rua Formosa, 367, 12º andar, Centro, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 89.637.490/0001-45, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Klabin**");

CONSIDERANDO QUE:

(a) A Klabin emitiu 10.360 (dez mil, trezentas e sessenta) debêntures simples, com data de emissão em 15 de dezembro de 2002, da espécie com garantia real, em duas séries (as "**Debêntures**") nos termos da "Escritura da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, da Klabin S.A." celebrada em 16 de dezembro de 2002, conforme aditada (a "**Escritura de Emissão**") com o Agente Fiduciário, e com os diversos

Renata B. Maccacchero Victor  
Gerente Substituto Jurídico





garantidores das obrigações da Klabin assumidas de acordo com a Escritura (os "Intervenientes Fiadores");

(b) A KIC é legítima proprietária de 163.797.753 (cento e sessenta e três milhões, setecentos e noventa e sete mil, setecentas e cinquenta e três) ações ordinárias de emissão da Klabin, representando 51,66% (cinquenta e um inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do seu capital votante;

(c) A NIBLAK é legítima proprietária de 24.699.654 (vinte e quatro milhões seiscentos e noventa e nove mil, seiscentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias de emissão da Klabin, representando 7,79% (sete inteiros e setenta e nove centésimos por cento) do seu capital votante;

(d) Para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pela Klabin com relação às Debêntures da 1ª Série, nos termos da Escritura de Emissão, a KIC e a NIBLAK se comprometeram a dar em garantia real de caução ações de emissão da Klabin S.A., de titularidade da KIC e da NIBLAK, representativas de 59,45% (cinquenta e nove inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) do capital votante e 20,52% (vinte inteiros e cinquenta e dois centésimos por cento) do capital total da Klabin;

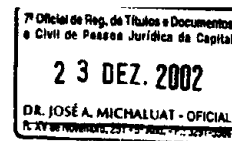
Resolvem celebrar o presente Contrato de Caução de Ações de Emissão da Klabin S.A. (o "Contrato"), de acordo com os termos e condições seguintes:

#### CLÁUSULA I CONSTITUIÇÃO DA CAUÇÃO

1.1. Em garantia do fiel e integral cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Klabin e pelos Intervenientes Fiadores na Escritura de Emissão, com relação às Debêntures da 1ª Série da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, da Klabin S.A., e neste Contrato, bem como do ressarcimento de toda e qualquer importância que comprovadamente venha a ser desembolsada em virtude da constituição, manutenção e/ou excussão da caução ora constituída (doravante simplesmente referidas como "Obrigações"), pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, a KIC e a NIBLAK dão aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, 188.497.407 (cento e oitenta e oito milhões quatrocentos e noventa e sete mil, quatrocentas e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Klabin, sendo 163.797.753 (cento e sessenta e três milhões, setecentos e noventa e sete mil, setecentas e cinquenta e três) ações ordinárias de propriedade da KIC e 24.699.654 (vinte e quatro milhões, seiscentos e noventa e nove mil, seiscentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias de propriedade da NIBLAK (as "Ações Caucionadas"), representativas, em conjunto, de 59,45% (cinquenta e nove inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) do capital votante e 20,52% (vinte inteiros e cinquenta e dois centésimos por cento) do capital total da Klabin, conforme descrito no Anexo I ao presente Contrato, mediante averbação no livro de registro de ações nominativas da Klabin ou nos livros da instituição escrituradora, caso as ações sejam convertidas em escriturais, de acordo com o Artigo 39 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a "Lei das Sociedades por Ações"). As Ações Caucionadas foram avaliadas em R\$749.846.632,90 (setecentos e quarenta e nove milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, seiscentos e trinta e dois reais e noventa centavos), em 30 de setembro de 2002.

Renata B. Maccacchero Victor,  
Gerente Substituto Gjur6





1.2 Para os fins do Artigo 761, incisos I, II e III do Código Civil e do Artigo 272 do Código Comercial Brasileiro, as principais características das Debêntures da 1ª Série emitidas de acordo com a Escritura de Emissão são as seguintes:

I – Emissão e Data de Emissão: As Debêntures da 1ª Série fazem parte da 4ª Emissão de debêntures da Klabin (a “Emissão”), com data da emissão em 15 de dezembro de 2002 (a “Data de Emissão”).

II – Quantidade de Debêntures, Valor Nominal Unitário e Valor Total da Emissão: A 1ª Série é composta por 4.720 (quatro mil, setecentas e vinte) Debêntures com valor nominal unitário de R\$100.000,00 (cem mil reais), na Data de Emissão, totalizando R\$472.000.000,00 (quatrocentos e setenta e dois milhões de reais).

III – Tipo, Forma e Espécie: As Debêntures da 1ª Série são escriturais e nominativas, não conversíveis em ações de emissão da Klabin, com garantia real.

IV – Prazo e Data de Vencimento: O prazo de vigência das Debêntures da 1ª Série é de 22 (vinte e dois) meses a contar da Data de Emissão, com vencimento previsto para 15 de outubro de 2004, sujeito às condições e hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas na Escritura de Emissão.

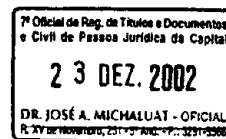
V – Remuneração: A remuneração das Debêntures da 1ª Série equivale a 100% (cem por cento) do Fator Diário dos financiamentos apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, calculados com base em um ano de 252 dias úteis, calculado e divulgado pelo Banco Central do Brasil, doravante denominados individualmente, “Fator SELIC” e, coletivamente “Fatores SELIC”, capitalizados de uma taxa de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) ao ano (a título de *spread*), calculado com base em um ano de 252 dias úteis. O *spread* relativo à remuneração das Debêntures é sujeito a aumento de 3% (três por cento) em determinadas hipóteses estabelecidas na Escritura de Emissão.

VI – Condições de Pagamento: O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série deverá ser pago na data de vencimento final dos títulos, ou seja, 15 de outubro de 2004 e os valores relativos à remuneração deverão ser pagos trimestralmente, sempre no dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, bem como na data em que ocorrer, conforme o caso, resgate antecipado, vencimento antecipado ou vencimento final das Debêntures.

VII – Repactuação: As Debêntures da 1ª Série não estão sujeitas à repactuação programada.

VIII – Encargos Moratórios: Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso serão acrescidos dos Juros Remuneratórios aplicáveis às Debêntures, bem como de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e de multa moratória não compensatória de 1% (um por cento) por dia de atraso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial. Além do aqui disposto, na hipótese de cobrança judicial da dívida decorrente da Escritura de

Renata B. Maccacchero Victor  
Gerente Substituto G&B



Emissão, a Klabin incorrerá em multa de 10% (dez por cento), incidente sobre o principal e encargos da dívida, devida pela Klabin a partir do primeiro despacho da autoridade competente na petição de cobrança, além de despesas extrajudiciais, judiciais e honorários advocatícios.

1.3. A caução ora constituída permanecerá íntegra e em pleno vigor até que as Obrigações tenham sido cumpridas de forma íntegra e definitiva.

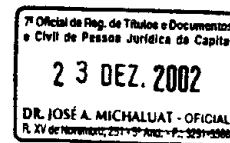
1.4. Fica desde já certo e ajustado que a liberação das Ações Caucionadas, através de averbação nesse sentido no livro de registro de ações nominativas da Klabin, somente ocorrerá mediante o recebimento, pelas Acionistas ou pela Klabin, de autorização dada por escrito pelo Agente Fiduciário (com a prévia concordância dos Debenturistas) a ser fornecida no prazo máximo de 15 (quinze) dias da data em que todas as Obrigações forem integralmente liquidadas nos termos do item 1.3. acima.

1.5. A caução ora constituída compreende todos os direitos relativos às Ações Caucionadas (exceto dividendos) devendo sempre abranger ações de emissão da Klabin que representem, a todo o tempo, no mínimo, 59,45% (cinquenta e nove inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) de seu capital votante, incluindo, para essa finalidade: (i) as ações de emissão da Klabin que vierem a ser subscritas pelas Acionistas, as quais deverão ser gravadas de caução nos termos deste Contrato na data de sua subscrição; (ii) que venham, por qualquer motivo, tornar-se de propriedade das Acionistas, as quais deverão ser gravadas de caução nos termos deste Contrato na data de sua aquisição; (iii) decorrentes de grupamentos, desdobramentos e bonificações resultantes das Ações Caucionadas; e (iv) o direito conferido pelas Ações Caucionadas para a subscrição de novas ações da Klabin, sendo que as Acionistas deverão exercer tal direito, durante a vigência deste Contrato, com a finalidade de manter a propriedade de ações de emissão da Klabin que representem, a todo o tempo, no mínimo, 59,45% (cinquenta e nove inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) de seu capital votante. Tais ações, bens ou direitos ficarão automaticamente sujeitos ao gravame constituído neste Contrato (as Ações Caucionadas, bem como todas as demais ações adicionais e demais direitos referidos nos itens (i) a (iv) acima são doravante designados, em conjunto, como os "Bens Empenhados"). obrigando-se as Acionistas e a Klabin, em qualquer dos casos acima, a celebrar aditamento ao presente Contrato, sempre que necessário, de modo a refletir tais mudanças. Fica desde já o Agente Fiduciário autorizado e constituído de todos os poderes para, de forma irrevogável e irretirável, como condição do presente Contrato, em nome das Acionistas e da Klabin, promover a averbação da caução das Ações Caucionadas e, quando aplicável, dos demais Bens Empenhados, de modo a manter a caução sobre ações que representem, a todo o tempo, no mínimo, 59,45% (cinquenta e nove inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) do capital votante da Klabin, inclusive com poderes para, em nome das Acionistas e da Klabin, firmar todos e quaisquer documentos e praticar todo e qualquer ato que se fizerem necessários para tanto.

1.6. As Acionistas e a Klabin obrigam-se a:

(i) inscrever nos certificados representativos das Ações Caucionadas, se emitidos, a seguinte declaração: "As ações representadas pelo presente certificado estão gravadas com caução em favor dos titulares das Debêntures da 1ª Série da 4ª Emissão da Klabin S.A., representados pela Planner Corretora de Valores S.A., na qualidade de Agente Fiduciário, em garantia ao cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Klabin S.A. com relação às Debêntures da 1ª Série prevista na "Escritura da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Duas Séries, da

Renata B. Maccacchero Victor,  
Gerente Substituto CJUR6



Espécie com Garantia Real, da Klabin S.A.” celebrada em 16 de dezembro de 2002 (conforme aditada), no valor de R\$472.000.000.000,00 (quatrocentos e setenta e dois milhões de reais), abrangendo a referida caução: (a) todas as ações decorrentes de desdobramentos, grupamentos e bonificações resultantes das ações caucionadas; e (b) o direito de preferência conferido às ações caucionadas para a subscrição de novas ações emitidas pela Klabin S.A., sendo que as Acionistas deverão exercer tal direito, durante a vigência deste Contrato, com a finalidade de manter a propriedade de ações de emissão da Klabin que representem, a todo o tempo, no mínimo, 59,45% (cinquenta e nove inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) de seu capital votante, bem como a referida caução implica restrições ao direito de voto atribuído às ações caucionadas, tudo nos termos do “Contrato de Caução de Ações de Emissão da Klabin S.A.”, arquivado na sede da Klabin S.A.”;

(ii) averbar, nas páginas do livro de registro de ações nominativas em que estiverem registradas as Ações Caucionadas, e junto ao registro de tais Ações Caucionadas, a seguinte declaração: “Ações representando 59,45% (cinquenta e nove inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) do capital votante da Klabin, acima referidas, gravadas com caução em favor dos titulares das Debêntures da 1ª Série da 4ª Emissão da Klabin S.A., representados pela Planner Corretora de Valores S.A., na qualidade de Agente Fiduciário, em garantia ao cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Klabin S.A. com relação às Debêntures da 1ª Série prevista na “Escritura da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, da Klabin S.A.” celebrada em 16 de dezembro de 2002 (conforme aditada), no valor de R\$472.000.000.000,00 (quatrocentos e setenta e dois milhões de reais), abrangendo a referida caução: (a) todas as ações decorrentes de desdobramentos, grupamentos e bonificações resultantes das ações caucionadas; e (b) o direito de preferência conferido às ações caucionadas para a subscrição de novas ações emitidas pela Klabin S.A., sendo que as Acionistas deverão exercer tal direito, durante a vigência deste Contrato, com a finalidade de manter a propriedade de ações de emissão da Klabin que representem, a todo o tempo, no mínimo, 59,45% (cinquenta e nove inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) de seu capital votante, bem como a referida caução implica restrições ao direito de voto atribuído às ações caucionadas, tudo nos termos do “Contrato de Caução de Ações de Emissão da Klabin S.A.”, arquivado na sede da Klabin S.A.”;

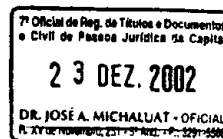
(iii) arquivar o presente Contrato na sede social da Klabin; e

(iv) registrar o presente Contrato nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Comarcas de São Paulo, Estado de São Paulo, e do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, correndo por conta da Klabin e das Acionistas todos os custos e despesas incorridos com tais registros e averbações, devendo as Acionistas fornecer comprovação desse registro ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data de assinatura do presente Contrato.

1.7. Na hipótese das Ações Caucionadas serem convertidas em ações escriturais, a inscrição de que trata o inciso (i) do item 1.6. acima e a averbação de que trata o inciso (ii) do item 1.6. acima serão realizadas nos livros da instituição financeira responsável pela escrituração das Ações Caucionadas nos termos do parágrafo 1º, do Artigo 39, da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada, e anotadas no extrato da conta de depósito fornecido às Acionistas.

1.8. A remissão por qualquer das partes somente surtirá efeitos sobre os Bens Empenhados se as Obrigações forem integralmente liquidadas.

Renata B. Maccacchero Victor,  
Gerente Substituto Gjur6



## CLÁUSULA II

### RESTRICÇÕES À ALIENAÇÃO OU ONERAÇÃO DAS AÇÕES CAUCIONADAS

Até o integral cumprimento das Obrigações, as Acionistas obrigam-se a não alienar, vender, ceder, transferir, dar em comodato, emprestar, trocar, conferir ao capital, instituir usufruto ou fideicomisso, constituir qualquer outro ônus, gravame ou direito real de garantia além do gravame ora constituído, ou dispor, de qualquer forma, total ou parcial, direta ou indireta, a título gratuito ou oneroso, dos Bens Empenhados ou de quaisquer direitos a estas inerentes (incluindo, mas não se limitando, direitos de preferência de subscrição), obrigando-se a Klabin a não averbar em seus livros quaisquer destes atos que tenham sido praticados sem a prévia e expressa anuência do Agente Fiduciário (na qualidade de representante dos Debenturistas).

## CLÁUSULA III

### EXERCÍCIO DOS DIREITOS INERENTES ÀS AÇÕES CAUCIONADAS

3.1. Observadas as disposições aplicáveis previstas na Escritura de Emissão, e desde que não tenha ocorrido qualquer inadimplemento nos termos da Escritura de Emissão ou deste Contrato, as Acionistas poderão exercer ou deixar de exercer todos os direitos relativos às Ações Cauçionadas, excetuado (i) o direito de voto, que será exercido nos termos dos itens 3.2. e 3.3. desta Cláusula e (ii) do direito de preferência na subscrição de novas ações de emissão da Klabin que deverá ser sempre exercido pelas Acionistas de forma que sua atual participação no capital social da Klabin não seja diminuída.

3.2. As Acionistas exercerão livremente o direito de voto em relação às Ações Cauçionadas, salvo nas seguintes deliberações, tomadas em quaisquer eventos societários, as quais, nos termos do Artigo 113 da Lei das Sociedades por Ações, dependerão do consentimento prévio e por escrito do Agente Fiduciário (na qualidade de representante dos Debenturistas), o qual deverá ser solicitado por escrito, nos termos do item 3.4 abaixo:

(a) criação ou emissão de qualquer título ou valor mobiliário com direito a voto ou conversível em ações com direito a voto, incluindo promessas, termos ou opções de compra, venda ou permuta sobre títulos e valores mobiliários de emissão da Klabin;

(b) qualquer aditamento ou alteração no estatuto social ou em quaisquer atos societários da Klabin, que envolvam (i) alteração nas preferências, vantagens e condições das Ações Cauçionadas; ou (ii) aumentos ou reduções de capital ou quaisquer opções de aquisição de outras ações ou demais títulos ou valores mobiliários de emissão da Klabin;

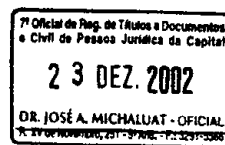
(c) alteração nas preferências, vantagens e condições das ações preferenciais de emissão da Klabin;

(d) mudança no objeto social da Klabin que resulte em direito de recesso de qualquer acionista da Klabin;

(e) pedido de liquidação, falência, concordata ou dissolução da Klabin, ou a deliberação de qualquer outro ato que possa importar em reestruturação geral das dívidas da Klabin ou de

Renata B. Maccacchero Victor  
Gerente Substituto Gjur6





qualquer de suas controladas (diretas ou indiretas);

(f) cisão, fusão ou a incorporação da Klabin;

(g) distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio e outras distribuições de lucros ou rendimentos acima do dividendo obrigatório, salvo se os recursos relativos a tal distribuição forem utilizados, comprovadamente pelas Acionistas, para a amortização das Obrigações.

(h) penhor, caução, hipoteca ou cessão de quaisquer receitas ou demais bens da Klabin e/ou de suas controladas (diretas ou indiretas) a título de garantia de qualquer dívida a ser contraída pela Klabin e/ou por suas controladas (diretas ou indiretas), ou constituição de quaisquer ônus ou gravames que afetem os ativos da Klabin, ressalvados os ônus constituídos ou a serem constituídos em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, dos credores dos Contratos de Repasse, do Contrato de Pré-Pagamento (conforme definidos na Escritura) e das Notas (eurobônus de emissão da Klabin Fabricadora de Papel e Celulose S.A., tendo a IKPC Indústrias Klabin de Papel e Celulose como garantidora e o Chase Manhattan Trustees Ltd. como agente das Notas em 12 de agosto de 1996 no valor de US\$70.000.000,00 (setenta milhões de dólares norte-americanos) e com vencimento previsto para 12 de agosto de 2004);

(i) alienação, aquisição ou subscrição de participações societárias em outras sociedades existentes nesta data ou que vierem a ser constituídas; e

(j) qualquer outra deliberação que possa, nos termos da legislação aplicável, conferir ao acionista dissidente direito de retirada.

3.3. Ocorrendo qualquer inadimplemento nos termos da Escritura de Emissão e até que tal inadimplemento seja sanado ou as Ações Caucionadas sejam executadas nos termos da Cláusula IV abaixo, conforme o caso, o exercício pelas Acionistas do direito de voto referente às Ações Caucionadas em quaisquer eventos, sobre quaisquer das matérias descritas no item 3.2., acima, e sobre quaisquer das matérias descritas abaixo, estará sujeito, conforme disposto no Artigo 113 da Lei das Sociedades por Ações, ao consentimento prévio e por escrito do Agente Fiduciário (na qualidade de representante dos Debenturistas), o qual deverá ser solicitado por escrito pelas Acionistas, nos termos do item 3.4., abaixo:

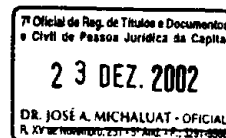
(a) aquisição ou alienação de quaisquer bens móveis ou imóveis, ou de quaisquer investimentos (seja mediante a compra e venda de ações, títulos ou outros valores mobiliários, concessão de empréstimo ou por outro meio) por parte da Klabin em outras sociedades;

(b) qualquer alteração das funções dos diretores ou administradores (inclusive conselheiros); e

(c) celebração de contratos relevantes, inclusive, mas não se limitando, a contratação de dívida, ou quaisquer outras operações com qualquer pessoa, cujo consentimento dos acionistas seja exigido de acordo com o estatuto social e demais documentos societários da Klabin.

3.4. Para os fins e nos casos previstos nos itens 3.2. e 3.3. desta Cláusula, as Acionistas deverão comunicar ao Agente Fiduciário, com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, as datas de convocação de quaisquer das assembleias de acionistas ou outros eventos societários que tenham por objeto deliberar sobre qualquer dos assuntos mencionados nos subitens dos referidos

Renata M. Macacchero Victor,  
Gfente Substituto Gjur6



itens 3.2. e 3.3., propondo a forma pela qual pretendem exercer o seu direito de voto, ou, ainda, se pretendem não exercê-lo. Uma vez recebida a comunicação aqui mencionada, o Agente Fiduciário deverá convocar, imediatamente, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar, de acordo com o disposto na Escritura de Emissão (inclusive quanto ao prazo de convocação, quorum de instalação e quorum de deliberação), sobre o consentimento ou não ao exercício do direito de voto na maneira pretendida pelas Acionistas. Em até 05 (cinco) dias após a realização da Assembleia Geral de Debenturistas, e em qualquer hipótese, no mínimo, 05 (cinco) dias antes da data informada para a realização do evento societário, o Agente Fiduciário (representando os Debenturistas) deverá se manifestar por escrito, comunicando às Acionistas e à Klabin se concordam ou não com a forma proposta para o exercício do direito de voto, ou com o não exercício deste, com relação às matérias acima mencionadas. Em caso de ausência de comunicação neste sentido pelo Agente Fiduciário em até 05 (um) dias antes da data informada para a realização do evento societário, as Acionistas não poderão votar as matérias acima mencionadas.

3.5. Em decorrência do disposto nesta Cláusula, as Acionistas obrigam-se a comparecer a todos os eventos societários, inclusive, mas não se limitando, às reuniões prévias, reuniões do Conselho de Administração e Assembleias Gerais da Klabin.

3.6. Sem prejuízo das demais disposições desta Cláusula III, nenhum dispositivo deste Contrato deverá ser interpretado como transferência dos direitos de voto inerentes às Ações Caucionadas das Acionistas ao Agente Fiduciário ou a qualquer dos Debenturistas.

#### CLÁUSULA IV NOMEAÇÃO DO AGENTE DA GARANTIA

4.1. O Unibanco é, neste ato, nomeado Agente da Garantia, e será responsável pelo acompanhamento do leilão público das Ações Caucionadas, conforme previsto na Cláusula V abaixo, e deverá assessorar o Agente Fiduciário nas atividades relacionadas à excussão extrajudicial e ao leilão público, inclusive com relação à obtenção dos registros necessários para tanto de acordo com a legislação e regulamentação em vigor no momento da excussão, observando o procedimento legal e regulamentar estabelecido pela Comissão de Valores Mobiliários e pela Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, ou de quaisquer instituições reguladoras do mercado de capitais brasileiro que venham a substituí-las no futuro, inclusive realizando o pagamento de quaisquer taxas ou comissões devidas a tais instituições, se aplicável (observado que o Agente Fiduciário e o Agente da Garantia serão reembolsados por tais despesas na forma do item (vi) da Cláusula 5.1 abaixo).

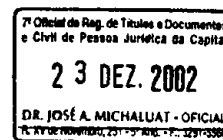
4.2. O Agente da Garantia poderá ser substituído em caso de descumprimento de qualquer das obrigações assumidas nos termos deste Contrato (incluindo, sem limitação, descumprimento dos prazos estabelecidos para a excussão extrajudicial da garantia), mediante deliberação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (observados os prazos e o quorum estabelecidos na Escritura de Emissão), que deverá, também, indicar o substituto.

4.3. O Agente da Garantia poderá, a qualquer tempo, renunciar à função mediante notificação ao Agente Fiduciário, sem prejuízo de sua responsabilidade pelos atos comissivos e omissivos praticados antes da renúncia. A indicação do substituto deverá ser realizada pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (observados os prazos e o quorum estabelecidos

Perceira, Manoelito Victor  
Presidente Substituto QJ-6

*[Handwritten signatures and initials]*





na Escritura de Emissão).

4.4. O Agente da Garantia ou qualquer de seus sucessores nesta função, deverá, necessariamente, ser titular de Debêntures que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Debêntures em circulação.

4.5. O Agente da Garantia estará destituído da função e isento de todas as responsabilidades e obrigações posteriores à renúncia assumidas neste Contrato: (i) quando do início do exercício das funções pelo Agente da Garantia substituto, ou (ii) a partir do 30º (trigésimo) dia contado do envio ao Agente Fiduciário da notificação de renúncia, o que ocorrer primeiro.

4.6. O Agente da Garantia e o Agente Fiduciário e seus respectivos diretores, representantes legais e empregados, não serão responsáveis por quaisquer perdas ou danos eventualmente causados aos Debenturistas, à Klabin, às Acionistas ou a quaisquer terceiros caso tenha agido em conformidade com o disposto neste Contrato.

4.7. A Klabin e as Acionistas se obrigam, solidariamente, a indenizar o Agente da Garantia e seus respectivos diretores, empregados e consultores, por qualquer prejuízo causado em decorrência de sua atuação como Agente da Garantia de acordo com as disposições deste Contrato, comprometendo-se a reembolsar o Agente da Garantia de todas as perdas, danos, obrigações ou despesas (inclusive despesas judiciais e honorários advocatícios) resultantes, direta ou indiretamente, de quaisquer das operações contempladas neste Contrato, exceto se tais perdas, danos, obrigações ou despesas forem resultantes de dolo por parte do Agente da Garantia ou quaisquer das pessoas acima mencionadas.

#### CLÁUSULA V EXCUSSÃO EXTRAJUDICIAL DA CAUÇÃO

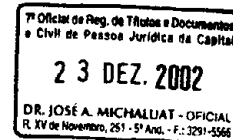
5.1. Ocorrendo o vencimento antecipado das Debêntures da 1ª Série ou na hipótese de não liquidação dessas Debêntures na sua respectiva data de vencimento, o Agente Fiduciário, assessorado pelo Agente da Garantia, na forma estabelecida neste Contrato, deverá dar início à excussão extrajudicial da garantia no prazo de até 10 (dez) dias a contar da data em que for declarado o vencimento antecipado ou da data de vencimento das Debêntures da 1ª Série, conforme o caso. O Agente Fiduciário deverá, com base no Artigo 774, inciso III, do Código Civil Brasileiro, promover a excussão extrajudicial da caução de acordo com os seguintes procedimentos:

(i) no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de definição do preço de venda das Ações Cauçionadas nos termos dos incisos (ii), (iii) e (iv) abaixo, o Agente Fiduciário deverá realizar leilão público, em bloco único, de todas as Ações Cauçionadas, na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, na modalidade de melhor preço, observado, entretanto, o preço mínimo a ser fixado de acordo com o previsto nos incisos (ii), (iii), (iv) e (x) abaixo para os leilões;

(ii) para fins de fixação do preço mínimo de venda do bloco único de todas as Ações Cauçionadas no leilão a que se refere o inciso (i) acima, serão contratadas pelo Agente da Garantia, na qualidade de assessor do Agente Fiduciário, em até 10 (dez) dias contados da data de início do procedimento de excussão extrajudicial, na forma do item 5.1 acima, 2 (duas) empresas

Renata B. Maccacchero Victor  
Gerente Substituto Gjuró





de consultoria ou instituições financeiras de porte internacional que tenham realizado operações de fusão e aquisição cuja soma dos preços de venda nos últimos 3 (três) anos tenha sido igual ou superior a US\$50 bilhões (cinquenta bilhões de dólares dos Estados Unidos da América) - sendo certo entretanto que se não for possível identificar empresas de consultoria ou instituições financeiras que se enquadrem nos critérios ora determinados, serão contratadas 2 (duas) instituições financeiras que estejam entre as 5 (cinco) primeiras colocadas no último *ranking* de fusões e aquisições divulgado por Thompson Financial (ou sua sucessora a qualquer título) - (individualmente, "Avaliador" e, em conjunto, os "Avaliadores"), uma indicada pelas Acionistas e a outra indicada pelo Agente da Garantia. O critério da avaliação do bloco das Ações Caucionadas a ser utilizado pelos Avaliadores será o de fluxo de caixa descontado. Cada Avaliador deverá entregar seu laudo de avaliação às Acionistas, ao Agente Fiduciário e ao Agente da Garantia em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da respectiva contratação, sob pena de, observado o disposto no inciso (iv) abaixo, ser considerado o preço mínimo o valor de avaliação (o "Valor de Avaliação") constante do laudo entregue tempestivamente;

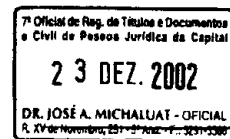
(iii) observado o disposto no inciso (iv) abaixo, caso a diferença entre os Valores de Avaliação dos dois laudos seja inferior a 10% (dez por cento), o preço mínimo será a média aritmética dos dois Valores de Avaliação. Caso a diferença entre os laudos seja superior a 10% (dez por cento), apurada pela divisão do maior valor pelo menor, será escolhido pelas Acionistas, a partir de uma lista de 3 (três) Avaliadores indicados no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de entrega dos laudos a que se refere o inciso (ii) acima pelo Agente da Garantia, um terceiro Avaliador, o qual, no prazo de 30 (trinta) dias, deverá apresentar seu laudo de avaliação, utilizando, para tanto, o mesmo critério de avaliação dos dois Avaliadores anteriores. Observado o disposto no inciso (iv) abaixo, o preço mínimo do leilão será a média aritmética dos 2 (dois) Valores de Avaliação mais próximos. Caso as Acionistas não escolham o terceiro Avaliador em 5 (cinco) dias contados da data da apresentação da lista triplice, o laudo do Avaliador indicado pelo Agente da Garantia nos termos do inciso (ii) acima definirá o preço mínimo do leilão, observado o disposto no inciso (iv) abaixo;

(iv) se o preço mínimo final da avaliação das Ações Caucionadas apurado conforme o disposto nos incisos (ii) e (iii) acima, for inferior ao valor das Obrigações, o preço mínimo do leilão será o valor das Obrigações;

(v) as despesas do processo de avaliação a que se referem os incisos (ii) e (iii) acima serão suportadas pelo Agente da Garantia e deduzidas do preço apurado no leilão para reembolso ao Agente da Garantia, de acordo com o disposto no inciso (vi) abaixo;

(vi) realizado o leilão, o produto obtido com a venda das Ações Caucionadas será depositado em conta-corrente de titularidade do Agente Fiduciário mantida no Agente da Garantia, observado o disposto no inciso (viii) abaixo, com a finalidade de liquidar imediatamente e simultaneamente (1) todas as despesas, custas, taxas e emolumentos incorridos para a realização do(s) leilão(ões) público(s), incluindo as despesas relativas às avaliações das Ações Caucionadas a que se refere o inciso (v) acima e o reembolso das despesas incorridas pelo Agente Fiduciário e pelo Agente da Garantia ("Despesas da Venda das Ações"); (2) os juros e encargos vencidos relativos às Debêntures; (3) o valor nominal unitário (saldo devedor) atualizado das Debêntures; e (4) quaisquer outros valores devidos pela Klabin ou pelos Fiadores nos termos da Escritura de Emissão ou deste Contrato, devendo o eventual saldo, satisfeitas todas as Obrigações acima referidas, ser entregue às Acionistas no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de liquidação das Obrigações. O Agente Fiduciário se obriga a liquidar as obrigações acima e mais

Renata B. Maccacchero Viçter  
Gerente Substituto - 015



rápido possível, respondendo pelos eventuais custos financeiros adicionais resultantes da sua demora;

(vii) o Agente Fiduciário e as Acionistas, desde já constituem a instituição liquidante da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, em caráter irrevogável e irretratável, seu bastante procurador para transferir, no prazo de até 3 (três) dias contados da data da realização do leilão, o produto obtido com a venda das Ações Caucionadas, observado o disposto no inciso (vi) acima, sendo dever do Agente Fiduciário conduzir o procedimento de liquidação;

(viii) (a) em ocorrendo o leilão a que se refere o inciso (i) acima e não sendo arrematadas as Ações Caucionadas ou (b) se o leilão não for realizado no prazo ali previsto, fica desde já certo e ajustado que o Agente Fiduciário deverá promover um segundo leilão das Ações Caucionadas, mediante contratação de instituição financeira de primeira linha e de reputação internacional, na modalidade de melhor preço, cujo preço mínimo será o Valor de Avaliação determinado conforme os incisos (iii) e (iv) acima com uma redução de 15% (quinze por cento), acrescido das despesas referentes a esse segundo leilão, a ser realizado no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data da realização do primeiro leilão (ou do término do prazo para a sua realização) e os recursos assim apurados serão aplicados de acordo com o disposto no inciso (vi) acima;

(ix) em (a) ocorrendo o leilão a que se refere o inciso (viii) acima e não sendo as Ações Caucionadas arrematadas; ou (b) sendo o leilão frustrado por qualquer motivo, fica desde já certo e ajustado que o Agente Fiduciário deverá promover um terceiro leilão das Ações Caucionadas, na modalidade de melhor preço, sem preço mínimo, a ser realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da realização do leilão anterior (ou do término do prazo para a sua realização), acrescido do prazo despendido no cumprimento de todas as normas e na obtenção de todas as autorizações necessárias à realização do leilão, e os recursos assim apurados serão aplicados de acordo com o disposto no inciso (vi) acima;

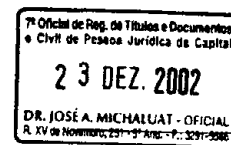
(x) em (a) ocorrendo leilão a que se refere o inciso (x) acima e não sendo arrematadas as Ações Caucionadas ou, em sendo arrematadas, o produto obtido com a venda das Ações Caucionadas não for suficiente para saldar os valores devidos nos termos do inciso (vi) acima; ou (b) não sendo realizado o leilão no prazo ali previsto, fica desde já certo e ajustado que a Klabin e as Acionistas permanecerão solidariamente responsáveis pela liquidação de tais pagamentos, sem prejuízo do direito à excussão judicial das Ações Caucionadas; e

(xi) os valores mínimos por ação, para os fins dos leilões referidos nesta Cláusula V, devem ser calculados dividindo-se o valor mínimo, conforme cada caso, pelo número de Ações Caucionadas, cuja venda constitui objeto do leilão.

5.2. As Acionistas e a Klabin desde já se obrigam a praticar, tempestivamente, todos os atos e cooperar com o Agente Fiduciário e o Agente da Garantia em tudo que se fizer necessário ao cumprimento dos procedimentos aqui previstos, inclusive no que se refere ao atendimento das exigências legais e regulamentares necessárias à realização do(s) leilão(ões).

5.3. Para os fins do disposto no artigo 279 do Código Comercial e 774, III do Código Civil, as Acionistas e a Klabin autorizam e outorgam, neste ato, ao Agente Fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, todos os poderes necessários para praticar os atos previstos nesta Cláusula V.

Renata B. Maccacchero Victor,  
Gerente Substituto Cjur6



#### CLÁUSULA VI OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DAS ACIONISTAS

6.1. Até que as Obrigações tenham sido integralmente cumpridas, cada uma das Acionistas obriga-se a:

- (i) manter todas as autorizações necessárias à validade, vigência, eficácia e exequibilidade deste Contrato e da Escritura de Emissão, e ao cumprimento de todas as obrigações previstas em tais documentos;
- (ii) manter a caução ora constituída sempre existente, válida, eficaz, e em perfeita ordem e em pleno vigor, sem qualquer restrição ou condição;
- (iii) cumprir fiel e integralmente todas as suas obrigações previstas neste Contrato e na Escritura de Emissão;
- (iv) defender-se de forma tempestiva e eficaz de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa, de qualquer forma, afetar este Contrato, a Escritura de Emissão e/ou o cumprimento de quaisquer das Obrigações;
- (v) manter-se em dia no pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, inclusive o recolhimento das contribuições devidas ao Fundo de Participação PIS/PASEP e o pagamento da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social COFINS, comprovando ao Agente Fiduciário por meio de documento hábil, sempre que exigido, o cumprimento destas obrigações e de quaisquer outras obrigações impostas por lei; e
- (vi) arcar com todas as despesas e custos relativos ao registro e formalização da caução de que trata este Contrato, bem como a quaisquer outras relacionadas à excussão judicial ou extrajudicial dos Bens Empenhados.

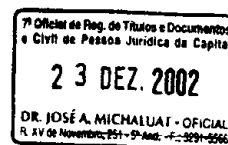
#### CLÁUSULA VII DECLARAÇÕES DAS ACIONISTAS

7.1. Cada uma das Acionistas declara expressamente, sob as penas da lei, que:

- (i) são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes de acordo com as leis do Brasil;
- (ii) as pessoas que as representam na assinatura deste Contrato e da Escritura de Emissão estão devidamente autorizadas para tanto;
- (iii) todas as autorizações necessárias (i) à celebração deste Contrato, (ii) à celebração da Escritura de Emissão; e (iii) à assunção e cumprimento de todas as obrigações previstas em tais instrumentos foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
- (iv) não há ações, procedimentos ou pleitos pendentes ou, tanto quanto saibam as Acionistas, iminentes, cuja decisão desfavorável poderia prejudicar, de forma substancial, a situação

Renata B. Maccacchero Victof.  
Gerente Substituto Cjur6





financeira da Klabin ou das controladas (diretas ou indiretas) da Klabin ou afetar a validade ou exequibilidade da Escritura de Emissão, bem como não existe qualquer ação ou procedimento judicial, administrativo ou fiscal que possa, de qualquer forma, prejudicar ou invalidar a caução ora constituída;

(v) as Ações Caucionadas encontram-se oneradas única e exclusivamente pelo penhor cecular estabelecido de acordo com o disposto na Cédula de Crédito Industrial nº BNDES 02.2.741.4.1, emitida pela Klabin em 08 de novembro de 2002 (a "CCI"), não recaindo sobre elas quaisquer outros ônus, judiciais, extrajudiciais ou fiscais, e não existindo qualquer ação ou procedimento judicial, administrativo ou fiscal que possa, de qualquer forma, prejudicar ou invalidar a caução ora constituída;

(vi) as Ações Caucionadas estão totalmente integralizadas, representam 59,45% (cinquenta e nove inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) do capital votante e 20,52% (vinte inteiros e cinquenta e dois centésimos por cento) do total de ações de emissão da Klabin e não estão sujeitas a qualquer restrição à sua alienação ou transferência, salvo aquelas impostas por força da CCI e do presente Contrato;

(vii) os termos e condições deste Contrato, da Escritura de Emissão, e a assunção e cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas (a) não implicam o inadimplemento das Acionistas em qualquer contrato, documento ou instrumento do qual as Acionistas sejam parte ou ao qual qualquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irão resultar em vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos e sua conseqüente rescisão; (b) não contrariam qualquer lei, decreto ou regulamento a que as Acionistas estejam sujeitas; (c) não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial pendente em face das Acionistas;

(viii) as obrigações assumidas neste Contrato e na Escritura de Emissão são obrigações válidas, exigíveis e exequíveis de acordo com os seus termos, observadas as leis de falência, insolvência, concordata e leis similares aplicáveis que afetem direitos de credores de modo geral, com força de título executivo extrajudicial nos termos do Artigo 585 do Código de Processo Civil;

(ix) todos os mandatos outorgados nos termos deste Contrato o foram como condição do negócio ora contratado, em caráter irrevogável e irretratável nos termos dos incisos I e II do Artigo 1.317 do Código Civil Brasileiro;

(x) não há, nesta data, (a) quaisquer títulos de emissão da Klabin e/ou das Acionistas, ou sacados contra qualquer uma delas, que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados, de valor unitário e/ou conjunto igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), respectivamente, excetuados os que, apresentados para protesto, tenham sido objeto de pedido de sustação de protesto seguido, conforme o caso, da respectiva ação principal, com razoáveis fundamentos de direito; e (b) dívida vencida e não paga de responsabilidade da Klabin e das Acionistas de valor unitário ou total igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) e R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), respectivamente, ou a constituição em mora das Acionistas ou da Klabin por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes da Escritura de Emissão;

(xi) não há nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou qualquer contestação, independentemente de quem seja o autor, visando anular, alterar, invalidar, questionar ou, de

Dr. José A. Michaluart - Oficial  
Exercício Substituto Gure

13

13

13

13

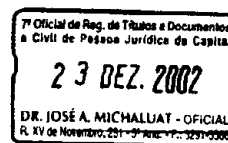
13

13

13

13





qualquer forma, afetar as obrigações assumidas neste Contrato ou na Escritura de Emissão;

(xii) as Acionistas e a Klabin estão em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, inclusive no que se refere ao pagamento da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e ao recolhimento das contribuições devidas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e ao Fundo de Participação do Programa de Integração Social-PIS e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, ressalvadas aquelas obrigações que sejam objeto de discussão judicial ou administrativa; e

(xiii) não existem quaisquer disposições em quaisquer contratos ou acordos dos quais sejam parte (inclusive acordos de voto ou acordos de acionistas), que possam afetar, de qualquer forma, o exercício dos direitos estabelecidos no presente Contrato.

### CLÁUSULA VIII COMUNICAÇÕES

8.1. As comunicações entre as partes deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) para o Agente Fiduciário:

Nome: Planner Corretora de Valores S.A.  
Endereço: Avenida Paulista, nº 2.439, 11º andar, São Paulo, SP  
Atenção: Artur Martins de Figueiredo  
Telefone: (11) 3061-9444  
Fac-símile: (11) 3060-9575

(ii) para a KIC:

Nome: Klabin Irmãos & Cia.  
Endereço: Rua Formosa 367 - 5o. Andar - Cep 0175-900- São Paulo-SP  
Atenção: Fernando J. da Silva  
Telefone: (11) 3226-1913  
Fax: (11) 3331-0789

(iii) para a NIBLAK:

Nome: Niblak Participações S.A.  
Endereço: Rua Formosa 367 - 5o. Andar - Cep 0175-900- São Paulo-SP  
Atenção: Fernando J. da Silva  
Telefone: (11) 3226-1913  
Fax: (11) 3331-0789

(iv) para a Klabin:

Nome: Klabin S.A.  
Endereço: Rua Formosa, 367 - 12o andar, São Paulo, SP  
Atenção: Ronald Seckelmann  
Telefone: (11) 3225-4019  
Fac-símile: (11) 3225-4241

Renata B. Macesschero Victor  
Gerente Substituto Gjur6

UX.

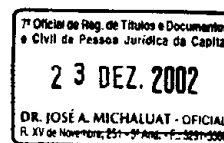
14  
A

2

X 22

A





(v) para o Agente da Garantia:

Nome: UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S.A.  
Endereço: Av. Eusébio Matoso no. 891, 18o andar, São Paulo - SP  
Atenção: Júlio Inglez de Sousa  
Telefone/Fax: (11) 3097-4127

(vi) para o BNDES:

Nome: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES  
Endereço: Avenida República do Chile, nº 100, Rio de Janeiro - RJ  
Atenção: Jorge Kalache Filho  
Telefone: (21) 2277-7401  
Fax: (21) 2240-3504

8.2. As comunicações serão consideradas entregues quando encaminhadas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para os endereços acima, ou quando da emissão de confirmação de transmissão se enviados via fac-símile. Os originais dos documentos transmitidos por fac-símile deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após a sua transmissão.

#### CLÁUSULA IX RENÚNCIA

Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerada mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações decorrentes deste Contrato.

#### CLÁUSULA X IRREVOGABILIDADE E IRRETRATABILIDADE

As partes, obrigando-se por si e seus sucessores a qualquer título, acordam que todos os termos, condições, avenças, mandatos, pactos e compromissos assumidos neste Contrato são constituídos em caráter irrevogável e irretratável.

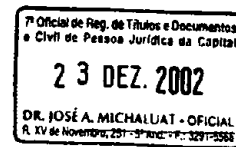
#### CLÁUSULA XI INTERVENIÊNCIAS

A Klabin assina o presente Contrato na qualidade de Interviente, obrigando-se a cumprir integral e tempestivamente com todas as suas obrigações previstas neste Contrato, notadamente quanto à obrigação de registro da caução ora constituída nos livros próprios da companhia.

Renata B. Maccacchero Victor  
Gerente Substituto GJUE

15





**CLÁUSULA XII**  
**LIBERAÇÃO DO PENHOR CEDULAR**  
**CONSTITUÍDO NOS TERMOS DA CCI**

12.1. As Partes reconhecem que as Ações Caucionadas foram dadas em garantia de penhor cedular de acordo com os termos e condições da CCI e, portanto, a caução constituída de acordo com o presente Contrato somente recairá sobre as Ações Caucionadas após a liberação do ônus constituído pela CCI.

12.2. Tendo em vista o acima disposto, os credores da CCI concordaram em solicitar ao Banco Itaú S.A. na qualidade de responsável pela escrituração das Ações Caucionadas, a imediata liberação do penhor cedular constituído na CCI, seguida da também imediata averbação da caução constituída de acordo com o presente Contrato.

12.3. Para fins do disposto no item 12.2., a Klabin deverá, imediatamente após a celebração deste Contrato, entregar ao Banco Itaú S.A. carta na forma do modelo constante do Anexo II ao presente Contrato devidamente assinada pelas partes nela indicadas.

12.4. A liberação do penhor cedular e a averbação da presente caução de forma definitiva têm como condição a efetiva integralização das Debêntures. Assim, tais procedimentos deverão ser revertidos caso as Debêntures não sejam integralizadas até o dia 30 de dezembro de 2002, cabendo ao Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., na qualidade de Agente da Garantia, tanto o penhor cedular quanto da presente caução, solicitar ao Banco Itaú S.A. o cancelamento da caução prevista no presente Contrato e restabelecimento do penhor cedular, caso as Debêntures não sejam integralizadas até tal data. Caso a emissão das Debêntures seja a qualquer tempo cancelada, o Agente da Garantia deverá solicitar o imediato restabelecimento do penhor cedular, caso em que as partes concordam que a presente caução será extinta de pleno direito, permanecendo totalmente válido e eficaz o penhor cedular constituído nos termos da CCI. O Agente da Garantia fica, neste ato, autorizado e constituído de todos os poderes para, em nome das Acionistas, praticar todos os atos necessários para os fins do disposto nesta Cláusula XII.

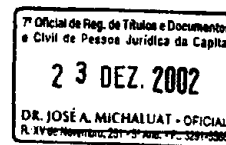
12.5. A Klabin ou as Acionistas deverão enviar ao Agente Fiduciário e ao Agente da Garantia: (i) em até 24 (vinte e quatro) horas após a assinatura deste Contrato, uma cópia da carta de que trata o item 12.3. acima, devidamente protocolada e aceita pelo Banco Itaú S.A., e (ii) em até 48 (quarenta e oito) horas após a assinatura deste Contrato, evidência da efetivação do registro da presente caução pelo Banco Itaú S.A.

**CLÁUSULA XIII**  
**REGISTROS E AVERBAÇÕES DA CAUÇÃO**

13.1. As Acionistas e a Klabin deverão averbar o presente Contrato nos livros de registros de ações da Klabin e realizar todas as averbações previstas neste Contrato, na forma estabelecida nos subitens (i) e (ii) do item 1.6 acima. Sem prejuízo do disposto acima, o presente Contrato deverá ser arquivado na sede da Klabin e registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Comarcas de São Paulo, Estado de São Paulo e Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no prazo previsto no item (iv) do item 1.6. da Cláusula I deste Contrato. A Klabin deverá entregar ao

Ronata M. Maccaçhero Victor  
Gerente Substituto Gjur6





Agente Fiduciário prova da efetivação dos registros aqui previstos na data em que forem exigíveis, nos termos deste Contrato.

13.2. Caso as Debêntures não sejam integralizadas até a data estabelecida no item 12.4 acima, os registros deverão ser revertidos de modo a permitir o restabelecimento dos registros relativos ao penhor cedular, na forma prevista na CCI e de acordo com o disposto na Cláusula XII acima.

#### CLÁUSULA XIV DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. As Acionistas e a Klabin desde já concordam, como condição do presente Contrato, a tomar todas e quaisquer medidas e produzir todos e quaisquer documentos necessários para a formalização e, se for o caso, excussão da presente caução, obrigando-se a tudo praticar e/ou ratificar de modo a possibilitar o exercício dos direitos e prerrogativas estabelecidas neste Contrato.

14.2. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas deste Contrato não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula deste Contrato, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, neste Contrato, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observada a intenção e objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

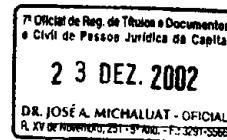
14.3. As Acionistas e a Klabin obrigam-se, solidariamente, a reembolsar, imediatamente, ao Agente da Garantia e ao Agente Fiduciário todos os custos e despesas comprovadamente incorridos e necessários à efetivação da Caução ora constituída, inclusive a liberação da Caução e a execução e venda das Ações Caucionadas, caso necessária, e os custos, despesas e prejuízos comprovadamente incorridos pelo Agente da Garantia e pelo Agente Fiduciário na hipótese de não cumprimento pela Klabin ou pelas Acionistas de suas obrigações assumidas na Escritura de Emissão ou neste Contrato.

14.4. Nos termos e para os fins do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, as Acionistas neste ato entregam ao Agente Fiduciário as Certidões Negativas de Dívida emitidas pelo Instituto Nacional do Seguro Social, comprovando estar em dia no cumprimento de todas as suas obrigações para com a seguridade social até a data ali prevista.

14.5. Aplica-se ao presente Contrato naquilo que não for contraditório com seus termos, o disposto nos Capítulos VIII e IX do Título III do Livro II do Código Civil e no Capítulo II do Título XIII, Parte Primeira, do Código Comercial Brasileiro e na Lei nº 6.404/76.

14.6. Para os fins deste Contrato, o Agente Fiduciário e/ou o Agente de Garantia poderão, mediante deliberação dos Debenturistas (tomada em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão), individualmente ou em conjunto, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas pelas Acionistas e pela Klabin nos termos dos Artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil.

Renata B. Macacchera Victor  
Gerente Substituto 11/2008



14.7. Todo e qualquer custo ou despesa eventualmente incorridos pelas Acionistas e pela Klabin no cumprimento de suas obrigações previstas neste Contrato, ou na Escritura de Emissão serão de inteira responsabilidade das Acionistas e da Klabin, conforme o caso, não cabendo ao Agente da Garantia ou ao Agente Fiduciário qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou reembolso às Acionistas.

14.8. Quaisquer custos e/ou despesas comprovadamente incorridos pelo Agente da Garantia ou pelo Agente Fiduciário em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos dos Debenturistas e prerrogativas previstas neste Contrato, incluindo, mas não se limitando a custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com tais processos, procedimentos ou medidas serão de responsabilidade solidária da Klabin e das Acionistas, devendo ser reembolsados ao Agente da Garantia e ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento de notificação neste sentido a ser enviada pelo Agente da Garantia ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso.

14.9. Toda e qualquer importância devida ao Agente da Garantia ou ao Agente Fiduciário nos termos deste Contrato deverá ser paga em moeda corrente, sendo vedada qualquer forma de compensação.

14.10. Qualquer alteração dos termos e condições deste Contrato somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado pelas partes.

14.11. Este Contrato não altera ou modifica qualquer das disposições da Escritura de Emissão.

14.12. As Acionistas são solidariamente responsáveis pelas obrigações assumidas por qualquer uma delas no presente Contrato.

14.13. Sem de qualquer forma limitar o alcance do disposto neste Contrato, fica certo e ajustado que o direito real de garantia constituído neste Contrato, bem como os direitos e ações dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, com relação às Ações Cauçionadas não serão prejudicados, alterados, ou de qualquer outra forma afetados pela:

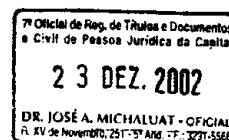
(a) constituição ou liberação de qualquer outra garantia outorgada para assegurar a satisfação das obrigações, presentes ou futuras, da Klabin ou das Acionistas nos termos da Escritura de Emissão;

(b) qualquer omissão ou demora do Agente Fiduciário em executar qualquer outro direito real ou garantias adicionais a ele outorgados nos termos ou em decorrência da Escritura de Emissão; ou

(c) qualquer renovação, prorrogação, modificação, compromisso ou tolerância com relação a qualquer uma das obrigações presentes ou futuras da Klabin ou das Acionistas nos termos da Escritura de Emissão.

14.14. Toda e qualquer quantia devida a qualquer das Partes por força deste Contrato poderá ser cobrada via processo de execução visto que as Partes desde já reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial nos termos e para os efeitos do Artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil.

Dr. José A. Michallat - Oficial  
Gerente Substituto Jurídico



14.15. Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.16. Este Contrato revoga e substitui integralmente as disposições constantes do "Contrato de Caução de Ações de Emissão da Klabin S.A." datado de 16 de dezembro de 2002.

E, por estarem justas e contratadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, assinam o presente Contrato em 06 (seis) vias de igual teor e forma para um só efeito, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 23 de dezembro de 2002

*[Página de assinatura do Contrato de Caução de Ações de Emissão da Klabin S.A., celebrado em 23 de dezembro de 2002]*

NIBLAK PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome: MIGUEL LAFER  
Cargo: DIRETOR

ARMANDO KLABIN  
Cargo: DIRETOR

PEDRO FRANCO PIVA  
Cargo: DIRETOR

KLABIN IRMÃOS & CIA

Nome: MIGUEL LAFER  
Cargo: DIRETOR

ARMANDO KLABIN  
Cargo: DIRETOR

PEDRO FRANCO PIVA  
Cargo: DIRETOR

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Nome: ARTUR MARTINS DE FIGUEIREDO  
Cargo: DIRETOR

Nome: RICARDO DE BARROS FIMMENTEL  
Cargo: PROCURADOR

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

Nome: JÚLIO SOUSA  
Cargo: 111.119.748-54

Nome: ALBERTO MATH G. FORTES  
Cargo: GERENTE

Renata B. Maccacchero Victor  
Gerente Substituto Gjur6

19





[continuação da página de assinatura do Contrato de Caução de Ações de Emissão da Klabin S.A., celebrado em 23 de dezembro de 2002]

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

*Eloazar do Carmo Filho*  
Presidente

Nome:  
Cargo:

*EDUARDO GENTIL*  
Diretor

Nome:  
Cargo:

KLABIN S.A.

*Miguel Sampaio POU*

Nome: MIGUEL SAMPAIO POU  
Cargo: DIRETOR GERAL

*Ronald Sellemann*

Nome: RONALDO SELLEMAN  
Cargo: DIRETOR FINANCEIRO

Testemunhas:

*Beatriz Andreoli Pinto*

Nome: BEATRIZ ANDREOLI PINTO  
R.G.: 33 798.210-4 SSP/SP

*Nicole Schulze Blanck*

Nome: NICOLE SCHULZE BLANCK  
R.G.: 26 241 414-4

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Rua XV de Novembro, 251 - 5º And. - São Paulo - SP - Tel.: 3291-5566

Apresentado hoje. Protocolado e Registrado em

MICROFILME Sob nº 105181

São Paulo, 23 de DEZ de 2002

*JOSE AS KONTO MICHALUAT*  
Seios e taxas recolhidos por guia

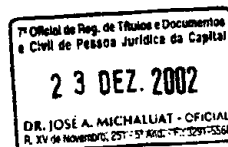
7º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍT. E DOCTOS. DA CAPITAL

Total pago ... R\$ 2.166,89

Este valor inclui 27% devidos ao Estado, 20% a carteira de Previdência do I P E S P e 5% Reg. Civil recolhidos por guia

*Renata B. Maccacchero Victor*  
Gerente Substituto GjurE





ANEXO I  
AÇÕES CAUCIONADAS

<u>Acionista</u>	<u>Espécie de Ações</u>	<u>Quantidade de Ações</u>
KLABIN IRMÃOS E CIA.	Ordinárias	163.797.753
NIBLAK PARTICIPAÇÕES S.A.	Ordinárias	24.699.654
<b><u>TOTAL</u></b>		<b><u>188.497.407</u></b>

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

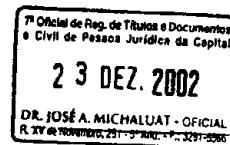
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



## ANEXO II

### MODELO DE CARTA AO BANCO ESCRITURADOR DAS AÇÕES CAUCIONADAS

São Paulo, 23 de dezembro de 2002

Ao  
Banco Itaú S.A.  
Rua Boa Vista 176  
Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo

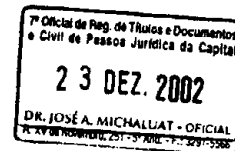
Ref.: Registro de Garantia Real sobre as Ações de emissão da Klabin S.A.

Prezados Senhores,

1. Como é do conhecimento de V.Sas., a Klabin S.A. ("Klabin") emitiu, em 08 de novembro de 2002, a Cédula de Crédito Industrial nº BNDES 02.2.741.4.1 (a "CCI"), que previa o penhor cédular de 188.497.407 (cento e oitenta e oito milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, quatrocentos e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Klabin, sendo 163.797.753 (cento e sessenta e três milhões, setecentos e noventa e sete mil, setecentas e cinquenta e três) ações ordinárias de propriedade da Klabin Irmão & Cia. ("KIC") e 24.699.654 (vinte e quatro milhões, seiscentos e noventa e nove mil, seiscentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias de propriedade da Niblak Participações S.A. ("NIBLAK" e, em conjunto com a KIC, as "Acionistas"), representativas, em conjunto, de 59,45% (cinquenta e nove inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) do capital votante e 20,52% (vinte inteiros e cinquenta e dois centésimos por cento) do capital total da Klabin (as "Ações"), cujo registro e averbações foram realizados por V.Sas., na forma estabelecida na CCI.

2. Ocorre que a Klabin pretende realizar uma emissão e distribuição pública de debêntures simples, com garantia real, de acordo com os termos e condições estabelecidos na "Escritura da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, da Klabin S.A." (a "Escritura de Emissão") celebrada em 16 de dezembro de 2002, conforme aditada entre a Klabin, a Planner Corretora de Valores S.A., na qualidade de Agente Fiduciário, e com os diversos garantidores das obrigações da Klabin assumidas de acordo com a Escritura (os "Intervenientes Fiadores"), que prevê a emissão de 10.360 (dez mil, trezentas e sessenta) debêntures simples (as "Debêntures").

Renata B. Maccacchero Viter  
Gerente Substituto Gjur6



sendo que as 4.720 (quatro mil, setecentas e vinte) Debêntures que compõem a 1ª Série da 4ª Emissão da Klabin (as "Debêntures da 1ª Série") deverão contar com garantia real de caução das Ações, cuja constituição e averbação constituem condições precedentes à subscrição de tais Debêntures. Dessa forma, faz-se necessário desconstituir o penhor cecular constituído de acordo com a CCI para permitir a constituição da caução em garantia das Debêntures da 1ª Série.

3. Diante do exposto, a Klabin, as Acionistas, todos os credores da Klabin nos termos da CCI e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos titulares das Debêntures (os "Debenturistas"), por meio da presente carta, solicitam a V.Sas., na qualidade de instituição escrituradora das Ações, o seguinte:

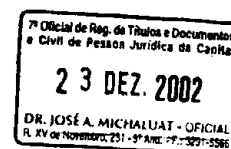
- (a) seja imediatamente liberado o penhor cecular sobre as Ações, constituído de acordo com a CCI, cancelando-se todas as averbações realizadas neste sentido com relação às Ações, que passarão a ficar totalmente livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames; e
- (b) seja imediatamente registrada e averbada a caução sobre as Ações em benefício dos Debenturistas, na forma estabelecida na Escritura de Emissão e no "Contrato de Caução de Ações de Emissão da Klabin S.A.", cuja cópia segue anexa à presente carta para sua referência (o "Contrato de Caução"), realizando todas as averbações previstas em tal contrato.

4. Ressaltamos que a liberação do penhor cecular e constituição da caução em favor dos Debenturistas na forma do item 3 acima somente será implementada em caráter definitivo se implementada a condição prevista no item 12.4. do Contrato de Caução, qual seja a integralização das Debêntures até o dia 30 de dezembro de 2002, caso em que os credores da Klabin nos termos da CCI reconhecem e concordam com a liberação do penhor cecular em caráter definitivo.

5. Para tanto, o Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. ("Unibanco") será, na qualidade de Agente da Garantia (conforme definido no Contrato de Caução), responsável por informar ao Banco Itaú S.A. eventual não implementação da condição prevista no item 4 acima, caso em que o próprio Unibanco deverá, em nome de todos os signatários da presente carta, solicitar ao Banco Itaú S.A. (observado o disposto no item 6 abaixo) a reversão dos registros e averbações previstos no item 3 acima, cancelando a caução prevista no Contrato de Caução, desfazendo-se as respectivas averbações e restabelecendo o penhor cecular previsto na CCI, refazendo-se as devidas averbações na forma prevista na CCI.

6. Para os fins do disposto no item 5 acima, cada um dos signatários da presente carta neste ato autorizam o Unibanco a promover as instruções ali previstas em seu nome e outorgam, ao Unibanco, neste ato, todos os poderes necessários para tanto. Com efeito, o Banco Itaú S.A. fica, desde já, instruído, e se compromete a acatar quaisquer instruções do

Renata B. Macacchero Vintari,  
Gerente Substituto Cjuro



Unibanco neste sentido, inclusive, sem limitação, com relação à reversão dos registros e averbações na forma dos itens 4 e 5 acima.

7. O Banco Itaú S.A. não deverá receber ou acatar qualquer ordem contrária ao disposto nesta carta de qualquer dos signatários isoladamente, exceto conforme estabelecido nos itens 5 e 6 acima, sendo que qualquer alteração, complementação ou revogação do disposto nesta carta somente terá validade se assinado por todos os signatários da presente.

Atenciosamente,

*[pagina de assinatura da Carta ao Banco Escriturador das  
Ações Cauionadas de 23 de dezembro de 2002]*

**KLABIN IRMÃOS & CIA.**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

**NIBLAK PARTICIPAÇÕES S.A..**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

**BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

**UNIBANCO - UNIÃO NACIONAL DE BANCOS BRASILEIROS S.A.**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

**BANCO BRADESCO S.A.**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

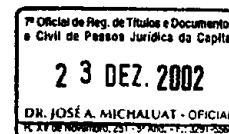
*[Handwritten signature]*  
Deputado Federal - Victor

24

*[Handwritten signatures and initials]*







(continuação da página de assinatura da Carta ao Banco Escrição das  
Ações Cauionadas de 23 de dezembro de 2002)

**BANCO ITAÚ S.A.**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

**BANCO BBA CREDITANSTALT S.A.**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

**BANCO ABN AMRO REAL S.A.**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

**BANCO J.P. MORGAN S.A.**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

**PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

**KLABIN S.A.**

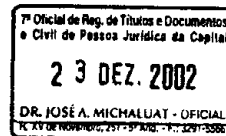
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

Renata B. Maccacchero Victor  
Gerente Substituto (jur.)

25  
[Handwritten signatures and initials]





[continuação da página de assinatura da Carta ao Banco Escriturador das  
Ações Canceladas de 23 de dezembro de 2002]

De acordo:

**BANCO ITAÚ S.A.**

Nome:  
Cargo:

Nome:  
Cargo:

Testemunhas:

Nome:  
R.G.:

Nome:  
R.G.:

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*  
Renata B. Maccacchero Viúva  
Gerente Substituto Gjur6

26

*Handwritten signatures*





---

## **ANEXO VIII**

Contrato de Caução de Ações e Debêntures Conversíveis de Emissão da Riocell S.A.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

23 DEZ. 2002

MICROFILMAGEM

1105182

**CONTRATO DE CAUÇÃO DE AÇÕES E DEBÊNTURES  
CONVERSÍVEIS DE EMISSÃO DA RIOCELL S.A.**

**KLABIN S.A.**, sociedade por ações com sede na Rua Formosa, 367, 12º andar, Centro, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 89.637.490/0001-45, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Klabin");

**KLABIN DO PARANÁ PRODUTOS FLORESTAIS LTDA.**, sociedade por quotas de responsabilidade limitada com sede na Av. Araucária, nº 2-A, Bairro Lagoa, Município de Telêmaco Borba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 76.171.479/0001-90, neste ato representada na forma de seu contrato social ("Klabin do Paraná" e, quando designada em conjunto com a Klabin, as "Acionistas");

**PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.**, instituição financeira com sede na Avenida Paulista, nº 2.439, 11º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 00.806.535/0001-54, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da 4ª emissão da Klabin S.A. (os "Debenturistas") na forma estabelecida na Escritura de Emissão (conforme definido abaixo) ("Agente Fiduciário");

**UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Eusébio Matoso 891, inscrito no CNPJ sob o nº 33.700.394/0001-40, por seus representantes ao final assinados ("Unibanco" ou "Credor" ou, ainda, "Agente da Garantia");

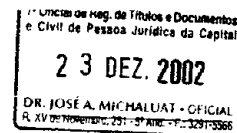
**BANCO BRADESCO S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de Deus, município e Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 60.746.948/0001-12, por seus representantes ao final assinados ("Bradesco" ou "Credor");

**BANCO ITAÚ S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Itáua, inscrita no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04, por seus representantes ao final assinados ("Itaú" ou "Credor");

**BANCO BBA CREDITANSTALT S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, 37, 9º (parte), 16º, 18º, 19º e 20º andares, inscrito no CNPJ sob o nº 31.516.198/0001-94, por seus representantes ao final assinados ("BBA" ou "Credor" e, em conjunto com o Unibanco, o Bradesco e o Itaú, os "Credores");

**BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES**, empresa pública federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile nº 100, inscrito no CNPJ sob o nº 33.657.248/0001-89, na qualidade de adquirente das Debêntures (conforme definido abaixo), nos

Renato D. Maciel - Diretor  
Gerente de Crédito



termos do Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição, Sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, de Debêntures Simples, em Duas Séries, da Espécie Com Garantia Real, da 4ª Emissão Pública da Klabin S.A., celebrado em 23 de dezembro de 2002 ("BNDES");

e, na qualidade de interveniente,

**RIOCELL S.A.**, sociedade por ações com sede na Rua Formosa nº 367, 12º andar, Sala A, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 05.148.712/0001-76, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Riocell");

CONSIDERANDO QUE:

(a) A Klabin emitiu 10.360 (dez mil, trezentas e sessenta) debêntures simples, com data de emissão em 15 de dezembro de 2002, da espécie com garantia real, em duas séries (as "Debêntures") nos termos da "Escritura da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, da Klabin S.A." celebrada em 16 de dezembro de 2002, conforme aditada (a "Escritura de Emissão"), com o Agente Fiduciário, e com os diversos garantidores das obrigações da Klabin assumidas de acordo com a Escritura (os "Intervenientes Fiduciários");

(b) A Klabin celebrara um "Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito" com o Unibanco, e com a intervenção de terceiros, por meio do qual será aberto, pelo Unibanco à Klabin, um crédito no valor de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), com vencimento previsto para 15 de dezembro de 2004 (o "Contrato de Repasse Unibanco");

(c) A Klabin celebrará um "Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito" com o Bradesco, e com a intervenção de terceiros, por meio do qual será aberto, pelo Bradesco à Klabin, um crédito no valor de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), com vencimento previsto para 15 de dezembro de 2004 (o "Contrato de Repasse Bradesco");

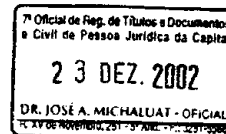
(d) A Klabin celebrará um "Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito" com o Itaú, e com a intervenção de terceiros, por meio do qual será aberto, pelo Itaú à Klabin, um crédito no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), com vencimento previsto para 15 de dezembro de 2004 (o "Contrato de Repasse Itaú");

(e) A Klabin celebrará um "Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito" com o BBA, e com a intervenção de terceiros, por meio do qual será aberto, pelo BBA à Klabin, um crédito no valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), com vencimento previsto para 15 de dezembro de 2004 (o "Contrato de Repasse BBA" e em conjunto com o Contrato de Repasse Unibanco, o Contrato de Repasse Bradesco e o Contrato de Repasse Itaú, os "Contratos de Repasse");

(f) A Klabin celebrou, em 02 de abril de 2002, um Contrato de Pré-Pagamento de Exportação (*Amended and Restated Export Prepayment Finance Agreement*), na qualidade de devedora (*seller*), entre a Klabin Bacell S.A. como garantidora (*subsidiary guarantor*), com os diversos

Atestado de Autenticidade  
Guaranteed Signature  
2002/04/02





bancos credores ali qualificados (*lenders*), o JPMorgan Chase Bank, como agente de garantia e de administração (*administrative and collateral agent*), e o J.P. Morgan Securities Inc., como coordenador líder e único gerente de livro (*lead arranger and sole book manager*), no valor de US\$225.000.000,00 (duzentos e vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos), conforme aditado, cujo saldo devedor apurado em 30 de novembro de 2002 era de US\$123.100.000,00 (o "Contrato de Pré-Pagamento"), que obriga a Klabin a estender aos credores de tal financiamento, representados pelo JPMorgan Chase Bank, na qualidade de agente representante de tais credores (*Administrative and Collateral Agent*) (os "Credores do Pré-Pagamento") garantias reais constituídas a quaisquer terceiros com relação a certas dívidas contraídas pela Klabin, como é o caso das dívidas garantidas por meio do presente Contrato aos Credores e aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário:

(g) A Klabin é legítima proprietária de 70.105.570 (setenta milhões, cento e cinco mil, quinhentas e setenta) ações ordinárias de emissão da Riocell, representando, aproximadamente, 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove centésimos por cento) do seu capital social;

(h) A Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda. é legítima proprietária de 50 (cinquenta) ações ordinárias de emissão da Riocell, que em conjuntamente com as ações de titularidade da Klabin representam 100% (cem por cento) do capital social da Riocell;

(i) A Klabin é legítima proprietária de 61.905 (sessenta e uma mil, novecentas e cinco) debêntures nominativas, não endossáveis, conversíveis em ações ordinárias de emissão da Riocell, da espécie subordinada, com valor unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na data de emissão, em uma única série, emitidas de acordo com Escritura Particular da Primeira Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações Ordinárias de Riocell S.A., cuja cópia constitui o Anexo III ao presente Contrato (a "Escritura Riocell");

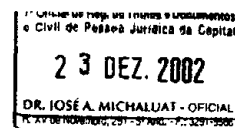
(j) Para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pela Klabin com relação (i) às Debêntures da 2ª Série nos termos da Escritura de Emissão; (ii) aos Contratos de Repasse; e (iii) ao Contrato de Pré-Pagamento, a Klabin e a Klabin do Paraná se comprometeram a dar em garantia real de caução ações de emissão da Riocell, de titularidade da Klabin e da Klabin do Paraná, representativas de 100% (cem por cento) do capital da Riocell e a totalidade das debêntures conversíveis da 1ª emissão da Riocell, de titularidade da Klabin;

Resolvem celebrar o presente Contrato de Caução de Ações e Debêntures Conversíveis de Emissão da Riocell S.A. (o "Contrato"), de acordo com os seguintes termos e condições:

#### CLÁUSULA I CONSTITUIÇÃO DA CAUÇÃO

1.1. Em garantia do fiel e integral cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Klabin e pelos Intervinentes Fiadores (i) na Escritura de Emissão, com relação às Debêntures da 2ª Série da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, da Klabin S.A.; (ii) nos Contratos de Repasse; (iii) no Contrato de Pré-Pagamento e (iv) neste Contrato, bem como do ressarcimento de toda e qualquer importância que comprovadamente venha a ser desembolsada em virtude da constituição, manutenção e/ou excussão da caução ora constituída (doravante simplesmente referidas como as "Obrigações"), pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, a Klabin e a Klabin do Paraná dão (i) aos

Renata R. Marinho  
Garanta Substituta



Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, (ii) aos Credores e (iii) aos Credores do Pre-Pagamento, em igual grau de preferência e condições, sendo a garantia indivisível para todos os fins previstos neste Contrato, (a) 70.105.620 (setenta milhões, cento e cinco mil, seiscentas e vinte) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Riocell, sendo 70.105.570 (setenta milhões, cento e cinco mil, quinhentas e setenta) ações ordinárias de propriedade da Klabin e 50 (cinquenta) ações ordinárias de propriedade da Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda. (as "Ações Caucionadas"), representativas, em conjunto, de 100% (cem por cento) do capital social da Riocell, conforme descrito no Anexo I ao presente Contrato, mediante averbação deste Contrato e da caução ora constituída no livro de registro de ações nominativas da Riocell ou nos livros da instituição escrituradora, caso as ações sejam convertidas em escriturais, de acordo com o artigo 39 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a "Lei das Sociedades por Ações"); e (b) 61.905 (sessenta e uma mil, novecentas e cinco) debêntures nominativas, conversíveis em ações ordinárias de emissão da Riocell S.A., relativas à 1ª emissão de debêntures conversíveis da Riocell S.A., de propriedade da Klabin, representando a totalidade das debêntures conversíveis da 1ª emissão da Riocell, conforme descrito no Anexo II ao presente Contrato, mediante averbação no livro de registro de debêntures nominativas da 1ª emissão de debêntures conversíveis de emissão da Riocell ou nos livros da instituição escrituradora, caso sejam convertidas em escriturais, de acordo com o artigo 39 da Lei das Sociedades por Ações (as "Debêntures Conversíveis Caucionadas") e em conjunto com as Ações Caucionadas, os "Titulos Caucionados"). A Riocell foi avaliada, conforme relatório de avaliação econômico-financeira elaborado pela Deloitte Touche Tohmatsu, com data-base de 30 de setembro de 2002, considerando-se a unidade de negócios interna da Klabin S.A., existente à época, cujos ativos foram posteriormente conferidos à Riocell. O valor de tal avaliação foi de R\$1.828.926.000,00 (um bilhão, oitocentos e vinte e oito milhões, novecentos e vinte e seis mil reais).

1.2. Caso as Debêntures Conversíveis Caucionadas sejam, a qualquer tempo, convertidas em ações, conforme previsto na Escritura Riocell, independentemente de qualquer notificação ou comunicação, as ações assim convertidas serão incluídas no conceito de "Ações Caucionadas" previsto neste Contrato e estarão sujeitas à caução aqui prevista, bem como a todas as restrições e disposições previstas neste Contrato para as Ações Caucionadas, obrigando-se as Acionistas e a Riocell, a tomar todas as providências necessárias para o devido registro e constituição da mencionada caução. Ficam, neste ato, o Agente Fiduciário e os Credores autorizados e constituídos de todos os poderes necessários para, em nome das Acionistas ou da Riocell, proceder aos registros e averbações necessários para os fins deste item 1.2.

1.3. Para os fins do artigo 761, incisos I, II e III do Código Civil e do artigo 272 do Código Comercial Brasileiro, as principais características e condições das Debêntures da 2ª Série emitidas de acordo com a Escritura de Emissão, dos Contratos de Repasse e do Contrato de Pré-Pagamento são as seguintes:

(i) - Debêntures da 2ª Série da 4ª Emissão da Klabin, emitidas de acordo com a Escritura de Emissão:

1 - Emissão e Data de Emissão: As Debêntures da 2ª Série fazem parte da 4ª Emissão de debêntures da Klabin (a "Emissão"), com data da emissão em 15 de dezembro de 2002 (a "Data de Emissão").





23 DEZ. 2002

DR. JOSÉ A. MICALUAT - OFICIAL  
R. XV DE NOVENHO, 257 - 5º AND - F. 3291-7556

II – Quantidade de Debêntures, Valor Nominal Unitário e Valor Total da Emissão: A 2ª Série é composta por 5.640 (cinco mil, seiscentas e quarenta) Debêntures com valor nominal unitário de R\$100.000,00 (cem mil reais), na Data de Emissão, totalizando R\$564.000.000,00 (quinhentos e sessenta e quatro milhões de reais).

III – Tipo, Forma e Espécie: As Debêntures da 2ª Série são escriturais e nominativas, não conversíveis em ações de emissão da Klabin, com garantia real.

IV – Prazo e Data de Vencimento: O prazo de vigência das Debêntures da 2ª Série é de 36 (trinta e seis) meses a contar da Data de Emissão, com vencimento previsto para 15 de dezembro de 2005, sujeito às condições e hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas na Escritura de Emissão.

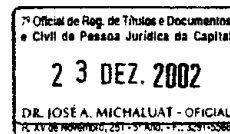
V – Remuneração: A remuneração das Debêntures da 2ª Série equivale a 100% (cem por cento) do Fator Diário dos financiamentos apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, calculados com base em um ano de 252 dias úteis, calculado e divulgado pelo Banco Central do Brasil, doravante denominados individualmente, "Fator SELIC" e, coletivamente "Fatores SELIC", capitalizados de uma taxa de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) ao ano (a título de spread), calculado com base em um ano de 252 dias úteis. O spread relativo à remuneração das Debêntures é sujeito a aumento de 3% (três por cento) em determinadas hipóteses estabelecidas na Escritura de Emissão.

VI – Condições de Pagamento: O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série deverá ser pago na data de vencimento final dos títulos, ou seja, 15 de dezembro de 2005 e os valores relativos à remuneração deverão ser pagos trimestralmente, sempre no dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, bem como na data em que ocorrer, conforme o caso, resgate antecipado, vencimento antecipado ou vencimento final das Debêntures.

VII – Repactuação: As Debêntures da 2ª Série estarão sujeitas a duas repactuações programadas, a primeira prevista para 15 de dezembro de 2003 e a segunda para 15 de dezembro de 2004.

VIII – Encargos Moratórios: Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso serão acrescidos dos Juros Remuneratórios aplicáveis às Debêntures, bem como de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e de multa moratória não compensatória de 1% (um por cento) por dia de atraso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial. Além do aqui disposto, na hipótese de cobrança judicial da dívida decorrente da Escritura de Emissão, a Klabin incorrerá em multa de 10% (dez por cento), incidente sobre o principal e encargos da dívida, devida pela Klabin a partir do primeiro despacho da autoridade competente na petição de cobrança, além de despesas extrajudiciais, judiciais e honorários advocatícios.

Renata B. M. M. Vitor  
Gerente Substituto Opus



(ii) Contratos de Repasse:

As condições de cada um dos Contratos de Repasse são idênticas com relação a:

i - Pagamento de Juros e Amortização: O principal da dívida decorrente de cada um dos Contratos de Repasse será pago em uma única parcela, com vencimento previsto para 15 de dezembro de 2004, data em que deverão ser liquidadas todas as obrigações decorrentes dos Contratos de Repasse. Considerando que a finalidade do crédito relativo aos Contratos de Repasse é o incremento das exportações da Klabin, o vencimento dos Contratos de Repasse pode ser antecipado com relação ao valor total ou parcial dos respectivos créditos, dependendo da performance de exportação da Klabin.

II - Taxa de Juros: Os créditos abertos por meios dos Contratos de Repasse subdividem-se em dois subcréditos por Contrato de Repasse, denominados Subcrédito A (correspondente a 30% (trinta por cento) do valor total dos respectivos créditos) e Subcrédito B (correspondente a 70% (setenta por cento) do valor total dos respectivos créditos), que apresentam as seguintes condições de remuneração: Ambos os Subcréditos são sujeitos à taxa de Spread do BNDES, equivalente a 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), sujeita à majoração em caso de insuficiência do incremento das exportações da Klabin. Além disso, ambos os Subcréditos são sujeitos à taxa de Spread dos respectivos Credores, equivalente a 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, sujeito a aumento de 3% (três por cento) em determinadas hipóteses estabelecidas igualmente em cada um dos Contratos de Repasse. Por fim, os créditos são sujeitos a uma outra taxa denominada "custo financeiro", diferente para cada um dos Subcréditos. O custo financeiro do Subcrédito A corresponde à taxa variável reajustada trimestralmente no dia 16 (dezesseis) dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira, sem vinculação a repasse específico, no trimestre civil imediatamente anterior ao mês de reajuste da referida taxa de juros. O custo financeiro do Subcrédito B corresponde à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

III - Data de Vencimento: Os Contratos de Repasse terão vencimento previsto para 15 de dezembro de 2004, ressalvadas as hipóteses em que o vencimento pode ser antecipado em virtude de descumprimento das metas de incremento de exportação pela Klabin, sujeito às condições e hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas nos Contratos de Repasse.

IV - Encargos Moratórios: Ocorrendo impuntualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Credores, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela Klabin ficarão sujeitos, além dos encargos remuneratórios, a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor não pago e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante devido, desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança. Na hipótese de cobrança judicial da dívida, a Klabin incorrerá em multa de 10% (dez por cento), incidente sobre o principal e encargos da dívida, devida pela Klabin a partir do primeiro despacho da autoridade competente na petição de cobrança, além de despesas extrajudiciais, judiciais e honorários advocatícios.



23 DEZ. 2002  
DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL  
R. XV de Novembro, 251 - 5ª And. - F.: 3291-5566

Os Contratos de Repasse diferem apenas com relação ao valor do crédito, conforme indicado a seguir:

- (a) Contrato de Repasse Unibanco: R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
  - (b) Contrato de Repasse Bradesco: R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
  - (c) Contrato de Repasse Itaú: R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais); e
  - (d) Contrato de Repasse BBA: R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais)
- (iii) Contrato de Pré-Pagamento:

I - Valor: US\$225.000.000,00 (duzentos e vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos), sendo que o montante de US\$101.900.000,00 já foi amortizado pela Klabin, de modo que o saldo devedor apurado em 30 de novembro de 2002 era de US\$123.100.000,00, equivalente a R\$447.653.150,00 (quatrocentos e quarenta e sete milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, cento e cinquenta reais), utilizando-se para conversão a taxa de câmbio de R\$3,6365 por US\$1,00.

II - Pagamento de Juros e Amortização: O principal mecanismo de pagamento dos pré-pagamentos é a exportação dos produtos listados no Contrato de Pré-Pagamento.

O montante do pré-pagamento, desembolsado em 06 de setembro de 2000, foi dividido em duas séries, sendo a primeira série corresponde a US\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares norte-americanos) (a "Série A") e a segunda a US\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos) (a "Série B"), de modo que o principal decorrente da Série A deve ser pago, mensalmente, em 28 (vinte e oito) parcelas e o da Série B, em 30 (trinta) parcelas a partir do oitavo mês após o desembolso, de acordo com o seguinte cronograma, sujeito às condições e hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas no Contrato de Pré-Pagamento:

	Série A	Série B
Maio de 2001	U.S.\$1.700.000,00	-
Junho de 2001	U.S.\$2.775.000,00	-
Julho de 2001	U.S.\$2.775.000,00	-
Agosto de 2001	U.S.\$2.775.000,00	-
Setembro de 2001	U.S.\$2.775.000,00	-
Outubro de 2001	U.S.\$2.775.000,00	-
Novembro de 2001	U.S.\$2.775.000,00	-
Dezembro de 2001	U.S.\$2.775.000,00	-
Janeiro de 2002	U.S.\$2.775.000,00	-
Fevereiro de 2002	U.S.\$2.775.000,00	-
Março de 2002	U.S.\$4.163.889,00	U.S.\$2.571.429,00
Abril de 2002	U.S.\$4.163.889,00	U.S.\$2.571.429,00
Maio de 2002	U.S.\$4.163.889,00	U.S.\$2.571.429,00
Junho de 2002	U.S.\$4.163.889,00	U.S.\$2.571.429,00
Julho de 2002	U.S.\$4.163.889,00	U.S.\$2.571.429,00

Renate B. Michaluart Vianna  
Gerente Administrativo





o Civil de Pessoa Jurídica da Capital  
**23 DEZ. 2002**  
DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL  
R. XV DE Novecentos, 2011 - 5º Andar - Fone: 5291-8888

Agosto de 2002	U.S.\$4.538.889,00	U.S.\$2.571.429,00
Setembro de 2002	U.S.\$ 4.538.889,00	U.S.\$2.571.429,00
Outubro de 2002	U.S.\$4.538.889,00	U.S.\$2.571.429,00
Novembro de 2002	U.S.\$1.388.889,00	U.S.\$3.571.429,00
Dezembro de 2002	U.S.\$1.388.889,00	U.S.\$3.571.429,00
Janeiro de 2003	U.S.\$1.388.889,00	U.S.\$3.571.429,00
Fevereiro de 2003	U.S.\$1.388.889,00	U.S.\$3.571.429,00
Março de 2003	U.S.\$1.388.889,00	U.S.\$3.571.429,00
Abril de 2003	U.S.\$1.388.889,00	U.S.\$3.571.429,00
Mai de 2003	U.S.\$1.388.889,00	U.S.\$3.571.429,00
Junho de 2003	U.S.\$1.388.889,00	U.S.\$3.571.429,00
Julho de 2003	U.S.\$1.388.889,00	U.S.\$3.571.429,00
Agosto de 2003	U.S.\$1.388.889,00	U.S.\$3.571.429,00
Janeiro de 2004	-	U.S.\$7.809.523,00
Fevereiro de 2004	-	U.S.\$7.809.523,00
Março de 2004	-	U.S.\$7.809.523,00
Abril de 2004	-	U.S.\$7.809.523,00
Mai de 2004	-	U.S.\$7.809.523,00
Junho de 2004	-	U.S.\$7.809.523,00
Julho de 2004	-	U.S.\$7.809.523,00
Agosto de 2004	-	U.S.\$7.809.523,00
<b>Total</b>	<b>U.S.\$75.000.000,00</b>	<b>U.S.\$150.000.000,00</b>

III - Taxa de Juros: Sobre o montante objeto do Contrato de Pré-Pagamento incidem juros à taxa anual (base 360 dias) equivalente à Taxa LIBOR (*London Interbank Offered Rate*) Ajustada (*Adjusted LIBO Rate*) em função das reservas estatutárias (*statutory reserves*), acrescida da Margem Aplicável (*Applicable Margin*), variável de acordo com as condições estabelecidas no Contrato de Pré-Pagamento.

IV - Data de Vencimento: A Série A tem vencimento previsto para o 35º (trigésimo quinto) mês após a data de desembolso, ou seja, agosto de 2003. A série B, por sua vez, tem vencimento previsto para o 47º (quadragésimo sétimo) mês após a data de desembolso, ou seja, agosto de 2004, conforme cronograma constante do item II acima.

V - Encargos Moratórios: Os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela Klabin sujeitam-se a um acréscimo de 2% (dois por cento) ao ano além dos encargos remuneratórios, incidentes desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento.

1.4. A caução ora constituída permanecerá íntegra e em pleno vigor até que as Obrigações tenham sido cumpridas de forma integral e definitiva. Desta forma, ainda que alguma das Obrigações seja total ou parcialmente liquidada, a caução ora constituída permanecerá íntegra, válida e eficaz com relação às Obrigações não liquidadas.

1.5. Fica desde já certo e ajustado que a liberação dos Títulos Cauçionados, através de averbação nesse sentido no livro de registro de ações nominativas da Riocell e/ou no livro de registro de debêntures nominativas da 1ª emissão da Riocell, somente ocorrerá mediante o

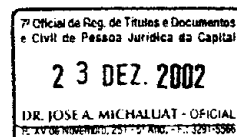


recebimento, pelas Acionistas ou pela Riocell, de autorização conjunta dada por escrito pelo Agente Fiduciário (com a prévia concordância dos Debenturistas) e por cada um dos Credores, a ser fornecida no prazo máximo de 15 (quinze) dias da data em que todas as Obrigações forem integralmente liquidadas.

1.6. A caução ora constituída compreende todos os direitos relativos às Debêntures Conversíveis Caucionadas, incluindo, sem limitação, o direito de receber eventuais pagamentos de remuneração e principal, bem como quaisquer valores recebidos pelos titulares das Debêntures Conversíveis Caucionadas a título de resgate, recompra, amortização ou liquidação (observado o disposto nos itens 1.6.1 e 1.6.2 abaixo), e todos os direitos relativos às Ações Caucionadas (exceto dividendos) devendo sempre abranger ações de emissão da Riocell que representem, a todo o tempo, 100% (cem por cento) de seu capital social, incluindo, para essa finalidade: (i) as ações de emissão da Riocell que vierem a ser subscritas pelas Acionistas, as quais deverão ser gravadas de caução nos termos deste Contrato na data de sua subscrição; (ii) que venham, por qualquer motivo, tornar-se de propriedade das Acionistas, as quais deverão ser gravadas de caução nos termos deste Contrato na data de sua aquisição; (iii) decorrentes de grupamentos, desdobramentos e bonificações resultantes das Ações Caucionadas; e (iv) o direito conferido pelas Ações Caucionadas para a subscrição de novas ações da Riocell, sendo que as Acionistas deverão exercer tal direito, durante a vigência deste Contrato, com a finalidade de manter a propriedade de ações de emissão da Riocell que representem, a todo o tempo, no mínimo, 100% (cem por cento) de seu capital social. Tais ações, bens ou direitos ficarão automaticamente sujeitos ao gravame constituído neste Contrato (as Debêntures Conversíveis Caucionadas e as Ações Caucionadas, bem como todas as demais ações adicionais e demais direitos referidos nos itens (i) a (iv) acima são doravante designados, em conjunto, como os "Bens Empenhados"), obrigando-se as Acionistas e a Riocell, em qualquer dos casos acima, a celebrar aditamento ao presente Contrato, sempre que necessário, de modo a refletir tais mudanças. Ficam o Agente Fiduciário, os Credores e os Credores do Pré-Pagamento desde já autorizados e constituídos de todos os poderes, de forma irrevogável e irretirável, como condição do presente Contrato, para, em nome das Acionistas ou da Riocell, promover a averbação da caução dos Títulos Caucionados e, quando aplicável, dos demais Bens Empenhados, de modo a manter a caução sobre ações que representem, a todo o tempo, 100% (cem por cento) do capital social da Riocell e sobre as debêntures conversíveis da Riocell que representem 100% (cem por cento) da 1ª emissão de debêntures conversíveis da Riocell, inclusive com poderes para, em nome das Acionistas e da Riocell, firmar todos e quaisquer documentos e praticar todo e qualquer ato que se fizerem necessários para tanto.

1.6.1. Quaisquer valores devidos pela Riocell aos titulares das Debêntures Conversíveis Caucionadas para pagamento do valor principal (seja a título de resgate, recompra, amortização, liquidação ou de qualquer outra forma) deverão ser pagos pela Riocell diretamente ao Agente da Garantia que deverá manter tais recursos depositados em conta corrente especial, segregada, restrita e não movimentável, exceto de acordo com os termos e condições deste Contrato, sob o nº 103758-7, na agência nº 0398 do Unibanco, de titularidade da Klabin S.A. (a "Conta Caucionada"). Em garantia do fiel e integral cumprimento de todas as Obrigações, todos os recursos depositados na Conta Caucionada de tempos em tempos, representados pelos direitos de crédito do titular da conta contra a instituição financeira depositária, no caso o Unibanco, ficam, neste ato, caucionados em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, dos Credores e dos Credores do Pré-Pagamento, nos termos dos artigos 271 a 279 do Código Comercial Brasileiro e artigos 768 e seguintes do Código Civil Brasileiro, sendo que a caução aqui estabelecida inclui o principal e todos os rendimentos de investimentos financeiros realizados com os valores depositados na Conta Caucionada, de tempos em tempos. Em caso de

Renata B. MacCacchero Victor,  
Gerente Substituto Gjur6

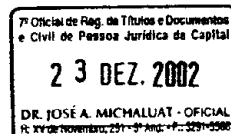


declaração do vencimento antecipado das Debêntures, de qualquer dos Contratos de Repasse ou do Contrato de Pré-Pagamento ou na hipótese de não liquidação das Debêntures, de qualquer dos Contratos de Repasse ou do Contrato de Pré-Pagamento nas suas respectivas datas de vencimento, os recursos depositados na Conta Caucionada serão necessariamente utilizados para o pagamento das Obrigações (observado o disposto no item 5.3. (vi) abaixo). Durante o período em que tais recursos forem mantidos na Conta Caucionada, estes deverão ser investidos pelo Agente da Garantia apenas nos seguintes instrumentos, em todos os casos, com vencimento final em prazo de seis meses ou menos: (i) Notas do Tesouro Nacional; (ii) Notas do Banco Central; (iii) Letras do Tesouro Nacional e (iv) LFT - Letra Financeira do Tesouro, ou outros títulos com classificação de crédito mínima equivalente à classificação em moeda nacional do governo federal do Brasil, conforme determinado pela Standard & Poor's ou pela Moody's (prevalecendo a que apresentar classificação mais alta). Fica o Agente da Garantia expressamente autorizado e constituído de todos os poderes necessários para, nos casos acima, utilizar os recursos depositados na liquidação das Obrigações. As Acionistas e a Riocell desde já isentam o Agente da Garantia de qualquer responsabilidade pelo pagamento na forma acima estabelecida.

1.6.2. Quaisquer valores devidos pela Riocell aos titulares das Debêntures Conversíveis Caucionadas a título de remuneração, enquanto não for declarado o vencimento antecipado de qualquer das Obrigações, ficam automaticamente liberados da caução, podendo ser pagos pela Riocell diretamente aos titulares das Debêntures Conversíveis Caucionadas, para sua livre utilização. A partir da declaração do vencimento antecipado de qualquer das Obrigações ou na hipótese de não liquidação de qualquer das Obrigações na sua respectiva data de vencimento, tais valores deverão ser pagos ao Agente da Garantia que deverá manter tais recursos depositados na Conta Caucionada, observado o disposto no item 1.6.1 acima quanto à caução, investimento e aplicação dos valores depositados na Conta Caucionada para o pagamento das Obrigações (e ainda o disposto no item 5.3 (vi) abaixo).

1.7. As Acionistas e a Riocell obrigam-se a:

(i) inscrever nos certificados representativos das Ações Caucionadas, se emitidos, a seguinte declaração: "As ações representadas pelo presente certificado estão gravadas com caução em favor dos titulares das Debêntures da 2ª Série da 4ª Emissão da Klabin S.A., representados pela Planner Corretora de Valores S.A., na qualidade de Agente Fiduciário, em favor do Unibanco, União de Bancos Brasileiros S.A., do Banco Bradesco S.A., do Banco Itaú S.A., do Banco BBA Creditanstalt S.A. e em favor dos diversos credores da Klabin de acordo com o Contrato de Pré-Pagamento de Exportação (*Amended and Restated Export Prepayment Finance Agreement*) celebrado em 02 de abril de 2002 entre a Klabin S.A., como devedora (*seller*), a Klabin Bacell S.A. como garantidora (*subsidiary guarantor*), os diversos bancos credores ali qualificados, o JPMorgan Chase Bank, como agente de garantia e de administração (*administrative and collateral agent*), e o J.P. Morgan Securities Inc., como coordenador líder e único gerente de livro (*lead arranger and sole book manager*), no valor de até US\$225.000.000,00 (duzentos e vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos) (o "Contrato de Pré-Pagamento"), em garantia ao cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Klabin S.A. com relação (i) às Debêntures da 2ª Série prevista na "Escritura da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, da Klabin S.A." celebrada em 16 de dezembro de 2002 (conforme aditada), no valor de R\$564.000.000,00 (quinhentos e sessenta e quatro milhões de reais); (ii) aos Contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito celebrados, respectivamente, com o Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., Banco Bradesco, S.A., Banco Itaú S.A., Banco BBA Creditanstalt S.A., cujo valor conjunto equivale a

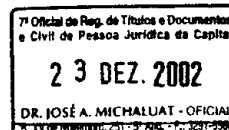


RS100.000.000,00 (cem milhões de reais); e (iii) ao Contrato de Pré-Pagamento (conforme definido acima), abrangendo referida caução: (a) todas as ações decorrentes de desdobramentos, grupamentos e bonificações resultantes das ações caucionadas; e (b) o direito de preferência conferido às ações caucionadas para a subscrição de novas ações emitidas pela Riocell S.A., sendo que as Acionistas deverão exercer tal direito, durante a vigência deste Contrato, com a finalidade de manter a propriedade de ações de emissão da Riocell que representem, a todo o tempo, 100% (cem por cento) de seu capital social, bem como a referida caução implica restrições ao direito de voto atribuído às ações caucionadas, tudo nos termos do "Contrato de Caução de Ações e Debêntures de Emissão da Riocell S.A.", arquivado na sede da Riocell S.A.";

(ii) averbar, nas páginas do livro de registro de ações nominativas em que estiverem registradas as Ações Caucionadas, e junto ao registro de tais Ações Caucionadas, a seguinte declaração: "Ações representando 100% (cem por cento) do capital social da Riocell, acima referidas, gravadas com caução em favor dos titulares das Debêntures da 2ª Série da 4ª Emissão da Klabin S.A., representados pela Planner Corretora de Valores S.A., na qualidade de Agente Fiduciário, em favor do Unibanco, União de Bancos Brasileiros S.A., do Banco Bradesco S.A., do Banco Itaú S.A., do Banco BBA Creditanstalt S.A. e em favor dos diversos credores da Klabin de acordo com o Contrato de Pré-Pagamento de Exportação (*Amended and Restated Export Prepayment Finance Agreement*) celebrado em 02 de abril de 2002 entre a Klabin S.A., como devedora (*seller*), a Klabin Bacell S.A. como garantidora (*subsidiary guarantor*), os diversos bancos credores ali qualificados, o JPMorgan Chase Bank, como agente de garantia e de administração (*administrative and collateral agent*), e o J.P. Morgan Securities Inc., como coordenador líder e único gerente de livro (*lead arranger and sole book manager*), no valor de até US\$225.000.000,00 (duzentos e vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos) (o "Contrato de Pré-Pagamento"), em garantia ao cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Klabin S.A. com relação (i) às Debêntures da 2ª Série prevista na "Escritura da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, da Klabin S.A." celebrada em 16 de dezembro de 2002 (conforme aditada), no valor de R\$564.000.000,00 (quinhentos e sessenta e quatro milhões de reais); (ii) aos Contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito celebrados, respectivamente, com o Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., Banco Bradesco, S.A., Banco Itaú S.A., Banco BBA Creditanstalt S.A., cujo valor conjunto equivale a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais); e (iii) ao Contrato de Pré-Pagamento (conforme definido acima), abrangendo referida caução: (a) todas as ações decorrentes de desdobramentos, grupamentos e bonificações resultantes das ações caucionadas; e (b) o direito de preferência conferido às ações caucionadas para a subscrição de novas ações emitidas pela Riocell S.A., sendo que as Acionistas deverão exercer tal direito, durante a vigência deste Contrato, com a finalidade de manter a propriedade de ações de emissão da Riocell que representem, a todo o tempo, 100% (cem por cento) de seu capital social, bem como a referida caução implica restrições ao direito de voto atribuído às ações caucionadas, tudo nos termos do "Contrato de Caução de Ações e Debêntures de Emissão da Riocell S.A.", arquivado na sede da Riocell S.A.";

(iii) inscrever nos certificados representativos das Debêntures Conversíveis Caucionadas, se emitidos, a seguinte declaração: "As debêntures representadas pelo presente certificado estão gravadas com caução em favor dos titulares das Debêntures da 2ª Série da 4ª Emissão da Klabin S.A., representados pela Planner Corretora de Valores S.A., na qualidade de Agente Fiduciário, em favor do Unibanco, União de Bancos Brasileiros S.A., do Banco Bradesco S.A., do Banco Itaú S.A., do Banco BBA Creditanstalt S.A. e em favor dos diversos credores da Klabin de acordo com o Contrato de Pré-Pagamento de Exportação (*Amended and Restated Export*

Renata B. Marchetti  
Gerente de Negociação



*Prepayment Finance Agreement*) celebrado em 02 de abril de 2002 entre a Klabin S.A., como devedora (*seller*), a Klabin Bacell S.A. como garantidora (*subsidiary guarantor*), os diversos bancos credores ali qualificados, o JPMorgan Chase Bank, como agente de garantia e de administração (*administrative and collateral agent*), e o J.P. Morgan Securities Inc., como coordenador líder e único gerente de livro (*lead arranger and sole book manager*), no valor de até US\$225.000.000,00 (duzentos e vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos) (o "Contrato de Pré-Pagamento"), em garantia ao cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Klabin S.A. com relação (i) às Debêntures da 2ª Série prevista na "Escritura da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, da Klabin S.A." celebrada em 16 de dezembro de 2002 (conforme aditada), no valor de R\$564.000.000,00 (quinhentos e sessenta e quatro milhões de reais); (ii) aos Contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito celebrados, respectivamente, com o Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., Banco Bradesco, S.A., Banco Itaú S.A., Banco BBA Creditanstalt S.A., cujo valor conjunto equivale a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) e (iii) ao Contrato de Pré-Pagamento (conforme definido acima), abrangendo referida caução todos os direitos inerentes às debêntures, nos termos do "Contrato de Caução de Ações e Debêntures de Emissão da Riocell S.A.", arquivado na sede da Riocell S.A.;"

(iv) averbar, nas páginas do livro de registro de debêntures nominativas em que estiverem registradas as Debêntures Conversíveis Caucionadas, e junto ao registro de tais Debêntures Conversíveis Caucionadas, a seguinte declaração: "Debêntures representando a totalidade da 1ª Emissão da Riocell, acima referidas, gravadas com caução em favor dos titulares das Debêntures da 2ª Série da 4ª Emissão da Klabin S.A., representados pela Planner Corretora de Valores S.A., na qualidade de Agente Fiduciário em favor do Unibanco, União de Bancos Brasileiros S.A., do Banco Bradesco S.A., do Banco Itaú S.A., do Banco BBA Creditanstalt S.A. e em favor dos diversos credores da Klabin de acordo com o Contrato de Pré-Pagamento de Exportação (*Amended and Restated Export Prepayment Finance Agreement*) celebrado em 02 de abril de 2002 entre a Klabin S.A., como devedora (*seller*), a Klabin Bacell S.A. como garantidora (*subsidiary guarantor*), os diversos bancos credores ali qualificados, o JPMorgan Chase Bank, como agente de garantia e de administração (*administrative and collateral agent*), e o J.P. Morgan Securities Inc., como coordenador líder e único gerente de livro (*lead arranger and sole book manager*), no valor de até US\$225.000.000,00 (duzentos e vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos) (o "Contrato de Pré-Pagamento"), em garantia ao cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Klabin S.A. com relação (i) às Debêntures da 2ª Série prevista na "Escritura da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, da Klabin S.A." celebrada em 16 de dezembro de 2002 (conforme aditada), no valor de R\$564.000.000,00 (quinhentos e sessenta e quatro milhões de reais); (ii) aos Contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito celebrados, respectivamente, com o Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., Banco Bradesco, S.A., Banco Itaú S.A., Banco BBA Creditanstalt S.A., cujo valor conjunto equivale a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) e (iii) ao Contrato de Pré-Pagamento (conforme definido acima), abrangendo referida caução todos os direitos inerentes às debêntures, nos termos do "Contrato de Caução de Ações e Debêntures de Emissão da Riocell S.A.", arquivado na sede da Riocell S.A.;"

(v) arquivar o presente Contrato na sede social da Riocell; e

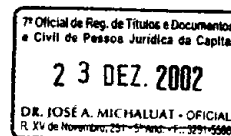
(vi) registrar o presente Contrato nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Comarcas de São Paulo, Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, correndo por conta da Riocell e das Acionistas todos os custos e despesas

Renata B. Michaluart e Victor,  
Gerente Substituto Gjuró

12







incurridos com tais registros e averbações, devendo as Acionistas fornecer comprovação desse registro ao Agente Fiduciário e aos Credores, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data de assinatura do presente Contrato.

1.8 Na hipótese das Ações Caucionadas serem convertidas em ações escriturais, a inscrição de que trata o inciso (i) do item 1.7 acima e a averbação de trata o inciso (ii) do item 1.7 acima serão realizadas nos livros da instituição financeira responsável pela escrituração da Ações Caucionadas nos termos do parágrafo 1º, do Artigo 39, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e anotadas no extrato da conta de depósito fornecido às Acionistas.

1.9 Na hipótese das Debêntures Conversíveis Caucionadas serem convertidas em escriturais, a inscrição de que trata o inciso (iii) do item 1.7 acima e a averbação de trata o inciso (iv) do item 1.7 acima serão realizadas nos livros da instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures Conversíveis Caucionadas nos termos do parágrafo 1º, do Artigo 39, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e anotadas no extrato da conta de depósito fornecido aos titulares das Debêntures Conversíveis Caucionadas.

1.10 A remissão por qualquer parte somente surtirá efeitos sobre os Bens Empenhados se as Obrigações forem integralmente liquidadas.

## **CLÁUSULA II**

### **RESTRIÇÕES À ALIENAÇÃO OU ONERAÇÃO DOS BENS EMPENHADOS**

Até o integral cumprimento das Obrigações, as Acionistas obrigam-se a não alienar, vender, ceder, transferir, dar em comodato, emprestar, trocar, conferir ao capital, instituir usufruto ou fideicomisso, constituir qualquer outro ônus, gravame ou direito real de garantia além do gravame ora constituído, ou dispor, de qualquer forma, total ou parcial, direta ou indireta, a título gratuito ou oneroso, dos Bens Empenhados ou de quaisquer direitos a estes inerentes (incluindo, mas não se limitando, direitos de preferência de subscrição), obrigando-se a Riocell a não averbar em seus livros quaisquer destes atos que tenham sido praticados sem a prévia e expressa anuência do Agente Fiduciário (na qualidade de representante dos Debenturistas), de cada um dos Credores e dos Credores do Pré-Pagamento.

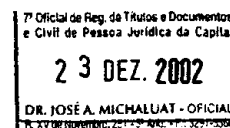
## **CLÁUSULA III**

### **EXERCÍCIO DOS DIREITOS INERENTES ÀS AÇÕES CAUCIONADAS**

3.1 Observadas as disposições aplicáveis previstas na Escritura de Emissão e nos Contratos de Repasse, e desde que não tenha ocorrido qualquer inadimplemento nos termos da Escritura de Emissão, dos Contratos de Repasse ou deste Contrato, as Acionistas poderão exercer ou deixar de exercer todos os direitos relativos às Ações Caucionadas, excetuado (i) o direito de voto, que será exercido nos termos dos itens 3.2 e 3.3 desta Cláusula e (ii) do direito de preferência na subscrição de novas ações de emissão da Riocell que deverá ser sempre exercido pelas Acionistas de forma que sua atual participação no capital social da Riocell não seja diminuída.

Renata B. Mascarenhas Victor,  
Gerente Substituto Gjur6

13



3.2. As Acionistas exercerão livremente o direito de voto em relação às Ações Caucionadas, salvo nas seguintes deliberações, tomadas em quaisquer eventos societários, as quais, nos termos do Artigo 113 da Lei das Sociedades por Ações, dependerão do consentimento prévio e por escrito do Agente Fiduciário (na qualidade de representante dos Debenturistas) e de cada um dos Credores, o qual deverá ser solicitado por escrito, nos termos do item 3.4 abaixo:

(a) criação ou emissão de qualquer título ou valor mobiliário com direito a voto ou conversível em ações com direito a voto, incluindo promessas, termos ou opções de compra, venda ou permuta sobre títulos e valores mobiliários de emissão da Riocell;

(b) qualquer aditamento ou alteração no estatuto social ou em quaisquer atos societários da Riocell, que envolvam (i) alteração nas preferências, vantagens e condições das Ações Caucionadas; ou (ii) aumentos ou reduções de capital ou quaisquer opções de aquisição de outras ações ou demais títulos ou valores mobiliários de emissão da Riocell;

(c) mudança no objeto social da Riocell;

(d) pedido de liquidação, falência, concordata ou dissolução da Riocell, ou a deliberação de qualquer outro ato que possa importar em reestruturação geral das dívidas da Riocell ou de qualquer de suas controladas (diretas ou indiretas);

(e) cisão, fusão ou a incorporação da Riocell;

(f) distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio e outras distribuições de lucros ou rendimentos acima do dividendo obrigatório;

(g) penhor, caução, hipoteca ou cessão de quaisquer receitas ou demais bens da Riocell e/ou de suas controladas (diretas ou indiretas) a título de garantia de qualquer dívida a ser contraída pela Riocell e/ou por suas controladas (diretas ou indiretas), ou constituição de quaisquer ônus ou gravames que afetem os ativos da Riocell, ressalvados os ônus constituídos ou a serem constituídos em favor dos Debenturistas representados pelo Agente Fiduciário, e em favor dos Credores e dos Credores do Pré-Pagamento;

(h) alienação, aquisição ou subscrição de participações societárias em outras sociedades existentes nesta data ou que vierem a ser constituídas; e

(i) qualquer outra deliberação que possa, nos termos da legislação aplicável, conferir ao acionista dissidente direito de retirada.

3.3 Ocorrendo qualquer inadimplemento nos termos da Escritura de Emissão ou de qualquer dos Contratos de Repasse e até que tal inadimplemento seja sanado ou as Ações Caucionadas sejam executadas nos termos da Cláusula V abaixo, conforme o caso, o exercício pelas Acionistas do direito de voto referente às Ações Caucionadas em quaisquer eventos societários, sobre quaisquer das matérias descritas no item 3.2 acima, e sobre quaisquer das matérias descritas abaixo, estará sujeito, conforme disposto no Artigo 113 da Lei das Sociedades por Ações, ao consentimento prévio e por escrito do Agente Fiduciário (na qualidade de representante dos Debenturistas) e de cada um dos Credores, o qual deverá ser solicitado por escrito pelas Acionistas, nos termos do item 3.4 abaixo:

Renata B. Macedo da Silva Victor  
Gerente Substituto Jurídico

14

7º Oficial de Reg. de Títulos e Documentos  
e Civil de Pessoa Jurídica da Capital

**23 DEZ. 2002**

**DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL**  
R. XV de Novembro, 251 - 9º And. - F. 1291-3000

(a) aquisição ou alienação de quaisquer bens móveis ou imóveis, ou de quaisquer investimentos (seja mediante a compra e venda de ações, títulos ou outros valores mobiliários, concessão de empréstimo ou por outro meio) por parte da Riocell em outras sociedades;

(b) qualquer alteração das funções dos diretores ou administradores (inclusive conselheiros);

(c) celebração de contratos relevantes, inclusive, mas não se limitando, a contratação de dívida, ou quaisquer outras operações com qualquer pessoa, cujo consentimento dos acionistas seja exigido de acordo com o estatuto social e demais documentos societários da Riocell.

3.4. Para os fins e nos casos previstos nos itens 3.2. e 3.3. desta Cláusula, as Acionistas deverão comunicar ao Agente Fiduciário e a cada um dos Credores, com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, as datas de convocação de quaisquer das assembleias de acionistas ou outros eventos societários que tenham por objeto deliberar sobre qualquer dos assuntos mencionados nos subitens dos referidos itens 3.2. e 3.3., propondo a forma pela qual pretendem exercer o seu direito de voto, ou, ainda, se pretendem não exercê-lo. Uma vez recebida a comunicação aqui mencionada, o Agente Fiduciário deverá convocar, imediatamente, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar, de acordo com o disposto na Escritura de Emissão (inclusive quanto ao prazo de convocação, quorum de instalação e quorum de deliberação), sobre o consentimento ou não ao exercício do direito de voto na maneira pretendida pelas Acionistas. Em até 05 (cinco) dias após a realização da Assembleia Geral de Debenturistas, e em qualquer hipótese, no mínimo, 05 (cinco) dias antes da data informada para a realização do evento societário, o Agente Fiduciário (representando os Debenturistas) e cada um dos Credores deverão se manifestar por escrito, comunicando às Acionistas e à Klabin se concordam ou não com a forma proposta para o exercício do direito de voto, ou com o não exercício deste, com relação às matérias acima mencionadas, sendo que as Acionistas somente poderão exercer o direito de voto se aprovado pelos Debenturistas (conforme manifestação do Agente Fiduciário) e por cada um dos Credores. Em caso de ausência de comunicação neste sentido pelo Agente Fiduciário ou por qualquer dos Credores em até 05 (cinco) dias antes da data informada para a realização do evento societário, as Acionistas não poderão votar as matérias acima mencionadas.

3.5. Em decorrência do disposto nesta Cláusula, as Acionistas obrigam-se a comparecer a todos os eventos societários, inclusive, mas não se limitando, às reuniões prévias, reuniões do Conselho de Administração e Assembléias Gerais da Riocell.

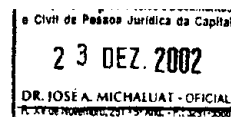
3.0. Sem prejuízo das demais disposições desta Cláusula III, nenhum dispositivo deste Contrato deverá ser interpretado como transferência dos direitos de voto inerentes às Ações Caucionadas das Acionistas a qualquer dos Credores, aos Credores do Pré-Pagamento, ao Agente Fiduciário ou a qualquer dos Debenturistas.

#### CLÁUSULA IV

#### NOMEAÇÃO DO AGENTE DA GARANTIA

Benata B. Maccausheo Victor

4.1. O Unibanco é, neste ato, nomeado Agente da Garantia, e será responsável pelo acompanhamento do leilão público dos Títulos Caucionados, conforme previsto na Cláusula V abaixo, e deverá assessorar o Agente Fiduciário nas atividades relacionadas à excussão extrajudicial e ao leilão público, inclusive com relação à obtenção de eventuais registros necessários para tanto de acordo com a legislação e regulamentação em vigor no momento da



excussão, inclusive realizando o pagamento de quaisquer taxas ou comissões devidas a tais instituições, se aplicável (observado que o Agente Fiduciário e o Agente da Garantia serão reembolsados por tais despesas na forma do item (vi) da Cláusula 5.3 abaixo).

4.2. O Agente da Garantia poderá ser substituído em caso de descumprimento de qualquer das obrigações assumidas nos termos deste Contrato (incluindo, sem limitação, descumprimento dos prazos estabelecidos para a excussão extrajudicial da garantia), mediante deliberação dos Debenturistas reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas (observados os prazos e o quorum estabelecidos na Escritura de Emissão) e de cada um dos Credores, devendo o Agente da Garantia substituído ser indicado pelos Debenturistas e pelos Credores nesta mesma deliberação.

4.3. O Agente da Garantia poderá, a qualquer tempo, renunciar à função mediante notificação ao Agente Fiduciário e aos Credores, sem prejuízo de sua responsabilidade pelos atos comissivos e omissivos praticados antes da renúncia. A indicação do substituído deverá ser realizada pelos Debenturistas reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas (observados os prazos e o quorum estabelecidos na Escritura de Emissão) e por cada um dos Credores.

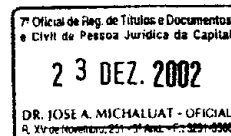
4.4. O Agente da Garantia ou qualquer de seus sucessores nesta função, deverá, necessariamente, ser titular de Debêntures que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Debêntures em circulação.

4.5. O Agente da Garantia estará destituído da função e isento de todas as responsabilidades e obrigações posteriores à renúncia assumidas neste Contrato: (i) quando do início do exercício das funções pelo Agente da Garantia substituído, ou (ii) a partir do 30º (trigésimo) dia contado do envio ao Agente Fiduciário e aos Credores da notificação de renúncia, o que ocorrer primeiro.

4.6. O Agente da Garantia e o Agente Fiduciário e seus respectivos diretores, representantes legais e empregados, não serão responsáveis por quaisquer perdas ou danos eventualmente causados aos Debenturistas, aos Credores, aos Credores do Pré-Pagamento, à Riocell, às Acionistas ou a quaisquer terceiros caso tenha agido em conformidade com o disposto neste Contrato.

4.7. A Riocell e as Acionistas se obrigam, solidariamente, a indenizar o Agente da Garantia e seus respectivos diretores, empregados e consultores, por qualquer prejuízo causado em decorrência de sua atuação como Agente da Garantia de acordo com as disposições deste Contrato, comprometendo-se a reembolsar o Agente da Garantia de todas as perdas, danos, obrigações ou despesas (inclusive despesas judiciais e honorários advocatícios) resultantes, direta ou indiretamente, de quaisquer das operações contempladas neste Contrato, exceto se tais perdas, danos, obrigações ou despesas forem resultantes de dolo por parte do Agente da Garantia ou quaisquer das pessoas acima mencionadas.

Renata B. Marchesano Vietti  
Gerente Substituto Gjur6



**CLÁUSULA V**  
**EXCUSSÃO EXTRAJUDICIAL**  
**DA CAUÇÃO DOS TÍTULOS**

5.1. Ocorrendo o vencimento antecipado das Debêntures da 2ª Série, de qualquer dos Contratos de Repasse ou do Contrato de Pré-Pagamento ou na hipótese de não liquidação das Debêntures da 2ª Série, de qualquer dos Contratos de Repasse ou do Contrato de Pré-pagamento nas suas respectivas datas de vencimento, o Agente Fiduciário, assessorado pelo Agente da Garantia, na forma estabelecida neste Contrato, deverá dar início à excussão extrajudicial da garantia no prazo de até 10 (dez) dias a contar da data em que for declarado o vencimento antecipado ou da data de vencimento das Debêntures, de qualquer dos Contratos de Repasse ou do Contrato de Pré-Pagamento, conforme o caso.

5.2. Considerando que as Debêntures Conversíveis Caucionadas são automaticamente convertidas em ações ordinárias de emissão da Riocell na hipótese de declaração do vencimento antecipado das Debêntures ou de qualquer dos Contratos de Repasse, no momento em que for realizada a excussão da garantia prevista neste Contrato, todas as Debêntures Conversíveis Caucionadas deverão ter sido convertidas em Ações Caucionadas, nos termos da Escritura Riocell e deste Contrato, devendo o procedimento de excussão previsto nesta Cláusula V ser aplicável a totalidade dos Títulos Caucionados, em bloco único, incluindo aquelas Ações Caucionadas resultantes de conversão das Debêntures Conversíveis Caucionadas. Assim sendo, em qualquer hipótese, os Títulos Caucionados deverão ser sempre objeto de excussão em bloco único e indivisível.

5.3. O Agente Fiduciário deverá, com base no Artigo 774, inciso III, do Código Civil Brasileiro, promover a excussão extrajudicial da caução de acordo com os seguintes procedimentos:

(i) no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de definição do preço de venda das Ações Caucionadas nos termos dos incisos (ii), (iii) e (iv) abaixo, o Agente Fiduciário deverá realizar leilão público especial, em bloco único, de todos os Títulos Caucionados, na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, na modalidade de melhor preço, observado, entretanto, o preço mínimo a ser fixado de acordo com o previsto nos incisos (ii), (iii), (iv) e (x) abaixo para os leilões;

(ii) para fins de fixação do preço mínimo de venda do bloco único de todos os Títulos Caucionados no leilão a que se refere o inciso (i) acima, serão contratadas pelo Agente da Garantia, na qualidade de assessor do Agente Fiduciário, em até 10 (dez) dias contados da data de início do procedimento de excussão extrajudicial, na forma do item 5.1 acima, 2 (duas) empresas de consultoria ou instituições financeiras de porte internacional que tenham realizado operações de fusão e aquisição cuja soma dos preços de venda nos últimos 3 (três) anos tenha sido igual ou superior a US\$ 50 bilhões (cinquenta bilhões de dólares dos Estados Unidos da América) - sendo certo entretanto que se não for possível identificar empresas de consultoria ou instituições financeiras que se enquadrem nos critérios ora determinados, serão contratadas 2 (duas) instituições financeiras que estejam entre as 5 (cinco) primeiras colocadas no último ranking de fusões e aquisições divulgado por Thompson Financial (ou sua sucessora a qualquer título) - (individualmente, "Avaliador" e, em conjunto, os "Avaliadores"), uma indicada pelas Acionistas e a outra indicada pelo Agente da Garantia. O critério da avaliação do bloco das

Henrieta B. Maciel  
Gerente de Garantia

Ações Cauçionadas a ser utilizado pelos Avaliadores será o de fluxo de caixa descontado. Cada Avaliador deverá entregar seu laudo de avaliação às Acionistas, ao Agente Fiduciário e ao Agente da Garantia em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da respectiva contratação, sob pena de, observado o disposto no inciso (iv) abaixo, ser considerado o preço mínimo o valor de avaliação (conforme definido abaixo) constante do laudo entregue tempestivamente;

(iii) observado o disposto no inciso (iv) abaixo, caso a diferença entre os valores de avaliação dos dois laudos seja inferior a 10% (dez por cento), o preço mínimo será a média aritmética dos dois Valores de Avaliação. Caso a diferença entre os laudos seja superior a 10% (dez por cento), apurada pela divisão do maior valor pelo menor, será escolhido pelas Acionistas, a partir de uma lista de 3 (três) Avaliadores indicados, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de entrega dos laudos a que se refere o inciso (ii) acima, pelo Agente da Garantia, um terceiro Avaliador, o qual, no prazo de 30 (trinta) dias, deverá apresentar seu laudo de avaliação, utilizando, para tanto, o mesmo critério de avaliação dos dois Avaliadores anteriores. Observado o disposto no inciso (iv) abaixo, o preço mínimo do leilão será a média aritmética dos 2 (dois) Valores de Avaliação mais próximos. Caso as Acionistas não escolham o terceiro Avaliador em 5 (cinco) dias contados da data da apresentação da lista triplice, o laudo do Avaliador indicado pelo Agente da Garantia nos termos do inciso (ii) acima definirá o preço mínimo do leilão, observado o disposto no inciso (iv) abaixo;

(iv) se o preço mínimo final da avaliação dos Títulos Cauçionados apurado conforme o disposto nos incisos (ii) e (iii) acima, for inferior ao valor das Obrigações, o preço mínimo do leilão será o valor das Obrigações;

(v) as despesas do processo de avaliação a que se referem os incisos (ii) e (iii) acima serão suportadas pelo Agente da Garantia e deduzidas do preço apurado no leilão para reembolso ao Agente da Garantia, de acordo com o disposto no inciso (vi) abaixo;

(vi) realizado o leilão, o produto obtido com a venda dos Títulos Cauçionados será depositado em conta corrente de titularidade do Agente Fiduciário mantida no Agente da Garantia, observado o disposto no inciso (vii) abaixo, com a finalidade de liquidar imediatamente e simultaneamente (1) todas as despesas, custas, taxas e emolumentos incorridos para a realização dos leilão(ões) público(s), incluindo as despesas relativas às avaliações dos Títulos Cauçionados a que se refere o inciso (v) acima e o reembolso das despesas incorridas pelo Agente Fiduciário e pelo Agente da Garantia ("Despesas da Venda dos Títulos Cauçionados"); (2) os juros e encargos vencidos relativos às Debêntures, aos Contratos de Repasse e ao Contrato de Pré-Pagamento, proporcionalmente ao crédito relativo às Obrigações detido por cada um dos Credores, pelos Debenturistas e pelos Credores do Pré-Pagamento; (3) o valor nominal unitário (saldo devedor) atualizado das Debêntures, dos Contratos de Repasse e do Contrato de Pré-Pagamento, proporcionalmente ao crédito relativo às Obrigações detido por cada um dos Credores, pelos Debenturistas e pelos Credores do Pré-Pagamento; e (4) quaisquer outros valores devidos pela Klabin ou pelos Fiadores nos termos da Escritura de Emissão, dos Contratos de Repasse, do Contrato de Pré-Pagamento ou deste Contrato, devendo o eventual saldo, satisfeitas todas as Obrigações acima referidas, ser entregue às Acionistas no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de liquidação das Obrigações. O Agente Fiduciário se obriga a liquidar as obrigações acima o mais rápido possível, respondendo pelos eventuais custos financeiros adicionais resultantes da sua demora;

Renato B. Maciel  
Diretor Administrativo

(vii) o Agente Fiduciário, os Credores e as Acionistas, desde já constituem a instituição liquidante da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, em caráter irrevogável e irretroatável, seu bastante procurador para transferir, no prazo de até 3 (três) dias contados da data da realização do leilão, o produto obtido com a venda dos Títulos Caucionados, observado o disposto no inciso (vi) acima. Caso não seja possível realizar a liquidação da venda dos Títulos Caucionados pela instituição liquidante da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, o Agente da Garantia deverá optar por uma forma alternativa de liquidação, devendo o Agente Fiduciário, os Credores e as Acionistas tomar todas as medidas necessárias para viabilizar a liquidação na forma escolhida pelo Agente da Garantia, sendo dever do Agente Fiduciário conduzir o procedimento de liquidação.

(viii) (a) em ocorrendo o leilão a que se refere o inciso (i) acima e não sendo arrematados os Títulos Caucionados ou (b) se o leilão não for realizado no prazo ali previsto, fica desde já certo e ajustado que o Agente Fiduciário deverá promover um segundo leilão dos Títulos Caucionados, mediante contratação, pelo Agente da Garantia, de instituição financeira de primeira linha e de reputação internacional, na modalidade de melhor preço, cujo preço mínimo será o Valor de Avaliação determinado conforme os incisos (iii) e (iv) acima com uma redução de 15% (quinze por cento), acrescido das despesas referentes a esse segundo leilão, a ser realizado no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data da realização do primeiro leilão (ou do término do prazo para a sua realização) e os recursos assim apurados serão aplicados de acordo com o disposto no inciso (vi) acima;

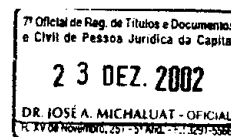
(ix) em (a) ocorrendo o leilão a que se refere o inciso (viii) acima e não sendo os Títulos Caucionados arrematados; ou (b) sendo o leilão frustrado por qualquer motivo, fica desde já certo e ajustado que o Agente Fiduciário deverá promover um terceiro leilão dos Títulos Caucionados, na modalidade de melhor preço, sem preço mínimo, a ser realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da realização do leilão anterior (ou do término do prazo para a sua realização), acrescido do prazo despendido no cumprimento de todas as normas e na obtenção de todas as autorizações necessárias à realização do leilão, e os recursos assim apurados serão aplicados de acordo com o disposto no inciso (vi) acima;

(x) em (a) ocorrendo leilão a que se refere o inciso (ix) acima e não sendo arrematados os Títulos Caucionados ou, em sendo arrematadas, o produto obtido com a venda dos Títulos Caucionados não for suficiente para saldar os valores devidos nos termos do inciso (vi) acima; ou (b) não sendo realizado o leilão no prazo ali previsto, fica desde já certo e ajustado que a Riocell e as Acionistas permanecerão solidariamente responsáveis pela liquidação de tais pagamentos sem prejuízo do direito à excussão judicial dos Títulos Caucionados;

(xi) os valores mínimos por Títulos Caucionados, para os fins dos leilões referidos nesta Cláusula V, devem ser calculados dividindo-se o valor mínimo, conforme cada caso, pelo número de Títulos Caucionados, cuja venda constitui objeto do leilão; e

(xii) os valores relativos ao produto da garantia aqui prevista serão divididos proporcionalmente entre o Agente Fiduciário, representando os Debenturistas, os Credores e os Credores do Pré-Pagamento, de acordo com o valor atualizado dos créditos relativos às Debêntures, aos Contratos de Repasse e ao Contrato de Pré-Pagamento, respectivamente.

Renata B. Machado Vianna  
Gerente Administrativo e Jurídico



5.4 As Acionistas e a Riocell desde já se obrigam a praticar, tempestivamente, todos os atos e cooperar com o Agente Fiduciário e com o Agente da Garantia em tudo que se fizer necessário ao cumprimento dos procedimentos aqui previstos, inclusive no que se refere ao atendimento das exigências legais e regulamentares necessárias à realização do(s) leilão(ões).

5.5 Para os fins do disposto no artigo 279 do Código Comercial e 774, III do Código Civil, as Acionistas e a Riocell autorizam e outorgam, neste ato, ao Agente Fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, todos os poderes necessários para praticar os atos previstos nesta Cláusula V.

5.6 Os Debenturistas não serão responsáveis por quaisquer atos (omissivos ou comissivos) do Agente Fiduciário, na forma aqui estabelecida, sendo que o próprio Agente Fiduciário responderá diretamente por quaisquer atos (omissivos ou comissivos) praticados por ele em desacordo com as disposições deste Contrato.

#### CLÁUSULA VI OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DAS ACIONISTAS

6.1 Até que as Obrigações tenham sido integralmente cumpridas, cada uma das Acionistas obriga-se a:

(i) manter todas as autorizações necessárias à validade, vigência, eficácia e exequibilidade deste Contrato, dos Contratos de Repasse e da Escritura de Emissão, e ao cumprimento de todas as obrigações previstas em tais documentos;

(ii) manter a caução ora constituída sempre existente, válida, eficaz, e em pleno vigor, sem qualquer restrição ou condição;

(iii) cumprir fiel e integralmente todas as suas obrigações previstas neste Contrato, em cada um dos Contratos de Repasse e na Escritura de Emissão;

(iv) defender-se de forma tempestiva e eficaz de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa, de qualquer forma, afetar este Contrato, qualquer um dos Contratos de Repasse, a Escritura de Emissão e/ou o cumprimento de quaisquer das Obrigações;

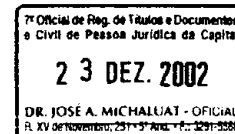
(v) manter-se em dia no pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, inclusive o recolhimento das contribuições devidas ao Fundo de Participação PIS/PASEP e o pagamento da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social COFINS, comprovando ao Agente Fiduciário e aos Credores, por meio de documento hábil, sempre que exigido, o cumprimento destas obrigações e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;

(vi) arcar com todas as despesas e custos relativos ao registro e formalização da caução de que trata este Contrato, bem como a quaisquer outras relacionadas à excussão judicial ou extrajudicial dos Bens Empenhados; e

(vii) não permitir, na qualidade de controladores da Riocell, que a Riocell promova qualquer alteração nos termos e condições das Debêntures Conversíveis Caucionadas ou celebre qualquer







aditamento à Escritura Riocell, sem a prévia e expressa anuência do Agente Fiduciário e dos Credores.

## CLÁUSULA VII DECLARAÇÕES DAS ACIONISTAS

7.1. Cada uma das Acionistas declara expressamente, sob as penas da lei, que:

(i) são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes de acordo com as leis do Brasil;

(ii) as pessoas que as representam na assinatura deste Contrato, de cada um dos Contratos de Repasse e da Escritura de Emissão estão devidamente autorizadas para tanto;

(iii) todas as autorizações necessárias (i) à celebração deste Contrato, (ii) à celebração da Escritura de Emissão, (iii) à celebração de cada um dos Contratos de Repasse; e (iv) à assunção e cumprimento de todas as obrigações previstas em tais instrumentos foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;

(iv) não há ações, procedimentos ou pleitos pendentes ou, tanto quanto saibam as Acionistas, iminentes, cuja decisão desfavorável poderia prejudicar, de forma substancial, a situação financeira da Klabin, da Riocell ou de quaisquer de suas controladas (diretas ou indiretas) ou afetar a validade ou exequibilidade de qualquer dos Contratos de Repasse ou da Escritura de Emissão, bem como não existe qualquer ação ou procedimento judicial, administrativo ou fiscal que possa, de qualquer forma, prejudicar ou invalidar a caução ora constituída;

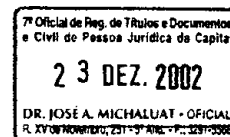
(v) os Títulos Cauçionados encontram-se totalmente livres e desembaraçados, não recaindo sobre eles quaisquer ônus, judiciais, extrajudiciais ou fiscais, e não existindo qualquer ação ou procedimento judicial, administrativo ou fiscal que possa, de qualquer forma, prejudicar ou invalidar a caução ora constituída;

(vi) as Ações Cauçionadas estão totalmente integralizadas, representam 100% (cem por cento) do capital social da Riocell e não estão sujeitas a qualquer restrição à sua alienação ou transferência, salvo aquelas impostas por força do presente Contrato;

(vii) as Debêntures Conversíveis Cauçionadas estão totalmente integralizadas, representam 100% (cem por cento) das debêntures da 1ª emissão de debêntures conversíveis da Riocell e não estão sujeitas a qualquer restrição à sua alienação ou transferência, salvo aquelas impostas por força do presente Contrato;

(viii) os termos e condições deste Contrato, dos Contratos de Repasse, da Escritura de Emissão, e a assunção e cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas (a) não implicam o inadimplemento das Acionistas em qualquer contrato, documento ou instrumento do qual as Acionistas sejam parte ou ao qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irão resultar em vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos e sua conseqüente rescisão, exceto pelas obrigações constantes do (x) Contrato de Pré-Pagamento e (y) dos eurobônus de emissão da Klabin Fabricadora de

Marina B. Maciel da Silva  
Agente Substituto Cláus



Papel e Celulose S.A., tendo a IKPC – Indústrias Klabin de Papel e Celulose como garantidora e o Chase Manhattan Trustees Ltd. como agente, em 12 de agosto de 1996, no valor de US\$70.000.000,00 (setenta milhões de dólares norte-americanos) com vencimento previsto para 12 de agosto de 2004 (os "Eurobônus"), que estão sendo objeto de negociação com os respectivos credores para que não seja declarado o vencimento antecipado das obrigações da Emissora com base na constituição das garantias reais das Debêntures da 2ª Série para os credores do Pré-Pagamento ou na constituição de outras garantias reais para os credores do Eurobônus, sendo certo que tal negociação não afetará ou prejudicará, de qualquer forma, a garantia constituída de acordo com o presente Contrato; (b) não contrariam qualquer lei, decreto ou regulamento a que as Acionistas estejam sujeitas; (c) não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial pendente em face das Acionistas;

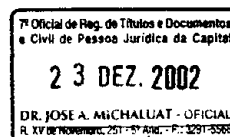
(ix) as obrigações assumidas neste Contrato, nos Contratos de Repasse e na Escritura de Emissão são obrigações válidas, exigíveis e exequíveis de acordo com os seus termos, observadas as leis de falência, insolvência, concordata e leis similares aplicáveis que afetem direitos de credores de modo geral, com força de título executivo extrajudicial nos termos do Artigo 585 do Código de Processo Civil;

(x) todos os mandatos outorgados nos termos deste Contrato o foram como condição do negócio ora contratado, em caráter irrevogável e irretratável nos termos dos incisos I e II do artigo 1.317 do Código Civil Brasileiro;

(xi) não há, nesta data, (a) quaisquer títulos de emissão da Riocell e/ou das Acionistas, ou sacados contra qualquer uma delas, que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados, de valor unitário e/ou conjunto igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), respectivamente, excetuados os que, apresentados para protesto, tenham sido objeto de pedido de sustação de protesto seguido, conforme o caso, da respectiva ação principal, com razoáveis fundamentos de direito; e (b) dívida vencida e não paga de responsabilidade da Riocell e/ou das Acionistas de valor unitário ou total igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) e R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), respectivamente, ou a constituição em mora das Acionistas ou da Riocell por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes dos Contratos de Repasse ou da Escritura de Emissão;

(xii) não há nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou qualquer contestação, independentemente de quem seja o autor, visando anular, alterar, invalidar, questionar ou, de qualquer forma, afetar as obrigações assumidas neste Contrato, nos Contratos de Repasse ou na Escritura de Emissão; e

(xiii) as Acionistas e a Riocell estão em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, inclusive no que se refere ao pagamento da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e ao recolhimento das contribuições devidas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e ao Fundo de Participação do Programa de Integração Social-PIS e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, ressalvadas aquelas obrigações que sejam objeto de discussão judicial ou administrativa; e



(XIV) não existem quaisquer disposições em quaisquer contratos ou acordos dos quais sejam parte (inclusive acordos de voto ou acordos de acionistas), que possam afetar, de qualquer forma, o exercício dos direitos estabelecidos no presente Contrato.

### CLÁUSULA VIII COMUNICAÇÕES

8.1 As comunicações entre as partes deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) para o Agente Fiduciário:

Nome: Planner Corretora de Valores S.A.  
Endereço: Avenida Paulista, nº 2.439, 11º andar, São Paulo, SP  
Atenção: Artur Martins de Figueiredo  
Telefone: (11) 3061-9444  
Fac-símile: (11) 3060-9575

(ii) para o Unibanco:

Nome: UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S.A.  
Endereço: Av. Eusébio Matoso no. 891, 18º andar, São Paulo - SP  
Atenção: Júlio Inglês de Sousa  
Telefone/Fax: (11) 3097-4127

(iii) para o Bradesco:

Nome: Banco Bradesco S.A.  
Endereço: Núcleo Administrativo "Cidade de Deus" - Prédio Novíssimo - 4º andar, Vila Yara, Osasco - SP  
Atenção: Antonio Daissuke Tokuriki  
Telefone/Fax: (11) 3684 9396

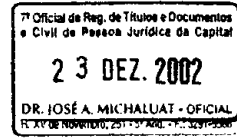
(iv) para o Itaú:

Nome: Banco Itaú S.A.  
Endereço: Rua Boa Vista, 176, São Paulo, SP  
Atenção: Sr. José Idelfonso Nieri  
Telefone: (11) 3247-1905/3247-1906  
Fac-símile: (11) 3247-1917

(v) para o BBA:

Nome: Banco BBA Creditanstalt S.A.  
Endereço: Av. Paulista, 37, 20º andar, São Paulo, SP  
Atenção: Francisco Paulo Cote Gil  
Telefone/Fax: (11) 3281-8000

Recebi em 23/12/2002  
Gerente Substituto - Cláudio



(vi) para a Klabin:

Nome: Klabin S.A.  
Endereço: Rua Formosa, 367 – 12o andar, São Paulo, SP  
Atenção: Ronald Seckelmann  
Telefone: (11) 3225-4019  
Fac-símile: (11) 3225-4241

(vii) para a Klabin do Paraná:

Nome: Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda.  
Endereço: Rua Formosa, 367 – 12o andar, São Paulo, SP  
Atenção: Ronald Seckelmann  
Telefone: (11) 3225-4019  
Fac-símile: (11) 3225-4241

(viii) para o Agente da Garantia:

Nome: UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S.A.  
Endereço: Av. Eusébio Matoso no. 891, 18o andar, São Paulo - SP  
Atenção: Júlio Inglez de Sousa  
Telefone/Fax: (11) 3097-4127

(ix) para o BNDES:

Nome: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES  
Endereço: Avenida República do Chile, nº 100, Rio de Janeiro - RJ  
Atenção: Jorge Kalache Filho  
Telefone: (21) 2277-7401  
Fax: (21) 2240-3504

(x) para a Riocell:

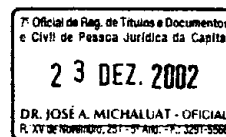
RIOCELL S.A.  
Nome: Riocell S.A.  
Endereço: Rua Formosa nº 367, 12º andar, Sala A, São Paulo, SP  
Atenção: Ronald Seckelmann  
Telefone: (11) 3225-4019  
Fac-símile: (11) 3225-4241

8.2. As comunicações serão consideradas entregues quando encaminhadas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para os endereços acima, ou quando da emissão de confirmação de transmissão se enviados via fac-símile. Os originais dos documentos transmitidos por fac-símile deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após a sua transmissão.

24

*[Handwritten signatures and initials are present in this section, including a large signature on the left and several initials on the right.]*





#### CLÁUSULA IX RENÚNCIA

Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerada mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações decorrentes deste Contrato.

#### CLÁUSULA X IRREVOGABILIDADE E IRRETRATABILIDADE

As partes, obrigando-se por si e seus sucessores a qualquer título, acordam que todos os termos, condições, avenças, mandatos, pactos e compromissos assumidos neste Contrato são constituídos em caráter irrevogável e irretroatável.

#### CLÁUSULA XI INTERVENIÊNCIAS

A Riocell assina o presente Contrato na qualidade de Interviente, obrigando-se a cumprir integral e tempestivamente com todas as suas obrigações previstas neste Contrato, notadamente quanto a obrigação de registro da caução ora constituída nos livros próprios da companhia.

#### CLÁUSULA XII REGISTROS E AVERBAÇÕES DA CAUÇÃO

12.1. As Acionistas e a Riocell deverão averbar o presente Contrato nos livros de registros de ações da Riocell e nos livros de registros de debêntures da 1ª emissão da Riocell, conforme previsto nos itens (i), (ii), (iii) e (iv) do item 1.7 da Cláusula I deste Contrato. Sem prejuízo do disposto acima, o presente Contrato deverá ser arquivado na sede da Riocell e registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos no prazo previsto no item (vi) do item 1.7 da Cláusula I deste Contrato. A Riocell deverá entregar ao Agente Fiduciário prova da efetivação dos registros aqui previstos na data em que forem exigíveis, nos termos deste Contrato.

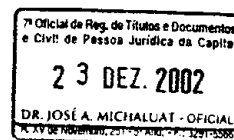
#### CLÁUSULA XIII ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIRO

13.1. Tendo em vista o exposto no Considerando (f) deste Contrato, a garantia aqui prevista é, neste ato, estendida e constituída, conforme previsto no Contrato de Pré-Pagamento, em favor dos Credores do Pré-Pagamento, em igual grau de preferência e condições, mediante estipulação em favor de terceiro, nos termos do artigo 1.098 e seguintes do Código Civil brasileiro.

13.2. A Klabin deverá notificar imediatamente os Credores do Pré-Pagamento, na forma estabelecida no Contrato de Pré-Pagamento, informando a constituição da garantia em seu favor

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL  
R. XV de Novembro, 251 - 5º And. - F. 3291-9506

25



na forma prevista neste Contrato.

13.3. O Agente Fiduciário e cada um dos Credores obrigam-se, individualmente, a manter os Credores do Pré-Pagamento informados com relação a (i) eventual inadimplência da Klabin com relação a qualquer das Obrigações; (ii) a ocorrência de qualquer hipótese que possibilite o início da excussão da garantia nos termos deste Contrato; (iii) o início da excussão da garantia nos termos deste Contrato; e (iv) qualquer outro fato que, a seu exclusivo critério, possa afetar qualquer direito que os Credores do Pré-Pagamento possam ter de acordo com o presente Contrato.

13.4. O Agente Fiduciário deverá tratar os Credores do Pré-Pagamento em igualdade de condições aos Credores e aos Debenturistas.

13.5. Caso os Credores do Pré-Pagamento não indiquem a forma com que desejam receber eventuais valores recebidos de acordo com o presente Contrato (inclusive o produto de eventual excussão da garantia), o Agente Fiduciário deverá abrir uma conta de depósito em nome do representante dos Credores do Pré-Pagamento e manter tais valores depositados em tal conta, à disposição dos Credores do Pré-Pagamento, até que o representante dos Credores do Pré-Pagamento informe ao Agente Fiduciário a forma de pagamento. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá realizar tais pagamentos conforme informado pelo representante dos Credores do Pré-Pagamento, sendo que quaisquer despesas incorridas pelo Agente Fiduciário para tanto serão reembolsadas de acordo com o previsto neste Contrato.

13.6. Cada uma das Acionistas, a Riocell, cada um dos Credores, o BNDES e os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, reconhecem o direito dos Credores do Pré-Pagamento, ou do representante dos Credores do Pré-Pagamento, agindo em seu nome, de propor quaisquer medidas judiciais que entender necessárias para resguardar quaisquer direitos que lhe caibam de acordo com o presente Contrato.

13.7. Nos termos do parágrafo único do Artigo 1.098 do Código Civil brasileiro, a anuência dos Credores do Pré-Pagamento ao presente Contrato os sujeitarão, no que couber, às obrigações previstas para os Credores neste Contrato e no Contrato de Compartilhamento de Garantias celebrado nesta data entre o BNDES, o Agente Fiduciário e cada um dos Credores.

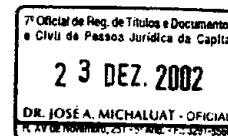
13.8. Os Credores do Pré-Pagamento deixarão de fazer jus à garantia constituída em seu favor por meio deste Contrato, revogando-se a estipulação em favor de terceiro aqui prevista caso os Credores do Pré-Pagamento declarem antecipadamente vencidas as obrigações da Klabin previstas no Contrato de Pré-Pagamento em decorrência da constituição das garantias previstas neste Contrato.

#### CLÁUSULA XIV DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. As Acionistas e a Riocell desde já concordam, como condição do presente Contrato, a tomar todas e quaisquer medidas e produzir todos e quaisquer documentos necessários para a formalização e, se for o caso, excussão da presente caução, obrigando-se a tudo praticar e/ou ratificar de modo a possibilitar o exercício dos direitos e prerrogativas estabelecidas neste Contrato.

Renata  
Ri  
Votet

26



14.2. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas deste Contrato não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula deste Contrato, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, neste Contrato, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observada a intenção e objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

14.3. As Acionistas e a Riocell obrigam-se, solidariamente, a reembolsar, imediatamente, ao Agente Fiduciário, aos Credores e o Agente da Garantia todos os custos e despesas comprovadamente incorridos e necessários à efetivação da Caução ora constituída, inclusive a liberação da Caução e a execução e venda dos Títulos Cauccionados, caso necessária, e os custos, despesas e prejuízos comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário, pelos Credores ou pelo Agente da Garantia na hipótese de não cumprimento pela Riocell ou pelas Acionistas de suas obrigações assumidas na Escritura de Emissão, nos Contratos de Repasse ou neste Contrato.

14.4. Nos termos e para os fins do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, as Acionistas neste ato entregam ao Agente Fiduciário e aos Credores as Certidões Negativas de Dívida emitidas pelo Instituto Nacional do Seguro Social, comprovando estar em dia no cumprimento de todas as suas obrigações para com a seguridade social até a data ali prevista.

14.5. Aplica-se ao presente Contrato naquilo que não for contraditório com seus termos, o disposto nos Capítulos VIII e IX do Título III do Livro II do Código Civil e no Capítulo II do Título XIII, Parte Primeira, do Código Comercial Brasileiro e na Lei nº 6.404/76.

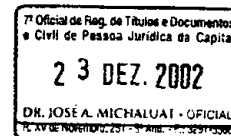
14.6. Para os fins deste Contrato, cada um dos Credores, o Agente da Garantia e/ou o Agente Fiduciário, mediante deliberação dos Debenturistas (tomada em Assembléia Geral de Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão), poderão, individualmente ou em conjunto, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas pelas Acionistas e pela Riocell nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil.

14.7. Todo e qualquer custo ou despesa eventualmente incorridos pelas Acionistas e pela Riocell no cumprimento de suas obrigações previstas neste Contrato, nos Contratos de Repasse ou na Escritura de Emissão serão de inteira responsabilidade das Acionistas e da Riocell, conforme o caso, não cabendo ao Agente Fiduciário, a qualquer dos Credores ou ao Agente da Garantia qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou reembolso às Acionistas.

14.8. Quaisquer custos e/ou despesas comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário, pelos Credores ou pelo Agente da Garantia em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos seus direitos ou dos direitos dos Debenturistas e prerrogativas previstas neste Contrato, incluindo, mas não se limitando a custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com tais processos, procedimentos ou medidas serão de responsabilidade solidária da Riocell e das Acionistas, devendo ser reembolsados ao Agente Fiduciário, aos Credores e ao Agente da Garantia, conforme o caso, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento de notificação neste sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário, pelo Credor ou pelo Agente da Garantia.

Renata B. Macraochero Viçari  
Gerente Supl. At. Juríd.

27



14.9. Toda e qualquer importância devida nos termos deste Contrato deverá ser paga em moeda corrente, sendo vedada qualquer forma de compensação.

14.10. Qualquer alteração dos termos e condições deste Contrato somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado pelas partes.

14.11. Este Contrato não altera ou modifica qualquer das disposições da Escritura de Emissão ou dos Contratos de Repasse.

14.12. As Acionistas são solidariamente responsáveis pelas obrigações assumidas por qualquer uma delas no presente Contrato.

14.13. Sem de qualquer forma limitar o alcance do disposto neste Contrato, fica certo e ajustado que o direito real de garantia constituído, bem como os direitos e ações do Agente Fiduciário e dos Credores com relação aos Títulos Caucionados não serão prejudicados, alterados, ou de qualquer outra forma afetados pela:

(a) constituição ou liberação de qualquer outra garantia outorgada para assegurar a satisfação das obrigações, presentes ou futuras, da Riocell ou das Acionistas nos termos da Escritura de Emissão ou dos Contratos de Repasse, especialmente a constituição de hipoteca adicional prevista em tais instrumentos;

(b) omissão ou demora do Agente Fiduciário ou de qualquer dos Credores em executar qualquer outro direito real ou garantias adicionais a ele outorgados nos termos ou em decorrência da Escritura de Emissão ou dos Contratos de Repasse, conforme o caso; ou

(c) qualquer renovação, prorrogação, modificação, compromisso ou tolerância com relação a qualquer uma das obrigações presentes ou futuras da Riocell ou das Acionistas nos termos da Escritura de Emissão ou dos Contratos de Repasse.

14.14. Toda e qualquer quantia devida a qualquer das Partes por força deste Contrato poderá ser cobrada via processo de execução visto que as Partes desde já reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial nos termos e para os efeitos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil.

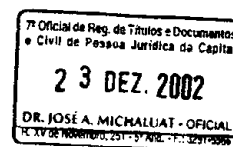
14.15. Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.16. Este Contrato revoga e substitui integralmente as disposições constantes do "Contrato de Caução de Ações e Debêntures Conversíveis de Emissão da Riocell S.A." datado de 16 de dezembro de 2002.

E, por estarem justas e contratadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, assinam o presente Contrato em 09 (nove) vias de igual teor e forma para um só efeito, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Riocell S.A.  
Cidade de São Paulo, 23 de Dezembro de 2002.

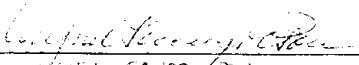


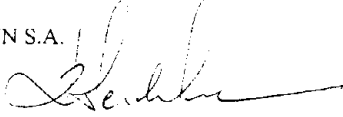


São Paulo, 23 de dezembro de 2002

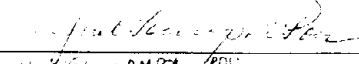
[página de assinatura do Contrato de Caução de Ações e Debêntures Conversíveis  
de Emissão da Riocell S.A., celebrado em 23 de dezembro de 2002]

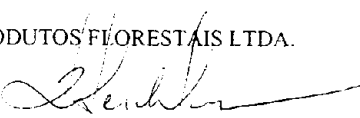
KLABIN S.A.

  
MIGUEL SAMPOL / POU  
DIRETOR GERAL

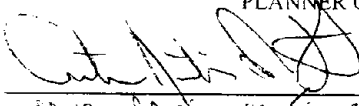
  
RONALD SEKELMANN  
DIRETOR FINANCEIRO

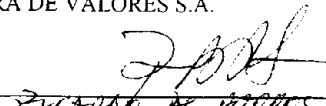
KLABIN DO PARANÁ PRODUTOS FLORESTAIS LTDA.

  
MIGUEL SAMPOL / POU  
DIRETOR GERAL

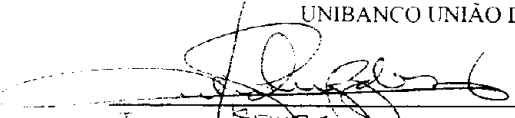
  
RONALD SEKELMANN  
DIRETOR FINANCEIRO

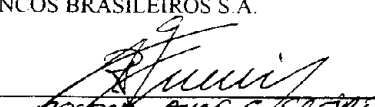
PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

  
PAULO MARTINS DE FIGUEIREDO  
PROCURADOR


  
LUCIANO DE MORAES ALMEIDA  
PROCURADOR

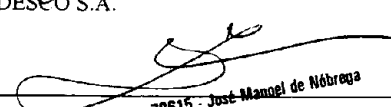
UNIBANCO UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

  
JOÃO SOUSA  
CPF 118.948.54  
PROCURADOR

  
ROBERTO LUIZ G. FREIRE  
PROCURADOR

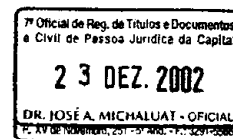
BANCO BRADESCO S.A.

  
PROCURADOR  
21875 - José Capelas  
CPF: 873.073.838-53

  
78615 - José Manoel de Nóbrega  
PROCURADOR  
CPF 966.949.838-63


  
PAULO MARTINS DE FIGUEIREDO  
CPF 118.948.54







[continuação da página de assinatura do Contrato de Caução de Ações e Debêntures  
Convertíveis de Emissão da RioCell S.A., celebrado em 23 de dezembro de 2002]

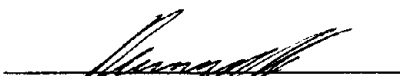
BANCO ITAÚ S.A.

  
FERNANDO AUGUSTO DE JESUS  
PROCURADOR

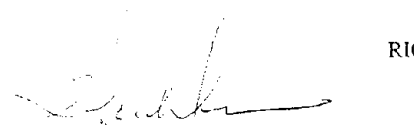
  
EDUARDO PRADO SANTOS  
PROCURADOR

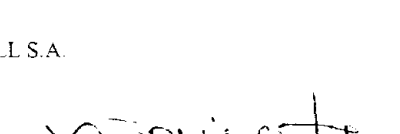
BANCO BBA CREDITANSTALT S.A.

  
ANTONIO JUNQUEIRA ORTENBLAD

  
PEDRO HENRIQUE G. BIANCHI

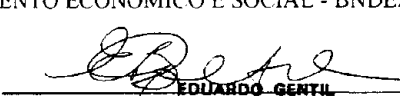
RIOCELL S.A.

  
DANIEL SECKELMANN  
DELEGADO FINANCEIRO

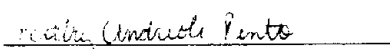
  
ANTONIO SÉRGIO ALFANO

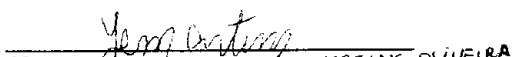
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES


  
Eleazar de Carvalho Filho  
Presidente

  
EDUARDO GENTIL  
Diretor

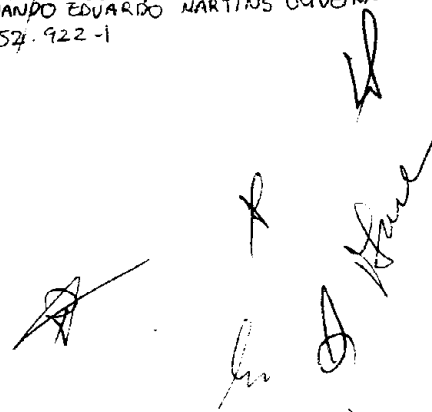
Testemunhas:

  
Nome: BEATRIZ ANDREOLI PINTO  
R.G.: 30.738.210-4 SSP/SP

  
Nome: FERNANDO EDUARDO MARTINS OLIVEIRA  
R.G.: 30.652.922-1

  
Renata B. Mazzacchero Victor  
Gerente Substituto Jurídico

30







OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Av. XV de Novembro, 251 - 5º And. - São Paulo - SP - Tel.: 3291-5566

Apresentado hoje. Protocolado e Registrado em

CROFILME Sob nº ..... 1105182 .....

São Paulo, 23 de DEZ de 2002

Assinado por JOSÉ ANTONIO MICHALUAT  
Selos e taxas recolhidos por guia

7º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍT. E DOCTOS. DA CAPITAL  
Total pago ... R\$ 2.166,89  
Este valor inclui 27% devidos  
ao Estado, 20% a carteira de  
Previdência do I P E S P e 5%  
R\$ 5: R\$ 111,11 por guia





ANEXO I  
AÇÕES CAUCIONADAS

<u>Acionista</u>	<u>Espécie de Ações</u>	<u>Quantidade de Ações</u>
KLABIN S.A.	Ordinárias	70.105.570
KLABIN PARANÁ PRODUTOS FLORESTAIS LTDA.	Ordinárias	50
<u>TOTAL</u>		<u>70.105.620</u>

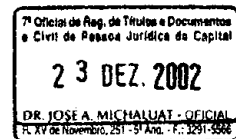


Renata B. MacCacchero Victor,  
Gerente Substituto Gjur6

31

Handwritten signatures and initials.





ANEXO II

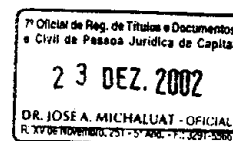
DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS CAUCIONADAS

<u>Emissora</u>	<u>Quantidade de Debêntures</u>	<u>Valor Nominal Unitário</u>	<u>Valor Total</u>
RIOCELL S.A.	61.905	R\$10.000,00	R\$619.050.000,00

Renata B. Maccacchio Victor,  
Gerente Substituto Cjur6

32





ANEXO III  
ESCRITURA RIOCELL

Señor M. Michaluart, Víctor  
1.º de Noviembre de 2002

1

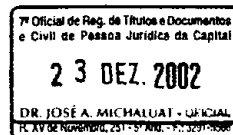
33

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*  
*[Signature]*  
*[Signature]*  
*[Signature]*  
*[Signature]*





RJOCELL S.A.

**ESCRITURA PARTICULAR DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM  
AÇÕES ORDINÁRIAS DE RJOCELL S.A.**

RJOCELL S.A.

Pelo presente instrumento particular,

**RIOCELL S.A.**, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Formosa, 367 - 12º andar, Sala A, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.148.712/0001-76, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 35300191684, em 05/07/2002, neste ato representada, na forma do seu Estatuto Social, por seu Diretor Financeiro, **Ronald Seckelmann**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG nº 7.526.694/SSP-SP e CPF/MF nº 894.486.428-49 e por seu procurador, **Antonio Sergio Alfano**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG nº 5.282.030/SSP-SP e CPF/MF nº 875.349.248-04, ambos residentes e domiciliados nesta Capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Formosa, 367 - 12º andar, São Paulo, SP, doravante simplesmente denominada EMISSORA;

**KLABIN S.A.**, sociedade com sede em São Paulo-SP, na Rua Formosa nº 367- 12º andar, inscrita no CNPJ/MF nº 89.637.490/0001-45, representada por seu Diretor Geral Miguel Sampaio Pou, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG nº 3.085.968.182/SJS-RS e CPF/MF nº 009.302.107-00 e por seu Diretor Financeiro Ronald Seckelmann, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 7.526.694/SSP-SP e CPF/MF nº 894.486.428-49, ambos residentes e domiciliados em São Paulo, SP, com endereço comercial na Rua Formosa nº 367 - 12º andar, São Paulo-SP, na qualidade de debenturista;

**PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.**, instituição financeira, com sede à Av. Paulista nº 2.439, 11º andar, São Paulo-SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.806.535/0001-54, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de Agente Fiduciário da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, da Klabin S.A., representando os debenturistas da 2ª série das referidas debêntures, na qualidade de Interviente-anuente,

vêm, por este instrumento, e na melhor forma de direito, celebrar a presente Escritura Particular da Primeira Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações Ordinárias (ESCRITURA) da EMISSORA, mediante as seguintes cláusulas e condições:

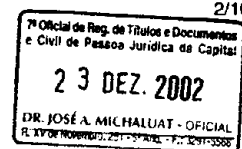


Renata B. Maccacchero Victor  
Gerente/Substituto Gjur6



Riocell S.A.  
Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures  
Conversíveis em Ações Ordinárias

**II.1. AUTORIZAÇÃO**



A presente ESCRITURA é celebrada com base da autorização deliberada na Assembleia Geral Extraordinária da EMISSORA realizada em 11 de dezembro de 2002.

## II. REQUISITOS

**II.1. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO:** A Ata de Assembleia Geral que deliberou sobre a presente EMISSÃO será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e na Gazeta Mercantil - Regional-SP.

**II.2 REGISTRO DA ESCRITURA:** a ESCRITURA será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

## III. EMISSÃO

As Debêntures serão objeto de subscrição particular, sem intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários e observarão as seguintes condições e características:

**III.1 QUANTIDADE DE DEBÊNTURES:** Serão emitidas 61.905 (sessenta e uma mil, novecentas e cinco) Debêntures.

**III.2 VALOR NOMINAL UNITÁRIO:** As Debêntures terão o valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

**III.3 VALOR TOTAL DA EMISSÃO:** O valor total da EMISSÃO será de R\$ 619.050.000,00 (seiscentos e dezenove milhões e cinquenta mil reais), na data da EMISSÃO (01/12/2002).

**III.4 CERTIFICADO:** A EMISSORA não emitirá certificado de Debêntures.

**III.5 SÉRIE:** A EMISSÃO será feita em uma única série.



Handwritten signatures and initials.

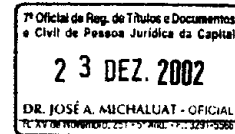






Riocell S.A.  
Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures  
Convertíveis em Ações Ordinárias

3/10



IV. TÍTULO

**IV.1 FORMA:** As Debêntures serão nominativas, não endossáveis, sem emissão de certificado. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pela inscrição do nome do debenturista no Livro de Registro de Debêntures.

**IV.2 CONVERSIBILIDADE:** As Debêntures serão convertíveis em ações ordinárias de emissão da EMISSORA, observado o disposto no item IV.16 a seguir.

**IV.3 ESPÉCIE:** As Debêntures serão da espécie subordinada, nos termos do parágrafo 4º do artigo 58 da Lei nº 6.404/76.

**IV.4 OBRIGAÇÕES DA EMISSORA:** A EMISSORA, até o cancelamento, resgate ou vencimento de todas as Debêntures da EMISSÃO, não poderá:

- a) alienar bens ou direitos de seu ativo, sem prévia anuência dos debenturistas;
- b) conceder garantia real ou flutuante em nova emissão de Debêntures enquanto não totalmente amortizada esta EMISSÃO.

**IV.5 DATA DA EMISSÃO:** Para todos os efeitos legais, especialmente a contagem de juros, a data de EMISSÃO das Debêntures será o dia 01 de dezembro de 2002.

**IV.6 PRAZO E VENCIMENTO:** As Debêntures serão emitidas pelo prazo de 26 (vinte e seis) meses a contar da data de sua EMISSÃO, vencendo-se, portanto, em 31 de janeiro de 2005.

**IV.7 PREÇO DE SUBSCRIÇÃO:** Para os efeitos da EMISSÃO das Debêntures de que trata esta ESCRITURA, o preço de subscrição é o valor nominal da Debênture.

**IV.8 FORMA DE PAGAMENTO:** O preço de subscrição das Debêntures será pago mediante conferência de bens, direitos e em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

**IV.9 CORREÇÃO MONETÁRIA:** As Debêntures não terão o seu valor nominal sujeito à correção monetária.

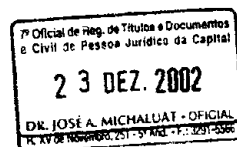
Renato B. Macacchero Vice-Presidente Substituto



Handwritten signatures of the parties involved in the document.



Riocell S.A.  
Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures  
Conversíveis em Ações Ordinárias



4/10

**IV.10 JUROS REMUNERATÓRIOS:** As Debêntures terão os seguintes juros remuneratórios:

- a) juros fixos à taxa de 5% (um por cento) ao semestre, e
- b) juros variáveis, representados por participação nos lucros da EMISSORA, calculados à taxa de 90% (noventa por cento) do lucro líquido antes das provisões para imposto de renda e para contribuição social.

**IV.10.1** Os juros fixos serão calculados de forma exponencial sobre o valor nominal da Debênture e serão pagos mensalmente, mediante depósito bancário efetuado pela EMISSORA.

**IV.10.2** Os juros fixos serão vencíveis no último dia de cada mês, sendo o primeiro vencimento em 31 de dezembro de 2002 e o último em 31 de janeiro de 2005.

**IV.10.3** Os juros variáveis serão devidos a partir de 1º de janeiro de 2003 e serão calculados sobre o resultado do exercício da EMISSORA encerrado em 31 de dezembro de cada ano, considerando o lucro líquido antes das provisões para imposto de renda e para contribuição social.

**IV.10.4** Os juros variáveis serão pagos até o último dia do mês subsequente ao encerramento do exercício, isto é, para o exercício de 2003, até 31 de janeiro de 2004 e para o exercício de 2004, até 31 de janeiro de 2005.

**IV.10.5** A EMISSORA, a seu critério, poderá antecipar o pagamento dos juros variáveis durante o exercício, que será compensado com os juros variáveis devidos no vencimento.

**IV.11. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO:** A EMISSORA reserva-se o direito de promover o resgate antecipado das Debêntures objeto desta EMISSÃO de forma total.

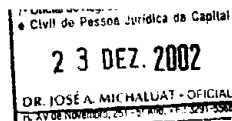
**IV.11.1.** Em ocorrendo o resgate antecipado facultativo, as debêntures serão resgatadas com base no valor nominal acrescido de:

- a) juros fixos pelo período decorrido desde a data do último vencimento mensal de juros até a data do resgate antecipado facultativo;
- b) juros variáveis, calculados "pro rata temporis" desde a data do início do exercício até a data do resgate antecipado facultativo.



*[Handwritten signatures and initials]*

Riocell S.A.  
Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures  
Conversíveis em Ações Ordinárias



5/10

JURIS

IV.11.2. As Debêntures que vierem a ser resgatadas serão obrigatoriamente canceladas.

JURIS

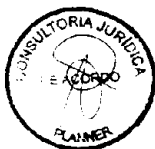
IV.11.3. Em razão da caução a que se refere o item V.2 abaixo, todos os valores devidos aos titulares das Debêntures para pagamento do seu valor principal (seja a título de resgate, recompra, amortização, liquidação ou de qualquer outra forma), deverão ser depositados junto ao Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., na qualidade de Agente da Garantia nomeado na Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real de Klabin S.A. (ou ao Agente da Garantia que eventualmente vier a substituí-lo) mediante depósito em conta corrente a ser aberta nessa instituição, em benefício dos titulares de Debêntures de que trata esta Escritura, devendo tais recursos serem mantidos em caução e, conforme o caso, serem utilizados para o pagamento das obrigações garantidas pela referida caução, na forma estabelecida no Contrato de Caução de Ações e Debêntures Conversíveis de Emissão da Riocell S.A. a ser celebrado entre a Klabin S.A., a Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda., a Planner Corretora de Valores S.A., o Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., o Banco Bradesco S.A., o Banco Itaú S.A. e o Banco BBA Creditanstalt S.A., com a interveniência da EMISSORA e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

IV.12 VENCIMENTO DA DEBÊNTURE: Por ocasião do vencimento, a EMISSORA obriga-se a proceder à liquidação das Debêntures ainda em circulação.

IV.13 JUROS MORATÓRIOS: Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento pela taxa de 1% (um por cento) ao mês, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

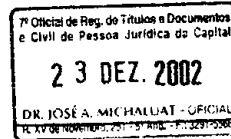
IV.14 DECADÊNCIA DO DIREITO AOS ACRÉSCIMOS: As Debêntures que não forem apresentadas para resgate no vencimento, não mais vencerão juros, assegurados os direitos adquiridos até a referida data na forma da Lei.

IV.15 LOCAIS E DATAS DE PAGAMENTO DE JUROS E VALOR NOMINAL: O valor nominal das Debêntures, bem como todos os rendimentos e acréscimos a que fazem jus, serão pagos nas datas estabelecidas para seus vencimentos, mediante depósito bancário em nome do debenturista.



Renata B. Maccacchero Victor  
Gerente Substituto Jurídico

Riocell S.A.  
Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures  
Convertíveis em Ações Ordinárias



6/10

IV.15.1 Caso as datas de vencimentos dos direitos referidos neste item venham a coincidir com datas em que não haja expediente comercial e/ou bancário, os respectivos prazos serão prorrogados para o primeiro dia útil subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos.

IV.16 SISTEMÁTICA DE CONVERSÃO: O direito à conversão das Debêntures em ações ordinárias de emissão da EMISSORA será exercido com observância do seguinte:

IV.16.1 **Convertibilidade Facultativa:** As Debêntures poderão ser convertidas em ações ordinárias de emissão da EMISSORA, a qualquer tempo a partir de 90 (noventa) dias contados da data da EMISSÃO, mediante solicitação formal entregue na sede da EMISSORA.

IV.16.2 **Convertibilidade Obrigatória:** As Debêntures serão obrigatória e automaticamente convertidas em ações ordinárias de emissão da EMISSORA na hipótese de vencimento antecipado das debêntures da 2ª Série da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, da Klabin S.A. ou de qualquer dos Contratos de Repasse a que se refere o item V.2 abaixo, independentemente de qualquer notificação, aviso ou comunicação neste sentido.

IV.16.3 **Base de conversão:** A quantidade de ações oriundas da conversão de uma Debênture será apurada pela fórmula:

$$Q = \frac{DC}{PE}$$

onde:

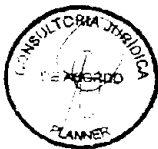
Q = quantidade de ações ordinárias resultante da conversão.

DC = é o valor nominal de uma Debênture.

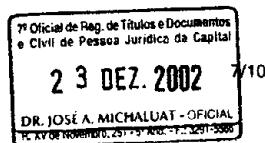
PE = é o valor patrimonial da ação, apurado em balanço patrimonial contábil no mês anterior à data da conversão, admitindo-se, na ausência deste, defasagem de 60 (sessenta) dias.

IV.16.4 **Remuneração das Debêntures convertidas:** será devido às Debêntures, na data da conversão, a remuneração (juros) incorrida e ainda não paga até a data de conversão, conforme estipulado abaixo:

a) juros fixos, calculados desde a data do último vencimento até a data da conversão;



Riocell S.A.  
Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures  
Convertíveis em Ações Ordinárias



- b) juros variáveis, calculados "pro rata temporis" desde a data do início do exercício até a data da conversão.

**IV.16.4.1** Caso a conversão das Debêntures resulte em número fracionário de ação, a parcela correspondente a tal fração será devida em dinheiro, na data da solicitação de conversão, devendo o pagamento ser realizado até o 5º dia útil subsequente à data de conversão, acrescido da remuneração conferida às Debêntures (juros) até a data do efetivo pagamento.

**IV.16.5 Dividendos:** As ações ordinárias decorrentes da conversão das Debêntures farão jus a dividendos, calculados "pro rata temporis", da data da conversão até o final do exercício.

**IV.16.6 Direitos:** As ações ordinárias objeto da conversão terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidas às atuais ações ordinárias de emissão da EMISSORA, ressalvado o disposto no item IV.16.5 acima.

**IV.17 AUMENTO DE CAPITAL:** Os aumentos de capital decorrentes da conversão das Debêntures em ações serão efetivados na forma estabelecida no inciso III, do artigo 166 e seu parágrafo primeiro, da Lei nº 6.404/76.

**IV.18 CONTABILIZAÇÃO RESULTANTE DA CONVERSÃO DAS DEBÊNTURES:** Os valores provenientes da conversão das Debêntures em ações serão integralmente levados à conta do capital social.

## V. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

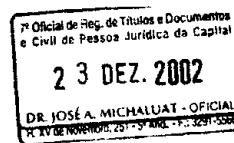
**V.1** A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

- a) Não pagar dividendos, salvo o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ou qualquer outra participação estatutária em lucros, se estiver por mais de 15 (quinze) dias em mora relativamente ao pagamento de juros e/ou principal das Debêntures, objeto desta ESCRITURA;
- b) Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM;
- c) Manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes;

Renata B. Maranhão Victor  
Gerente Substituto Geral



Procell S.A.  
Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures  
Convertíveis em Ações Ordinárias



8/10

- d) Não realizar operação fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, leis e regulamentos vigentes.

V.2 Tendo em vista que as Debêntures serão caucionadas em garantia (i) dos debenturistas da 2ª Série da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, da Klabin S.A., (ii) do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Itaú S.A. e Banco BBÁ Creditanstalt S.A. com relação aos Contratos de Abertura de Crédito Mediante Repasse de Recursos do Banco Econômico de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, e (iii) dos credores do Contrato de Pré-Pagamento de Exportação (*Amended and Restated Export Prepayment Finance Agreement*), celebrado em 02 de abril de 2002 entre a Klabin S.A., o JPMorgan Chase Bank, como agente de garantia e de administração (*administrative and collateral agent*), e o J.P. Morgan Securities Inc., como coordenador líder e único gerente de livro (*lead arranger and sole book manager*) nenhuma alteração poderá ser realizada nos termos e condições das Debêntures sem prévia anuência por escrito do Agente Fiduciário da 4ª Emissão da Klabin S.A., Planner Corretora de Valores S.A., na qualidade de representante dos titulares das debêntures da 2ª Série da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, da Klabin S.A. que deverá assinar esta ESCRITURA na qualidade de Interviente-anuente.

## VI. RENÚNCIA

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da ESCRITURA. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da EMISSORA prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

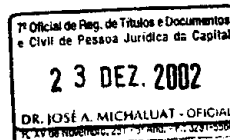
## VII. ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

VII.1 Os titulares das Debêntures previstas nesta ESCRITURA poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia especial a fim de deliberar sobre a matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

VII.2 A assembleia dos debenturistas poderá ser convocada pela EMISSORA ou por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos debenturistas.



Riocell S.A.  
Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures  
Conversíveis em Ações Ordinárias



9/10

VII.3 Aplica-se à assembleia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sobre a Assembleia Geral de Ações.

VII.4 A assembleia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures e, em segunda convocação, com qualquer número.

### VIII - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

A EMISSORA declara e garante aos debenturistas que:

- está devidamente autorizada a celebrar esta ESCRITURA e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- a celebração desta ESCRITURA e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela EMISSORA;
- esta ESCRITURA constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da EMISSORA, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- a celebração da ESCRITURA e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a EMISSORA seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da EMISSORA, exceto por aqueles já existentes na presente data ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- a EMISSORA está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante à EMISSORA, em sua condição financeira ou outras, ou em sua atividade.

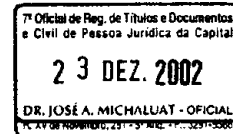
Renata B. MacCarthy Victor  
Gerente Substituto Gjur6



Riocell S.A.  
Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures  
Conversíveis em Ações Ordinárias

10/10

IX. FORO



Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas desta ESCRITURA.

Estando assim certos e ajustados, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também assinam.

São Paulo, 01 de dezembro de 2002.

RIOCELL S.A.

Ronald Seckelmann  
Diretor Financeiro

  
Antonio Sérgio Alfaro  
Procurador

KLABIN S.A.

Miguel Sampol Bou  
Diretor Geral

Ronald Seckelmann  
Diretor Financeiro

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

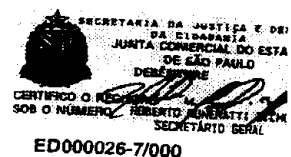
Carlos Arnaldo Borges de Souza

Viviane A. R. dos Santos

Testemunhas:

1)   
Clara Satie Ohye  
RG nº 8.555.089/SSP-SP

2)   
Sandra Rodrigues  
RG nº 9.010.753/SSP-SP



A. Macalochera Victor,  
Cidade São Paulo, São Paulo





---

## **ANEXO IX**

Contrato de Compartilhamento de Garantias



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO DE GARANTIAS E OUTRAS AVENÇAS

As partes abaixo relacionadas:

- (i) **UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.**, doravante denominado “**UNIBANCO**” ou “**Credor**”, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Eusébio Matoso 891, inscrito no CNPJ sob o n.º 33.700.394/0001-40, por seus representantes ao final assinados;
- (ii) **BANCO BRADESCO S.A.**, doravante denominado “**BRADESCO**” ou “**Credor**”, instituição financeira com sede na Cidade de Deus, município e Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.746.948/0001-12, por seus representantes ao final assinados;
- (iii) **BANCO ITAÚ S.A.**, doravante denominado “**ITAÚ**” ou “**Credor**” instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Itáúsa, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.701.190/0001-04, por seus representantes ao final assinados;
- (iv) **BANCO BBA CREDITANSTALT S.A.**, doravante denominado “**BBA**” ou “**Credor**” e, em conjunto com o UNIBANCO, o BRADESCO e o ITAÚ, “**Agentes Repassadores**”, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, 37, 9º (parte), 16º, 18º, 19º e 20º andares, inscrito no CNPJ sob o n.º 31.516.198/0001-94, por seus representantes ao final assinados;
- (v) **PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.**, doravante denominado “**Agente Fiduciário**” ou “**Credor**” e, em conjunto com os Agentes Repassadores, os “**Credores**”, instituição financeira com sede na Avenida Paulista, n.º 2.439, 11º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.806.535/0001-54, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da 4ª emissão de debêntures da Klabin S.A., por seus representantes ao final assinados;
- (vi) **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES**, empresa pública federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile n.º 100, inscrito no CNPJ sob o n.º 33.657.248/0001-89, na qualidade de adquirente das Debêntures (conforme definido abaixo), nos termos do Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição, Sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, de Debêntures Simples, em Duas Séries, da Espécie Com Garantia Real, da 4ª Emissão Pública da Klabin S.A., celebrado em 23 de dezembro de 2002 (“**BNDES**”);

### CONSIDERANDO QUE:

(A) A Klabin S.A. (“**Klabin**”) emitiu 10.360 (dez mil, trezentas e sessenta) debêntures em duas séries (as “**Debêntures**”), sendo 4.720 (quatro mil, setecentas e vinte) debêntures correspondentes à primeira série (a “**Primeira Série**”) e 5.640 (cinco mil, seiscentas e quarenta) à segunda série (a “**Segunda Série**”), todas com valor nominal de R\$100.000,00 (cem mil reais),

Renata B. Maccacchero Victor,  
Gerente Substituto Gjur6





perfazendo o montante de R\$1.036.000.000,00 (um bilhão e trinta e seis milhões de reais), conforme estabelecido na "Escritura da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, da Klabin S.A." celebrada em 23 de dezembro de 2002 entre a Klabin, o Agente Fiduciário e os diversos intervenientes garantidores ali qualificados (a "Escritura de Emissão");

(B) A Klabin celebrará um "Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito" (o "Contrato de Repasse Unibanco") com o Unibanco, e com a interveniência de terceiros, por meio do qual será aberto, pelo Unibanco à Klabin, um crédito no valor de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), com vencimento previsto para 15 de dezembro de 2004;

(C) A Klabin celebrará um "Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito" (o "Contrato de Repasse Bradesco") com o Bradesco, e com a interveniência de terceiros, por meio do qual será aberto, pelo Bradesco à Klabin, um crédito no valor de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), com vencimento previsto para 15 de dezembro de 2004;

(D) A Klabin celebrará um "Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito" (o "Contrato de Repasse Itaú") com o Itaú, e com a interveniência de terceiros, por meio do qual será aberto, pelo Itaú à Klabin, um crédito no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), com vencimento previsto para 15 de dezembro de 2004;

(E) A Klabin celebrará um "Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito" (o "Contrato de Repasse BBA") e em conjunto com o Contrato de Repasse Unibanco, o Contrato de Repasse Bradesco e o Contrato de Repasse Itaú, os "Contratos de Repasse") com o BBA, e com a interveniência de terceiros, por meio do qual será aberto, pelo BBA à Klabin, um crédito no valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), com vencimento previsto para 15 de dezembro de 2004;

(F) A Klabin celebrou, em 02 de abril de 2002, um Contrato de Pré-Pagamento de Exportação (*Amended and Restated Export Prepayment Finance Agreement*), na qualidade de devedora (*seller*), com a Klabin Bacell S.A., como garantidora (*subsidiary guarantor*), os diversos bancos credores ali qualificados, o JPMorgan Chase Bank, como agente de garantia e de administração (*administrative and collateral agent*), e o J.P. Morgan Securities Inc., como coordenador líder e único gerente de livro (*lead arranger and sole book manager*), no valor de até US\$225.000.000,00 (duzentos e vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos) (o "Contrato de Pré-Pagamento"), que obriga a Klabin a estender aos credores de tal financiamento (os "Credores do Pré-Pagamento") quaisquer garantias reais constituídas a quaisquer terceiros com relação a qualquer dívida contraída pela Klabin, como é o caso da garantia objeto de compartilhamento de acordo com este Contrato;

(G) Para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pela Klabin com relação às Debêntures da Segunda Série, com relação aos Contratos de Repasse e com relação ao Contrato de Pré-Pagamento, a Klabin e a Riocell constituíram as seguintes garantias: (i) caução sobre a totalidade de ações representativas do capital social da Riocell S.A. ("Riocell"), e sobre a totalidade das debêntures conversíveis da 1ª emissão da Riocell, conforme previsto no Contrato de Caução de Ações e Debêntures Conversíveis de Emissão da Riocell S.A., celebrado em 23 de dezembro de 2002, entre a Klabin, a Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda., o Agente

2

Renata B. Maccacchero Victor  
Gerente Substituto Gjur6





Fiduciário e os Credores (o “Contrato de Caução”), e (ii) nos termos da Escritura de Emissão e dos Contratos de Repasse (doravante conjuntamente denominados “Instrumentos de Financiamento”), a Klabin obrigou-se a constituir garantia hipotecária sobre os imóveis listados na Escritura de Emissão mediante a celebração de escrituras de hipoteca (as “Escrituras de Hipoteca”).

têm as partes entre si justo e acordado firmar o presente “Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças” (doravante denominado simplesmente “Contrato”), que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

## CLÁUSULA I

### OBJETO

O presente instrumento contratual tem por objeto regular a forma de eventual excussão judicial das Garantias (conforme abaixo definido) e a partilha dos valores que venham a ser apurados em decorrência de tal excussão.

## CLÁUSULA II

### GARANTIAS COMPARTILHADAS

2.1. As garantias a serem compartilhadas entre os Credores são aquelas descritas no considerando (G) acima (as “Garantias”).

2.2. As Garantias poderão ser executadas pelos Credores, em caso de declaração de vencimento antecipado de qualquer dos Instrumentos de Financiamento ou em caso de não pagamento das obrigações relativas a qualquer dos Instrumentos de Financiamento na data de seu respectivo vencimento, sem guardar ordem de preferência entre elas, podendo ser executadas em conjunto ou separadamente, a critério exclusivo dos Credores.

2.3. Na hipótese de qualquer dos Credores vir a obter garantia adicional para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações previstas nos Instrumentos de Financiamento, além daquelas mencionadas no item 2.1 acima, fica desde já estabelecido que as mesmas estarão sujeitas ao acordo de compartilhamento de garantias regulado pelo presente Contrato.

## CLÁUSULA III

### EXECUÇÃO DAS GARANTIAS E PARTILHA DOS VALORES APURADOS

3.1 A declaração de vencimento antecipado de qualquer dos Instrumentos de Financiamento ou a falta de pagamento na data do respectivo vencimento autorizará os Credores, independentemente de prévia interpelação judicial ou extrajudicial, ou especial constituição em

3

Renata B. Meccacchero Vicini  
Gerente Substituto Gjur6





mora, a promover a execução das Garantias conjuntas de acordo com o estabelecido neste Contrato, hipótese em que o valor obtido será dividido entre todos os Credores, na proporção do que for devido a cada um, a título de principal, juros, demais encargos financeiros estipulados nos Instrumentos de Financiamento e despesas judiciais, se for o caso, apuradas até a data de liquidação.

3.2. A caução dos Títulos Caucionados (conforme definido no Contrato de Caução) será executada extrajudicialmente, com base no artigo 774, inciso III, do Código Civil Brasileiro, mediante leilão público na Bolsa de Valores de São Paulo-BOVESPA, a ser realizado pelo Agente da Garantia (conforme definido no Contrato de Caução), de acordo com o procedimento previsto no Contrato de Caução.

3.3. Uma vez celebradas as Escrituras de Hipoteca e constituída tal garantia, na ocorrência de vencimento antecipado nos termos dos Instrumentos de Financiamento ou devido a hipóteses estabelecidas em lei, ou ainda na falta de pagamento na data do respectivo vencimento, os Credores poderão executar os imóveis hipotecados, com base no artigo 826 do Código Civil e nos artigos 566 e seguintes do Código de Processo Civil.

3.4. Os Credores poderão isoladamente e por sua conta, tomar atitudes que entendam ser cabíveis a fim de recuperar seus respectivos créditos, ressalvado o disposto no Contrato de Caução quanto à execução extrajudicial das ações caucionadas, que deverá ser feita na forma estabelecida no referido contrato.

3.5. O Credor que pretender iniciar qualquer procedimento, judicial ou extrajudicial visando à execução de qualquer das Garantias deverá notificar os demais Credores com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias antes da prática de qualquer ato nesse sentido. Cada um dos Credores compromete-se a não iniciar qualquer procedimento visando à excussão judicial da caução das ações no curso da execução extrajudicial na forma prevista no Contrato de Caução e neste Contrato, exceto se frustrada a excussão extrajudicial ou se a excussão extrajudicial prevista no Contrato de Caução for suspensa por ordem judicial, por prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

3.6. O produto da excussão extrajudicial da caução das ações prevista no Contrato de Caução e/ou o produto da excussão judicial das Garantias, conforme o caso, será partilhado entre os Credores, na proporção dos créditos detidos por cada um em decorrência dos Instrumentos de Financiamento, observado que:

- (i) cada um dos Credores deverá apresentar para o outro, no primeiro dia útil após o recebimento do valor apurado na forma descrita no *caput*, cálculo discriminado do saldo devedor da Klabin, nos termos dos Instrumentos de Financiamento, que corresponda a sua parte; e
- (ii) caso os Credores tenham efetuado o procedimento estabelecido no item (i) acima e haja divergência quanto ao valor devido a cada um dos Credores, os cálculos deverão ser auditados por empresa de auditoria de notória reputação e previamente aprovada pelos Credores com o objetivo de determinar a proporção do saldo devedor da Klabin em relação a cada um dos Credores, nos termos dos Instrumentos de Financiamento.

4

Renata B. Maccacchero Victor  
Gerente Substituto 6196





3.7. Na hipótese de qualquer Credor receber qualquer valor que exceda ao que fizer jus, tal Credor deterá tais importâncias excedentes como depositário dos demais Credores, aos quais prestará contas das mesmas assim que o respectivo direito de cada Credor tenha sido estabelecido de acordo com as disposições do presente Contrato.

3.7.1. Sobre as importâncias indevidamente retidas, incidirá atualização monetária com base no Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (IGP-M FGV), a ser apurada desde a data da efetiva retenção, até o dia anterior ao do efetivo reembolso ao Credor prejudicado.

3.7.2. Sem prejuízo do disposto no item 3.7.1 supra, o não pagamento ao Credor prejudicado, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a conclusão da auditoria referida no item (ii) do item 3.6. acima, acarretará a incidência de multa de 10% (dez por cento) sobre a diferença apurada.

3.7.3. Considerando que, para os fins do disposto neste item 3.7 e seus subitens, o Agente Fiduciário atuará em nome dos titulares das Debêntures, na qualidade de seu representante, fica ajustado que os titulares das Debêntures não serão responsáveis por quaisquer atos (omissivos ou comissivos) do Agente Fiduciário nesta qualidade, de modo que o próprio Agente Fiduciário responderá diretamente pelo descumprimento do disposto neste item e por quaisquer outros atos praticados por ele em desacordo com as disposições deste Contrato.

3.8. Os Credores poderão, individualmente, celebrar acordo judicial ou extrajudicial que implique em quitação parcial ou total de suas respectivas dívidas, ressalvado que o Credor que tiver intenção de realizar tal acordo deverá notificar os demais Credores e conceder-lhes um prazo de, no mínimo, 30 (trinta) dias para integrar o acordo, mediante manifestação expressa neste sentido. Na hipótese de realização de tal acordo, os Instrumentos de Financiamento, o Contrato de Caução, as Escrituras de Hipoteca e o presente Contrato continuarão em pleno vigor em relação à parte da dívida que não seja objeto do referido acordo e/ou aos Credores que não tenham aderido ao referido acordo.

3.9. Os Credores deverão acordar com a Klabin que eventuais pagamentos antecipados a serem feitos por parte da Klabin aos Credores, e que não estejam previstos nos Instrumentos de Financiamento, deverão ser efetuados a todos os Credores, na proporção dos seus créditos.

#### CLÁUSULA IV COMUNICAÇÕES

4.1. As comunicações entre os Credores deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(b) Se para o UNIBANCO:  
Av. Eusébio Matoso no. 891, 18o andar  
São Paulo - SP CEP 05423-901  
At.: Marcelo Alves de Jesus  
Tel./Fax: (11) 3097-4127

Renata B. Maccochero Victor  
Corrente Substituta GjurB

5

*[Handwritten signatures and initials]*





(c) Se para o BRADESCO:  
Núcleo Administrativo "Cidade de Deus" - Prédio Novíssimo - 4o andar  
Vila Yara - Osasco - SP  
Departamento Corporate  
At.: Antonio Daissuke Tokuriki  
Tel./Fax: (11) 3684 9396  
(d) Se para o ITAÚ:  
Rua Boa Vista, 176 - 1º andar Corpo 3  
São Paulo - SP - 01014-919  
At.: Luiz Marcelo de Moraes ou Fernando Tomazeli  
Tel./Fax: (11) 3247-2082 ou (11) 3247-2063 / (11) 3247-2088

(e) Se para o BBA:  
Avenida Paulista, 37 - 20º andar  
São Paulo - SP CEP 01061-970  
At.: Francisco Paulo Cote Gil  
Tel./Fax: (11) 3281-8000

(f) Se para o ABN AMRO:  
Avenida Paulista, 1374 - 15º  
São Paulo - SP CEP 01310-916  
At.: Giovani de Matos  
Tel. / Fax: (11) 3174.6750 / (11) 3174.7716

(g) Se para o Agente Fiduciário:  
Avenida Paulista, nº 2.439, 11º andar  
São Paulo, SP  
At.: Artur Martins de Figueiredo  
Tel. / Fax: (11) 3061-9444 / (11) 3060-9575

(h) Se para o BNDES:  
Avenida República do Chile, nº 100  
Rio de Janeiro, RJ  
At.: Jorge Kalache Filho Tel.: (21) 2277-7401  
Fax.: (21) 2240-3504

4.2. As comunicações serão consideradas entregues quando encaminhadas sob protocolo ou com "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para os endereços acima, ou quando da emissão de confirmação de transmissão se enviados via fac-símile. Os originais dos documentos transmitidos por fac-símile deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após a transmissão dos mesmos.

4.3. Cada um dos Credores se obriga a comunicar imediatamente aos demais Credores as seguintes matérias: (i) a prática de qualquer ato ou ocorrência de qualquer fato que possa afetar a Klabin, a Riocell ou as Garantias; (ii) a falta de cumprimento, pela Klabin ou pela

6

Renata B. Maccacchero Victor,  
Gerente Substituto Cjur6







Riocell, das obrigações previstas nos Instrumentos de Financiamento, bem como eventuais alterações na situação creditícia da Klabin ou da Riocell; e/ou (iii) a ocorrência de qualquer inadimplemento nos termos dos Instrumentos de Financiamento.

#### CLÁUSULA V VIGÊNCIA

O presente instrumento vigorará até o cumprimento integral de todas as obrigações da Klabin previstas nos Instrumentos de Financiamento.

#### CLÁUSULA VI INDEPENDÊNCIA

A inexecutabilidade de qualquer disposição deste Contrato não afetará qualquer das demais disposições ora estabelecidas, as quais permanecerão válidas e em pleno vigor e eficácia.

#### CLÁUSULA VII RENÚNCIA

Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerada mera liberalidade e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos, nem implicará em novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes. Os direitos e recursos previstos neste Contrato são cumulativos, podendo ser exercidos individual ou simultaneamente e não excluem quaisquer outros direitos ou recursos previstos em lei.

#### CLÁUSULA VIII ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIRO

8.1. Nos termos do parágrafo único do Artigo 1.098 do Código Civil brasileiro, a anuência dos Credores do Pré-Pagamento ao Contrato de Caução os sujeitarão aos termos e condições deste Contrato, passando (i) os Credores do Pré-Pagamento a integrar a definição de "Credores" constante deste Contrato e (ii) o Contrato de Pré-Pagamento a integrar a definição de "Instrumentos de Financiamento" constante deste Contrato para todos os fins e efeitos.

8.2. O Agente Fiduciário deverá informar imediatamente os Credores do Pré-Pagamento a celebração deste Contrato, mediante notificação, na forma estabelecida no Contrato de Pré-Pagamento, cuja cópia lhe foi entregue neste ato.

Renata R. Macedoachero Vieira  
Gerente Substituto Cjur6

7  
[Handwritten signatures and initials]





8.3. Sujeito à anuência nos termos do item 8.1 acima, cada uma das partes ao presente Contrato reconhece o direito dos Credores do Pré-Pagamento, ou do representante dos Credores do Pré-Pagamento, agindo em seu nome, de propor quaisquer medidas judiciais que entender necessárias para resguardar quaisquer direitos que lhe caibam de acordo com o presente Contrato.

#### CLÁUSULA IX DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Nenhuma das disposições do presente Contrato modificará quaisquer dos direitos que os Credores tenham em face da Klabin nos termos dos Instrumentos de Financiamento, de declarar, independentemente do consentimento de qualquer outro Credor, que os créditos são devidos antes do vencimento indicado.

9.2. Qualquer alteração dos termos e condições deste Contrato somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado pelas partes.

9.3. Este Contrato não altera nem modifica quaisquer das disposições dos Instrumentos de Financiamento, do Contrato de Caução ou das Escrituras de Hipoteca.

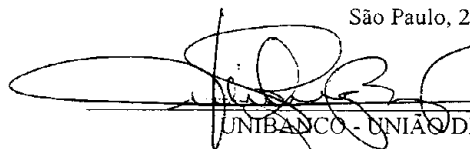
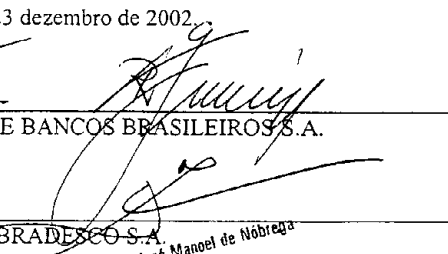
#### CLÁUSULA IX SUCESSÃO E FORO


As disposições deste contrato obrigam as partes e seus sucessores a qualquer título. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo como o competente para dirimir qualquer dúvida ou questão decorrente deste Contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este contrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável pelas partes.

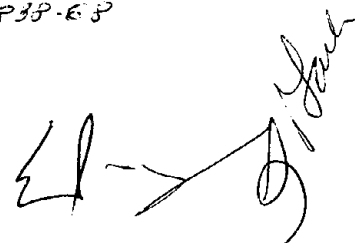
E por estarem justos e contratados, os Credores firmam o presente instrumento em 06 (seis) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 23 dezembro de 2002.

  
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.  
  
BANCO BRADESCO S.A.  
PROCURADOR  
CPF 78615-855-55  
78615 - José Manoel de Nobrega  
PROCURADOR  
CPF 78615-855-55

  
Pessoa física, inscrita em 01/03/03  
CPF 01/03/03

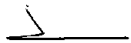
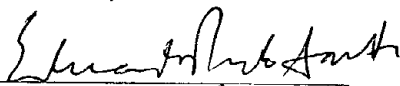
  
Pessoa física, inscrita em 01/03/03  
CPF 01/03/03

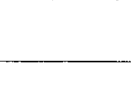

  
Pessoa física, inscrita em 01/03/03  
CPF 01/03/03

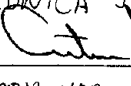
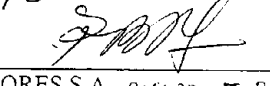



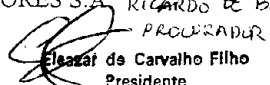


[continuação da página de assinatura do Contrato de Compartilhamento de Garantias  
e Outras Avenças, celebrado em 23 de dezembro de 2002]

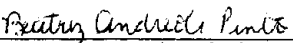
  
FERNANDO FONE NUNES BANCO ITAU S.A.   
PROCURADOR


  
MÔNICA JUNQUEIRA ORTONBLAD BANCO BBA CREDITANSTALT S.A.   
PROCURADOR


  
ARTUR MARTINS DE FIGUEIREDO PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.   
DIRETOR

  
EDUARDO GENTIL BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES   
PROCURADOR  
Presidente

#### Testemunhas

1.   
Nome: PATRÍCIA ANDREOLI PINTO  
RG: 33738.210-4 55159

2.   
Nome: NICOLE SCHULZE BLANCK  
RG: 26.241 414-4

  
Renata B. Maccacchero Victor,  
Corrente Subscrita 0306

